



# PLANO DE GESTÃO SOCIAL

## VIA 040



# PLANO DE GESTÃO SOCIAL

## Via 040

---

Projeto: Plano de Gestão Social para Condução dos Processos de Deslocamento de Atividades Econômicas, Reassentamento Involuntário de Populações e Indenizações.

Contratante: Concessionária BR-040 S.A. – Via 040 | Invepar

Contratada: Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates  
CNPJ nº 73.401.143/0001-89  
Rua Alvarenga Peixoto, 1408, sala 1304, Ed. Santo Agostinho  
Santo Agostinho – Belo Horizonte – MG – CEP 30180-121  
Tel./Fax: (31) 3292 2855 | hep@hpconsultores.com.br



# EXECUÇÃO

## Concessionária BR-040 S.A. – Via 040 | Invepar

Tulio Abi-Saber – Presidente

José Aparecido de Oliveira – Diretor de Operações

Geraldo Emerson Gomes Affonso – Diretor de Implantação

Pascoal Cunha Gomes – Diretor Administrativo e Financeiro

Nadia Pereira Saturnino Reis – Gerente de Comunicação e Marketing

Guilherme Willer Santos e Campos – Gerente de Contrato de Concessão

Frederico Jose Xavier Oliveira Moutinho de Souza – Gerente de  
Relacionamento Institucional

Nobert Magela Gomes de Souza – Coordenador de Desenvolvimento  
Socioambiental

## Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais HERKENHOFF & PRATES

### DIRETORIA

Cristina Margoto

Mário Herkenhoff

Lauro Prates

Guilherme Rodrigues

### EQUIPE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO

Francisca Prates

Guilherme Rodrigues

Clarice Mendonça

### EQUIPE TÉCNICA DE APOIO AO PROJETO

Bianca Guimarães Ribeiro

Bruno Guimarães Melo

Frederico Magalhães Siman

Guilherme Andrade Silveira

Maria Auxiliadora Drumond

Renato Vargas Chaves



# APRESENTAÇÃO

---

A Concessionária BR-040 S.A. (Via 040) apresenta, neste documento, o **Plano de Gestão Social** para condução das intervenções sociais necessárias para o cumprimento do Contrato de Concessão da Rodovia BR – 040, para o trecho que se estende de Brasília (DF) a Juiz de Fora (MG). O plano estabelece parâmetros e indica ações para “conduzir os processos de deslocamento de atividade econômica, reassentamento involuntário de população e indenizações resultantes da implementação do Contrato de Concessão”.<sup>1</sup>

O Plano parte das informações levantadas pelo Estudo de Socioeconomia, realizado pela Via 040 em 2015, que estabeleceu medidas objetivas acerca das condições de vida e situação de vulnerabilidade socioeconômica da população pesquisada, notadamente por meio da construção de indicadores multidimensionais de pobreza e vulnerabilidade. As ações indicadas no Plano também encontram embasamento em fatores sociais, políticos e culturais, levantados pelo Estudo, e na legislação e diretrizes nacionais e internacionais que dizem respeito à moradia, trabalho, renda e processos de remoção populacional.

O documento está dividido em três seções. A primeira seção é uma introdução geral sobre o Plano de Gestão Social. Na segunda seção, é apresentada a metodologia empregada para desenvolvimento do Plano, incluindo as técnicas utilizadas para coleta, análise de dados e definição das soluções. Na terceira e quarta seções, são apresentados o Plano de Engajamento das Populações Atingidas e o Plano de Monitoramento e Avaliação do Processo de Remoção. Por fim, são apresentados os resultados obtidos, organizados por trecho, município e território de atenção.

---

<sup>1</sup> AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT (Brasil). Programa de Exploração da Rodovia (PER) BR-040. Trecho Brasília/DF – Juiz de Fora/MG, p. 105.



# SUMÁRIO

---

<b>PLANO DE GESTÃO SOCIAL VIA 040 .....</b>	<b>2</b>
<b>EXECUÇÃO .....</b>	Erro! Indicador não definido.
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	Erro! Indicador não definido.
<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>5</b>
<b>GLOSSÁRIO/ABREVIACÕES .....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
OBJETIVO GERAL.....	15
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
PRODUTOS .....	15
_ Relatório Analítico .....	16
_ Planilha de Dados .....	16
_ Dados Geográficos.....	16
<b>BASES TEÓRICO-NORMATIVAS.....</b>	<b>18</b>
FONTES DE INFORMAÇÃO E BIBLIOGRAFIAS.....	18
_ Gerais.....	18
_ Específicas .....	19
EMBASAMENTO TÉCNICO POR ASSUNTO .....	19
_ Direito à moradia.....	20
_ Reassentamento Digno e Qualidade de Vida .....	22
_ Indenização Assistida .....	25
_ Equipe Multidisciplinar.....	28
<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>30</b>
INDICADORES DE VULNERABILIDADE E POBREZA.....	31
_ Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) .....	33
_ Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF).....	35



_Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da Atividade Econômica (IVAE).....	37
MATRIZ DE ELEGIBILIDADE DE MEDIDAS E BENEFÍCIOS .....	39
MEDIDAS ASSISTENCIAIS .....	43
<b>PLANO DE EXECUÇÃO.....</b>	<b>45</b>
MACRO FLUXO DA GESTÃO SOCIAL .....	45
DESCRIÇÃO DAS AÇÕES .....	46
_ Estudo de Socioeconomia .....	46
_ Medidas de Remoção e Benefícios Compensatórios .....	47
_ Diálogo estratégico com o Poder Público dos municípios afetados ..	50
_ Reuniões de Diálogo .....	53
_ Canais de Suporte e Atendimento .....	54
_ Gestão de Manifestações .....	55
_ Avaliação da necessidade e adequação das remoções .....	55
_ Notificação sobre a decisão do projeto de remoção .....	55
_ Avaliação fundiária .....	56
_ Diálogo Direto.....	56
_ Levantamento de Impactos.....	58
_ Execução da Remoção .....	58
_ Medidas Assistenciais.....	59
_ Monitoramento e Avaliação (M&A) .....	63
PLANO DE ENGAJAMENTO E COMUNICAÇÃO .....	66
_ Objetivos.....	66
_ Ações .....	67
<b>RESULTADOS POR TERRITÓRIO .....</b>	<b>68</b>
IDENTIFICAÇÃO E CADASTRAMENTO DAS PAPS.....	68
PERFIL SOCIOECONÔMICO GLOBAL DAS PAPS .....	71
<b>BRASÍLIA (DF).....</b>	<b>75</b>
<b>VALPARAÍSO DE GOIÁS (GO).....</b>	<b>78</b>
TERRITÓRIO DE ATENÇÃO .....	82



_Valparaíso de Goiás.....	82
<b>LUZIÂNIA (GO) .....</b>	<b>84</b>
TERRITÓRIO DE ATENÇÃO .....	88
_Luziânia .....	88
<b>CRISTALINA (GO).....</b>	<b>91</b>
TERRITÓRIO DE ATENÇÃO .....	94
_Cristalina Velha.....	95
<b>PARACATU (MG).....</b>	<b>99</b>
TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO .....	102
_Alto da Colina.....	103
_Bela Vista 1 .....	105
_Bela Vista 2 .....	108
_Alto do Córrego .....	111
<b>LAGOA GRANDE (MG) .....</b>	<b>114</b>
<b>JOÃO PINHEIRO (MG).....</b>	<b>118</b>
TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO .....	121
_Olaria .....	122
_Centro e Esplanada .....	126
_Bairro Cais .....	129
_Vila das Almas.....	131
_Luizlândia do Oeste .....	134
<b>SÃO GONÇALO DO ABAETÉ (MG).....</b>	<b>138</b>
TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO .....	142
_Canoeiros .....	142
_Beira Rio (Feira do Peixe).....	145
<b>TRÊS MARIAS (MG).....</b>	<b>149</b>
TERRITÓRIO DE ATENÇÃO .....	152
_Bairros JK e Jardim Ipiranga .....	153
<b>FELIXLÂNDIA (MG).....</b>	<b>156</b>
TERRITÓRIO DE ATENÇÃO .....	160



_São Geraldo do Salto.....	160
<b>CURVELO (MG) .....</b>	<b>164</b>
TERRITÓRIO DE ATENÇÃO .....	167
_Comunidade de Paiol de Baixo .....	168
<b>PARAOPEBA (MG) .....</b>	<b>173</b>
TERRITÓRIO DE ATENÇÃO .....	176
_Bairro Dom Cirilo.....	177
<b>CAETANÓPOLIS (MG).....</b>	<b>180</b>
TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO .....	183
_Balaios e Boa Vista .....	184
_Comerciantes de minhocoçu .....	187
<b>SETE LAGOAS (MG) .....</b>	<b>192</b>
<b>PEDRO LEOPOLDO (MG) .....</b>	<b>196</b>
<b>ESMERALDAS (MG).....</b>	<b>200</b>
<b>RIBEIRÃO DAS NEVES (MG) .....</b>	<b>204</b>
TERRITÓRIO DE ATENÇÃO .....	207
_Alameda das Esmeraldas no Bairro Vale da Prata .....	208
<b>CONTAGEM (MG) .....</b>	<b>211</b>
TERRITÓRIO DE ATENÇÃO .....	214
_São Sebastião .....	215
<b>BELO HORIZONTE (MG) .....</b>	<b>219</b>
<b>NOVA LIMA (MG) .....</b>	<b>224</b>
<b>OURO PRETO (MG) .....</b>	<b>228</b>
<b>ITABIRITO (MG).....</b>	<b>232</b>
<b>CONGONHAS (MG) .....</b>	<b>236</b>
TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO .....	239
_Pires.....	240
_Bairro Jardim Profeta .....	243
_Vila Condé .....	246
_Bairro Joaquim Murtinho e Vila Cardoso.....	249
_Vila José Marques .....	252



_Vila Santa Mônica.....	254
<b>CONSELHEIRO LAFAIETE (MG).....</b>	<b>258</b>
TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO .....	261
_Gagé .....	261
_Bairro Barreira.....	264
_Bairros Areal e Santa Rosa .....	266
_Bairro São Sebastião .....	269
_Bairros Santa Matilde e Paulo IV.....	271
<b>CRISTIANO OTONI (MG).....</b>	<b>274</b>
TERRITÓRIO DE ATENÇÃO .....	278
_Cristiano Otoni .....	279
<b>CARANDAÍ (MG).....</b>	<b>282</b>
TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO .....	285
_Bairros Praia e Ponte Chave .....	286
_Distrito de Pedra do Sino .....	289
_Rua São José .....	291
<b>RESSAQUINHA (MG).....</b>	<b>295</b>
TERRITÓRIO DE ATENÇÃO .....	298
_Favelinha .....	299
<b>ALFREDO VASCONCELOS (MG).....</b>	<b>302</b>
TERRITÓRIO DE ATENÇÃO .....	305
_Avenida Minas Gerais.....	306
<b>BARBACENA (MG).....</b>	<b>310</b>
TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO .....	313
_Família Pedrosa, Comunidade de Pombal .....	314
_Correia de Almeida.....	316
_Família “da Silva”, Comunidade de Faixa Azul .....	318
<b>SANTOS DUMONT (MG).....</b>	<b>322</b>
TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO .....	325
_Bairro Cabangu.....	326
_Grota dos Purí .....	329



_ Bairro São Sebastião .....	331
_ Rua Rotary Club.....	334
_ Bairro Águas Espraiadas .....	336
<b>EWBANK DA CÂMARA (MG).....</b>	<b>340</b>
TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO .....	343
_ Região Central de Ewbank da Câmara .....	344
_ Bairro Grotta.....	347



# GLOSSÁRIO/ABREVIACÕES

---

**ADA:** Área Diretamente Afetada pela rodovia BR-040

**AID:** Área de Influência Direta.

**ANTT:** Agência Nacional de Transportes Terrestres

**Cemig:** Companhia Energética de Minas Gerais.

**Coefficiente de Gini:** Medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini.

**Cohab:** Companhia de Habitação.

**Copasa MG:** Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

**CRAS:** Centro de Referência de Assistência Social.

**CREAS:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

**CSN:** Companhia Siderúrgica Nacional.

**CVRD:** Companhia Vale do Rio Doce.

**DER/MG:** Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais.

**DNIT:** Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

**Edificações Cadastradas:** Edificações encontradas na área de influência da rodovia. Nos registros foram coletados dados sobre localização, imagens, tipo de edificação e, quando disponível, informação de contato do proprietário ou da imobiliária.

**Expertise:** Competência ou qualidade de especialista.

**Funai:** Fundação Nacional do Índio.

**EJA:** Educação de Jovens e Adultos.

**Georreferenciamento:** Registro das coordenadas de pontos por meio do uso do GPS.

**GPS:** *Global Positioning System* – Sistema de Posicionamento Global, que fornece a um aparelho receptor móvel a sua posição e informação horária.

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**ID:** *Identifier* – Código identificador da coleta.

**IDH-M:** Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

**IFC:** Corporação Financeira Internacional (*International Finance Corporation – IFC*)



**IPM:** Índice de Pobreza Multidimensional.

**IVAE:** Índice de Vulnerabilidade de Atividade Econômica.

**IVF:** Índice de Vulnerabilidade Familiar.

**KML:** *Keyhole Markup Language* – formato que exibe dados geográficos em navegadores como Google Earth ou Google Maps.

**Monoparental:** família com apenas um adulto e pelo menos uma criança.

**LISA:** *Local Indicators of Spatial Association* – Índice Local de Associação Espacial.

**New Jersey:** Barreira de segurança, geralmente de concreto, utilizada como separador de fluxos de tráfego.

**PAPs:** Pessoas Afetadas pelo Projeto.

**PER:** Plano de Exploração da Rodovia.

**PETI:** Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

**PGS:** Plano de Gestão Social

**PIB:** Produto Interno Bruto.

**População Pesquisada:** refere-se ao número de pessoas reportadas, nas entrevistas realizadas, como residentes nos domicílios.

**PSF:** Programa Saúde da Família.

**Questionários Aplicados:** Referem-se às coletas realizadas em campo, nas edificações da área de influência. Nem todas as edificações tiveram questionários aplicados.

**Sebrae:** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

**Selo Cadastral:** código único de identificação da unidade pesquisada, contendo 15 dígitos, composto a partir das seguintes variáveis: UF, Trecho, Município, Direção e ID.

**SICODA:** Sistema de Coleta de Dados – aplicativo digital.

**Stakeholders:** Públicos estratégicos; partes interessadas.

**SUAS:** Sistema Único de Assistência Social.

**Survey:** Método quantitativo de coleta direta de dados por meio de questionários.

**Territórios de Atenção:** Locais identificados pela equipe da consultoria como sendo de notável situação crítica à vulnerabilidade.

**UF:** Unidade da Federação; estado.





# INTRODUÇÃO

---

O Contrato de Concessão firmado entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e a Concessionária BR-040 S.A. (Via 040), controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (Invepar), estabelece a Concessionária como responsável pela recuperação, operação, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviços do Sistema Rodoviário BR-040. O trecho que está sob sua responsabilidade tem 936,8km de extensão, abrangendo um total de 35 municípios entre Brasília (DF) e Juiz de Fora (MG). O presente Plano abrange toda essa extensão exceto o trecho que coincide com o Anel Rodoviário de Belo Horizonte (MG).

As demandas contratuais sob responsabilidade da Via 040 para administração da Rodovia exigem a remoção de edificações e benfeitorias atualmente situadas na faixa de domínio da BR-040. De acordo com o Plano de Exploração da Rodovia (PER), documento que especifica todas as condições para execução do Contrato, a Concessionária deverá entregar à ANTT, até o final do 24º mês de concessão, um Plano de Gestão Social (PGS). O Plano visa a orientar os processos de deslocamento de atividade econômica, reassentamento involuntário e indenizações necessárias para implementação do empreendimento, de modo a garantir a manutenção ou melhoria das condições de vida população afetada.

Segundo a legislação brasileira, tanto as faixas de domínio quanto as áreas *non aedificandi*<sup>2</sup> do Sistema Rodoviário Nacional devem ser protegidas da instalação de edificações e benfeitorias, tendo em vista as suas finalidades de servirem como apoio à faixa de rodagem da rodovia e garantir a segurança dos usuários. Desse modo, as construções que estão situadas nessas áreas devem ser objeto de reintegração de posse por parte do Poder Público, entendendo-as como territórios de domínio do Estado. Contudo, a retirada dessas pessoas dos locais onde vivem e trabalham resulta em graves problemas sociais, políticos, econômicos e culturais, tendo em vista a reorganização comunitária, territorial e ocupacional da população afetada.

Analisar os impactos gerados pela implantação de empreendimentos para as pessoas que serão desalojadas demanda a compreensão de um ambiente complexo a partir de um olhar multidisciplinar. A separação de suas comunidades originais, restrição de

---

<sup>2</sup> As faixas *non aedificandi* constituem reservas territoriais não edificáveis de 15 (quinze) metros de largura em cada uma das margens, ao longo de toda a faixa de domínio público das rodovias e ferrovias, estando previstas no artigo 4º, inciso III, da Lei nº 6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.



acesso a recursos para reprodução ou continuidade do modo de vida, perda ou redução das fontes de emprego, renda ou meios de sustento são apenas exemplos das diversas consequências que podem decorrer desse processo. A mudança repentina do local de moradia pode gerar impactos duradouros, especialmente entre as pessoas que possuem forte ligação com o território, por motivos econômicos, sociais ou emocionais. Os deslocamentos podem ser ainda mais comprometedores para pessoas em situação de maior vulnerabilidade, tendo em vista suas condições de adaptação a novas situações. A vulnerabilidade pode ocorrer, ainda, como consequência do impacto do empreendimento, ou quando o deslocamento de famílias e atividades econômicas os priva de condições importantes.

Dessa forma, de um lado tem-se a necessidade do Poder Público e de seus demais agentes de primar pela garantia das condições ideais de funcionamento da Rodovia, incluindo o direito à segurança no tráfego, a imprescindibilidade dos bens públicos e sua consequente necessidade de remoção das edificações ali instaladas. De outro lado, há a necessidade de salvaguardar direitos da população que ocupa tais áreas e de se observar as disposições internacionais em relação à forma de condução do processo de desocupação. Os direitos à moradia, ao trabalho e à dignidade da pessoa humana, constitucionalmente estabelecidos no Brasil, exigem que a desocupação dessas áreas observe também os impactos que ela pode acarretar, devendo ser conduzida de forma condizente com a realidade social local.

Este documento apresenta o Plano de Gestão Social para condução das intervenções sociais necessárias para o cumprimento do Contrato de Concessão da Rodovia BR-040, a ser implementado pela Via 040, em observância aos direitos sociais, diretrizes dos órgãos técnicos e princípios que regem processos de tal natureza. Nele, são elencados o Plano de Execução para a Gestão Social, envolvendo a descrição das medidas de remoção, benefícios compensatórios e assistência que serão utilizadas, o método de execução e os planos de Engajamento, Monitoramento e Avaliação adotados para alcance dos objetivos. O documento descreve também os respectivos embasamentos empíricos, legais e teórico-metodológicos que foram utilizados para sua elaboração.

O Plano foi elaborado a partir das informações levantadas pelo Estudo de Socioeconomia, realizado no ano de 2015, que estabeleceu medidas objetivas acerca das condições de vida e situações de vulnerabilidade socioeconômica da população pesquisada, notadamente por meio da construção de indicadores multidimensionais de pobreza e vulnerabilidade socioeconômica. Essas informações servem de guia para indicação das medidas de remoção e benefícios compensatórios, bem como parâmetros para a oferta de assistência especial às situações de maior fragilidade.

Além desses objetivos, as informações socioeconômicas serão utilizadas para avaliação do impacto social das intervenções, a fim de se garantir que as condições de vida das pessoas afetadas não fiquem piores que eram antes do início do projeto. Essas informações representam, ainda, uma situação parâmetro, que possibilitará a



comparação com a realidade dessas pessoas após a intervenção. Os resultados mais importantes do Estudo são apresentados na seção *Resultados por Território*, nos itens *Identificação e Cadastramento das PAPs* e *Perfil Socioeconômico Global das PAPs*.

O Plano tem como base, ademais, as disposições legais nacionalmente reconhecidas, bem como as normas e tratados internacionais que estabelecem diretrizes para processos de remoção e realocação, tais como a necessidade de participação da população e o tratamento especial a indivíduos e famílias vulneráveis, garantido o respeito aos direitos individuais e coletivos das comunidades atingidas. A legislação pertinente, tratados e documentos de referência para execução do trabalho de Gestão Social são apresentados neste documento, na seção *Bases Teórico-Normativas*.

## | OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do Plano de Gestão Social da Via 040 visa possibilitar a condução dos “processos de deslocamento de atividade econômica, reassentamento involuntário de população e indenizações resultantes da implementação do Contrato de Concessão com base nas melhores práticas de mercado, garantindo que as condições de vida das Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAPs) não fiquem piores do que eram quando do início do projeto”.<sup>3</sup>

## | OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos do Plano de Gestão Social:

- Identificar e cadastrar a população e as atividades econômicas que serão diretamente afetadas pelo Projeto (PAPs);
- Levantar o perfil socioeconômico global das PAPs;
- Quantificar os deslocamentos (físicos, econômicos, sociais e culturais) que serão necessários;
- Definir a elegibilidade das PAPs de acordo com as medidas indenizatórias, compensatórias ou assistenciais previstas.

## | PRODUTOS

O Plano de Gestão Social é composto pelos produtos a seguir descritos.

---

<sup>3</sup> AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT (Brasil). Programa de Exploração da Rodovia (PER) BR-040. Trecho Brasília/DF – Juiz de Fora/MG, p. 105.



## Relatório Analítico

O presente relatório especifica objetivos, bases teórico-normativas, metodologia de elaboração e resultados, apresentados em diferentes níveis, a partir de técnicas consistentes de análise dos dados. O documento traz duas grandes seções: Plano de Execução e Resultados por território.

### *Plano de Execução*

Apresenta o fluxo de execução da gestão social, elaborado de acordo com as bases teórico-normativas e técnicas aplicáveis, e a descrição detalhada das ações propostas e insumos necessários. Compõem o relatório os planos de **Engajamento** e de **Monitoramento e Avaliação**, que indicam métodos e ações específicos para, respectivamente, garantir o envolvimento e informação das PAPs e demais públicos de interesse da Via 040 no processo de remoção, além de possibilitar o acompanhamento sistemático, a gestão das ações executadas, bem como a avaliação dos seus resultados.

### *Resultados por território*

A seção de resultados apresenta o exame das principais informações coletadas durante o Estudo de Socioeconomia e leituras de cenário realizados pela equipe de pesquisa. Traz as medidas de remoção, benefícios compensatórios e de assistência social indicadas e as análises sociais que embasaram as escolhas. Os dados são apresentados nos níveis de análise de **trecho**, **município** e **território de atenção**.

## Planilha de Dados

Os resultados do Plano também são apresentados em planilhas de dados, em formato Excel, com telas para visualização das informações sobre as residências e atividades econômicas da ADA em diferentes níveis analíticos. As planilhas foram organizadas de forma a garantir o melhor aproveitamento das informações, primando pela facilidade de visualização e manuseio, em níveis adequados de amplitude e detalhamento.

## Dados Geográficos

Por meio de técnicas de georreferenciamento, os resultados do Plano são disponibilizados, ainda, em arquivo no formato KML, utilizado pelo *software Google Earth*, para visualização de dados geográficos. O arquivo apresenta os dados básicos das edificações pesquisadas, além da situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme resultados dos indicadores, e as medidas de remoção e benefícios



compensatórios indicados para cada caso, com o objetivo de instrumentalizar a equipe da Via 040 em seu trabalho e facilitar a busca de informações das edificações, seus responsáveis e demais moradores.

A partir desse arquivo digital, foram retiradas algumas imagens para ilustrar os resultados deste Plano, por território. Essas imagens mostram a visão aérea espacial e indicam as edificações cadastradas, identificadas por tipologia e medida indicada. Em alguns casos, a captura da coordenada geográfica não coincide exatamente com a localização real da edificação, o que faz com que os ícones apresentados no arquivo estejam, aparentemente, fora da faixa de domínio ou em locais onde não há edificações. O georreferenciamento realizado em campo envolve uma margem de erro devido às seguintes circunstâncias: a entrevista pode ter sido feita, excepcionalmente, em local diferente da edificação cadastrada (na rua, em residência vizinha, no local de trabalho); o equipamento de georreferenciamento foi configurado para uma precisão de até 30 metros; algumas edificações estão em terrenos em que apenas uma parte está localizada dentro da faixa de domínio.

É importante reafirmar que o trabalho de pesquisa contou com treinamento adequado quanto à elegibilidade do público-alvo e foram disponibilizadas, em campo, tecnologias para auxiliar a correta identificação da faixa de domínio e das edificações nela presentes. Além disso, todo o trabalho de campo foi monitorado e foram adotadas estratégias de consistência e tratamento de base de dados para garantir a confiabilidade das informações.



# BASES TEÓRICO-NORMATIVAS

A elaboração do Plano de Gestão Social da Via 040 seguiu os parâmetros legais brasileiros e diretrizes nacionais e internacionais para execução de projetos que envolvem remoção e realocação da população. Além disso, foram consideradas as orientações e políticas da Concessionária para desenvolvimento de seus projetos. Esta seção tem como objetivo apresentar as principais referências adotadas e sintetizar os fundamentos que embasaram a metodologia elaborada para definição das medidas de remoção, benefícios compensatórios e assistência especial às pessoas afetadas pela implementação do empreendimento.

## | FONTES DE INFORMAÇÃO E BIBLIOGRAFIAS

Inicialmente, são listadas abaixo as fontes de informação e bibliografias utilizadas para elaboração deste Plano, divididas entre as gerais – que abrangem territórios nacionais e supranacionais – e as específicas – que se relacionam diretamente aos projetos executados pela Via 040 para cumprimento do Contrato de Concessão com o Poder Público.

### Gerais

- Princípios do Equador, desenvolvido pela *Equator Principles Association*;
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?*. Relatoria Especial da ONU para Moradia Adequada. Disponível em: <[urgent-action@ohchr.org](mailto:urgent-action@ohchr.org)>. Acesso em 30/01/2016.
- BANCO MUNDIAL – BM. *Manual operacional: políticas operacionais: reassentamento voluntário (OP 4.12)*. 2001. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/OPSMANUAL/Resources/210384-1170795590012/op412Portuguese.pdf>>. Acesso em 30/01/2016.
- CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL (*International Finance Corporation – IFC*). Padrões de Desempenho 1 e 5.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES – DNIT (Brasil). *Critérios para elaboração e apresentação dos projetos de desapropriação e reassentamento no âmbito do RDC Integrado*. Anexo II da Nota Técnica nº 011, 2013. Disponível em: <[https://www.google.com.br/search?client=safari&rls=en&q=copy\\_of\\_AnexoII da NotaTcnica011\\_2013\\_DES\\_DPP.pdf&ie=UTF-8&oe=UTF-8&gfe\\_rd=cr&ei=j-fmVsubH42ewQSMoK-4Ag](https://www.google.com.br/search?client=safari&rls=en&q=copy_of_AnexoII da NotaTcnica011_2013_DES_DPP.pdf&ie=UTF-8&oe=UTF-8&gfe_rd=cr&ei=j-fmVsubH42ewQSMoK-4Ag)>.



- Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;
- Quadro de Referência de Reporte em Direitos Humanos (Relatório Ruggie-ONU);
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Princípios orientadores para empresas sobre direitos humanos (UN – Guiding principles on business and human rights)*. Professor John Ruggie. Disponível em: <[http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Conectas\\_PrincípiosOrientadoresRuggie\\_mar2012\(1\)\(2\).pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Conectas_PrincípiosOrientadoresRuggie_mar2012(1)(2).pdf)>. Acesso em 30/01/2016.
- Quadro legal geral do Brasil que decorre da ratificação da Convenção da ONU sobre Direitos Humanos (Declaração Universal de Direitos Humanos), Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e demais convenções que tratam de aspectos específicos relacionados à garantia de direitos humanos fundamentais, tais como a Convenção OIT nº 169/89;
- ISO 26000;
- AA1000 *Stakeholder Engagement Standard* (AA1000SES).

## Específicas

- AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT (Brasil). *Programa de Exploração da Rodovia (PER) BR-040*. Contrato de Concessão. Edital nº 006/2013. Rodovia Federal BR-040. Trecho Brasília/DF – Juiz de Fora/MG.
- Programa de Exploração da Rodovia BR-040, ANTT;
- EIA-RIMA Rodovia BR-040/DF/GO/MG.
- VIA 040. Herkenhoff & Prates. *Estudo de socioeconomia do plano de gestão social da Via 040*. 2015.
- Estudo de Contexto realizado especialmente para o Plano de Gestão Social.
- Diretrizes e políticas da Via 040.
- Expectativas e demandas apresentadas pelos profissionais da Via 040.
- Atas das audiências públicas relativas à Rodovia BR-040 realizadas pela ANTT.

## EMBASAMENTO TÉCNICO POR ASSUNTO

Os documentos apresentados anteriormente contêm as principais recomendações, bases legais, jurisprudências e boas práticas que fundamentaram a metodologia



desenvolvida e as ações elencadas neste Plano. Nesta seção, são explorados temas que merecem maior destaque por sua centralidade para o desenho das soluções propostas, pela importância normativa social que representam e pela relevância para as políticas e diretrizes da Via 040.

## Direito à moradia

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, inciso III, apresenta como um dos fundamentos de nossa República o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo a proteção desse princípio dever não só do Estado, mas de todos os cidadãos. A centralidade que a dignidade da pessoa humana ocupa no ordenamento jurídico nacional destaca a sua implicação nos demais direitos e deveres individuais e coletivos garantidos à população brasileira.

Decorre desse princípio, que, para se viver dignamente, é necessário uma habitação onde se possa exercer as atividades cotidianas, bem como buscar a proteção, segurança, intimidade e privacidade. Todos esses elementos são essenciais para uma existência digna. Ao insculpir em seu texto o princípio da dignidade da pessoa humana, a Constituição resguardou os elementos necessários à sua efetivação, sendo a moradia um deles. Já em sua redação originária, a Carta Magna trata a moradia como necessidade vital das pessoas e famílias:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

A partir do ano de 2000, quando da aprovação da Emenda Constitucional nº 26, a moradia ganhou ainda mais destaque na proteção do princípio da dignidade da pessoa humana. A partir de então, além da educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, a moradia passou a figurar no rol dos direitos sociais tutelados no segundo capítulo da Constituição. Sobre a essencialidade do direito à moradia, leciona o jurista Ingo Wolfgang Sarlet:

[...] sem um lugar adequado para proteger-se a si próprio e a sua família contra as intempéries, sem um local para gozar de sua intimidade e privacidade, enfim, de um espaço essencial para viver com um mínimo de saúde e bem-estar; certamente a pessoa não terá assegurada a sua dignidade,





aliás por vezes, não terá sequer assegurado o direito à própria existência física e, portanto, seu direito à vida.<sup>4</sup>

Tendo em vista a perspectiva apresentada acima, o Poder Judiciário brasileiro vem reconhecendo a necessidade de se garantir o direito à moradia em obras e projetos que envolvam a remoção involuntária da população. Citam-se aqui dois casos recentes e emblemáticos nesse sentido. O primeiro deles diz respeito ao recente julgado do Superior Tribunal de Justiça, de recurso em mandado de segurança contra o cumprimento de ordem de reintegração de posse da Ocupação do Isidoro, em Belo Horizonte (MG). A Corte reconheceu a necessidade de proteção ao direito à moradia e, por conseguinte, a impossibilidade de se efetivar o despejo das famílias residentes na Ocupação sem a observância de diretrizes e normas atinentes aos direitos humanos.<sup>5</sup>

O segundo caso recente em que o Poder Judiciário reconheceu a essencialidade do direito à moradia envolve o projeto de duplicação da Rodovia BR-381. Nesse caso, a Defensoria Pública da União ingressou com ações em favor de famílias que ocupavam, algumas há mais de 40 anos, áreas da faixa de domínio pertencentes ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT). Reconheceu-se que todas as famílias que ocupavam essas áreas tinham direito ao reassentamento digno. A partir de então, por iniciativa da Justiça Federal, inaugurou-se o inovador “Programa Judicial de Conciliação para Remoção e Reassentamento Humanizados de Famílias do Anel Rodoviário e da BR-381”, que contempla a assistência, acompanhamento e garantia de direitos sociais às famílias removidas.

### PROGRAMA CONCILIA BR-381

Promovido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o Programa é implementado em parceria com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU), Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Ministério das Cidades, Projeto Rondon Minas, Caixa Econômica Federal, prefeituras municipais envolvidas e a Comunidade de Moradores

<sup>4</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. O direito fundamental à moradia na Constituição: algumas anotações a respeito de seu contexto, conteúdo e possível eficácia. *Revista Brasileira de Direito Público*, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 82, jul./set. 2003.

<sup>5</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RMS nº 48.316/MG. Rel. Ministro OG Fernandes, Segunda Turma, julgado em 17/09/2015, *DJe* 16 out. 2015. Processual civil e administrativo. Recurso em mandado de segurança. Ocupação do Isidoro. Cumprimento de ordem de reintegração de posse. Pretensão de observância de diretrizes e normas atinentes aos direitos humanos. Efeitos naturais da decisão de demanda individual sobre terceiros. Possibilidade. Ilegitimidade ativa afastada. Incompetência do órgão prolator. Nulidade do acórdão. Correta indicação do Governador do Estado e do Comandante-Geral da PMMG como autoridades supostamente coatoras. Interesse processual. Existência. Indeferimento da exordial pela Corte de origem. Teoria da causa madura. Inaplicabilidade.

do Anel Rodoviário (CMAR). Por meio desses atores, o Programa Judicial de Conciliação disponibiliza assistência e garantia de direitos sociais, com acompanhamento das famílias durante e após o reassentamento. Uma equipe multidisciplinar, composta por psicólogos, arquitetos, engenheiros, assistentes sociais e jurídicos, participa do processo.

A iniciativa garante que cerca de quatro mil famílias, em sua maioria em situação de vulnerabilidade socioeconômica, optem por três modalidades disponíveis: indenização em dinheiro, correspondente ao valor de sua benfeitoria; compra assistida, que é a aquisição de imóveis disponíveis no mercado imobiliário regional; ou uma unidade habitacional nova, a ser construída com recursos oriundos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), em parceria com o Ministério das Cidades. Trata-se, nesse sentido, de uma estratégia única e inovadora, condizente com os preceitos dos tratados internacionais, bem como do ordenamento jurídico nacional, com grande importância para evitar que os processos de remoção não acabem por gerar, para as famílias afetadas, situação de maior vulnerabilidade a que estavam inseridas antes da obra.

As decisões apresentadas acima destacam a necessidade de que, nos processos que envolvam remoções de famílias de suas residências, especialmente de indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, seja garantido o direito à justa e prévia indenização, bem como a possibilidade de realocação do núcleo familiar. Dessa forma, busca-se assegurar que, ao sair de sua morada atual, a família impactada pelo projeto seja encaminhada para uma nova moradia, que lhe permita viver da mesma forma ou melhor do que vivia antes.

## Reassentamento Digno e Qualidade de Vida

De acordo com a Relatoria Especial para o Direito à Moradia Adequada sobre Megaeventos de 2010 da Organização das Nações Unidas (ONU), em casos de desalojamento coletivo forçado, em respeito às normativas internacionais de direitos humanos e ao princípio da proporcionalidade, impõe-se garantir: 1) informação aos ocupantes, previamente, da data planejada para o despejo; 2) a presença de agentes públicos durante o cumprimento da medida (visando mediar uma solução pacífica e resguardar a integridade psicofísica de todos os envolvidos); 3) a identificação de todos aqueles responsáveis para a promoção da remoção forçada; 4) a realização da desocupação durante o dia e em data com razoáveis condições climáticas; 5) a assistência para quem se sentir lesado pleitear reparação; 6) evitar que sejam gerados desabrigados.

O *Padrão de Desempenho 5 – Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário*, elaborado pela *International Finance Corporation (IFC)*, reconhece que os processos de aquisição de terra vinculados a um projeto geram impactos adversos sobre as pessoas e as comunidades que utilizam a terra. Em especial, o documento destaca as situações em que há a necessidade de reassentamento involuntário da população, incluindo tanto o deslocamento físico (relocação ou perda de abrigo), como



econômico (perda de bens ou de acesso a bens ocasionando perda de fontes de renda ou de outros meios de sustento). De acordo com o Padrão, deve-se:

- Evitar, e quando não for possível, minimizar o deslocamento explorando elaborações alternativas do projeto.
- Evitar o despejo forçado.
- Prever e evitar ou, quando não for possível, minimizar os impactos ambientais e sociais adversos decorrentes da aquisição de terra ou de restrições a seu uso (i) por meio de indenização por perda de bens pelo custo de reposição e (ii) certificando-se de que as atividades de reassentamento sejam executadas após a divulgação apropriada de informações, consulta e a participação informada das partes afetadas.
- Aperfeiçoar ou recuperar os meios de subsistência e os padrões de vida das pessoas deslocadas.
- Melhorar as condições de vida das pessoas fisicamente deslocadas mediante o fornecimento de moradia adequada, com garantia de propriedade<sup>6</sup> nos locais de reassentamento.<sup>7</sup>

O *Manual Operacional do Banco Mundial – Políticas Operacionais* corrobora essa proposta e reforça a necessidade de se atenuar os efeitos causados às pessoas, quando for inevitável o reassentamento involuntário:

A experiência do Banco indica que se o reassentamento involuntário em projetos de desenvolvimento, não for complementado com medidas atenuantes, causa, muitas vezes graves riscos econômicos, sociais e ambientais: os sistemas de produção são desagregados; pessoas deparam-se com um empobrecimento quando perdem o seu patrimônio ou fontes de renda; populações são realocadas para locais onde a respectiva capacidade de produção pode ser menos utilizada e a competição pelos recursos maior; instituições comunitárias e as redes sociais são enfraquecidas; grupos de familiares são dispersados; e a identidade cultural, autoridade tradicional e o potencial para ajuda mútua se perdem ou diminuem.<sup>8</sup>

O referido documento destaca ainda que:

*(b) (...) Pessoas deslocadas deverão ser consultadas extensivamente e deverão ter oportunidades para participar do planejamento e implementação de programas de reassentamento.*

---

<sup>6</sup> O documento esclarece, na nota de rodapé nº 5, que por garantia de propriedade entende-se “que as pessoas ou comunidades deslocadas são reassentadas em um local que poderão ocupar legalmente e onde estarão protegidas do risco de despejo”.

<sup>7</sup> IFC. Padrão de Desempenho 5. p. 28.

<sup>8</sup> p. 1.

(c) Pessoas deslocadas deverão ser assistidas nos seus esforços para melhorarem o modo e condições de vida ou pelo menos para restaurar, em termos reais, as condições previamente ao reassentamento ou ao início da implementação do projeto, prevalecendo o qual for mais elevado.<sup>9</sup>

Nos termos do *Padrão de Desempenho 5 – Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário*, podem ser classificadas como pessoas deslocadas no âmbito do projeto, aquelas que:

17. (...) (i) tenham direitos legais formais à terra ou a bens por elas ocupados ou usados; (ii) não tenham direitos legais formais sobre a terra ou bens, mas tenham pretensão a esta terra que seja reconhecida ou reconhecível pela legislação nacional ou que (iii) não tenham direitos nem pretensões legais reconhecíveis à terra ou aos bens por elas ocupados ou usados. O censo estabelecerá a situação das pessoas deslocadas.

No primeiro e segundo casos, deverá ser oferecida uma propriedade em substituição de igual ou maior valor, garantia de propriedade, características melhores ou equivalentes, vantagens de localização ou indenização pecuniária. Já no terceiro caso, deve ser oferecido um conjunto de opções de moradia adequada, com garantia de propriedade para que essas pessoas possam ser reassentadas legalmente sem ter de enfrentar o risco do despejo forçado.

Já o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-HABITAT),<sup>10</sup> destaca que a segurança da posse, isto é, sua estabilidade após o decurso do tempo, é um dos fundamentos principais do direito à moradia. Para a Organização, é essencial a proteção contra desejos forçados, entre outras ameaças, por meio da segurança da posse. Nesse sentido, reforça a jurista Letícia Marques Osório:

A segurança da posse é um ponto central do direito à moradia e à terra pois sem ela – independentemente se formal ou informal – o direito à moradia vai estar em permanente ameaça, e o risco de despejo ou deslocamento forçado será sempre iminente. A segurança da posse, por se tratar de elemento central do direito humano à moradia, deve ser assegurado a todos, com igualdade e sem discriminação, abrangendo todos os indivíduos e famílias independentemente de idade, status econômico, grupo ou outra afiliação e status.<sup>11</sup>

Considerando esses aspectos e tendo em vista que, nos processos de

---

<sup>9</sup> p. 1 e 2.

<sup>10</sup> Disponível em: <[www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)>.

<sup>11</sup> OSÓRIO, Letícia Marques. Direito à moradia adequada na América Latina. In: ALFONSIN, B.; FERNANDES, E. (Org.). *Direito à moradia e segurança da posse no estatuto da cidade: diretrizes, instrumentos e processos de gestão*. Belo Horizonte: Fórum, 2004, p. 35.



reassentamento involuntário, a diretriz primeira é que as famílias afetadas não podem ter as condições de vida pioradas em decorrência dos deslocamentos, deve-se considerar que: 1) as pessoas deslocadas sejam destinadas para outros locais de moradia; 2) os novos locais ofereçam segurança da posse; 3) as pessoas deslocadas tenham assistência para manter ou mesmo melhorar suas condições de vida.

## Indenização Assistida

Como forma de garantir que as condições de vida das pessoas afetadas por projetos que envolvam a remoção involuntária não sejam pioradas, é necessário estar atento, ainda, às situações de vulnerabilidade em relação aos impactos do empreendimento. Sobre esse assunto, o *Manual Operacional do Banco Mundial – Políticas Operacionais* destaca que o mutuário deve preparar um Plano ou Política de Reassentamento que englobe os seguintes fatores:

(b) Se os impactos incluírem a nova fixação física, o plano de reassentamento ou o sistema de política de reassentamento incluem medidas para garantir que as pessoas deslocadas deverão

(i) receber assistência (tal como subsídios de mudança) durante o reassentamento; e [...]

(c) Sempre que seja necessário para alcançar os objetivos da política, o plano de reassentamento ou o sistema de política de reassentamento incluirão também medidas para assegurar que às pessoas deslocadas

(i) seja oferecido, após a deslocação, apoio durante um período de transição, com base numa estimativa razoável do tempo provável necessário para restaurar os seus meios de sobrevivência e condições de vida; e

(ii) seja prestada assistência para desenvolvimento além das medidas de compensação descritas no parágrafo 6(a)

(iii), tais como preparação da terra, facilidades de crédito, formação profissional ou oportunidades de emprego.

De acordo com essas orientações, portanto, faz-se essencial que as pessoas e comunidades atingidas por processos de reassentamento involuntário sejam devidamente assistidas. A oferta de indenização sem nenhum tipo de acompanhamento e instrução aos indenizados, que permitam que os valores sejam efetivamente destinados à aquisição de uma nova habitação, pode ferir o direito essencial à moradia, especialmente para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Tal situação pode levar ao desabrigo ou ao reestabelecimento em locais irregulares, em litígio ou mesmo em áreas de risco.

Segundo a definição do DNIT, no documento *"Critérios para Elaboração e Apresentação dos Projetos de Desapropriação e Reassentamento no âmbito do RDC*



*Integrado*", a indenização assistida<sup>12</sup>,

[...] é uma modalidade de reassentamento que consiste na aquisição de moradias regulares disponíveis no mercado imobiliário regional, sob o fito de remover as famílias residentes em áreas de risco e/ou áreas de influência direta de intervenções infraestruturais (obras públicas).<sup>13</sup>

O acompanhamento e a assistência às famílias devem englobar a conscientização de que os valores recebidos a título de indenização têm como objetivo garantir as condições para que elas se reestabeleçam em uma nova moradia, em condições iguais ou melhores às anteriores. Desse modo, deve-se evitar que o dinheiro seja utilizado para outros fins, a despeito da compra de novo imóvel. Vale lembrar ainda que, para a maioria dos cidadãos, os processos de regularização imobiliária são excessivamente burocráticos e complicados. A Concessionária também deverá prestar assistência nesse âmbito, de modo a garantir a segurança da posse. Nesse sentido, é que a indenização assistida seria de grande valia para que a família tenha o devido acesso à informação e instrução, evitando-se assim que ela adquira um imóvel irregular, e esteja sujeita a, posteriormente, passar por novo processo de remoção.

O DNIT considera ainda que a indenização assistida apresenta vantagens em relação à construção de unidades habitacionais no que tange à agilidade processual e à possibilidade de reestabelecer a família em bairros já consolidados e estruturados. Por outro lado, a viabilidade dessa alternativa depende da capacidade mercadológica local em absorver a demanda.<sup>14</sup> Nesse sentido, é preciso cuidados especiais para evitar processos de especulações imobiliárias em função do planejamento e execução da compra assistida. Sabe-se que, por vezes, o simples fato de haver obras seguidas de reassentamento faz com que os proprietários aumentem sobremaneira os valores dos imóveis disponíveis na região.

Para a operacionalização da indenização assistida, o DNIT considera que devem ser atendidas, necessariamente, as seguintes exigências: *a) emissão de atestado técnico por engenheiro civil, garantindo que o imóvel a ser adquirido não esteja em área de risco ou apresente defeitos construtivos ou condições insalubres; b) emissão de atestado jurídico quanto à regularidade fiscal, documental e cartorária do imóvel.*

---

<sup>12</sup> O DNIT nomeia compra assistida o mesmo procedimento que, neste Plano de Gestão Social, é chamado de indenização assistida.

<sup>13</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES – DNIT (Brasil). Critérios para Elaboração e Apresentação dos Projetos de Desapropriação e Reassentamento no âmbito do RDC Integrado. Anexo II da Nota Técnica 011, 2013. Disponível em: <[https://www.google.com.br/search?client=safari&rls=en&q=copy\\_of\\_AnexoII da NotaTcnica011\\_2013\\_DES\\_DPP.pdf&ie=UTF-8&oe=UTF-8&gfe\\_rd=cr&ei=j-fmVsubH42ewQSMoK-4Ag](https://www.google.com.br/search?client=safari&rls=en&q=copy_of_AnexoII da NotaTcnica011_2013_DES_DPP.pdf&ie=UTF-8&oe=UTF-8&gfe_rd=cr&ei=j-fmVsubH42ewQSMoK-4Ag)>.

<sup>14</sup> Op. cit., DNIT, 2013.



Para viabilizar a indenização assistida, há ainda a possibilidade de articulação com os poderes públicos locais para pesquisar a existência de programas habitacionais similares nos âmbitos municipal, estadual ou federal, identificando as principais características e valores praticados, a fim de não apresentar uma proposta de reassentamento conflitante com os programas já existentes.

Para fins de definição de valores da indenização, deve ser realizada pesquisa que busque identificar os montantes normalmente praticados no mercado local, ou mesmo valores estabelecidos na legislação municipal caso haja essa modalidade de reassentamento.<sup>15</sup> Sempre que possível, um parâmetro que pode ser adotado são aqueles praticados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) no respectivo município.

Boas práticas<sup>16</sup> em projetos de remoção e reassentamento indicam critérios de análise para operacionalização da indenização assistida. Após a indicação da nova moradia pela família beneficiária, são recomendadas as seguintes análises:

- **Análise Social:** deve considerar a especificidade da família e emitir um parecer sobre os aspectos sociais do imóvel. Ex.: se houver idoso na família, observar se a moradia fica próxima a um posto de saúde; Se houver crianças, observar se a nova moradia está localizada em local próximo ou acessível à escola; Se a moradia possuía valor maior que o da compra assistida, deve ser feita análise da situação socioeconômica para verificar se há possibilidade de pagamento da diferença, sem comprometer a própria subsistência da família.
- **Análise Técnica:** atestado de profissional da engenharia ou arquitetura, garantindo que o novo imóvel possui condições de habitabilidade que englobam desde a estrutura física, quanto reconhecimento de área de risco, e mesmo condições de higiene, saneamento etc.
- **Análise Jurídica:** análise quanto à regularidade fiscal, documental e cartorária do imóvel. Quando não for possível a identificação da documentação da propriedade, essa análise deve permitir a identificação das condições mínimas de segurança da posse, em conformidade com a legislação municipal, bem como a situação fundiária do município.

Entende-se que as três análises são necessárias para a concretização de todas as diretrizes até então destacadas. Ainda que não se tome como obrigatória a análise

---

<sup>15</sup> No caso de Belo Horizonte, o valor estabelecido para a compra assistida é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais.), de acordo com a política do PROAS. Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&IdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&lang=pt\\_br&pg=5580&tax=8174](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&IdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&lang=pt_br&pg=5580&tax=8174)>.

<sup>16</sup> Como, por exemplo, o Programa Judicial de Conciliação para Remoção e Reassentamento Humanizados de Famílias do Anel Rodoviário e da BR-381.



dos três aspectos, disponibilizar às famílias reassentadas atendimento social, técnico e jurídico, com atendimento dos profissionais das respectivas áreas parece ser o modo mais viável de realizar um reassentamento involuntário adequado.

## Equipe Multidisciplinar

O tópico busca expor referências normativas e a necessidade da atuação de equipe qualificada e multidisciplinar para colocar em prática as ações delineadas neste plano. A equipe seria responsável por prestar toda a assistência e administrar o andamento da remoção e da realocação.

O documento intitulado *Padrão de Desempenho n. 5 Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário*<sup>17</sup> quando trata dos requisitos (p. 3, item 9) postula que:

O cliente somente tomará posse da terra adquirida e dos bens correlatos depois que a indenização for disponibilizada e, se aplicável, quando os locais para o reassentamento e o custeio das despesas de mudança tiverem sido fornecidos às comunidades e pessoas deslocadas, além da indenização.

O documento chama, ainda, a atenção<sup>18</sup> para que, em alguns casos, não seja viável pagar a indenização a todas as pessoas afetadas antes que haja a tomada de posse da terra, por exemplo, quando a propriedade da terra em questão estiver sendo contestada:

Tais circunstâncias serão identificadas e acordadas caso a caso, e os recursos serão disponibilizados, por exemplo, mediante depósito em uma conta de depósito em garantia antes que o deslocamento aconteça.

Ainda em relação ao pagamento das indenizações, o documento ressalta:<sup>19</sup>

Os pagamentos indenizatórios podem ser parcelados em situações em que um pagamento único em dinheiro poderia comprovadamente prejudicar os objetivos sociais e/ou do reassentamento ou em que houver impactos sobre as atividades de subsistência.

Um caso típico que demanda assistência da equipe multidisciplinar é o de uma família que já foi indenizada e precisa desocupar o imóvel para que seja demolido. Desta forma, a equipe seria responsável por fazer a verificação da desocupação. Outro exemplo seria no acompanhamento dos casos em que a indenização deverá

---

<sup>17</sup> CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL (*International Finance Corporation – IFC*). Padrões de Desempenho 5.

<sup>18</sup> Op. cit., item 9, nota de rodapé 14.

<sup>19</sup> Op. cit., item 9, nota de rodapé 15.





ser paga em duas parcelas. A família receberá a primeira parcela da indenização de imediato e a segunda somente após desocupar o imóvel. Nesses casos, a equipe poderia monitorar a situação para evitar que essas famílias recebam os valores e não desocupem o imóvel.

Casos verificados em outros processos de remoção e que se pretende evitar com a atuação da equipe são o da utilização dos valores da indenização para: comprar imóveis precários e irregulares sem qualquer segurança na posse; comprar carros; realizar procedimentos cirúrgicos (neste caso com o apoio da equipe pode haver inclusive a articulação com redes de modo a garantir que a pessoa seja atendida pelo SUS); pagar aluguel por algum tempo e gastar o restante do dinheiro.

Ter profissionais de diversas áreas, capazes de dar suporte à família antes, durante e depois do processo de reassentamento é essencial para o cumprimento de todas as normas e diretrizes que norteiam as políticas de reassentamento involuntário. Do contrário, é possível que se gerem graves riscos econômicos e sociais, além do empobrecimento das famílias afetadas. Nesse sentido, a equipe multidisciplinar deve ser composta por profissionais das seguintes áreas:

**Social:** profissionais habilitados para compreender as especificidades de cada uma das famílias, além de auxiliá-las na inserção em políticas públicas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade.

**Técnica:** profissionais habilitados para fazer análises técnicas das moradias disponíveis no mercado imobiliário ou mesmo orientar as famílias na hora de adquirir ou construir as novas moradias em temas tocantes a saneamento, edificações, habitabilidade, entre outros.

**Jurídica:** profissionais habilitados para prestar a orientação necessária sobre a regularidade do imóvel a ser adquirido ou mesmo a situação fundiária do bairro ou região onde se deseja comprar o imóvel, sempre visando a garantia da segurança da posse.



# METODOLOGIA

---

O Plano de Gestão Social tem como objetivo direcionar as ações de remoção, realocação, indenização e assistência necessárias para a adequada execução das obras de duplicação e conservação da BR-040, nos trechos sob Contrato de Concessão da Via 040. O estabelecimento das ações está embasado nos *marcos legais, boas práticas e diretrizes nacionais e internacionais* explicitados na seção anterior. Entre as orientações contidas nesses documentos, dois deles norteiam a metodologia aqui apresentada e, por isso, merecem maior destaque: a importância de se oferecer assistência especial às pessoas em situação de elevada vulnerabilidade e/ou pobreza; e a necessidade de se garantir que as condições de vida das pessoas afetadas não fiquem piores que eram antes do início do Projeto da Via 040.

Para observância de tais direcionamentos, foi necessário realizar um aprofundado *Estudo de Socioeconomia* ao longo dos trechos concedidos. O Estudo identificou, cadastrou e caracterizou as famílias e atividades econômicas diretamente afetadas pela implantação do empreendimento da Via 040. Os métodos empregados tiveram como foco a distinção das famílias e negócios que apresentam notória condição de vulnerabilidade socioeconômica e/ou pobreza. Para tanto, foram construídos indicadores a partir de um enquadramento multidimensional, baseado na concepção de que a renda, por si só, não é capaz de captar satisfatoriamente as condições de vida da população. Os métodos multidimensionais entendem a condição de privação como polissêmica e territorializada, isto é, caracterizada por dimensões diversas, cuja importância na definição da pobreza varia entre os territórios.

Além das informações sobre vulnerabilidade e pobreza, a elaboração do Plano de Gestão Social também foi baseado em um *Estudo de Contexto Socioeconômico* das áreas diretamente impactadas pelo empreendimento. Esse Estudo foi feito por meio de visitas investigativas a todos os territórios de atenção,<sup>20</sup> no período de janeiro a fevereiro de 2016, por profissionais da consultoria especializada e da Via 040. Durante as visitas, foram realizadas entrevistas qualitativas, pesquisa observacional e vivência territorial. A partir da aplicação dessas técnicas de investigação, foram observadas variáveis de padrão de serviços públicos ofertados, organização territorial, relacionamento entre as pessoas impactadas, laços afetivos, pertencimento e/ou dependência do território e organização social.

---

<sup>20</sup> Durante a realização do Estudo de Socioeconomia, a partir das estratégias qualitativas de coleta de dados, foram destacadas algumas localidades que merecem maior atenção por parte da equipe de Gestão Social da Via 040, como em casos de generalizada situação de vulnerabilidade socioeconômica, forte mobilização, articulação comunitária e incidência de manifestações. Esses locais foram nomeados "Territórios de Atenção".

A junção das disposições legais e diretrizes sobre o assunto, os dados socioeconômicos da população afetada e as informações de contexto territorial permitiu a identificação de medidas de remoção e benefícios compensatórios adequados para cada edificação cadastrada. A execução do Plano de Gestão Social deve ser, sobretudo, participativa, como explicitado e fundamentado neste documento nas seções *Introdução* e *Bases Teórico-Normativas*.

Para se conseguir a informação e participação das PAPs no processo, a Via 040 deve empenhar ações de comunicação, mobilização, atendimento e assistência. Tais ações são responsáveis pela interlocução e diálogo com as PAPs, devendo ser executadas como parte de todas as demais ações do projeto que tenham interface com as pessoas afetadas. A implementação das medidas indicadas nesse plano deve, portanto, seguir uma dinâmica de diálogo com cada responsável pelas edificações a serem removidas. Esse fluxo de execução participativo, descrito na seção Plano de Execução, gera novos insumos para uma possível adaptação das medidas inicialmente indicadas neste plano. Por sua capilaridade, as equipes sociais e de comunicação que executam tais ações são importante meio de informação para a empresa. Para o sucesso da intervenção, a atuação deve ser munida de tecnologias de gestão de dados sociais, para correto armazenamento das interações, atualização de informações e andamento do processo de remoção e indenização.

Destaca-se, dessa forma, a relevância da *equipe social multidisciplinar* da Via 040 para execução do plano. A equipe acompanhará as interações da empresa com a população afetada, desde antes do início até depois de terminadas as intervenções. A configuração de uma equipe multidisciplinar de atendimento é classificada como uma medida de assistência, descrita nesta seção, mas deve também ser entendida como uma medida de comunicação, negociação e de gestão para a Concessionária e, conseqüentemente, para a sociedade brasileira. Será responsável por organizar e informar o processo de adaptação das medidas indicadas de acordo com o andamento das negociações. A equipe pode se transformar em importante fonte de informação e comunicação para as pessoas afetadas, sejam demandas por atenção e diálogo, necessidades especiais, vulnerabilidades específicas ou acentuadas. Nas seções a seguir, são apresentadas as metodologias utilizadas para elaboração dos indicadores de vulnerabilidade e pobreza, bem como para definição da medidas, benefícios e assistência especial aplicáveis a cada edificação.

## INDICADORES DE VULNERABILIDADE E POBREZA

Com o objetivo de organizar os dados coletados durante o Estudo de Socioeconomia e apresentá-los de maneira objetiva, permitindo uma compreensão rápida, simples e apurada da condição de vida da população diretamente afetada, foram adotados três indicadores multidimensionais de vulnerabilidade



socioeconômica e pobreza.<sup>21</sup> A opção por *indicadores multidimensionais* justifica-se pelo entendimento de que os fenômenos analisados são de natureza múltipla, isto é, provocados por um conjunto de fatores.<sup>22</sup>

Em relação ao conceito de *vulnerabilidade*, embora ele tenha ganhado importante espaço na discussão de políticas públicas, programas e projetos sociais nos últimos anos, sua aplicação carece de uma definição mais clara, existindo, atualmente, formas distintas para sua mensuração. Segundo o DNIT, órgão responsável por implementar as políticas de infraestrutura no Brasil, “a vulnerabilidade socioeconômica atrela-se às situações de risco pertinentes a parcelas socialmente desfavorecidas – ou, em outros termos, carentes”.<sup>23</sup> Para o Departamento, é a esta parcela que devem recair os direitos à moradia, ao trabalho e à dignidade humana, mesmo que conflitantes com as prerrogativas patrimoniais dos bens públicos. Dessa forma, os indicadores selecionados buscaram considerar a complexidade e a heterogeneidade da realidade social, de modo a permitir que as ações delineadas sejam focalizadas nas dimensões e nos problemas que as pessoas estão efetivamente enfrentando.

Neste Plano, são adotados três indicadores multidimensionais: (a) **Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)**; (b) **Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF)**; e (c) **Índice de Vulnerabilidade da Atividade Econômica (IVAE)**. Todos eles permitem a mensuração da condição de vida da população diretamente afetada pelas operações da Via 040 a partir de uma abordagem multidimensional. Entretanto, diferem-se pelas dimensões consideradas no cálculo e o objetivo atribuído a cada um deles.

## USO DOS INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS

Os índices representam uma estratégia metodológica elaborada pela Herkenhoff &

<sup>21</sup> Indicador é uma medida quantitativa utilizada para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato de interesse – no caso deste estudo, a pobreza e a vulnerabilidade socioeconômica – composto por diversos itens.

<sup>22</sup> Três razões principais justificam a opção por essa metodologia. Em primeiro lugar, nota-se que, muitas vezes, a variável “renda” ou os métodos tradicionais de classificação socioeconômica são insuficientes para a caracterização de uma população, isso porque nem sempre aspectos econômicos ou sociodemográficos expressam a real situação vivenciada pelos indivíduos na saúde ou na educação, por exemplo. Em segundo lugar, é possível observar que as pessoas descrevem sua condição de vida de forma ampla, citando desde a exclusão econômica e a baixa escolarização até condições precárias de habitação e violência. Em terceiro lugar, a abordagem multidimensional permite identificar o *locus* ou a causa principal da pobreza vivenciada por uma família, apontando quais elementos são responsáveis pela sua condição de privação.

<sup>23</sup> Cf. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES – DNIT (Brasil). Metodologia: pesquisa básica de vulnerabilidade socioeconômica. 2013 . Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/download/planejamento-e-pesquisa/desapropriacao-e-reassentamento/metodologia.pdf>>.

Prates para **identificação das situações críticas** encontradas durante a pesquisa, caracterizando-as pela **intensidade da pobreza e vulnerabilidade** dos indivíduos, bem como demonstrando as **dimensões em que elas incidem** na realidade dessas pessoas. Nesse sentido, os índices devem ser utilizados como ponto de partida e direcionamento das ações a serem implementadas pela Via 040, identificando pontos prioritários de atenção. Contudo, o tratamento dado pela Concessionária às famílias e atividades econômicas encontradas nessas situações deve levar em consideração as suas especificidades, tendo em vista o conjunto de informações coletadas acerca dos modos e condições de vida da população.

Os três índices são detalhados a seguir.<sup>24</sup>

## Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

O **Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)**, criado pela *Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI)*, é uma medida internacional utilizada para mensurar o fenômeno da pobreza a partir da identificação das privações experimentadas pelos indivíduos em três dimensões: educação, saúde e padrão de vida. O IPM permite analisar tanto a incidência de pobreza multidimensional, isto é, a proporção de pessoas multidimensionalmente pobres na população pesquisada, quanto a intensidade da pobreza vivida por essas pessoas, adotando assim uma visão holística das vulnerabilidades da família.

O IPM é uma medida flexível, que pode ser elaborada de acordo com as especificidades do território analisado. Neste estudo, o cálculo do IPM foi baseado em sua medida **Global**, padronizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud/ONU) em seu Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, sendo incluída uma nova dimensão ao índice, qual seja: *renda*.<sup>25</sup>

**QUADRO 1. Construção dos indicadores do IPM**

Dimensão	Indicador	Descrição	Peso
Educação	Anos de escolaridade	Nenhum membro do domicílio acima de 15 anos que frequenta a escola superou o ensino fundamental ou aqueles que não mais estudam não completaram 5 anos de estudos.	12,5%

<sup>24</sup> A fim de garantir a validade e a adequação à realidade dos domicílios e atividades econômicas contempladas, os indicadores multidimensionais foram revisados a partir dos dados coletados durante o pré-teste da pesquisa.

<sup>25</sup> A opção por incluir a dimensão Renda ao Cálculo Global do IPM deve-se à necessidade de adequação da medida à realidade local, tendo sido baseada em diferentes testes estatísticos e comparações às informações coletadas, a fim de que a classificação dos domicílios entre grupos, segundo o resultado do IPM, refletisse a situação encontrada pelos pesquisadores.

Dimensão	Indicador	Descrição	Peso
	Frequência escolar	Pelo menos uma criança em idade escolar – 6 a 15 anos – não frequenta a escola.	12,5%
Saúde	Mortalidade infantil*	Houve registro de mortalidade infantil no domicílio nos últimos 5 anos	12,50%
	Nutrição*	Ocorrência de indivíduo (criança ou adulto) em situação de desnutrição.	12,50%
Padrão de Vida	Eletricidade	Domicílio não possui energia elétrica.	4,166%
	Piso	A maioria dos cômodos do domicílio possui piso sem revestimento.	4,166%
	Sanitário	O domicílio não possui sanitário com escoamento adequado (rede geral de esgoto, pluvial ou por fossa séptica).	4,166%
	Água	O domicílio não é servido por água canalizada	4,166%
	Combustível para cozinhar	O domicílio não possui fogão a gás e utiliza fogão à lenha ou fogareiro a querosene.	4,166%
	Bens domésticos	O domicílio não possui mais de um bem doméstico dentre os seguintes: rádio; televisão; telefone fixo; geladeira ou freezer; automóvel para uso particular.	4,166%
Renda	Renda domiciliar per capita	Renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo (R\$ 394,00) ou um de seus membros recebe algum benefício de programas sociais governamentais.	25,00%
<b>Total</b>			<b>100%</b>

Fonte: OPHI<sup>26</sup> | Herkenhoff & Prates (2015).

Para realizar o cálculo do IPM, cada uma das dimensões recebe o mesmo peso, equivalente a 25% do total do Índice, independentemente do número de indicadores que possui. O mesmo acontece com os indicadores no interior de cada dimensão. Para cada domicílio, é realizado o somatório de suas privações, multiplicadas por seus respectivos pesos. Ao final, o IPM é expresso por um valor que varia entre 0 e 1, que representa a proporção de privações às quais os domicílios sob análise estão submetidos.

**QUADRO 2. Possíveis situações dos domicílios expostos à avaliação do IPM**

Situação de Pobreza (Grupos)	Resultado do IPM
Não pobres	Até 20% de privações
Vulneráveis à pobreza	Entre 20% e 33% de privações

<sup>26</sup> Cf. ALKIRE, S., CONCONI, A. ROBLES, G. SETH, S. *Multidimensional Poverty Index - Winter 2014/15: Brief Methodological Note and Results*. University of Oxford. 2015. Disponível em <[http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/MPI-2015-Brief-Methodological-Note\\_1-5-15.pdf](http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/MPI-2015-Brief-Methodological-Note_1-5-15.pdf)>. Todos membros do *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI)



Pobres	Entre 33% e 50% de privações
Severamente pobres	50% ou mais de privações

Fonte: OPHI | Herkenhoff & Prates (2015).

São estabelecidos quatro cortes entre os domicílios expostos à avaliação, definindo os seguintes grupos: *não pobres*, *vulneráveis à pobreza*, *pobres* e *severamente pobres*, conforme apresentado no quadro acima. Para fins de análise, neste relatório, os domicílios serão identificados como *não pobres* ou *pobres*, sendo que este último reúne as categorias de *pobres* e *severamente pobres* do IPM, compatível com a perspectiva adotada pela política socioassistencial no país.

## Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF)

O Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF) mensura as condições das famílias a partir do impacto gerado pelo empreendimento, ou seja, tendo em vista a possibilidade de remoção das famílias de seu atual domicílio. Partindo da compreensão de que a vulnerabilidade social decorre de causas e consequências diversas, o IVF abrange as condições de vida e os riscos sociais que atingem a população pesquisada.

O Índice é composto por seis dimensões, que se desdobram em 16 indicadores. As dimensões analisadas são estrutura familiar, escolaridade e qualificação, trabalho, saúde, relação com a propriedade e relações sociais. A pontuação é igual para cada um dos indicadores, equivalente a 6,25% do total do Índice. O IVF, assim como o IPM, também é expresso por um valor que varia entre 0 e 1, em que quanto mais próximo a 1, maior é a vulnerabilidade da família.



QUADRO 3. Construção dos indicadores do IVF

Dimensão	Indicador	Descrição	Peso
Estrutura Familiar	Senilidade	Presença de pessoa idosa, acima de 60 anos de idade.	4,76%
	Crianças e adolescentes	Presença de criança e/ou adolescente de até 15 anos de idade.	4,76%
	Gravidez*	Gestante residindo no domicílio.	4,76%
Escolaridade e qualificação	Educação básica incompleta	Presença de adulto, com idade igual ou superior a 18 anos, sem haver concluído o ensino médio.	7,14%
	Qualificação	Ausência de adulto, com idade igual ou superior a 18 anos, com escolaridade de nível superior.	7,14%
Trabalho	Desemprego	Mais da metade dos membros em idade ativa no domicílio (idade igual ou superior a 15 anos) sem trabalho atualmente.	7,14%
	Informalidade	Presença de membro do domicílio, em idade ativa, trabalhando informalmente, isto é, sem carteira assinada.	7,14%
Renda	Renda domiciliar per capita	Renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo (R\$ 394,00) ou um de seus membros recebe algum benefício de programas sociais governamentais.	14,29%
Saúde	Pessoas com deficiência	Presença de pessoa portadora de deficiência (física, visual, auditiva ou mental).	7,14%
	Doença	Presença de pessoa com alguma das doenças listadas: hanseníase (lepra), doença neurológica (Afásias, Alzheimer, esclerose múltipla, Parkinson, síndromes), AIDS, câncer ou depressão.	7,14%
Relação com a propriedade	Atividade econômica no domicílio	Existência de atividade econômica em operação no domicílio.	4,76%
	Subsistência	Existência de atividade produtiva em operação no domicílio com fins, exclusivos ou não, de subsistência, isto é, gerar alimento para o consumo dos próprios moradores do domicílio.	4,76%
	Propriedade imobiliária	Responsável pelo domicílio é proprietário, posseiro ou agregado (ex.: caseiro ou empregado doméstico) no imóvel em que reside e não possui outro imóvel residencial.	4,76%
Relações Sociais	Dependência comunitária	Moradores do domicílio dependem de familiares ou vizinhos para cuidado de pessoas (ex.: crianças e adolescentes, pessoas idosas, com enfermidades ou com deficiências) para desenvolvimento de suas atividades usuais.	7,14%
	Situação de risco	Morador habitual do domicílio encontrando-se em uma das seguintes situações de risco: alcoolismo, dependência de drogas, preso nos últimos 12 meses, cumprindo medidas socioeducativas, em situação de rua ou morando involuntariamente em abrigo.	7,14%
Total			100%

\*Não considerada para domicílios com apenas 1 morador.

Fonte: Herkenhoff & Prates (2015).





QUADRO 4. Possíveis situações dos domicílios expostos à avaliação do IVF

Nível de Vulnerabilidade	Resultado do IVF
Não vulnerável	0,00
Nível 1	De 0,01 a 0,25.
Nível 2	De 0,25 a 0,50.
Nível 3	De 0,51 a 0,75.
Nível 4	Acima de 0,75

Fonte: Herkenhoff & Prates (2015).

Com base no valor do IVF, as famílias são classificadas em cinco categorias, definidas de acordo com a intensidade da vulnerabilidade experimentada por elas diante da incidência dos efeitos do empreendimento. São elas: não vulnerável, nível 1, nível 2, nível 3 e nível 4. Destaca-se que apenas a primeira categoria não apresenta vulnerabilidade, sendo as demais diferenciadas apenas pelo total de fatores considerados como vulneráveis nas famílias pesquisadas. **Para fins de análise, neste relatório, os domicílios identificados como altamente vulneráveis são aqueles que apresentam nível 3 ou 4 de vulnerabilidade familiar.**

## Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da Atividade Econômica (IVAE)

Por sua vez, o Índice de Vulnerabilidade da Atividade Econômica (IVAE) é uma metodologia desenvolvida pela Herkenhoff & Prates, especificamente para este Projeto, com o intuito de diagnosticar a situação das edificações do entorno da Rodovia destinadas a atividades econômicas. O índice busca identificar os impactos gerados para o negócio, o proprietário e sua família e os demais trabalhadores da atividade, a partir da implementação do empreendimento da Via 040. A medida foi elaborada com o mesmo rigor metodológico e consistência dos indicadores apresentados anteriormente.

O IVAE é composto por três dimensões – dependência territorial, dependência econômica e contexto – que, por sua vez, contêm sete indicadores. Cada dimensão possui um peso específico, dividido igualmente entre seus indicadores, de acordo com a relevância de determinado traço latente para a configuração da vulnerabilidade, conforme apresentado na tabela abaixo:



**QUADRO 5. Construção dos indicadores do IVAE**

Dimensão	Indicador	Pontuação	Peso
Dependência territorial	Atividade	2 - Atividade econômica na área de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. 1 - Atividade econômica comercial. 0 - Outras atividades econômicas.	12,5%
	Tempo de instalação	2 - Acima de 15 anos de funcionamento. 1 - De 5 a 15 anos de funcionamento. 0 - Menos de 5 anos de funcionamento.	12,5%
Dependência econômica	Empresa familiar	2 - Todos os membros do domicílio do responsável pela atividade econômica que têm condições de trabalhar atuam nesta atividade econômica. 0 - Nem todos os membros do domicílio do responsável pela atividade econômica que têm condições de trabalhar atuam nesta atividade econômica.	25%
	Renda	2 - Renda mensal domiciliar per capita de até R\$ 400,00. 1 - Renda mensal domiciliar per capita entre R\$ 400,00 e R\$ 788,00, sendo pelo menos 50% provenientes da atividade econômica pesquisada. 0 - Renda mensal domiciliar per capita superior a R\$ 788,00.	25%
Contexto	Idade do proprietário	2 - Acima de 60 anos. 1 - De 45 a 60 anos. 0 - Até 45 anos.	8,3%
	Escolaridade do proprietário	2 - Até Ensino Fundamental completo. 1 - Ensino Médio incompleto ou completo. 0 - Maior ou igual à Educação Superior incompleta.	8,3%
	Potencial desemprego	2 - Indústria: acima de 20 anos   Comércio e Serviços: acima de 10. 1 - Indústria: até 19   Comércio e Serviços: até 9.	8,3%
<b>Total</b>			<b>100%</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2015).

Em seguida, as respostas dos entrevistados são multiplicadas pelo peso previamente atribuído a elas, chegando a uma pontuação final, que pode variar de 0 a 1. As faixas de pontuação são, em seguida, divididas em cinco categorias (não vulnerável, nível 1, nível 2, nível 3 e nível 4). **Para fins de análise, neste relatório, as atividades econômicas identificadas como altamente vulneráveis são aquelas que apresentam nível 3 ou 4 de vulnerabilidade da atividade econômica.**

**QUADRO 6. Possíveis situações das atividades econômicas expostas à avaliação do IVAE**

Nível de Vulnerabilidade	Resultado do IVAE
Não vulnerável	0,00
Nível 1	De 0,01 a 0,25.
Nível 2	De 0,26 e 0,50.
Nível 3	De 0,51 e 0,75.
Nível 4	Acima de 0,75



Fonte: Herkenhoff & Prates (2015).

Os dados analisados neste relatório refletem tão somente a situação dos moradores entrevistados, localizados na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento, e não ao de suas comunidades ou municípios como um todo. As referências a essas duas categorias são utilizadas como forma de localizar geograficamente as edificações entrevistadas e relacioná-las ao seu contexto mais geral.

## | MATRIZ DE ELEGIBILIDADE DE MEDIDAS E BENEFÍCIOS

A partir dos dados socioeconômicos das pessoas afetadas, das informações de contexto e das bases teórico-normativas sobre o assunto, foi elaborada a Matriz de Elegibilidade das medidas de remoção ou benefícios compensatórios. Nela, foram estruturados critérios e condições objetivas para a indicação das ações aplicáveis a cada edificação cadastrada na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento da Via 040. Por meio dela, é possível se chegar às medidas e benefícios mais adequados à realidade das pessoas atingidas. Foram definidas seis diferentes medidas de remoção e benefícios compensatórios, conforme apresentado no quadro abaixo:

MEDIDAS DE REMOÇÃO E BENEFÍCIOS COMPENSATÓRIOS
Indenização: compensação financeira por perdas e danos provocados pelo empreendimento.
Indenização Assistida: compensação financeira por perdas e danos provocados pelo empreendimento, com acompanhamento de equipe técnica especializada voltada para garantir a aquisição de nova edificação.
Realocação Individual: construção ou aquisição de nova edificação, a partir de uma abordagem individual, que pode ou não estar associada à disposição anterior das edificações.
Realocação Coletiva: construção ou aquisição de nova edificação, a partir de uma abordagem grupal, que pode ou não estar associada à disposição anterior das edificações.
Reintegração de Posse: ação possessória resguardada pelo Código Civil brasileiro em que se busca a tutela da posse quando há esbulho, ou seja, quando há perda integral da posse, tomada de forma injusta por terceiro.
Edificações não Caracterizadas: <sup>27</sup> referem-se aos casos em que não há dados socioeconômicos de pessoas responsáveis pela edificação.

<sup>27</sup>A inexistência de dados socioeconômicos decorre da não aplicação do questionário do Estudo de Socioeconomia pelos seguintes motivos ou características das edificações: (a) empresas, indústrias e empreendimentos de grande porte; (b) edificações que não abrigam famílias ou atividades econômicas, tais como associação de moradores, Igrejas e equipamentos públicos; (c) postos de gasolina; (d) ausência temporária de residentes (de longa duração),



A indicação de medidas de remoção e benefícios compensatórios para cada edificação cadastrada considerou as seguintes variáveis:

### CRITÉRIOS E CONDIÇÕES PARA DEFINIÇÃO DAS MEDIDAS E BENEFÍCIOS

**Dependência da Rodovia:** são dependentes da Rodovia as atividades econômicas que comercializam produtos ou prestam serviços prioritariamente aos usuários da BR-040.

**Pobreza e Vulnerabilidade:** foram classificados como pobres ou de alta vulnerabilidade os domicílios e atividades econômicas identificados como pobres ou severamente pobres, segundo o cálculo do IPM, ou classificados nos níveis 3 e 4 do IVF ou IVAE.

**Atividade Tradicional:** são as atividades econômicas, formais ou informais, que utilizam conhecimentos, inovações e práticas criadas entre os próprios povos ou comunidades que as empreendem, e que são transmitidas oralmente e na prática cotidiana pela tradição.

**Vínculo Comunitário:** possuem forte vínculo comunitário os domicílios e atividades econômicas de um território no qual (a) 75% das famílias residem no local há, pelo menos, 10 anos; ou (b) 75% das famílias possuem pelo menos um familiar morando na vizinhança; ou (c) 75% das atividades econômicas estão instaladas no local há, pelo menos, cinco anos.

**Dificuldades para Reestabelecimento:** apresentam fragilidades os domicílios e atividades econômicas em que foram identificadas pelo menos uma das seguintes situações: (a) família monoparental (com apenas um adulto e pelo menos uma criança); (b) todos os membros da família são idosos; (c) responsável pela edificação possui alguma doença crônica; (d) responsável pela edificação possui deficiência física; (e) responsável pela edificação não completou o ensino fundamental; (f) responsável pela atividade econômica é idoso.

**Concentração de Atividades Econômicas:** há concentração quando, em um mesmo território, há cinco ou mais atividades econômicas.

**Dependência da Atividade Econômica para Renda Familiar:** a renda familiar é dependente da atividade econômica quando esta é a sua única fonte de renda.

**Homogeneidade Socioeconômica do Território:** possuem condição socioeconômica homogênea os territórios em que pelo menos 70% das famílias são pobres ou severamente pobres ou que esse mesmo percentual agregue as famílias não pobres ou vulneráveis à pobreza.

moradias abandonadas ou atividades econômicas extintas; (e) moradias para aluguel ou venda sem ocupação; (f) atividade econômica sazonal, como barracas desocupadas, sem responsável no local; (g) situações em que somente parte da propriedade, sem edificação, está na faixa de domínio, ou ainda situações em que a linha da faixa de domínio esteja no limite da propriedade; (h) um responsável pela edificação não foi encontrado, após duas visitas, ou não se dispôs a responder.



As matrizes de elegibilidade foram elaboradas separadamente para cada tipo de edificação cadastrada. A figura abaixo apresenta a Matriz aplicada às edificações exclusivamente domiciliares.

**FIGURA 1. Matriz de Elegibilidade para edificações exclusivamente domiciliares**



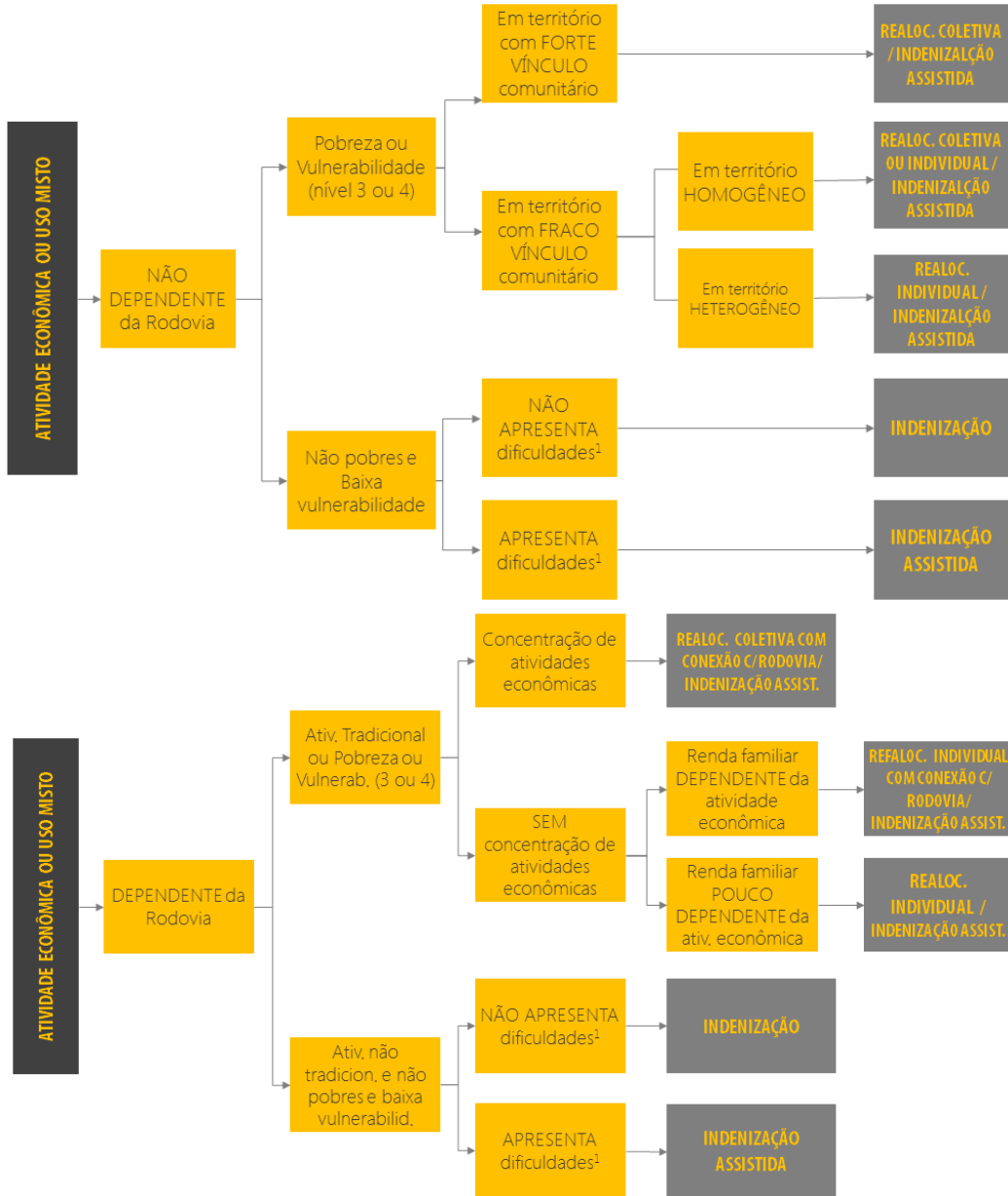
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

<sup>1</sup>Situações de fragilidade: (a) família monoparental (com apenas um adulto e pelo menos uma criança); (b) todos os membros da família são idosos; (c) responsável pela edificação possui alguma doença crônica; (d) responsável pela edificação possui deficiência física; (e) responsável pela edificação não completou o ensino fundamental; (f) responsável pela atividade econômica é idoso.

Às edificações voltadas exclusivamente para atividades econômicas e de uso misto foi aplicada a Matriz que se segue:



FIGURA 2. Matriz de Elegibilidade para atividades econômicas ou de uso misto



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

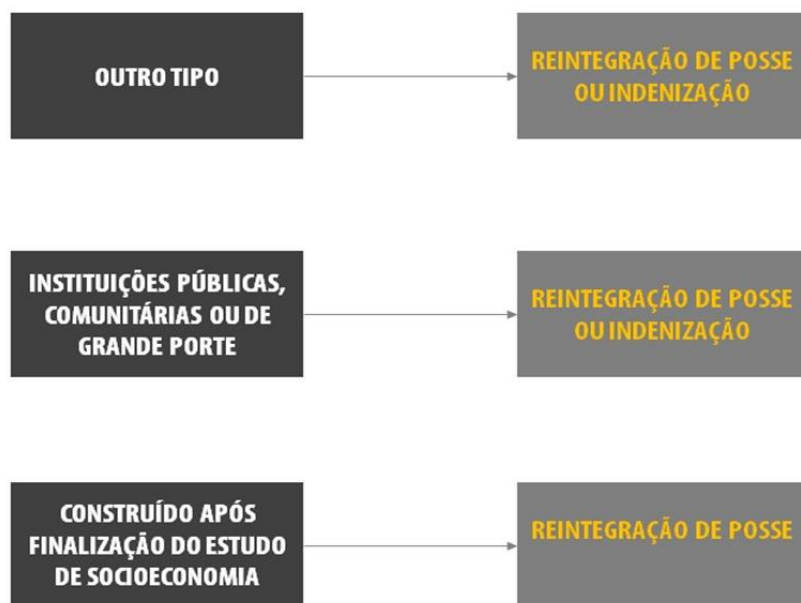
¹Dificuldade de restabelecimento: (a) família monoparental (com apenas um adulto e pelo menos uma criança); (b) todos os membros da família são idosos; (c) responsável pela edificação possui alguma doença crônica; (d) responsável pela edificação possui deficiência física; (e) responsável pela edificação não completou o ensino fundamental; (f) responsável pela atividade econômica é idoso.

Os casos categorizados como *outro uso* não se encaixam nas definições de domicílio ou atividade econômica, compreendendo casas e empresas em construção e lotes vagos delimitados. Por sua característica, não foram caracterizadas por meio do questionário socioeconômico. Para eles, foram indicadas as medidas de reintegração de posse ou



indenização. A mesma medida será aplicada também às edificações classificadas como instituições públicas, comunitárias e de grande porte.<sup>28</sup>

**FIGURA 3. Matriz de Elegibilidade para edificações de outro tipo, instituições públicas, comunitárias ou de grande porte e as construídas após finalização do Estudo de Socioeconomia**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Para os casos de edificações erguidas na faixa de domínio após a conclusão do Estudo de Socioeconomia, a medida aplicada será a reintegração de posse, além das medidas assistenciais, não sendo elegíveis as medidas de indenização ou benefício.

## | MEDIDAS ASSISTENCIAIS

Além das medidas de remoção e benefícios compensatórios apresentados, é preciso que o trabalho de Gestão Social esteja atento às fragilidades verificadas nos domicílios e atividades econômicas, com o intuito de orientar o tratamento dado aos seus moradores e responsáveis. As fragilidades representam situações críticas, identificadas durante o Estudo de Socioeconomia, que podem gerar dificuldades para o efetivo reestabelecimento das famílias e negócios removidos de suas atuais edificações.

<sup>28</sup> A descrição da tipologia encontra-se na seção Resultados por Território – Identificação e cadastramento das PAPs.



Conjuntamente às ações de realocação e indenização, a Via 040 deverá adotar medidas transversais para assistência às situações de fragilidades da população atingida, de modo compatível às demandas específicas das pessoas de cada edificação. Nesse sentido, torna-se importante a atenção à manutenção do acesso dessa população aos serviços de saúde, educação e assistência social. O processo de realocação deverá considerar, também, as condições produtivas das famílias e negócios que forem removidos, especialmente nos domicílios em que são desenvolvidas atividades de subsistência e atividades econômicas cujo trabalho está associado ao uso da terra e de recursos naturais. Para cada edificação pesquisada, foi destacada a incidência das seguintes fragilidades:

### FRAGILIDADES DAS FAMÍLIAS E NEGÓCIOS

#### Edificações exclusivamente domiciliares:

- Presença de idoso.
- Presença de criança.
- Presença de gestante.
- Presença de pessoa com doença crônica.
- Presença de pessoa com deficiência intelectual.
- Presença de pessoa com deficiência física.
- Inquilino pobre.
- Fam. com atividade de subsistência.

#### Edificações de atividades econômicas:

- Atividade econômica associada ao uso da terra e recursos naturais.

#### Todas as edificações:

- Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre.

As tratativas assistenciais exigirão um empenho significativo da Gestão Social da Via 040. Para tanto, a Concessionária deverá dispor de **Equipe Multidisciplinar** para a realização do trabalho social necessário às atividades de remoção das Pessoas Diretamente Afetadas pelo Projeto. A Equipe será composta por profissionais das áreas sociais pertinentes. Entre suas funções, está a de dar encaminhamentos às fragilidades da população removida, notadamente em contato com a rede local de serviços públicos. Além das fragilidades elencadas acima, a Equipe também será responsável por identificar outras dificuldades e situações críticas nos domicílios e atividades econômicas atingidas. As estratégias de assistência adotadas e a atuação da equipe multidisciplinar estão descritas na seção *Plano de Remoção – Medidas Assistenciais*.





# PLANO DE EXECUÇÃO

A execução da Gestão Social, proposta neste plano, envolve uma série de processos a serem conduzidos pela Via 040. A Gestão Social teve início com a produção do Estudo de Socioeconomia, em 2015, – que balizou a indicação de medidas de remoção e benefícios compensatórios descritos neste documento – e deverá ser seguida pelo levantamento fundiário das edificações e pela execução das etapas de engajamento, remoção e monitoramento e avaliação. As seções que se seguem propõem um fluxo de execução da Gestão Social e apresentam a descrição detalhada de cada grupo de ações.

A implementação do Plano de Gestão Social será realizada em um ambiente complexo, no qual estão reunidos diferentes contextos socioeconômicos e atores sociopolíticos, incluindo comunidades, movimentos sociais, pequenas, médias e grandes empresas, organizações do poder público. Faz-se necessário adotar uma perspectiva dialógica junto a esse público, atendendo às legislações e orientações pertinentes e primando pelo alcance de resultados sociais positivos. Para lidar com essa tarefa, são propostas estratégias de **Engajamento e Comunicação** para implementação do Plano de Gestão Social. O processo de informação, engajamento e participação está previsto nas normas e referências nacionais e internacionais<sup>29</sup> como essencial para a adequada execução de remoções e realocações. Tais iniciativas compõem o fluxo de gestão social. Dada sua relevância para a consecução dos objetivos foi elaborada uma seção específica para o assunto – Engajamento e Comunicação – que explicita em mais detalhes os objetivos e estratégias adotados. Da mesma forma, as ações de **Monitoramento e Avaliação** estão elencadas no fluxo de execução da Gestão Social e também são descritas mais detalhadamente em tópico exclusivo.

## | MACRO FLUXO DA GESTÃO SOCIAL

Como forma de orientar o encadeamento das ações que decorrerão da implementação deste Plano, é proposto um macro fluxo de execução das atividades. O seguimento dessas etapas será fundamental para garantir o sucesso dos processos de gestão e o alcance de resultados.

---

<sup>29</sup> Destacam-se, nesse sentido, os Princípios do Equador e os Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental, do IFC.

## MACRO FLUXO DA GESTÃO SOCIAL

1. Estudo de Socioeconomia:
  - a. Identificação e cadastramento das PAPs;
  - b. Detalhamento do Perfil Socioeconômico Global das PAPs.
2. Elaboração do Plano de Gestão Social, envolvendo a definição de medidas de remoção, benefícios compensatórios e medidas assistenciais.
3. Diálogo estratégico com o Poder Público dos municípios afetados.
4. Reuniões de diálogo – Apresentação do projeto às PAPs.
5. Canais de suporte e atendimento.
6. Gestão de manifestações.
7. Avaliação da necessidade e adequação das remoções.
8. Notificação às PAPs sobre a decisão final do projeto de remoção.
9. Avaliação fundiária.
10. Diálogo direto – Definição participativa de medidas e benefícios.
11. Levantamento de impactos.
12. Execução da remoção:
  - a. Aviso prévio da remoção e agendamento da mudança;
  - b. Apoio logístico de mudança;
  - c. Resgate de materiais de construção;
  - d. Moradia temporária.
13. Medidas assistenciais.
14. Monitoramento e avaliação.

## | DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

### Estudo de Socioeconomia

O Plano foi elaborado a partir das informações levantadas pelo Estudo de Socioeconomia, realizado no ano de 2015, que estabeleceu medidas objetivas acerca das condições de vida e situações de vulnerabilidade socioeconômica da população instalada na faixa de domínio da Rodovia, notadamente por meio da construção de indicadores multidimensionais de pobreza e vulnerabilidade socioeconômica. Um dos principais objetivos do estudo foi o de mapeamento dos atingidos pelo projeto e de



identificação e qualificação dos grupos de pessoas mais vulneráveis.<sup>30</sup> Essas informações servem de guia para indicação das medidas de remoção e benefícios compensatórios, e fornecem parâmetros para a oferta de assistência especial às situações de maior fragilidade. A partir do estudo foram cumpridas as etapas de **Identificação e Cadastramento das PAPs** e de **Detalhamento do Perfil Socioeconômico Global das PAPs**, exigidos no Programa da Exploração da Rodovia.

Além desses objetivos, as informações socioeconômicas podem ser utilizadas pela Equipe de Gestão Social da Concessionária como um *marco zero*, isto é, uma situação parâmetro, que possibilitará a comparação com a realidade dessas pessoas após a intervenção, permitindo a avaliação dos impactos do empreendimento. Nesse sentido, o Estudo de Socioeconomia atende ao desafio da Via 040 de compreender a realidade da população atingida pelo Projeto e garantir que ela não seja afetada negativamente por suas ações.

Os resultados do estudo foram organizados em relatório, planilha de dados e arquivo georreferenciado (KML). Uma síntese é apresentada neste documento na seção *Resultados por Território*, nos itens *Identificação e Cadastramento das PAPs* e *Perfil Socioeconômico Global das PAPs*.

## Medidas de Remoção e Benefícios Compensatórios

O conjunto de ações sociais para remoção das edificações da faixa de domínio da BR-040 é classificado em uma série de medidas e benefícios compensatórios, tal como apresentado abaixo. As medidas e benefícios são prestados às PAPs antes, durante e depois do projeto, acompanhadas das demais medidas assistenciais previstas neste plano, de acordo com cada caso.

### *Indenização*

Compensação financeira por perdas e danos provocados pelo empreendimento. Deve viabilizar a realocação em condições de vida similares ou melhores (garantia da não piora da qualidade de vida), cobrir investimentos em benfeitorias e perdas relativas à paralisação de atividades econômicas (“lucro cessante”). Quando legalmente condizente, deve incluir o valor indenizatório pela posse do terreno. Nessa modalidade, a população recebe o valor financeiro em espécie.

### *Indenização assistida*

---

<sup>30</sup> Diretrizes nacionais e supranacionais tratam do tema, tais como o guia “Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções”, da Relatoria Especial da ONU para Moradia Adequada.



Compensação financeira por perdas e danos provocados pelo empreendimento, nos moldes da medida *Indenização*.<sup>31</sup> Contempla, ademais, o acompanhamento de uma equipe técnica especializada voltada para aquisição de nova edificação e manutenção ou melhoria da qualidade de vida da população atingida. A assistência deve garantir que a verba indenizatória seja efetivamente usada para a compra de uma nova moradia e que esta esteja em condições apropriadas de uso e legalidade fundiária. É indicada para casos em que a população apresenta alguma das seguintes fragilidades: (1) família monoparental (com apenas um adulto e pelo menos uma criança) ou (2) todos os membros são idosos ou o (3) responsável pelo domicílio possui alguma doença crônica ou (4) alguma deficiência física ou (5) baixa escolaridade (até fundamental incompleto) ou se responsável pela atividade econômica é (6) idoso ou possui (7) escolaridade baixa. Para justificativa dessa medida, aspectos legais e parâmetros de execução, ver tópico "*Indenização Assistida*" na seção *Bases Teórico-Normativas*.

As medidas de realocação, individuais ou coletivas, contribuem para a manutenção das condições de vida dos atingidos no novo local de moradia. De acordo com as novas informações levantadas durante o contato com as PAPs e demais atores locais, tais medidas poderão ser substituídas pela indenização assistida, seguindo as estratégias cabíveis para se alcançar os resultados propostos em termos de condição de vida da população atingida.

### *Realocação coletiva*

Realocação coletiva das famílias, via aquisição de habitação, a partir de uma abordagem grupal que pode ou não estar associada à disposição anterior das edificações. Realocação coletiva dos empreendedores e/ou suas famílias, mediante a construção ou aquisição de estabelecimentos econômicos/terrenos, a partir de uma abordagem grupal que pode ou não estar associada à disposição anterior das edificações e terrenos. A indicação de realocação coletiva pode ser substituída pela indenização assistida, de acordo com informações coletadas no decorrer da execução do projeto.

#### Realocação coletiva com acesso à Rodovia

A realocação deverá ser realizada em local com condições de acesso à Rodovia semelhantes às da antiga edificação. Nesses casos, deve-se evitar a flexibilização da medida para Indenização assistida, dados os aspectos socioeconômicos e os critérios de elegibilidade.

---

<sup>31</sup> Deve viabilizar a realocação em condições de vida similares ou melhores (garantia da não piora da qualidade de vida), cobrir investimentos em benfeitorias e perdas relativas à paralização de atividades econômicas ("lucro cessante"). Quando legalmente condizente, deve incluir o valor indenizatório pela posse do terreno.



### *Realocação individual*

Realocação individual das famílias, via construção ou aquisição de habitação, a partir de uma abordagem pessoal, que pode ou não estar associada à disposição anterior da edificação que habitavam. Realocação individual dos empreendedores e/ou suas famílias, via construção ou aquisição de estabelecimentos econômicos/terrenos, a partir de uma abordagem pessoal que pode ou não estar associada à disposição anterior das edificações. A indicação de Realocação individual pode ser substituída pela Indenização assistida, de acordo com informações coletadas no decorrer da execução do projeto.

#### Realocação individual com acesso à Rodovia

A realocação deverá ser realizada em local com condições de acesso à Rodovia semelhantes às da antiga edificação. Nesses casos, deve-se evitar a flexibilização da medida para Indenização assistida, dados os aspectos socioeconômicos e os critérios de elegibilidade.

### *Reintegração de posse*

Ação possessória resguardada pelo Código Civil brasileiro em que se busca a tutela da posse quando há esbulho, ou seja, quando há perda integral da posse, tomada de forma injusta por terceiro.

### *Edificações não caracterizadas*

A classificação da medida como *Edificações não caracterizadas* refere-se aos casos em que não há dados socioeconômicos de pessoas responsáveis pela edificação. O *survey* proposto para o Estudo de Socioeconomia para o Plano de Gestão Social da Via 040, realizado em 2015, é de natureza censitária, isto é, pretendeu coletar dados de todas as edificações existentes ao longo da Área Diretamente Afetada pelo empreendimento. Em algumas situações, no entanto, a pesquisa compreendeu apenas o cadastramento da edificação, não sendo necessária a aplicação do questionário. Todos esses casos exigiram apenas o registro georreferenciado, com ponto de GPS e foto, não sendo realizada a caracterização socioeconômica. São elas:

1. Edificações classificadas como de **outro tipo**, que não se enquadram na classificação de domicílio, atividade econômica ou uso misto, compreendendo casas e empresas em construção e lotes vagos delimitados, dentre outros.
2. **Instituições públicas, comunitárias ou de grande porte**, compreendendo (a) empresas, indústrias e empreendimentos de grande porte, (b) edificações que não abrigam famílias ou atividades econômicas, tais como associação de moradores, Igrejas e equipamentos públicos, (c) postos de gasolina.



3. **Área de fronteira:** situações em que somente parte da propriedade, sem edificação, está na faixa de domínio, ou ainda situações em que a linha da faixa de domínio esteja no limite de uma propriedade caracterizada como Atividade econômica.
4. Situações em que foi realizado **Apenas cadastro**, tais como (d) ausência temporária de residentes (de longa duração), moradias abandonadas ou atividades econômicas extintas; (e) moradias para aluguel ou venda, sem ocupação; (f) atividade econômica sazonal, como barracas desocupadas, sem responsável no local.

Para os demais casos, foram realizadas, no mínimo, duas visitas a cada edificação, a fim de aplicar o questionário de socioeconomia ao proprietário ou aos demais representantes dos domicílios e atividades econômicas. Dessa forma, diante da impossibilidade de realização da pesquisa na primeira tentativa, seja pela ausência dos responsáveis ou por outros motivos desconhecidos, os pesquisadores retornaram às edificações para uma nova tentativa. Nessas situações, os pesquisadores deixaram a Carta de Aviso de Visita, com mensagem indicando o número de telefone da Herkenhoff & Prates para os moradores, solicitando que entrassem em contato com a Consultoria, sem custo para eles. Uma equipe interna da Herkenhoff & Prates ficou disponível durante todo o período da pesquisa para a aplicação do questionário via telefone. Na impossibilidade de realização da entrevista, após as tentativas descritas, tais edificações foram passíveis de **Apenas cadastro**.

Todos esses casos em que não há, portanto, dados socioeconômicos que possibilitem a elegibilidade às medidas de remoção e benefícios compensatórios elencados neste plano, são apresentados como **Edificações não caracterizadas** nas tabelas de *Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações*.

## Diálogo estratégico com o Poder Público dos municípios afetados

Para que as estratégias delineadas neste Plano possam ser implementadas de forma eficiente e adequada, considerando os diferentes contextos e perspectivas locais e assegurando legitimidade ao processo de deslocamento de atividades econômicas, reassentamento involuntário de populações e indenizações, a Via 040 promoverá um diálogo consistente junto ao Poder Público dos municípios atingidos pelo empreendimento. Espera-se que esse diálogo seja pautado pela cooperação entre os atores e a complementariedade de esforços, visando ao melhor aproveitamento de iniciativas existentes e o alcance de soluções apropriadas.

A proposta de diálogo junto ao poder público local parte do entendimento de que os municípios nos quais deverá ser desenvolvido o trabalho de Gestão Social da Via



040 apresentam características e dinâmicas sociais, econômicas, culturais e políticas distintas e, por isso, demandam melhor compreensão de seu contexto, seguido da proposição de intervenções específicas para cada realidade. Dessa forma, entende-se que a Gestão Social desses territórios deva ser promovida a partir de modelos que se ajustem às características e condições dos municípios.

Buscar-se-á uma interlocução próxima da equipe de Gestão Social da Concessionária com órgãos e agentes públicos municipais, por meio de reuniões estratégicas de planejamento e articulação institucional, contendo três temáticas específicas, além de outras que surgirem no decorrer do projeto, conforme apresentado abaixo:

### *Planejamento das Ações de Gestão Social*

A primeira etapa de trabalho para o estabelecimento de um diálogo de alinhamento com a administração pública municipal deve ser o seu envolvimento no processo de planejamento das ações desenvolvidas pela Via 040 na localidade, notadamente na implementação das medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos neste Plano. Desse modo, pretende-se obter a contribuição do poder público para o dimensionamento de alternativas locacionais e de tratativas específicas para a população impactada.

São também objetivos específicos do diálogo com a administração dos municípios:

- Identificar a opinião dos agentes municipais em relação aos impactos do empreendimento no território.
- Registrar as perspectivas dos agentes municipais sobre os processos de reassentamento, assim como aspectos que devem ser ponderados durante as atividades setoriais.
- Identificar aspectos do marco regulatório e das legislações urbanas e ambientais municipais que podem influenciar o trabalho de Gestão Social da Via 040 no local.
- Obter dados oficiais que possam auxiliar as atividades de remoção e realocação das famílias e negócios do município, tais como código de obras e posturas, procedimento de licenciamento de obras e aprovação de projeto.
- Conhecer os projetos em desenvolvimento nas áreas econômica e social, bem como as perspectivas da gestão municipal nessas áreas.

Neste momento, sugere-se que seja apresentada a análise socioeconômica realizada acerca da área que será diretamente afetada pelo empreendimento no município, incluindo a apresentação das famílias e negócios que serão removidos de suas atuais edificações. Ademais, deverão ser apresentadas as propostas da empresa para a remoção e compensação de seus proprietários e demais moradores, bem como os locais em que se pretende reestabelecer os indivíduos que serão realocados.



Após a apresentação dessas informações, espera-se que os órgãos e agentes públicos locais possam indicar situações mais sensíveis às quais têm conhecimento, sugestões às alternativas locais mais adequadas para instalação das famílias e demais estratégias que contribuam para que o trabalho da Gestão Social no município ocorra de forma eficiente e efetiva, em garantia à manutenção das condições de vida das pessoas afetadas.

### *Articulação para Medidas Transversais*

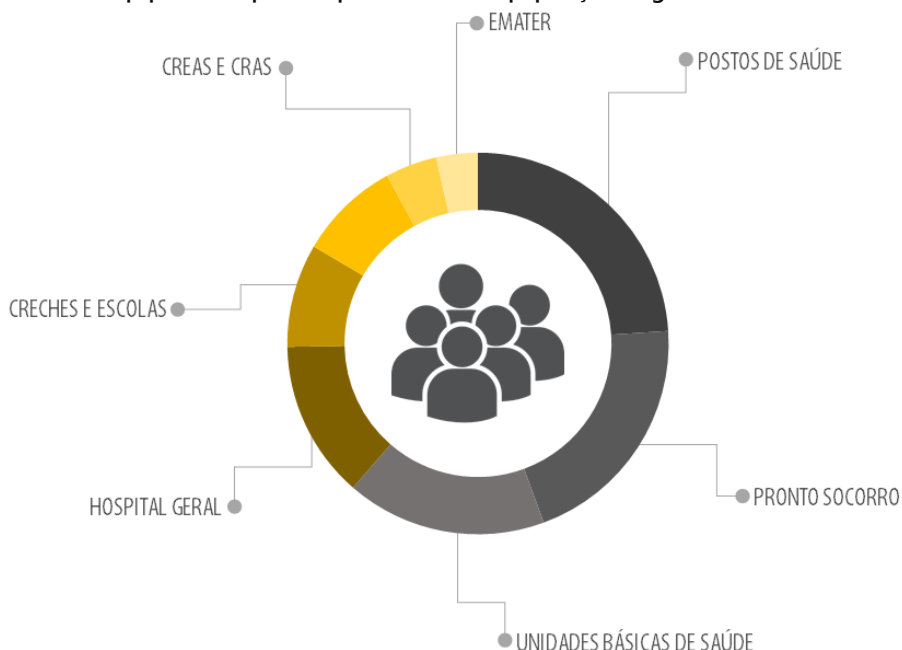
A presença de fragilidades importantes nos domicílios e atividades econômicas identificadas ao longo da Área Diretamente Afetada (ADA) pela Rodovia BR-040 exigirá, para além das medidas de remoção e benefícios compensatórios, o delineamento de tratativas transversais por parte da Gestão Social da Via 040. Essas ações serão desenvolvidas por meio da equipe multidisciplinar da Concessionária. Entre as tarefas a serem desempenhadas por essa equipe, destaca-se a garantia de que, durante todo o processo de remoção e realocação, as pessoas tenham garantidos seus direitos, notadamente à saúde, educação, segurança, lazer e cultura.

No entanto, entende-se que tal tarefa possa ser, em muitas de suas estratégias de atuação, correlata a diversas iniciativas e políticas públicas existentes nos municípios. A fim de aproveitar os esforços e investimentos já realizados nos territórios, a Via 040 poderá apoiar-se nas políticas, serviços e equipamentos públicos existentes, com o objetivo de oferecer medidas de assistência às famílias e negócios atingidos. Nesse sentido, a articulação entre a equipe multidisciplinar e a administração pública torna-se fundamental para potencializar a oferta de medidas assistências às pessoas afetadas, dando maior agilidade à execução dessas ações. A figura a seguir exemplifica alguns equipamentos públicos que podem ser mobilizados para a gestão social.





FIGURA 4. Equipamentos públicos para assistência à população atingida



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Em reunião de trabalho junto ao poder público local, deverão ser apresentadas as situações de fragilidade encontradas no território e, conseqüentemente, as necessidades de acompanhamento identificadas nas diferentes áreas. Espera-se, assim, que esse momento seja oportuno para a articulação da Concessionária junto aos serviços e equipamentos públicos do município, a fim de delinear estratégias e fluxos de trabalho, locais de atendimento, entre outros pontos críticos para oferta de serviços de assistência social, saúde, educação, trabalho, extensão rural, entre outros.

## Reuniões de Diálogo

O diálogo representa a base do relacionamento entre a Via 040 e as comunidades afetadas, promovendo maior aproximação entre a empresa e a população como forma de se criar e manter um ambiente pautado pela cooperação e participação. A estratégia proposta para o diálogo ultrapassa os limites de reuniões ou outros encontros formais, operando continuamente nos territórios. Esse modelo pressupõe a descentralização do relacionamento, o contato frequente e uma ampla inclusão dos atingidos como forma de garantir que todos os interessados tenham vez e voz ativas nas arenas de debate e deliberação.

O plano de trabalho proposto prevê um conjunto de ações, que, basicamente, podem ser agregadas em três frentes de atuação: **reuniões de diálogo; diálogo direto; mecanismo de reclamações**. Essas atividades deverão ser realizadas tendo em vista as particularidades associadas ao contexto de cada município atingido,



envolvendo atores chaves nessas localidades. A definição das estratégias em cada um deles deverá levar em conta, também, as exigências e procedimentos adotados pelo Ministério Público, pelo Poder Judiciário, órgãos governamentais e outras instituições, sempre que pertinente. Além disso, em sua execução, as ações devem ser orientadas para a consolidação da imagem e reputação da empresa.

As **Reuniões de Diálogo** constituem uma importante estratégia para o relacionamento com a população atingida pela implementação do empreendimento da Via 040. Esses encontros reúnem representantes da empresa, da comunidade e do Poder Público, e promovem um ambiente produtivo de troca de informações e recebimento de demandas.

A Concessionária elaborará uma agenda de Reuniões de Diálogo, contemplando, no mínimo, um encontro por município atingido. Nos territórios em que os impactos gerados pelo empreendimento forem maiores ou mesmo em que forem identificados conflitos envolvendo a comunidade e a administração da Rodovia, poderá ser demandada a realização de um maior número de reuniões, o que deverá ser avaliado oportunamente pela Via 040. A equipe multidisciplinar de Gestão Social deverá mobilizar e convidar o público-alvo das reuniões.

Durante as reuniões, deverão ser apresentados os projetos de intervenção no município. A empresa deverá também conhecer, sistematizar, responder e planejar soluções para as demandas coletivas por parte da população atingida. É importante a distribuição de materiais informativos e de divulgação institucional e dos canais de divulgação da Via 040, além da elaboração de ata, relatando todas as discussões ocorridas durante as reuniões.

Apesar de predominar um ambiente de cooperação, essas reuniões também são marcadas por conflitos e por críticas direcionadas às intervenções realizadas nos territórios, colocando em risco a imagem da empresa e a legitimidade das suas ações. Por essa razão, essas reuniões demandam um grande esforço de organização e a definição de estratégias robustas para o bom desempenho da Via 040 no relacionamento institucional.

## **Canais de Suporte e Atendimento**

Em observância às disposições que defendem a disponibilização de mecanismo de reclamação para receber comentários e queixas e facilitar a busca de soluções, a Via 040 implementará canais de suporte à população para informação, reclamação e demandas, tais como atendimento telefônico e atuação da equipe multidisciplinar do projeto.

Tais canais buscarão, como recomendado, “atender às demandas com presteza, empregando um processo consultivo transparente e de fácil compreensão que seja



apropriado culturalmente, de fácil acesso, sem custo e sem retaliação às partes que deram origem à reclamação ou preocupação”.<sup>32</sup> A população afetada será informada, pela Via 040, a respeito da implantação dos canais de suporte e atendimento.

## **Gestão de Manifestações**

Durante todo o processo de remoção, realocação e indenização das pessoas atingidas, poderão ser realizadas manifestações, que contemplam necessidades expressas por indivíduos ou grupos sujeitos aos efeitos da implementação do empreendimento da Via 040. O atendimento às manifestações é de grande importância para a gestão social. O insucesso na gestão desse processo tem implicações diretas no nível de tensão social e na legitimidade da empresa no território, podendo comprometer o andamento das demais ações desenvolvidas pela Via 040.

Esse trabalho deverá envolver o registro e encaminhamento de soluções para as manifestações, incluindo a classificação quanto ao tema e nível de criticidade, indicação de prazo e pessoas responsáveis pela resolução, bem como retorno de informações aos manifestantes.

## **Avaliação da necessidade e adequação das remoções**

Após as primeiras interações de diálogo com as PAPs, será possível entender os reais impactos do projeto e avaliar com maior cuidado sua necessidade e adequação. A avaliação deve envolver toda a diversidade de opiniões e posições sobre a obra, de forma participativa. Deve-se buscar responder às seguintes questões: O projeto é realmente indispensável? Quem será beneficiado? Qual será seu impacto? Existem alternativas?

## **Notificação sobre a decisão do projeto de remoção**

As PAPs deverão ser notificadas sobre a decisão do projeto de remoção, após as considerações da escuta, justificando detalhadamente a decisão, inclusive quanto à ausência de alternativas razoáveis e às medidas que serão tomadas para minimizar os efeitos negativos das remoções (medidas de remoção, benefícios compensatórios e assistências).

---

<sup>32</sup> Princípios do Equador, desenvolvido pela Equator Principles Association.



## Avaliação fundiária

Uma equipe especializada realizará as avaliações dos terrenos, edificações e demais benfeitorias das PAPs na faixa de domínio, com o objetivo de pautar a proposição de valores indenizatórios. Tais valores serão definidos de acordo com normas de avaliação constantes no contrato de concessão.

## Diálogo Direto

A interação da Via 040 com as pessoas atingidas não se limita às Reuniões de Diálogo, que, embora fundamentais, não permitem a escuta efetiva de toda a população-alvo do relacionamento institucional da empresa. O Diálogo Direto é a presença efetiva da equipe da Via 040 no território, viabilizando a participação e a comunicação transparente entre as partes, devendo ser conduzido de forma continuada junto ao seu público-alvo.

O acompanhamento sistemático dos territórios tende a elevar a sensação de conforto e a segurança dos atingidos quanto aos desfechos do seu relacionamento com a concessionária. Além disso, espera-se promover relações baseadas na cooperação e na confiança, evitando entraves à execução do Plano de Remoção e consolidando a imagem e reputação da Via 040 junto a esse público.

Para implementar essa atividade, deverão ser designadas equipes de profissionais da Concessionária para atuação permanente nos territórios (ver tópico *Equipe Social Multidisciplinar*), tendo como objetivo realizar uma escuta efetiva dos sujeitos envolvidos, antecipando situações críticas e conflitos, solucionando dúvidas e prestando informações de forma tempestiva. Serão disponibilizados, também, materiais informativos sobre o projeto e divulgados os canais de comunicação da empresa.

O Diálogo Direto deverá incluir todas as etapas do Plano de Gestão Social, sendo responsável pelo contato com as pessoas atingidas antes, durante e após a remoção, de acordo com cronograma prévio de visitas às edificações e com frequência estipulada a partir da etapa e localização das atividades do empreendimento. Compõem o Diálogo Direto: a **Definição participativa de benefícios e alternativas locacionais**, a atuação da equipe multidisciplinar nos territórios e a disponibilização de materiais informativos.

### *Definição participativa de Medidas e Benefícios*

De acordo com as orientações da ONU, “informar e envolver a população em todo planejamento e em toda decisão é uma exigência durante todo o processo”. Entende-se, dessa forma, que o processo de remoção, realocação e indenização das edificações localizadas na Área Diretamente Afetada (ADA) pela Rodovia BR-040



deva ser realizado de forma participativa, de forma a dar voz e considerar a perspectiva das pessoas que serão atingidas pelo empreendimento, assegurando que as remoções ocorram com respeito aos direitos dessa população.

As medidas de remoção e benefícios compensatórios indicadas no Plano de Gestão Social foram sugeridas com base em características gerais das famílias e negócios analisados pelo Estudo de Socioeconomia. Embora, em sua metodologia, a análise dos casos tenha adotado a abordagem da multidimensionalidade e tido como foco contemplar aspectos cruciais para compreensão do ambiente socioeconômico no qual essa população está localizada, questões importantes para os indivíduos atingidos, de natureza subjetiva ou negligenciadas pela coleta de dados, devem ser levadas em conta durante o processo de remoção e reestabelecimento dessa população.

É, portanto, fundamental que o trabalho envolva etapas de negociação individual e coletiva com as pessoas afetadas, que definirão os parâmetros para a remoção e aplicação de benefícios compensatórios pela Concessionária. É fundamental, ainda, que o processo de definição participativa de medidas e benefícios seja realizado a partir de duas abordagens: coletiva e individual.

### Negociações Coletivas

As negociações coletivas serão aplicadas somente nos casos em que foi indicada a realocação coletiva dos domicílios e atividades econômicas, como pelo menos uma das possibilidades de benefício compensatório. Serão realizadas por meio de reuniões e oficinas, nas quais deverão ser apresentados os projetos de remoção para as localidades e indicada a proposta inicial da Via 040 para reestabelecimento da população. As negociações devem ser realizadas de forma separada para cada Território de Atenção, contemplando a participação de um mediador externo.

Considerando o princípio de participação da população no processo, após a confirmação do terreno pela Via 040, sugere-se a realização de oficinas para que, inicialmente, seja mediada a definição do local de construção de cada edificação, além de questões como a implantação de possíveis vias, instalação de infraestrutura, e espaços de convivência coletiva, com enfoque em aspectos afetivos e significantes do espaço. Além disso, deverá ser negociado junto aos participantes o modelo de gestão do projeto, incluindo cronograma de cada obra e mecanismos de interlocução das famílias construtores.

As oficinas realizadas terão como resultado a preparação das famílias e proprietários de atividades econômicas para a interlocução com a Via 040 para a mediação de acordos individuais, que constituirão a segunda fase do processo de Negociação Coletiva. Para a execução dessa atividade, dada a



sensibilidade do tema e a necessária relação de confiança entre as partes, serão resgatados os materiais desenvolvidos nas oficinas, os resultados do Estudo de Socioeconomia, o levantamento patrimonial e demais projetos, traduzidos para uma linguagem acessível às famílias. Esse momento será importante, ademais, para definição das medidas assistenciais necessárias para o acompanhamento dos membros de cada edificação.

### Negociações Individuais

A negociação individual será aplicada para todos os demais casos para os quais não foi indicada, como medida de remoção ou benefício compensatório, a realocação coletiva dos domicílios e atividades econômicas, incluindo a indenização, indenização assistida, realocação individual, reintegração de posse, bem como aqueles cuja medida não foi definida por este Plano. A negociação será realizada por meio de reuniões entre a equipe da Via 040, os proprietários das edificações e demais integrantes de seus núcleos familiares, devendo ser mediada, também, por um profissional desvinculado da Concessionária.

O processo deverá ser balizado pelos resultados do Estudo de Socioeconomia, levantamento patrimonial e demais projetos de posse da Via 040, e conduzido por meio de linguagem acessível a todos os participantes. Durante a negociação, deverá ser acordada a medida de remoção e benefícios compensatórios aplicados em cada caso, as medidas assistenciais pertinentes aos membros das edificações, bem como outras demandas e especificidades levantadas.

## Levantamento de Impactos

Levantamento dos possíveis impactos em cada família ou atividade econômica que será removida, tendo como referência aspectos econômicos, sociais e culturais apurados no diálogo com os atingidos e previstos no Plano de Monitoramento e Avaliação (M&A), que será tratado adiante. As informações levantadas subsidiarão o monitoramento da qualidade de vida das PAPs e a avaliação de impacto do projeto.

## Execução da Remoção

### *Aviso prévio da remoção e agendamento da mudança*

Fornecimento, por equipe de profissionais capacitados, de informações objetivas sobre a execução, de fato, da remoção, por uma linguagem acessível e apropriada às pessoas afetadas. A data e o horário da execução da remoção devem ser informados com no mínimo noventa dias de antecedência.



### *Apoio logístico de mudança*

Procedimento de apoio e suporte às famílias e aos estabelecimentos econômicos alvos de remoção, voltado ao carregamento e transporte dos bens domésticos, comerciais e de produção do local de remoção para a nova edificação ou outro local indicado pelos responsáveis dos imóveis.

### *Resgate de materiais de construção*

Procedimento de apoio e suporte às famílias e aos estabelecimentos econômicos alvos de remoção, voltado ao resgate e transporte de materiais de construção (portas, janelas, vasos sanitários, pias etc.) do local de remoção para o local da nova edificação ou outro local indicado pelos responsáveis dos imóveis.

### *Moradia temporária*

Fornecimento, nos casos que envolvem realocação ou indenização assistida, de moradia temporária às famílias afetadas enquanto o imóvel definitivo não for adquirido pela Concessionária ou pessoas afetadas, a fim de assegurar o direito à moradia caso haja necessidade da desocupação das edificações antes da concretização da compra de nova moradia.

## **Medidas Assistenciais**

As medidas assistenciais justificam-se pela necessidade de se garantir às PAPs direitos sociais e aspectos que impactam sua qualidade de vida. As famílias a serem realocadas devem ter acesso às políticas públicas e aos serviços privados, bem como ter garantidas suas práticas religiosas, esportivas, culturais e de lazer. Assim, é indispensável que o novo território ofereça serviços como: unidades de saúde pública, creches e escolas, unidades de assistência social pública, transporte público, comércio e equipamentos de lazer.

### *Equipe Social Multidisciplinar*

A Via 040 deverá dispor de equipe multidisciplinar para a realização do trabalho social necessário às intervenções para remoção das pessoas das áreas de domínio da BR-040. Essa equipe seria responsável por prestar toda a assistência e administrar o fiel andamento da remoção e da realocação. A montagem das equipes será realizada de acordo com o andamento do projeto executivo das intervenções na rodovia.

A equipe seria responsável pelo acompanhamento de toda a assistência necessária à família removida desde a inserção em políticas públicas, garantia de acesso a serviços básicos como educação e saúde, até a facilitação de novo emprego ou auxílio na



geração de renda, com vias a melhorar as condições de vida. O apoio da equipe multidisciplinar seria importante ainda para monitorar que as famílias façam o melhor uso possível dos valores recebidos, garantindo que eles sejam destinados à aquisição de uma nova moradia e não para outros fins. As ações que devem ficar sob responsabilidade da equipe multidisciplinar são a seguir descritas.

A equipe multidisciplinar deve ser composta por profissionais especializados e atuar de acordo com os aspectos legais e parâmetros de execução pertinentes, explicitados no tópico *Equipe Multidisciplinar*, na seção *Bases Teórico-Normativas*. A seguir são detalhadas cada uma dessas responsabilidades.

### Acompanhamento das negociações

Integrantes da equipe social multidisciplinar acompanharão as negociações relativas à remoção, realocação e indenização dos atingidos, primando pelo estabelecimento e manutenção do diálogo com as pessoas afetadas. O profissional que acompanhar as negociações poderá dar continuidade à alimentação do banco de dados de informações socioeconômicas, de contexto, de aspectos legais e manifestações das PAPs.

O processo de reassentamento involuntário pode causar eventuais conflitos, sendo relevante estabelecer mecanismos para prevenção e mediação dos mesmos. A mediação tem como objetivo promover o diálogo e a construção conjunta com as pessoas envolvidas nas soluções de conflitos advindos da intervenção. Deve-se, para isso, procurar reunir com grupos em níveis individuais, coletivos e comunitários.

### Diálogo com PAPs

O diálogo com as pessoas afetadas pelo empreendimento cumpre as funções de informar os atingidos sobre as etapas da obra e da remoção, de incentivar a organização das pessoas e a participação no processo, além de coletar, encaminhar e responder demandas e dúvidas. Essa ação está embasada nas diretrizes do IFC, da ONU e nos Princípios do Equador, que determinam que todo o processo de remoção e reassentamento deva ser realizado com o engajamento e participação das partes interessadas, em um “processo contínuo, estruturado e culturalmente apropriado”.<sup>33</sup> O objetivo, segundo essas diretrizes, é o de possibilitar mecanismos de atendimento e consulta aos atingidos e de promover a participação informada.

Os técnicos sociais são mediadores do interesse do poder público e das famílias que passarão pelo processo de realocação, portanto, devem buscar

---

<sup>33</sup> Princípio do Equador #5.





o envolvimento dos órgãos públicos e a mobilização, participação e organização das famílias. A articulação entre o poder público, a efetividade das políticas públicas e o conhecimento da Rede do território na qual as mesmas serão realocadas é imprescindível para a incidência do trabalho, objetivando a promoção da qualidade de vida das famílias.

### Identificação de aspectos relevantes para adaptação das medidas de remoção, indenização e assistência

Durante as negociações e o processo de atendimento aos atingidos, é recorrente o surgimento de diversos aspectos relevantes para a definição das medidas de remoção, indenização e assistência. As boas práticas de processos de remoção mostram que as equipes envolvidas no projeto têm de lidar com “fatos novos” que surgem durante o projeto, que geralmente envolvem a descoberta de fragilidades ou situações que não puderam ser anteriormente identificadas entre os atingidos. Alguns desses fatores têm impacto direto sobre a escolha da medida mais adequada para remoção indenização e/ou assistência e devem ser levados em consideração. Exemplos disso são: identificação de edificações não cadastradas, novas informações sobre aspectos legais de propriedade do imóvel, aprofundamento da análise social de atingidos que tenham escapado à pesquisa socioeconômica, manifestações dos atingidos a respeito do processo.

A identificação desses aspectos pode ocorrer em qualquer uma das fases do projeto ou por meio dos diversos canais de comunicação da empresa (dentre os quais se inserirá o Diálogo com as PAPs anteriormente descrito). A equipe multidisciplinar será responsável por receber as novas informações, integrá-las ao banco de dados das PAPs e dar os encaminhamentos cabíveis.

### Diagnóstico da Rede de Assistência Social

Diante da informação de onde será a moradia das famílias e indivíduos, deve-se buscar o diagnóstico da Rede (equipamentos, comércio e serviços), detalhando quais os serviços são oferecidos na região, com localização e informações sobre os mesmos. Exemplo: Educação (Escolas e creches), Saúde (UAPS, UPA, hospitais), assistência social (CRAS, CREAS, projetos sociais), organizações comunitárias formais e informais (associação de moradores e igrejas), comércio (padaria, supermercado, drogarias, indústrias), equipamentos de lazer (praça) transporte público (linhas de ônibus).

Aquelas famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social devem ser encaminhados aos serviços de Assistência Social de abrangência no



novo território, sendo referenciadas e inseridas em programas e projetos oferecidos, inclusive naqueles de geração de trabalho e renda. Tais serviços buscarão articular a rede socioassistencial e viabilizar o acesso efetivo a população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, além de desenvolver potencialidades, fortalecer vínculos familiares e comunitários.

### Encaminhamento de casos específicos à rede de serviços públicos pertinentes

A rede pública de assistência social deve ser acionada pela equipe da Via 040 para os casos pertinentes. Durante todo o processo de remoção e realocação, as pessoas devem ter garantidos seus direitos à saúde, educação, segurança, lazer e cultura. A equipe multidisciplinar ficará responsável por identificar os casos de demanda por tais serviços e fazer o encaminhamento ou contato com instituições ofertantes para os casos mais críticos.

É importante verificar nos equipamentos públicos o número de vagas oferecidas. No caso da educação, é relevante conhecer a capacidade de atendimento e da possibilidade de sua expansão. Caso não existam vagas para atender a demanda, será necessário viabilizar transporte escolar para outras unidades escolares, junto ao poder público, para que não ocorra evasão das crianças e adolescentes realocados.

Deve-se articular com as Unidades Básicas de Saúde, principalmente as com Estratégia de Saúde da Família, o acompanhamento a gestantes, idosos e pessoas em tratamento médico.

### Integração das ações do projeto com o governo

A equipe é responsável por realizar a aproximação das demandas por serviços públicos e sociais das instâncias públicas responsáveis. As demandas podem ocorrer tanto em decorrência da execução do projeto – como casos de necessidade de apoio psicológico – ou serem mesmo de natureza inerente à população. Essa ação pode requerer o estabelecimento de relacionamento com os poderes públicos pertinentes e a articulação da prestação de serviços entre diversas entidades.

### Mobilização e fortalecimento de setores sociais

A equipe deverá ficar também responsável por mapear e mobilizar setores sociais visando a inclusão social, a prestação de serviços sociais complementares e/ou o desenvolvimento local. Os atores sociais locais podem ser mobilizados como grandes apoiadores e promotores da garantia de qualidade de vida das populações afetadas, seja pela prestação de



serviços direto ao cidadão seja por orientações ou mesmo pelo empreendimento de projetos locais de desenvolvimento. Essas ações podem, dessa forma, galgar o fortalecimento das organizações da sociedade civil, e realizar o desenvolvimento local, através de, por exemplo, diagnósticos das vocações e dos mercados locais, da sensibilização, mobilização e fomento à participação da comunidade em projeto coletivo de desenvolvimento.

## Monitoramento e Avaliação (M&A)

O Plano de Monitoramento e Avaliação (M&A) é o eixo gerencial do Plano de Gestão Social, uma vez que o acompanhamento da execução das ações previstas no Plano potencializa maior assertividade e melhores resultados diante dos objetivos planejados. Além disso, avaliar os impactos socioambientais gerados pelas remoções é fundamental para a prestação de contas a todos os envolvidos nesse trabalho. Na prática, o M&A consiste em coletar, registrar, gerenciar e analisar as informações geradas durante a execução dos Planos de Remoção e Engajamento, com o intuito de obter informações estratégicas para o gerenciamento dos processos monitorados.

Esta seção apresenta os elementos necessários para o planejamento e execução do M&A do Plano de Gestão Social, que são: as diretrizes que definirão a matriz de indicadores do monitoramento e da avaliação, a coleta e a sistematização dos dados, o formato da participação da gestão do plano, os tipos de apresentação dos resultados, e, por fim, o desenho de pesquisa de avaliação do plano.

### *Diretrizes*

A escolha dos processos a serem monitorados e avaliados considerou os grandes desafios do Plano de Gestão Social para que seu principal objetivo seja alcançado, qual seja, manutenção da condição de vida da população removida. Portanto, de acordo com as diretrizes do IFC, pretende-se com o monitoramento e a avaliação mensurar e acompanhar:

- O cumprimento das obrigações legais e/ou contratuais e requisitos reguladores.
- Os fatores de riscos para o insucesso do plano.
- A participação e o envolvimento das PAPs e dos atores locais na implantação das ações previstas no plano.
- A execução das medidas de remoção/benefício compensatório.
- A execução das medidas de mitigação associadas aos impactos previstos.
- Os impactos previsíveis do processo de remoção.
- A qualidade de vida da população realocada.



O trabalho de monitoramento do Plano de Remoção e do Plano de Engajamento, que será tratado a seguir, deverá ser realizado durante todo o processo de remoção, realocação e indenização.

### *Execução do Monitoramento*

#### Matriz de Indicadores de Monitoramento

A matriz de indicadores de monitoramento e avaliação permitirá avaliar o sucesso de cada desafio posto, ao longo do trabalho. Os indicadores serão elaborados pela Via 040 de acordo com os princípios da pertinência, viabilidade e parcimônia. Os dados que alimentarão os indicadores poderão ser de natureza primária ou secundária, a depender da matriz a ser elaborada.

#### Coleta e registro

A coleta de dados deve ser planejada para que as informações levantadas em campo sejam suficientes para o cálculo dos indicadores de monitoramento e avaliação. Os formulários de coleta deverão ser objetivos e, na elaboração das questões, devem ser considerados os aspectos cognitivos do diálogo, para evitar ao máximo que as informações sejam enviesadas, prejudicando a qualidade do dado e, conseqüentemente, os resultados dos indicadores.

#### Apresentação dos resultados

A apresentação dos resultados do M&A é uma parte importante de mobilização do seu (s) público (s) para que os processos sejam efetivamente aperfeiçoados ao longo da execução do Plano. A finalidade dos resultados, a frequência da atualização da informação e o formato da apresentação são aspectos fundamentais e, por isso, devem ser considerados na elaboração da apresentação.

Os formatos de apresentação estáticos, como boletins e relatórios analíticos, são importantes no processo de divulgação dos resultados do M&A, tendo em vista o seu alcance estratégico. Neles, é possível destacar os principais pontos de intervenção. A apresentação oral é o momento de divulgação dos resultados analíticos restrita à equipe de gestão do Plano. É também quando se discute e define as estratégias para a adequação dos processos analisados.



## Participação da gestão no M&A

Um dos maiores desafios de projetos que preveem um plano de M&A é a incorporação das informações geradas pelo M&A nos processos previstos no planejamento. Para que o M&A sirva de fato para intervir nos problemas diagnosticados e garantir a viabilidade dos ajustes indicados, é importante que a equipe de gerência do Plano de Gestão Social esteja alinhada com a equipe de monitoramento, desde a concepção dos relatórios de monitoramento à definição das correções processuais. O fluxo de trabalho da equipe de M&A deve considerar a participação de membros da gestão, uma vez que sua finalidade tem que estar diretamente ligada ao uso que se pretende fazer com a informação que será gerada no relatório.

## Pesquisa Avaliativa

Enquanto o monitoramento tem orientação formativa, no sentido de auxiliar o gerenciamento para eventuais ajustes dos processos, a avaliação do Plano de Gestão Social tem uma orientação somativa, o que implica na prestação de contas da *qualidade da execução* de cada ação prevista ou, em uma abordagem mais ampla, *dos efeitos da remoção* na vida das Pessoas Atingidas pelo Projeto (PAPs). Além disso, o uso das informações obtidas com a avaliação poderá tornar a tomada de decisão mais definitiva, reformulando, excluindo ou criando novos processos.

Tanto na *avaliação da qualidade* da execução quanto na *avaliação dos efeitos do programa*, a centralidade das análises deverá estar nos objetivos. Dado que cada atividade a ser executada ao longo do plano tem um propósito, e que o plano em si tem propósitos maiores, a avaliação deverá observar o alcance de cada um dos objetivos. O método para obtenção dessas medidas é a *pesquisa avaliativa*, que consiste na coleta de informações obtidas diretamente com as PAPs ou durante a execução das ações do Plano.

A *avaliação da qualidade das ações* executadas durante o projeto consiste na análise da satisfação das pessoas atingidas quanto ao andamento do processo. Apesar dos indicadores do monitoramento não serem medidas que expressam a efetividade das ações, é possível utilizá-los como suporte para as análises dos resultados finais. Há vários exemplos de ações que poderão ser avaliadas, uma delas é a promoção da transição imobiliária. Já na *avaliação dos efeitos do programa* a análise poderá ser feita sobre alterações na condição de vida das pessoas removidas, já que o objetivo geral explicitado no Plano de Execução da Rodovia (PER) é que não haja piora dessa condição após as remoções. Componentes dos indicadores utilizados no Estudo de Socioeconomia, como renda *per capita* e infraestrutura do domicílio, podem ser usados para avaliar tal aspecto. Ao comparar esses indicadores antes e depois da remoção, será possível avaliar parte do efeito das medidas aplicadas durante a execução do projeto.



O *desenho e o planejamento* das pesquisas avaliativas são condições necessárias para se obter resultados que permitam de fato a avaliação de um processo ou dos efeitos do programa. A definição do público pesquisado, do momento e do tempo da coleta de dados, do objeto e de seus objetivos a serem avaliados, são alguns dos elementos que compõem essa etapa e que serão considerados para que os resultados das avaliações não deixem de representar da realidade estudada.

## | PLANO DE ENGAJAMENTO E COMUNICAÇÃO

A implementação do Plano de Gestão Social apresentado neste documento será realizada em ambiente complexo, no qual estão reunidos diferentes contextos socioeconômicos e atores sociopolíticos importantes. Os públicos com os quais a Via 040 se relacionará são diversos, incluindo núcleos familiares e pequenas comunidades, movimentos sociais, pequenas, médias e grandes empresas, organizações do poder público municipal, estadual e federal, entre os quais destacam-se as prefeituras municipais e o Poder Judiciário.

A habilidade de perceber e administrar conflitos, bem como de captar e gerir as diferentes percepções e interesses dos atores torna-se uma tarefa crucial para a Gestão Social. Atendendo às legislações e orientações pertinentes, faz-se necessário adotar uma perspectiva dialógica junto a tais públicos, provendo não apenas o à informação, mas também proporcionando e incentivando a participação dessas pessoas.

Para lidar com este desafio, estão previstas ações de comunicação em todas as etapas de execução do Plano de Gestão Social. Por estarem organicamente inseridas no fluxo de gestão social, tais ações estão detalhadas na seção *Plano de Execução – Descrição das Ações*. A seguir são melhor detalhados os objetivos das ações de engajamento e comunicação e listadas todas as ações previstas para seu alcance.

### Objetivos

Os objetivos das ações de comunicação e engajamento da gestão social são:

- Divulgar informações sobre o projeto, promovendo a transparência do processo.
- Mobilizar atores para a participação informada.
- Possibilitar o diálogo com as PAPs.
- Viabilizar o levantamento de informações complementares para a gestão social, sobre a população afetada e sobre o território.
- Implementar e/ou aprimorar mecanismos de reclamação, suporte e manifestações.
- Estabelecer relacionamentos que colaborem para o sucesso da execução.



- Identificar riscos e oportunidades relativos ao projeto.

## Ações

As ações de comunicação e engajamento da gestão social estão assim organizadas:

1. Diálogo estratégico com o Poder Público
  - a. Planejamento das ações de gestão social
  - b. Articulação para medidas transversais
2. Diálogo Direto – com as PAPs
  - a. Divulgação e informação
    - i. Reuniões de diálogo – informação e apresentação do projeto
    - ii. Disponibilização de materiais informativos
    - iii. Atuação da equipe multidisciplinar
  - b. Notificação sobre a decisão do projeto de remoção
  - c. Definição participativa de Medidas e Benefícios
    - i. Negociações coletivas
    - ii. Negociações individuais
3. Mecanismo de reclamação
  - a. Canais de suporte e atendimento
  - b. Gestão das manifestações





# RESULTADOS POR TERRITÓRIO

Esta parte do Plano de Execução consiste na apresentação das informações acerca das características sociais e econômicas das Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAPs) e das medidas técnicas adequadas sobre as ações de remoção, benefícios compensatórios e assistência, a partir de delimitações espaciais que contemplam, para além do universo global pesquisado, os trechos, os municípios e os territórios de atenção. Propositamente associadas, as informações socioeconômicas e a indicação de medidas são produtos do trabalho de pesquisa empreendido pela Via 040, que envolveu o Estudo de Socioeconomia (2015), o Estudo de Contexto (2016) e a análise de normas, diretrizes, pactos, teorias e boas práticas sobre o tema da Gestão Social, remoção e realocação. Estes estudos constituem os subsídios para a construção e a definição dos critérios de elegibilidade, que, por sua vez, permitem a definição das medidas de remoção, benefícios e assistência às PAPs.

O conteúdo aqui tratado possibilita, portanto, acessar e localizar as informações acerca da dinâmica social e econômica da Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento da Via 040, assim como as medidas tecnicamente adequadas voltadas ao processo de remoção de famílias e estabelecimentos econômicos. A fim de orientar o planejamento das ações e os procedimentos sem, contudo, determiná-los, a leitura e a compreensão desta parte deve levar em conta o caráter dinâmico da realidade social e a natureza participativa do processo de gestão social aqui estabelecido, em que as opiniões dos atores devem ser consideradas e as relações sociais e as condições econômicas estão sujeitas a mudanças e, nesse sentido, a novos entendimentos.

## | IDENTIFICAÇÃO E CADASTRAMENTO DAS PAPs

Com os objetivos de conhecer a realidade das Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAPs) de duplicação e manutenção da rodovia e, conseqüentemente, de pautar as ações adequadas à execução do plano de remoção, a Via 040 desenvolveu o **Estudo de Socioeconomia**, ao longo de 2015, contando com os serviços técnicos da empresa Herkenhoff & Prates. A partir da realização de uma ampla pesquisa de campo, com





abordagens quantitativas e qualitativas, as PAPs foram identificadas, cadastradas e tiveram seu perfil socioeconômico global traçado.<sup>34</sup>

Foram identificadas e cadastradas 6.017 edificações, das quais 3.164 foram caracterizadas em termos sociais, demográficos e econômicos. A seleção das edificações obedeceu às regras estabelecidas pela Via 040, incluindo apenas aquelas localizadas na Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento – um raio de 55 metros para as margens direita e esquerda, sendo 40 metros de faixa de domínio e 15 metros de área não edificante,<sup>35</sup> em 31 municípios ao longo de praticamente toda a extensão da BR-040. As figuras a seguir apresentam a distribuição dos registros entre os distintos públicos da pesquisa.

FIGURA 5. Distribuição dos registros realizados por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Do total de edificações, 2.854 são de uso exclusivamente *domiciliar*, representando 47,4% dos casos pesquisados; outras 2.138 edificações são destinadas a *atividades econômicas* (35,5%). Foram encontradas 534 edificações de *uso misto*, que são utilizadas tanto como *domicílio* quanto como *atividade econômica*, representando 8,9% do total de registros. Outros tipos de edificações foram registrados ao longo da pesquisa, contemplando, entre outras situações, casas e empresas em construção e

<sup>34</sup> Exigências do PER da BR-040, elaborado pela ANTT.

<sup>35</sup> A seleção das edificações obedeceu às regras estabelecidas pela Via 040, incluindo apenas aquelas localizadas na Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento – um raio de 55 metros para as margens direita e esquerda, sendo 40 metros de faixa de domínio e 15 metros de área não edificante. Foram abordados os domicílios e atividades econômicas situados dentro da faixa de domínio, da faixa de domínio projetada e da faixa de desapropriação, de acordo com o arquivo “Projeto Básico vs\_2014-09-19\_SemEspessura.kmz”, disponibilizado pela Via 040.

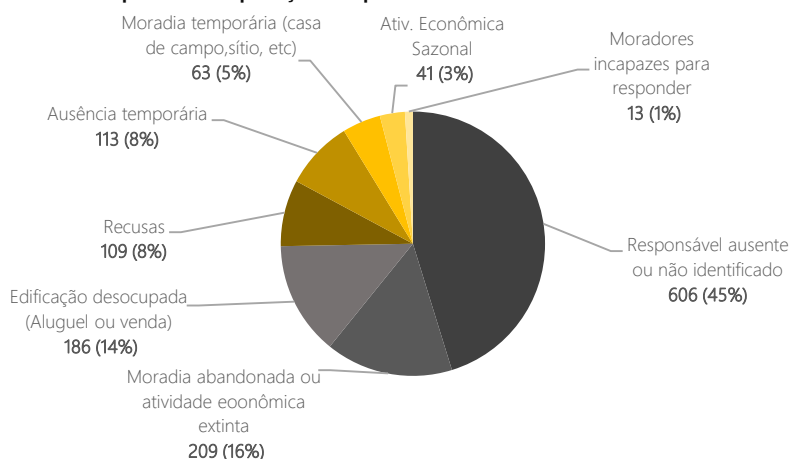


lotes vagos delimitados, somando 491 casos (8,2% do total), sem a necessidade de aplicação do questionário, dada sua natureza.

O questionário de caracterização foi aplicado em 69,6% dos domicílios (1.985 edificações), 32,6% das atividades econômicas (696 edificações) e 90,4% das edificações de uso misto (483 casos). Nos demais registros, a caracterização não foi realizada, tendo em vista os critérios de aplicação e a impossibilidade ou recusas em responder ao questionário. Todos esses casos, em que não há, portanto, dados socioeconômicos que possibilitem a elegibilidade às medidas de remoção e benefícios compensatórios elencados neste plano, são apresentados como Edificações não caracterizadas nas tabelas de *Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações*.

Ao longo da pesquisa de campo, foram realizadas, no mínimo, duas visitas a cada edificação, a fim de aplicar o questionário de socioeconomia ao proprietário ou aos demais representantes dos domicílios e atividades econômicas. Diante da impossibilidade de realização da pesquisa na primeira tentativa, seja pela ausência dos responsáveis ou por outros motivos desconhecidos, os pesquisadores retornaram às edificações para uma nova tentativa. Nessas situações, os pesquisadores deixaram a Carta de Aviso de Visita, com mensagem indicando o número de telefone da Herkenhoff & Prates para os moradores, solicitando que entrassem em contato com a Consultoria, sem custo para eles. Uma equipe interna da Herkenhoff & Prates ficou disponível durante todo o período da pesquisa, para a aplicação do questionário via telefone. 1.340 edificações (22,3%) não foram pesquisadas devido a impossibilidade de aplicação do questionário. Para esses casos, os motivos da não aplicação são detalhados no gráfico que se segue.

**GRÁFICO 1. Motivos para a não aplicação do questionário**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



O *survey* proposto para o Estudo de Socioeconomia para o Plano de Gestão Social da Via 040, realizado em 2015, é de natureza censitária, isto é, pretendeu coletar dados de todas as edificações existentes ao longo da Área Diretamente Afetada pelo empreendimento. Em algumas situações, no entanto, conforme orientação da Via 040, a pesquisa compreendeu apenas o cadastramento da edificação, não sendo necessária a aplicação do questionário. Tais edificações enquadram-se na terminologia **Instituições públicas, comunitárias ou de grande porte** ou **Área de fronteira** e abarcam: (a) empresas, indústrias e empreendimentos de grande porte; (b) edificações que não abrigam famílias ou atividades econômicas, tais como associação de moradores, Igrejas e equipamentos públicos; (c) postos de gasolina; (g) situações em que somente parte da propriedade, sem edificação, está na faixa de domínio, ou ainda situações em que a linha da faixa de domínio esteja no limite de uma propriedade caracterizada como Atividade econômica. Todos esses casos exigiram apenas o registro georreferenciado por parte dos pesquisadores, com ponto de GPS e foto, não sendo necessária a caracterização socioeconômica.

## | PERFIL SOCIOECONÔMICO GLOBAL DAS PAPS

Para atender ao objetivo de traçar o perfil socioeconômico global das PAPS, os dados foram coletados com o objetivo de fornecer medidas objetivas acerca das condições de vida e situação de vulnerabilidade socioeconômica da população pesquisada, notadamente por meio da construção de indicadores multidimensionais: (a) Índice de Pobreza Multidimensional (IPM); (b) Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF); e (c) Índice de Vulnerabilidade de Atividade Econômica (IVAE).

O Estudo foi desenvolvido, também, de forma atenta aos impactos gerados à população afetada pelo empreendimento a partir de critérios que ultrapassem os aspectos econômicos e materiais, sendo sensível, ademais, a fatores sociais, políticos e culturais, imbricado à realidade dessas pessoas, com destaque para: as condições de convivência preexistentes nas comunidades, como os vínculos familiares e laços afetivos; a existência de traumas psicológicos individuais ou coletivos; a situação de privação do acesso a serviços públicos de qualidade, como educação e saúde; as especificidades e demandas de diferentes grupos sociais, como mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiências, doentes ou grupos marginalizados; e características da coesão e mobilização social, laços de agrupamento formais ou informais, como associações, grupos religiosos, esportivos ou de produção, dentre outros. Dessa forma, pretende-se garantir que as ações propostas no Plano de Gestão Social da Via 040 respeitem e estejam relacionadas às condições e modos de vida da população afetada pelo empreendimento.

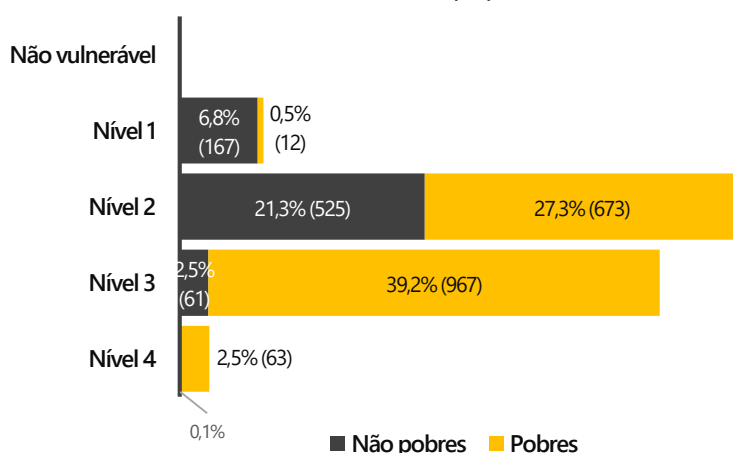
A partir dessas informações, a Via 040 pôde elaborar o presente plano para conduzir os processos de deslocamento de atividade econômica, reassentamento involuntário de população e indenizações resultantes da implementação do Contrato (de Concessão), garantindo que as condições de vida das Pessoas Afetadas pelo Projeto



(PAPs) não fiquem piores do que eram quando do início do projeto.<sup>36</sup> A seguir são apresentadas a caracterização socioeconômica geral das edificações da Área Diretamente Afetada (ADA).

O cálculo dos indicadores multidimensionais para toda a extensão da Rodovia demonstra a forte incidência de vulnerabilidade familiar e das atividades econômicas, bem como do fenômeno da pobreza nas edificações pesquisadas. Os gráficos que se seguem apresentam as frequências e percentuais de edificações por níveis de vulnerabilidade e pobreza, para o caso de edificações domiciliares, e somente de vulnerabilidade para o caso de atividades econômicas.

**GRÁFICO 2. Índices de Vulnerabilidade Familiar (IVF) e Pobreza Multidimensional (IPM)**



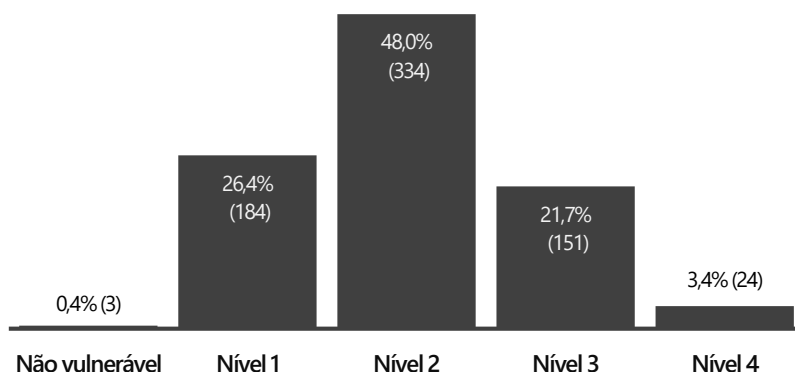
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Nenhum domicílio foi classificado como não vulnerável, indicando que, nas dimensões analisadas pelo IVF, todas as famílias possuem algum risco associado à situação de remoção de seu atual local de moradia. Os níveis mais críticos de vulnerabilidade familiar reúnem quase a metade das edificações caracterizadas (1.091 domicílios, que representam 44,2% do total), sendo esses os casos de maior sensibilidade para o trabalho de gestão social da Via 040. A pobreza, que se materializa tanto pelo baixo nível de renda, quanto pelas privações a bens e serviços essenciais a qualquer família, atinge a 69,5% dos domicílios (1.713 edificações), acentuando ainda mais as dificuldades que os seus moradores poderão enfrentar diante de tal situação.

<sup>36</sup> PER da BR-040, elaborado pela ANTT.



GRÁFICO 3. Índice de Vulnerabilidade da Atividade Econômica (IVAE)



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Em relação às atividades econômicas, a maior parte das edificações pesquisadas foram classificadas em níveis de menor incidência de vulnerabilidade, sendo que três delas (0,4%) foram consideradas como não vulneráveis aos impactos do empreendimento da Via 040, por não apresentarem nenhuma das situações de risco contempladas no cálculo do IVAE. Por sua vez, 184 edificações (26,4% do total) foram classificadas no nível 1, e 334 (48%) no segundo nível de vulnerabilidade. Os níveis mais críticos reúnem 25,1% das edificações (175 atividades econômicas), classificadas nos níveis 3 e 4 do indicador.

A tabela e o gráfico que se seguem apresentam os resultados da aplicação dos dados coletados à matriz de elegibilidade elaborada.

TABELA 1. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações

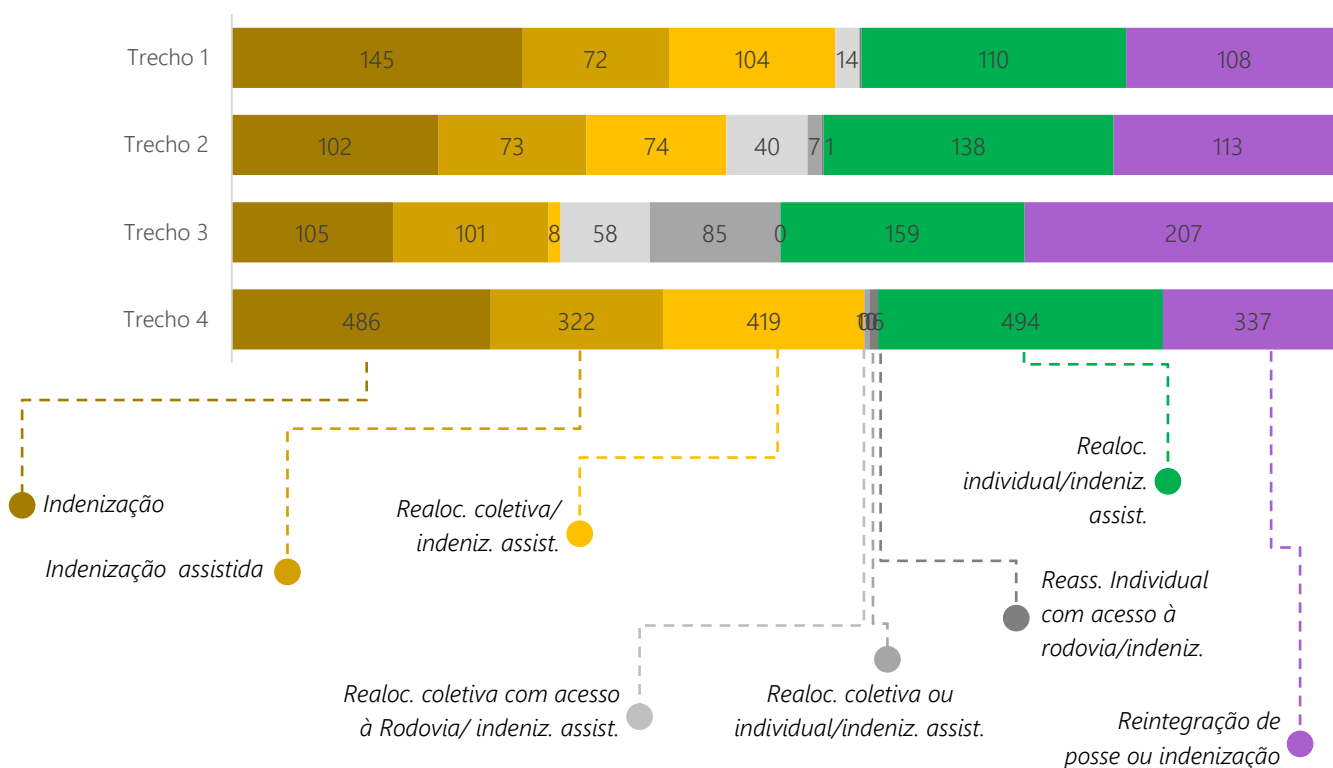
MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	437	291	110	0	838
Indenização assistida	318	180	72	0	570
Realoc. coletiva/indeniz. assistida	500	35	70	0	605
Realoc. coletiva acesso Rod.	0	67	45	0	112
Realoc. coletiva ou indiv./indeniz. assistida	93	4	5	0	102
Realoc. individual acesso Rod.	0	10	9	0	19



Realoc. individual/ indeniz. assistida	637	91	173	0	901
Reintegração de posse ou indenização	0	274	0	491	765
Edificações não caracterizadas	869	1.187	51	0	2.107
<b>Total</b>	<b>2.854</b>	<b>2.138</b>	<b>534</b>	<b>491</b>	<b>6.017</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

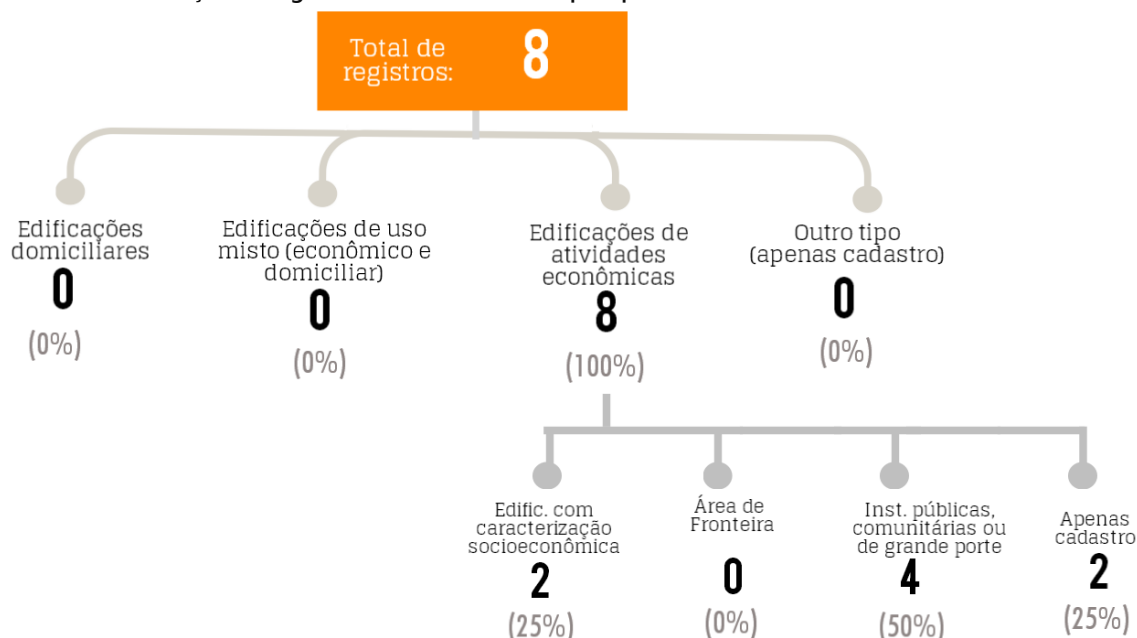
**GRÁFICO 4. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações por trecho**



# BRASÍLIA (DF)

A ocupação às margens da BR-040, em Brasília, é pontual, compondo-se apenas por oito edificações espaçadas nos seis dos oito quilômetros que a Rodovia percorre no Distrito Federal. Em sua totalidade constituída por *atividades econômicas*, as edificações que se encontram na Área Diretamente Afetada (ADA) são pequenos comércios alimentares, supermercado atacadista, concessionária de caminhões (nas proximidades do Km 2,5) e hotéis.

FIGURA 6. Distribuição dos registros realizados em Brasília por tipo



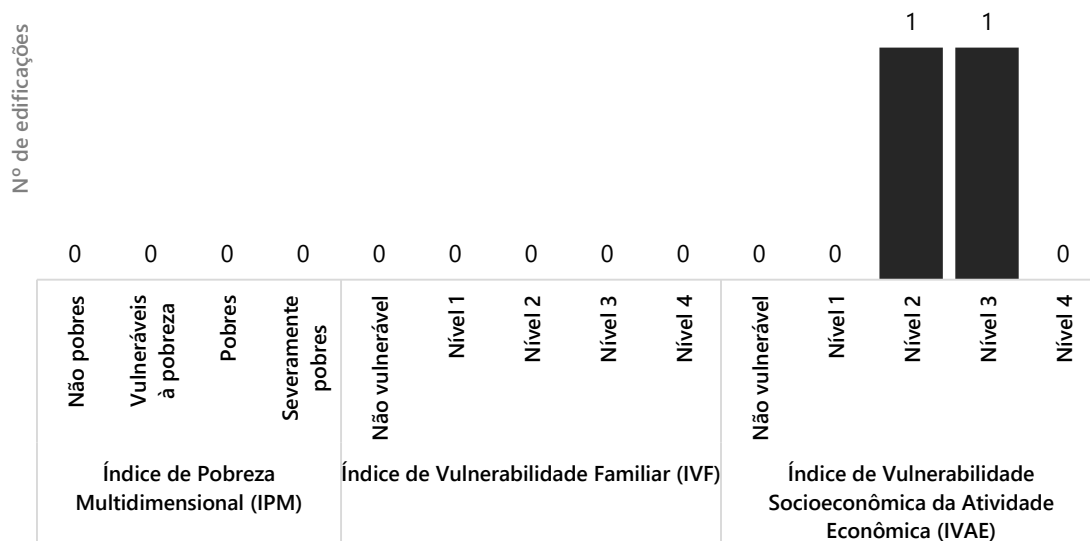
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

Das oito edificações da ADA, duas tiveram caracterização socioeconômica, outras duas foram apenas cadastradas, e quatro edificações são instituições públicas, comunitárias ou de grande porte.

Das duas edificações caracterizadas pelo Estudo, apenas uma encontra-se no Nível 3 do IVAE, o que explicita sua condição de alta vulnerabilidade, dado que evidencia a necessidade de adoção de medidas mais protetivas na remoção da mencionada atividade econômica.



GRÁFICO 5. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Brasília



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Com o objetivo de garantir direitos imobiliários e compensações por desestabilizações econômicas, perdas e danos provenientes do processo de remoção, dispõe-se a adoção de medidas de alocação, de indenização e reintegração de posse. Em um dos dois casos em que se realizou a caracterização no contexto do Estudo de Socioeconomia, em decorrência da condição de alta vulnerabilidade, a medida consiste na realocação individual. Caso existam mecanismos que garantam a aquisição de novo imóvel, é possível adotar a indenização assistida.

No outro caso, devido à ausência de alta vulnerabilidade, a medida indicada consiste na indenização a cargo de compensação financeira por perdas e danos provenientes do processo de remoção. Já as edificações passíveis de reintegração de posse ou indenização somam quatro casos no município.





**TABELA 7. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações em Brasília**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	0	1	0	0	1
Realoc. individual/indeniz. assistida	0	1	0	0	1
Reintegração de posse ou indenização	0	4	0	0	4
Edificações não caracterizadas	0	2	0	0	2
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Em Brasília, somente em um caso foi apontada situação de fragilidade: o trabalho associado ao uso da terra e dos recursos naturais. Nesse caso deve ser fornecida, na medida das necessidades do estabelecimento, assistência técnica e extensão rural, visando à reestruturação da atividade e sua adaptação ao novo contexto ambiental.

**TABELA 8. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Brasília**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	0	0,0%
Presença de criança	0	0,0%
Presença de gestante	0	0,0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0,0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0,0%
Presença de pessoa com deficiência física	0	0,0%
Inquilino pobre	0	0,0%
Fam. com atividade de subsistência	0	0,0%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	1	50,0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0,0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A articulação com o poder público local somada à compreensão, por parte da equipe multidisciplinar, da existência e capacidade de atendimento dos equipamentos de políticas públicas, mostram-se como procedimentos inerentes a uma política de assistência efetiva e duradoura. Espera-se que a Gestão Social da Via



040 possa contar com o apoio de equipamentos públicos municipais na área da saúde, assistência social, educação e assistência técnica e extensão rural, expostos na tabela abaixo.

**TABELA 9. Equipamentos públicos disponíveis em Brasília**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	13
Pronto Socorro	1
Pronto Atendimento	6
Unidade Básica de Saúde	174
Hospital geral	33
Escolas de educação básica	648
Nº de CRAS	27
EMATER	1

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

# VALPARAÍSO DE GOIÁS (GO)

O Município de Valparaíso de Goiás está no Km 0 da Rodovia BR-040, no Estado de Goiás. A cidade possui uma população de 153.255 habitantes (IBGE, 2015), localizada totalmente na zona urbana do território, e se estrutura em torno da BR-040. A Rodovia separa a cidade em dois lados: o Valparaíso 1 e o Valparaíso 2. Essas partes se interagem por meio das passarelas “amarela” e “azul”, que além de vias de mobilidade são referências de localização e endereço.

**FIGURA 7. Distribuição dos registros realizados no Município de Valparaíso de Goiás por tipo**

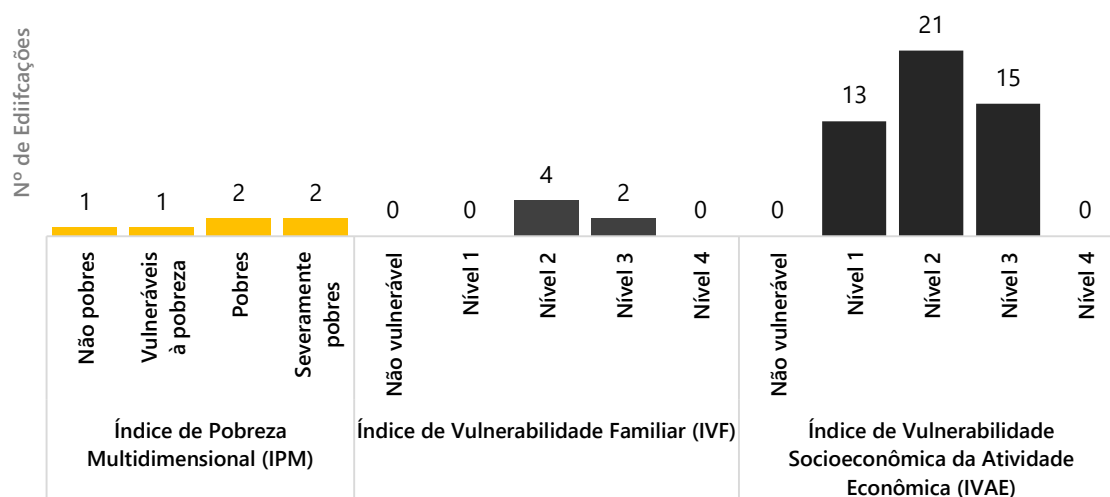


Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

Dos 123 registros realizados no Município de Valparaíso de Goiás durante o Estudo de Socioeconomia, apenas cinco são *domiciliares* (4%), um de *uso misto* (0,8%) e 14 (11,4%) de *outro tipo*. Todo o restante, compreendendo 103 edificações, é de uso exclusivo para *atividades econômicas* e representa 83,8% do total de edificações encontradas na ADA.

Os dados do Estudo de Socioeconomia também permitem concluir que, entre as poucas edificações *domiciliares* encontradas no município, dois terços (4 casos) delas são pobres ou severamente pobres, conforme cálculo pelo Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Além disso, 33,3% das edificações (2 casos) foram classificadas nos níveis 3 e 4 do Índice de Vulnerabilidade Familiar, apresentando maiores dificuldades frente a uma possível situação de remoção. No que tange às atividades econômicas, 30,6% das edificações (15 casos) foram caracterizadas nos níveis 3 e 4 de vulnerabilidade, um dado significativo frente à quantidade de empreendimentos existentes na ADA e em sua importância para a economia local.

**GRÁFICO 6. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Valparaíso de Goiás**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Os resultados do Estudo de Socioeconomia e a caracterização territorial de Valparaíso de Goiás fundamentam as medidas de remoção e benefícios compensatórios no contexto de remoção para implantação do empreendimento. Para uma quantidade considerável de casos, o equivalente a 35,7% do total, não há definição de medidas, tendo em vista que não houve caracterização das edificações.

Para a maior parte das edificações caracterizadas, o correspondente a 33 casos, por verificar-se a ausência de situação de pobreza e alta vulnerabilidade frente ao empreendimento da Via 040, a medida adotada será a indenização como compensação por perdas e danos. Em apenas 4 edificações aponta-se a necessidade de assistência em prol da aquisição de novo imóvel devido a identificação de debilidades que possam dificultar esse processo, tais como quando o responsável



pelo estabelecimento econômico possui baixa escolaridade ou idade acima dos 60 anos.

Nas 21 situações em que se identificam pobreza ou vulnerabilidade (16,3% do total), a fim de assegurar que a condição de vida das famílias e o funcionamento das atividades econômicas não piore, a medida adotada será a realocação, podendo ser substituída pela indenização assistida, contanto que esta forneça as condições suficientes para que a família ou negociantes adquiram um novo imóvel.

**TABELA 2. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Valparaíso de Goiás**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	1	29	0	0	30
Indenização assistida	0	3	0	0	3
Realoc. coletiva /indeniz. assistida	4	9	0	0	13
Realoc. coletiva acesso Rod./indeniz. assistida	0	7	1	0	8
Reintegração de posse ou indenização	0	11	0	14	25
Edificações não caracterizadas	0	44	0	0	44
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>103</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>123</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Em 25 edificações (20,3%) de *outro tipo* e atividades econômicas (*instituições públicas, comunitárias ou de grande porte*) será adotada a medida de reintegração ou indenização, a depender do processo de diálogo e negociação.

No entanto, além das medidas indicadas anteriormente, a equipe multidisciplinar estará atenta às fragilidades verificadas nos domicílios e atividades econômicas, com o intuito de orientar o tratamento dado aos seus moradores e responsáveis. A presença de crianças em quase todos os domicílios pesquisados é uma situação que demandará a atenção para que elas permaneçam nas escolas e tenham frequência às aulas.



**TABELA 3. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Valparaíso de Goiás**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	0	0%
Presença de criança	5	83,3%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	1	16,7%
Inquilino pobre	1	16,7%
Fam. com atividade de subsistência	4	66,7%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	3	6%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Além de oferecer tratamento diferenciado às situações de fragilidade, de modo compatível às demandas específicas das pessoas de cada edificação, torna-se importante a atenção à manutenção do acesso dessa população aos serviços de saúde, educação e assistência social. Em todos os casos de fragilidades, a Via 040 espera contar com o apoio das políticas públicas existentes no território, a fim de aproveitar os esforços e investimentos já realizados. Por esse motivo, a tabela abaixo apresenta os equipamentos públicos existentes no município e que podem ser aproveitados pelo trabalho de Gestão Social no atendimento às pessoas realocadas.

**TABELA 4. Equipamentos públicos disponíveis em Valparaíso de Goiás**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	0
Pronto Socorro	2
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	38
Equipamento básico de saúde	1
Hospital geral	1
Escolas de educação básica	55
Nº de CRAS	2
EMATER	1

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



## TERRITÓRIO DE ATENÇÃO

O Município de Valparaíso de Goiás, ao longo de suas etapas de desenvolvimento, se estruturou no entorno da Rodovia BR-040, guardando com ela uma estreita relação de dependência. A imbricação da dinâmica social e econômica da cidade junto à Rodovia faz com que possíveis alterações em seu curso possam impactar seriamente toda a população do município. Diante dessa particularidade, optou-se por tomar toda a extensão da ADA da cidade de Valparaíso de Goiás como um Território de Atenção.

FIGURA 8. Território de Atenção no Município de Valparaíso de Goiás



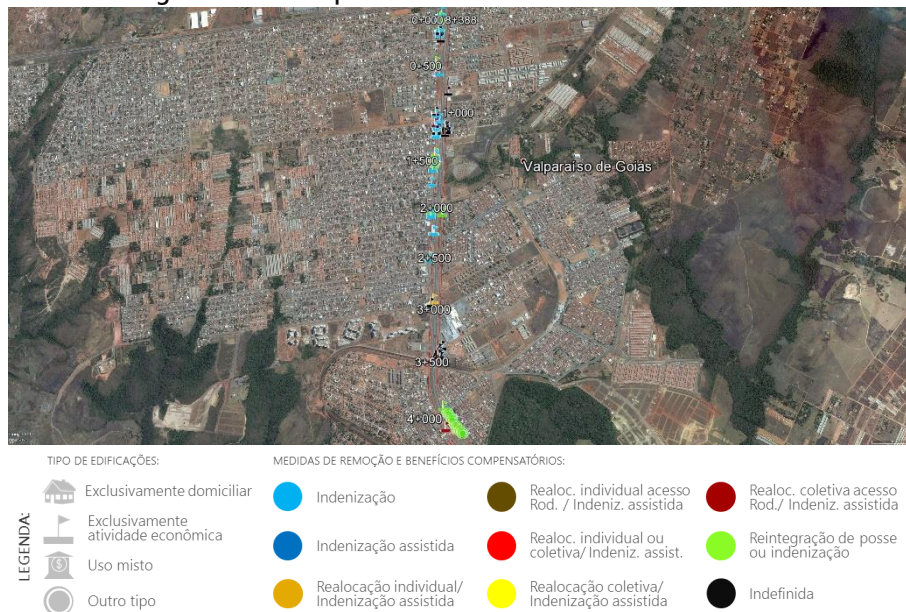
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

### Valparaíso de Goiás

A Área Diretamente Afetada pela Rodovia em Valparaíso de Goiás é marcada pela forte presença de unidades de comércio e serviços que, muitas vezes, têm a Rodovia como extensão física, utilizando-a para depósito de produtos e área de estacionamento. Nas margens, especialmente no lado sul, encontra-se a maior parcela do comércio da cidade e importantes edifícios do poder público, como a própria prefeitura, a câmara de vereadores e o hospital municipal. Há, ainda, um espaço localmente chamado de "Mercado", destinado a vendedores ambulantes. Os pontos de ônibus da cidade estão majoritariamente localizados na beira da Rodovia (que aparenta a uma grande avenida), fato que implica a atração de muitos pedestres, clientela dos empreendimentos econômicos ali estabelecidos.



FIGURA 9. Fotografia aérea de Valparaíso de Goiás



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Com base nas informações levantadas no Estudo de Socioeconomia, a realidade social do Município de Valparaíso de Goiás é bastante heterogênea, apesar da presença acentuada de domicílios pobres, que demandarão maior assistência durante o processo de remoção, realocação e indenização das famílias. De forma complementar, a área é marcada por forte vínculo comunitário, especialmente devido à articulação entre comerciantes, o que explicita a necessidade de uma atuação voltada ao coletivo.

Como o Território de Atenção corresponde a toda a Área Diretamente Afetada de Valparaíso, não cabe aqui a supracitação das medidas de remoção, benefícios compensatórios e assistenciais, já apresentadas quando abordado o município.

QUADRO 10. Características gerais de Valparaíso de Goiás

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Urbana
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0
Famílias pobres ou severamente pobres	4 (66,6%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	17 (30,9%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



O contexto socioeconômico encontrado no território é marcado por uma tensão que pode comprometer o relacionamento e a cooperação dos comerciantes e residentes de Valparaíso no processo de remoção. Nesse sentido, a implementação de estratégias de diálogo coletivo e comunicação no território serão fundamentais.

## LUZIÂNIA (GO)

Luziânia é o terceiro município mais populoso do Estado de Goiás, com uma população estimada em 194.039 habitantes (IBGE, 2015), sendo quase sua totalidade residente da zona urbana da cidade. A Rodovia BR-040 perpassa por mais de 50 quilômetros da área pertencente ao município, onde encontramos o predomínio de edificações voltadas exclusivamente para atividades econômicas. Entre elas, destaca-se a presença de lojas de material de construção, localizadas no Km 13, no Bairro Jardim do Ingá, as quais utilizam a faixa de domínio da Rodovia para depósito dos seus produtos.

FIGURA 10. Distribuição dos registros realizados no Município de Luziânia por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As edificações voltadas exclusivamente às *atividades econômicas* representam 57,6% (155 edificações) do total encontrado na Área Diretamente Afetada (ADA) em Luziânia. As 70 edificações *domiciliares* correspondem à 26% do total. Classificadas como *uso misto* e *outro tipo*, estão, respectivamente, 28 (10,4%) e 17 (6,3%) edificações registradas.

Na região do Bairro Jardim do Ingá, encontramos uma concentração de barracas e comércios de pequeno porte, situados próximos a uma passarela. A baixa renda e a

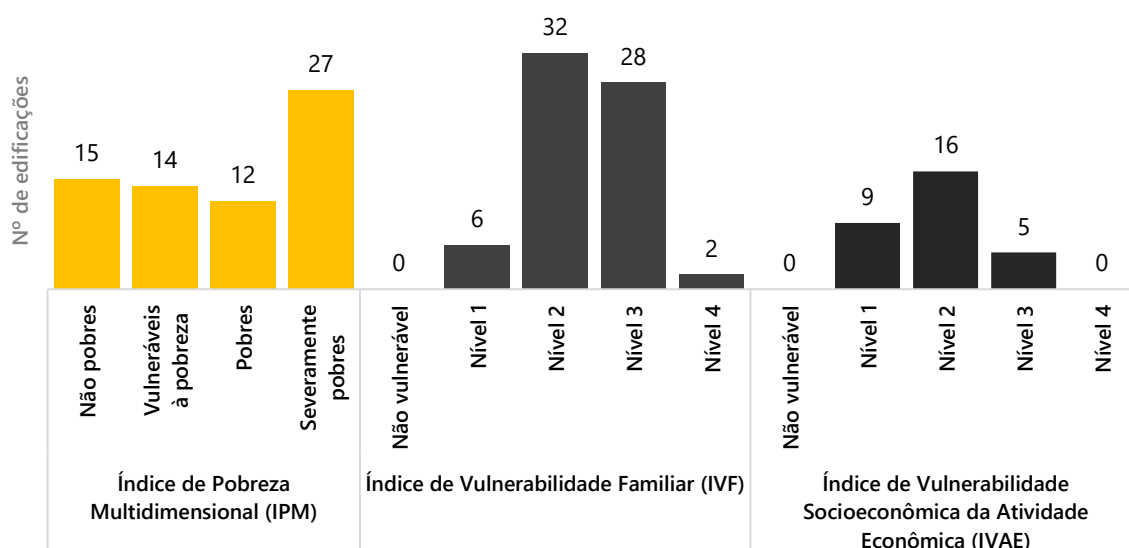




idade avançada de grande parte dos responsáveis por esses negócios, bem como o elevado tempo de instalação das atividades econômicas, os colocam em condições de maior fragilidade. Os resultados do Índice de Vulnerabilidade da Atividade Econômica (IVAE) permitem identificar que, entre as 30 edificações categorizadas, 5 delas apresentam níveis de vulnerabilidade altos (níveis 3 e 4). Considera-se que esses casos poderão ter maiores dificuldades de se restabelecerem em novo local caso sejam realocados.

Por sua vez, do total de 68 domicílios caracterizados e classificados conforme os indicadores multidimensionais empregados no estudo, 39 deles (57%) foram considerados em situação de pobreza segundo o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). No que concerne ao Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF), predominam os casos de relativa vulnerabilidade. No entanto, 30 domicílios (44%) foram classificados como de alta vulnerabilidade, representando casos de maior sensibilidade.

**GRÁFICO 7. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Luziânia**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A partir da identificação da situação das famílias e das atividades econômicas encontradas na Área Diretamente Afetada pela Rodovia BR-040 no Município de Luziânia, serão tomadas medidas de remoção e benefícios compensatórios adequados para a realocação das edificações. Na maioria dos casos caracterizados, especificamente para 50 edificações (18,5%), será realizada a indenização dos proprietários, a fim de que eles consigam se estabelecer em novos locais, mantendo seus atuais padrões de moradia. Essa solução é indicada, especialmente, para parte dos estabelecimentos comerciais e domicílios que apresentam menores níveis de vulnerabilidade. Em 22 destes casos, será necessário que a indenização seja acompanhada de uma assistência voltada para a aquisição de novo imóvel em decorrência da verificação de debilidades que dificultam a efetivação deste processo,



como quando o proprietário do estabelecimento comercial é idoso ou possui baixa escolaridade.

No entanto, 17,4% dos casos, isto é, 27 *domicílios*, 6 edificações utilizadas exclusivamente em *atividades econômicas* e 14 de *uso misto*, que atualmente se apresentam em condição de pobreza ou de vulnerabilidade, serão alvo de realocação, sendo 41 delas de forma individual ou coletiva. Para as outras 6 edificações a realocação contará com estratégias que visem o coletivo, a fim de manter os vínculos estabelecidos entre os seus moradores, devendo, ainda, ser mantido o acesso direto à Rodovia. É importante destacar que, excetuando-se os casos em que estão associados a abordagem coletiva e o acesso à Rodovia, todos demais nos quais se indica a realocação poderão ser alvo de indenização assistida, contanto que se garanta aquisição de novos imóveis.

**TABELA 5. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Luziânia**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	12	10	6	0	28
Indenização assistida	6	13	3	0	22
Realoc. coletiva acesso Rod./indeniz. assistida	0	4	2	0	6
Realocação individual /indeniz. assistida	27	2	12	0	41
Reintegração de posse ou indenização	0	16	0	17	33
Edificações não caracterizadas	25	110	5	0	140
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>155</b>	<b>28</b>	<b>17</b>	<b>270</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Chama-se atenção, ainda, para as situações de fragilidade encontradas nos domicílios e atividades econômicas do município. Tais situações exigirão um tratamento diferenciado por parte da equipe multidisciplinar, sendo necessária a oferta de suportes específicos para cada uma das situações. No caso das edificações domiciliares, as principais condições de vulnerabilidade são a dependência territorial associada à vigência de atividades econômicas e de subsistência, bem como a presença de crianças e idosos nas residências pesquisadas.



**TABELA 6. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Luziânia**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	12	17,7
Presença de criança	34	50
Presença de gestante	3	4,4
Presença de pessoa com doença crônica	0	0
Presença de pessoa com deficiência intelectual	1	1,5
Presença de pessoa com deficiência física	2	2,9
Inquilino pobre	6	8,8
Fam. com atividade de subsistência	27	39,7
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	3	5,7
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0,0

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Além de oferecer tratamento diferenciado às situações de fragilidade, de modo compatível às demandas específicas das pessoas de cada edificação, será dada a atenção à manutenção do acesso dessa população aos serviços de saúde, educação e assistência social. Ademais, para esses casos, a assistência médica e psicológica pode ser necessária durante o processo de remoção. A tabela abaixo apresenta os equipamentos públicos existentes no município e que podem ser aproveitados para o atendimento às pessoas realocadas.

**TABELA 7. Equipamentos públicos disponíveis em Luziânia**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	9
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	1
Unidade Básica de Saúde	23
Equipamento básico de saúde	5
Hospital geral	0
Escolas de educação básica	90
Nº de CRAS	3
EMATER	0

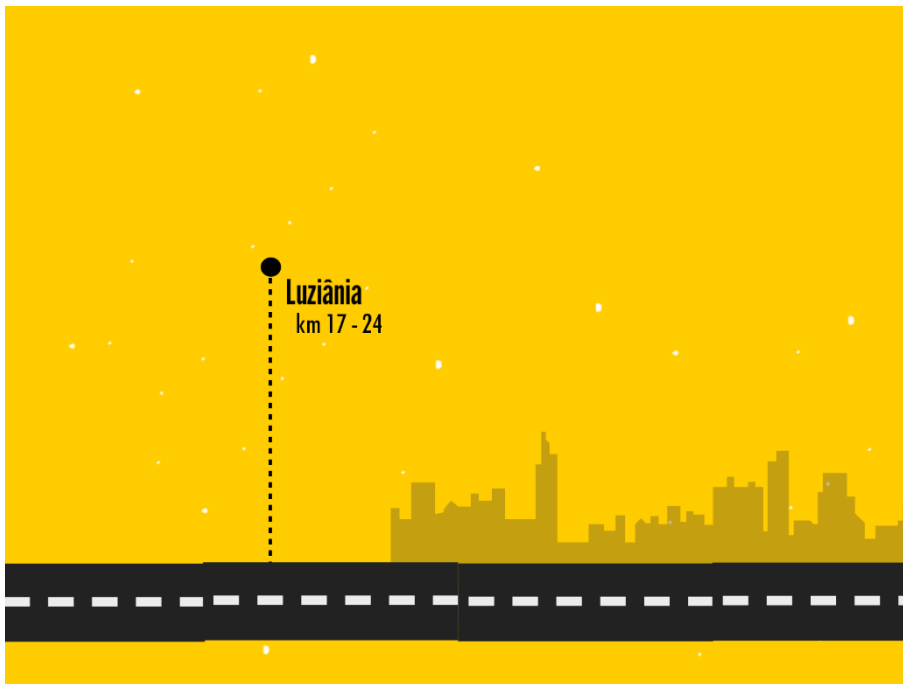
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



## TERRITÓRIO DE ATENÇÃO

Em Luziânia, desenvolveu-se historicamente uma relação de dependência entre o comércio local e a BR-040 que, apesar da diversidade de porte e complexidade, configura um ambiente social e econômico frágil frente às intervenções na Rodovia e ações de remoção. Dada essa peculiaridade e sua generalidade a nível municipal, tomou-se toda a extensão da ADA enquanto Território de Atenção.

FIGURA 11. Território de Atenção no Município de Luziânia



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

### Luziânia

A Avenida Presidente José Rodrigues dos Reis, também conhecida como Rua 1, está, em sua maioria, ocupada por depósitos de construção civil e outros segmentos do gênero, como fábricas de blocos, casas de tintas e acabamentos e madeiras. São mais de 30 comerciantes utilizando há anos a área de domínio da rodovia como depósito de materiais como areia, tijolos, britas, manilhas, madeiras e piscinas.

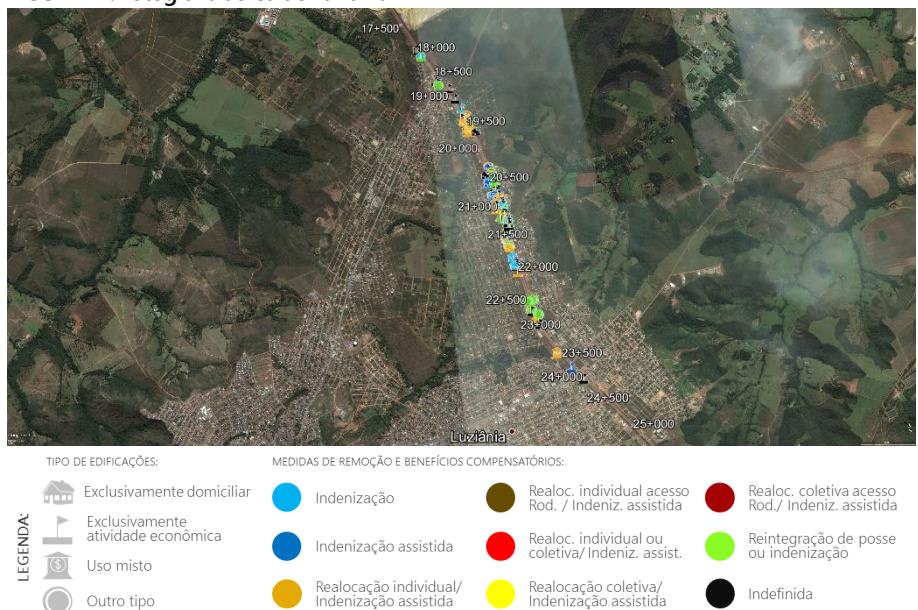
Ao longo de toda a Rodovia 040 no Município de Luziânia, foram encontradas algumas barracas de frutas, pequenas borracharias e um artesão que produz rede de pesca, em locais espaçados. Próximo à passarela do Bairro Jardim Ingá, em seu Km 14, sentido sul, há uma concentração de barracas fixas, pequenos comércios e algumas residências. Nesse local predominam barraqueiros e comerciantes que estão



no setor de alimentação - vendem água de coco, salgados, marmitas, frutas -, bem como bares e lanchonetes.

De acordo o Estudo de Socioeconomia e Caracterização Territorial, o Território de Atenção Luziânia consiste num espaço social onde se reproduz baixo vínculo comunitário e contexto socioeconômico heterogêneo. A presença de edificações pobres é significativa, considerando que 57% das famílias estão nessa condição. Quanto à alta vulnerabilidade à remoção, foram registrados 35,7% casos do total de edificações cadastradas.

**FIGURA 12. Fotografia aérea de Luziânia**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Considerando que o Território de Atenção Luziânia é constituído por toda a Área Diretamente Afetada (ADA) do município, não cabe aqui apresentar as medidas de remoção, benefícios compensatórios e assistenciais já explicitados para a abordagem municipal.

**QUADRO 11. Características gerais de Luziânia**

Vínculo comunitário	Fraco
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividades de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	1 (1,9%)



Famílias pobres	39 (57%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	51 (35,7)

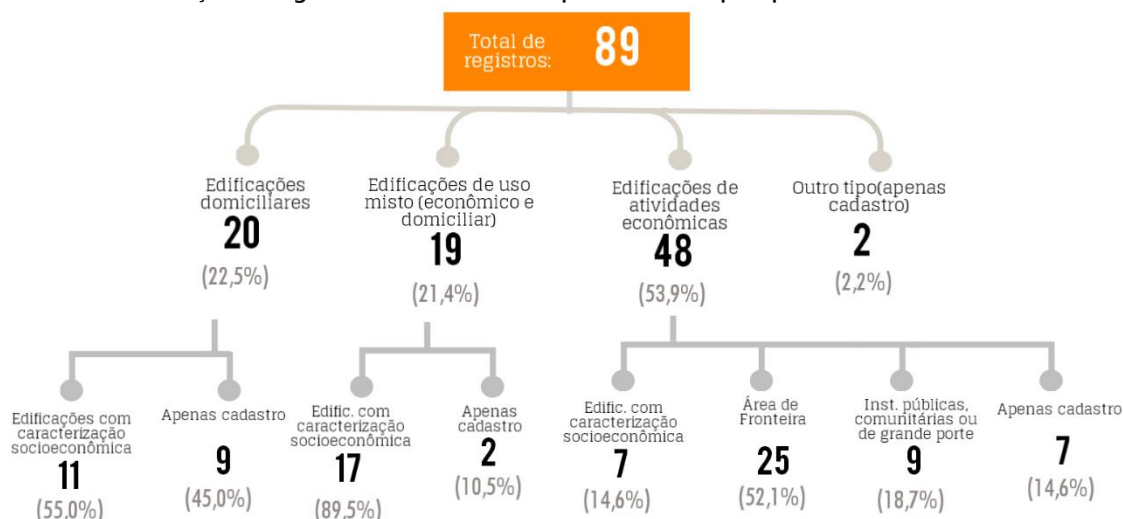
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



# CRISTALINA (GO)

Cristalina é um município situado (entre os Km 61,5 e 156,5) da Rodovia BR-040, que ali se estende por 95km. O município possui 53.300 habitantes, predominantemente concentrados na zona urbana, onde reside 82% da população (IBGE, 2015). O perímetro urbano de Cristalina é ponto de entroncamento das rodovias federais 040, 050 e 251, estando assim conectado com todas as regiões brasileiras. O município pertence à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, e sua economia está atualmente fundada nas atividades agropecuárias (55,4 %), que conforma um dos maiores PIBs agrícolas do país. Destaca-se também a exploração de cristais na maior reserva de cristal de rocha do mundo. A extração, o beneficiamento e a comercialização dessa pedra respondem por uma importante fatia da economia municipal.

FIGURA 13. Distribuição dos registros realizados no Município de Cristalina por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

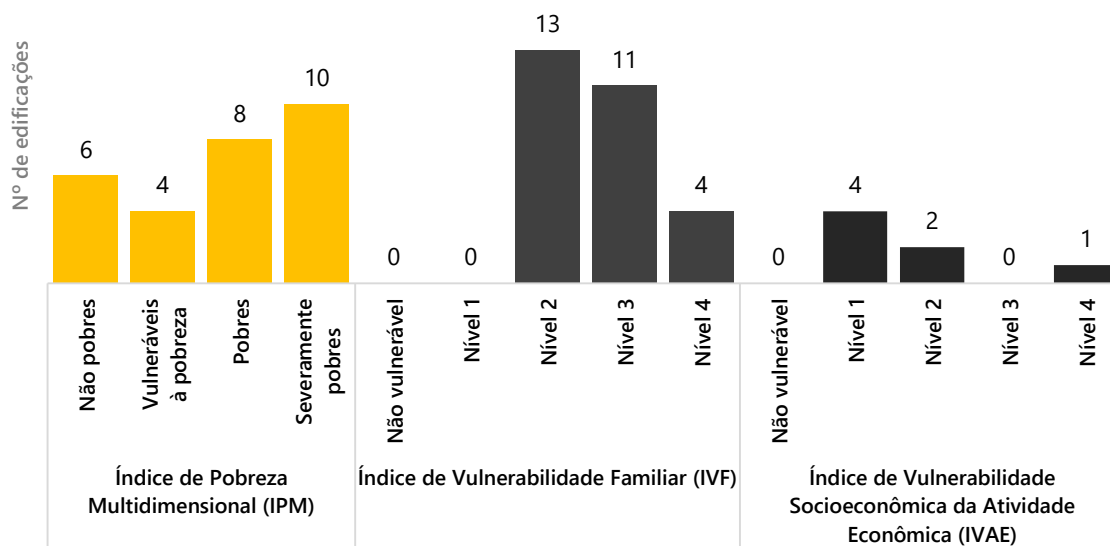
Os tipos de uso das edificações dentro da faixa de domínio variam entre *domiciliar*, 20 casos (22,5%), *atividades econômicas*, 48 casos (53,9%), *uso misto*, 19 casos (21,3%), e *outros tipos*, 2 casos (2,3%).

De acordo com o Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF), 53,6% dos domicílios (15 edificações) foram enquadrados nos níveis 3 e 4 (com elevado grau de vulnerabilidade). 64,3% (18 edificações) foram classificados como pobres e severamente pobres segundo o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Parte significativa dessas famílias exercem atividades de subsistência em seus domicílios, o que indica fragilidades socioeconômicas frente à remoção. Em relação à



situação de vulnerabilidade das atividades econômicas, segundo o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da Atividade Econômica (IVAE), apenas uma 1 edificação dos estabelecimentos do município foi classificada no nível 4, isto é, com alto índice de vulnerabilidade,

**GRÁFICO 8. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Cristalina**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As condições das famílias e empreendimentos localizados nesse território levaram à indicação de medidas de remoção e benefícios compensatórios, tendo em vista as alternativas mais adequadas para cada contexto comunitário. De forma a garantir o restabelecimento das condições de vida e produção de seus responsáveis que estão em situação de pobreza ou alta vulnerabilidade, a medida de realocação será adotada em 22 casos (24,7%), dentre eles tem-se 9 *domicílios*, 1 edificação de *atividade econômica* e 12 edificações de *uso misto*. Parte deles exigirá um tratamento coletivo, visando à manutenção dos vínculos estabelecidos entre os moradores. A medida de indenização assistida é indicada para essas edificações somente se a remuneração indenizatória garantir a aquisição de um novo imóvel.

Nos casos em que não há presença de pobreza e alta vulnerabilidade, a indenização foi a medida mais apropriada para 12 casos (13,5%). Entretanto, as famílias e estabelecimentos econômicos que apresentam dificuldades em relação à capacidade de aquisição de novo imóvel devem ser assistidas pela equipe da Via 040 de acordo com suas necessidades. Assim sendo, para 4 edificações aplica-se a indenização assistida. Em 11 casos em que a atividade econômica é caracterizada como “Instituição pública, comunitária ou de grande porte” ou trata-se de *outro uso*, recomenda-se a medida reintegração de posse ou indenização, a depender do processo de diálogo e negociação.

Em Cristalina a caracterização dos aspectos socioeconômicos não foi realizada em 44 edificações (49,4%), por motivos relacionados, sobretudo, à caracterização de imóvel





exclusivamente voltado à atividade econômica (fronteira da faixa de domínio) e a indisponibilidade dos responsáveis.

**TABELA 8. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Cristalina**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	1	3	4	0	8
Indenização assistida	1	2	1	0	4
Realoc. coletiva/indeniz. assistida	5	0	4	0	9
Realocação individual /indeniz. assistida	4	1	8	0	13
Reintegração de posse ou indenização	0	9	0	2	11
Indefinida	9	33	2	0	44
Total	20	48	19	2	89

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Há necessidade de que o trabalho de Gestão Social esteja atento às fragilidades verificadas nos *domicílios* e *atividades econômicas*, com o intuito de orientar o tratamento dado aos seus moradores e responsáveis, além das medidas indicadas anteriormente. Nesse sentido, constatou-se um alto índice de idosos, crianças e deficientes físicos nos domicílios caracterizados pelo Estudo de Socioeconomia realizado no Município de Cristalina. A assistência global às famílias que possuem membros com algum tipo de deficiência intelectual ou doença crônica pode evitar que a condição de fragilidade das mesmas se agravem durante o processo de remoção.

Outras fragilidades dizem respeito ao desenvolvimento de atividades produtivas. No decorrer da pesquisa, foram identificadas edificações domiciliares nas quais eram realizadas atividades de subsistência, assim como de *atividades econômicas* que desenvolviam trabalhos relacionados ao uso da terra ou de recursos naturais, a exemplo da agricultura. Nestes casos, a atenção em relação à importância dessas atividades para as famílias e atividades econômicas será dada para que não haja piora das condições de vida e reprodução econômica.



**TABELA 9. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Cristalina**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	8	28,6%
Presença de criança	18	64,3%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	1	3,6%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	1	3,6%
Presença de pessoa com deficiência física	5	17,9%
Inquilino pobre	2	7,1%
Fam. com atividade de subsistência	12	42,9%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	2	8,3%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	1	2,9%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Em todos os casos de fragilidades, espera-se que a Via 040 possa se apoiar nas políticas públicas existentes no território, a fim de aproveitar os esforços e investimentos já realizados. A tabela abaixo apresenta os equipamentos públicos existentes no município e que podem ser aproveitados pelo trabalho de Gestão Social no atendimento às pessoas realocadas e indenizadas.

**TABELA 10. Equipamentos públicos disponíveis em Cristalina**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	0
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	13
Hospital geral	3
Escolas de educação básica	27
Nº de CRAS	1
EMATER	1

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

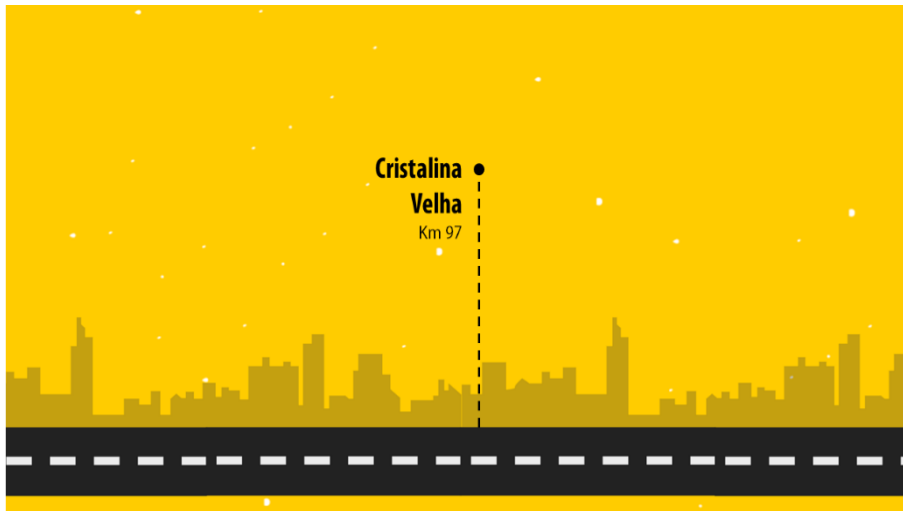
## | TERRITÓRIO DE ATENÇÃO

Tendo em vista a dependência territorial dos moradores de Cristalina Velha, conforme observado pelos pesquisadores da Herkenhoff & Prates, essa comunidade foi classificada como Território de Atenção, cabendo, portanto, um



acompanhamento mais cuidadoso e um relacionamento institucional estratégico por parte da gestão da Via 040.

**FIGURA 14. Território de Atenção no Município de Cristalina**



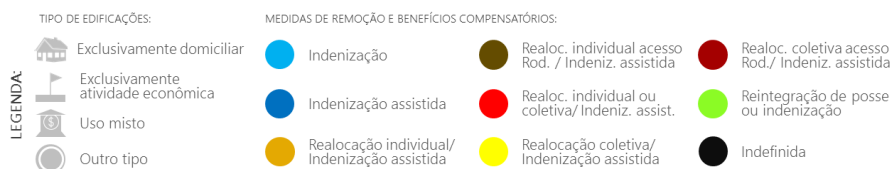
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Cristalina Velha

O Bairro de Cristalina Velha está localizado na altura do Km 97 da BR-040, dentro do Município de Cristalina. A comunidade é formada por domicílios, que em parte são utilizados para o exercício de atividades econômicas. A região do bairro que está mais sujeita a ser afetada por obras ou intervenções encontra-se na Rua do Recurso, paralela à Rodovia 040. As residências que estão nessa localidade são muito rudimentares quanto à estrutura física. Trata-se de um adensamento urbanizado essencialmente conformado por edificações domiciliares que, em muitos casos, são utilizados para o desenvolvimento de atividades econômicas.



FIGURA 15. Fotografia aérea de Cristalina Velha



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

A pesquisa de campo observou que no território ocorrem relações familiares estreitas, dado que os moradores dessa localidade, em sua maioria, têm parentes residindo na vizinhança. Foi possível observar o sentimento de pertencimento ao lugar, já que muitos moram ali há anos. A composição dessa área é de grande importância para todo o conjunto de moradores do município, pois ali é tido como marco territorial histórico local.

Nota-se o alto percentual de famílias pobres nos domicílios caracterizados, correspondendo a mais de dois terços dessas edificações. Além disso, 41,7% das edificações *residenciais* ou de *atividade econômica* foram classificadas nos níveis mais altos de vulnerabilidade no contexto de remoção. A *dependência comunitária* enquadra-se como um fator de sensibilidade dessa região, exigindo uma abordagem coletiva para o tratamento a ser direcionado a essas pessoas.

**QUADRO 12. Características gerais da Região Central de Cristalina Velha**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Urbana



Ordenamento urbano	Sim
Predominância de Atividade de Subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0,0%)
Famílias pobres ou severamente pobres	8 (66,7%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	5 (41,7%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Considerando as características do contexto territorial e das condições socioeconômicas e de vulnerabilidade das famílias e atividades econômicas pesquisadas, do total de 18 edificações analisadas, a realocação coletiva é direcionada a 9 edificações (33,3%). Nesses casos, em que foi verificada a existência de pobreza ou de vulnerabilidade ao empreendimento, cabe, como opção alternativa à realocação, a indenização assistida, desde que se garanta a aquisição de um novo imóvel às famílias e atividades econômicas removidas.

Para 7 edificações (16,7%) caracterizadas que não estão nessas condições, é recomendada a indenização como benefício compensatório no processo de realocação de suas atuais residências e atividades econômicas. Nos 4 casos onde há alguma debilidade que possa provocar em um processo problemático de aquisição de novo imóvel, indica-se o acompanhamento da Via 040, a fim de garantir a efetividade do trâmite.

**TABELA 13. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Bairro de Cristalina Velha**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	1	0	2	0	3
Indenização assistida	1	2	1	0	4
Realoc. coletiva/ indeniz. assistida	5	0	4	0	9
Indefinida	6	0	0	0	6
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>18</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A presença de fragilidades de relevo nos domicílios e empreendimentos econômicos do Bairro Cristalina Velha exigirá o delineamento de tratativas transversais por parte do trabalho de Gestão Social. Destaca-se a necessidade de acompanhamento dos idosos e das crianças, no intuito de garantir a manutenção de rotinas cotidianas, sejam domésticas, médicas ou escolares, facilitando ao máximo o acesso aos equipamentos públicos de saúde e educação. As residências com pessoas com deficiência demandam a interlocução próxima da Concessionária junto aos



equipamentos públicos, notadamente aqueles relacionados à área de saúde e assistência social.

Nos casos em que se observa existência de atividade de subsistência as tratativas devem incluir o trabalho de assistência técnica e extensão rural com foco na readaptação ao novo contexto ambiental e restabelecimento produtivo.

**TABELA 11. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Bairro de Cristalina Velha**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	1	8,3%
Presença de criança	8	66,7%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	2	16,7%
Inquilino pobre	1	8,3%
Fam. com atividade de subsistência	4	33,3%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



# PARACATU (MG)

Paracatu é um município do Noroeste de Minas Gerais situado entre os km 0 e 90 da BR-040. Segundo dados do IBGE, sua população é de 91.027 habitantes, com 13% residindo na zona rural do município. A ocupação das margens da Rodovia concentra-se na área urbana da cidade. O numeroso comércio pode ser classificado como de pequeno ou médio porte, e se dedica principalmente à venda de máquinas agrícolas, de material de construção e de veículos em concessionárias. Diferentemente de outros municípios do Trecho I, em Paracatu existem muitos bairros e residências entremeadas aos empreendimentos econômicos situados na Área Diretamente Afetada pela Rodovia.

Ao todo, foram registradas 438 edificações na ADA de Paracatu. Há predominância de *domicílios*, que representam 52,5% dos casos (230 edificações). O número de *atividades econômicas*, contudo, também é significativo, totalizando 146 edificações (33,4%). Apenas 19 edificações, correspondente a 4,3% do total, são de *outro tipo*, que inclui, entre outros, lotes vagos e casas em construção.

FIGURA 16. Distribuição dos registros realizados no Município de Paracatu por tipo

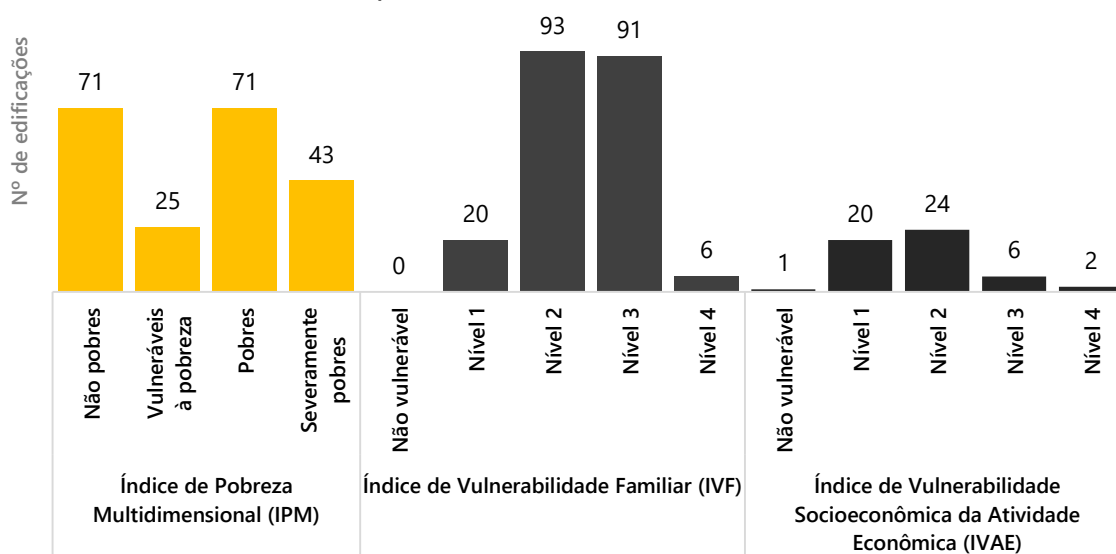


Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

A análise dos indicadores de vulnerabilidade e pobreza das edificações situadas à margem da Rodovia BR-040 sinaliza uma situação de atenção para a Gestão Social da Via 040. De acordo com os dados da pesquisa, 54,3% (114) dos domicílios localizados na ADA, em Paracatu, foram considerados pobres ou severamente pobres.



GRÁFICO 9. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Paracatu



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Além disso, 15,1% (8) das *atividades econômicas* foram classificadas nos níveis mais altos de vulnerabilidade (níveis 3 e 4), o que demanda atenção especial. Levando em conta todos os casos analisados, as situações que mais contribuem para a vulnerabilidade das atividades econômicas são o expressivo tempo de instalação (27 casos), a idade avançada do proprietário (13 casos) e a administração familiar (10 casos).

A diversidade das condições socioeconômicas das famílias e dos empreendimentos econômicos em Paracatu implicou na indicação de medidas proporcionalmente distintas para a remoção e compensação de seus proprietários. A medida de realocação apresenta-se como a melhor forma de garantir a manutenção das condições de vida e produção das famílias e atividades econômicas, devendo ser aplicada na presença de pobreza ou alta vulnerabilidade, o que totaliza 138 casos. Como medida alternativa à realocação, a indenização assistida poderá ser adotada, desde que assegurado o restabelecimento dos moradores em novos locais. Em alguns casos, será observada a adoção de abordagens coletivas, visando à manutenção dos vínculos sociais existentes entre os moradores em seu local de destino.

TABELA 12. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Paracatu

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	40	27	11	0	78
Indenização assistida	23	14	6	0	43





Realocação coletiva/ Indeniz. assistida	72	0	10	0	82
Realoc. individual c/ acesso à Rod./indeniz. assistida	0	0	1	0	1
Realocação individual ou coletiva/ indeniz. assistida	34	8	13	0	55
Reintegração de posse ou indenização	0	16	0	19	35
Indefinida	61	81	2	0	144
<b>Total</b>	<b>230</b>	<b>146</b>	<b>43</b>	<b>19</b>	<b>438</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Por sua vez, para as edificações classificadas em níveis mais baixos de pobreza e vulnerabilidade, considerou-se a indenização como medida adequada. Esse é o caso de 121 edificações, das quais 63 são exclusivamente *domiciliares*, 41 servem para *atividades econômicas* e 17 são de *uso misto*. Destaca-se ainda que, em razão de situações observadas em residências e atividades econômicas como, por exemplo, famílias monoparentais ou com predominância de idosos, uma parte dessas indenizações (43 casos) será assistida pela Gestão Social da Concessionária. Por fim, para 19 edificações classificadas como de *outro tipo*, a reintegração de posse ou indenização será a medida adotada.

O alto número de idosos e pessoas com deficiência física ou intelectual representará um ponto sensível para o trabalho de remoção das famílias. A Via 040, por meio de sua Gestão Social, dará a devida assistência a esses moradores contando com o auxílio dos equipamentos públicos e políticas públicas existentes locais. Além disso, o trabalho será voltado para que todas as crianças que forem removidas de suas atuais moradias continuem frequentando suas respectivas creches ou escolas. Outras fragilidades menos recorrentes, mas de igual importância, como gestantes, enfermos e inquilinos pobres, serão acompanhados de forma próxima pela Concessionária.

**TABELA 13. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Paracatu**

Fragilidades	Nº de edificações	%
Edificações exclusivamente domiciliares		
Presença de idoso	56	26,7%
Presença de criança	86	41%
Presença de gestante	3	1,4%
Presença de pessoa com doença crônica	8	3,8%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	10	4,8%
Presença de pessoa com deficiência física	20	9,6%
Inquilino pobre	15	7,1%

Fam. com atividade de subsistência	59	28,1%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	12	12,8%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Há que ressaltar, ainda, a presença de atividades de subsistência em 59 residências de Paracatu. Quanto às atividades econômicas, observou-se forte dependência do trabalho em relação a terra e ao uso dos recursos naturais. Para apoiar esses empreendimentos durante o processo de remoção e restabelecimento de suas atividades produtivas, sugere-se a possibilidade de articulação junto a órgãos públicos, a fim de viabilizar a continuidade dessas atividades, facilitar a sua adaptação ao novo contexto e oferecer orientação técnica para o seu desenvolvimento.

**TABELA 14. Equipamentos públicos disponíveis em Paracatu**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	4
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	2
Hospital geral	2
Escolas de educação básica	52
Nº de CRAS	3
EMATER	1

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Em todos os casos que envolvem fragilidades, será feito o esforço por parte da Gestão Social da Via 040 em ancorá-los às políticas sociais existentes no território, com o intuito de aproveitar a estrutura e os investimentos já realizados. Nesse sentido, apresenta-se a tabela acima com a enumeração dos equipamentos públicos municipais disponíveis à população da cidade de Paracatu.

## | TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO

Os resultados do Estudo de Socioeconomia e as observações realizadas *in loco* permitiram identificar quatro territórios no Município de Paracatu que merecem atenção especial por parte da Via 040. Os territórios integram bairros diversos localizados na sede do município, aos quais se vincula a sua história e dinâmica social. Ressalta-se o caráter eminentemente domiciliar desses quatro territórios. São eles: Alto da Colina, Bela Vista 1, Bela Vista 2 e Alto do Córrego.



FIGURA 17. Territórios de Atenção no Município de Paracatu



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

## Alto da Colina

O Bairro Alto da Colina está situado na margem norte da Rodovia BR-040, na altura do Km 39, e faz divisa com a mina de ouro da empresa Kinross. O território é composto, em sua totalidade, por edificações residenciais, algumas das quais também desenvolvem atividades econômicas. A maior parte dos domicílios se concentra na Rua H, paralela à Rodovia. A população do território, em geral, possui baixa escolaridade, exerce ofícios de baixa remuneração e depende, em grande medida, das relações sociais e territoriais estabelecidas.

FIGURA 18. Fotografia aérea do Bairro Alto da Colina.



<b>LEGENDA</b>	<b>TIPO DE EDIFICAÇÕES:</b>	<b>MEDIDAS DE REMOÇÃO E BENEFÍCIOS COMPENSATÓRIOS:</b>					
	Exclusivamente domiciliar	Indenização	Indenização assistida	Realoc. individual acesso Rod. / Indeniz. assistida	Realoc. coletiva acesso Rod. / Indeniz. assistida	Reintegração de posse ou indenização	Indefinida
	Exclusivamente atividade econômica	Realocação individual/ Indenização assistida	Realocação coletiva/ Indenização assistida	Realoc. individual ou coletiva/ Indeniz. assist.			
	Uso misto						
Outro tipo							

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

O Alto da Colina situa-se na parte menos adensada da sede municipal, no lado oposto ao centro da cidade, situado ao sul da Rodovia. Conseqüentemente, os moradores do bairro têm de atravessar a BR-040 diariamente para acessar o comércio e serviços, entre outras demandas.

Os resultados dos indicadores de pobreza e vulnerabilidade revelam um quadro socialmente desfavorável no território Alto da Colina. Segundo o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), mais de três quartos das famílias encontra-se em situação de pobreza ou severa pobreza. Além disso, mais da metade das edificações apresenta algum tipo de vulnerabilidade. Outra característica marcante do território consiste na dependência comunitária entre os seus moradores, o que demanda uma atenção especial no processos de remoção, devido à centralidade que ocupa no modo de vida e na subsistência das famílias.

**QUADRO 14. Características gerais do Bairro Alto da Colina**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Homogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	21 (80,8%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	15 (57,7%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Observando as condições socioeconômicas e de vulnerabilidade das famílias, das 30 edificações encontradas no território, 23 serão alvo de realocação coletiva, para que o vínculo comunitário permaneça. Como medida alternativa, poderá ser adotada nessas situações a indenização assistida, caso esta garanta a aquisição de um novo imóvel e considere a importância dos vínculos comunitários na busca do local de destino das famílias. As medidas de indenização, serão aplicadas para três edificações. As edificações passíveis de reintegração de posse ou indenização totalizam dois casos.



**TABELA 15. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Bairro Alto da Colina**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	1	0	0	0	1
Indenização assistida	1	0	1	0	2
Realoc. coletiva/indeniz. assistida	21	0	2	0	23
Indefinida	4	0	0	0	4
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>30</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

**TABELA 16. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Bairro Alto da Colina**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	5	19,2%
Presença de criança	11	42,3%
Presença de gestante	1	3,8%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	4	15,4%
Presença de pessoa com deficiência física	5	19,2%
Inquilino pobre	4	15,4%
Fam. com atividade de subsistência	5	19,2%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As fragilidades presentes nas edificações do Bairro Alto da Colina terão a atenção da Gestão Social da Via 040. Observa-se, em particular, o alto número de crianças, que estão presentes em mais de 40% dos domicílios pesquisados. Tal situação aponta para a necessidade de atendimento relativo à educação, saúde e assistência psicossocial durante o processo de deslocamento das famílias.

## Bela Vista 1

O Bairro Bela Vista 1 está situado na margem sul da Rodovia BR-040, na altura do Km 39. O território é composto, em sua quase totalidade, por edificações residenciais,



que se concentram em três pontos distintos. O primeiro, como se pode observar na figura abaixo, é a Rua Pedro Calçado, situada em um local mais arborizado. Esse trecho também é geograficamente isolado do restante do bairro, devido ao curso de um pequeno córrego, chamado de "Praia", que corre na parte de trás das residências. O segundo ponto é o quarteirão localizado imediatamente a leste da Rua Pedro Calçado. Saltando-se outro quarteirão a leste, chega-se ao terceiro ponto de concentração das edificações identificadas no território.

FIGURA 19. Fotografia aérea do Bairro Bela Vista 1



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

A região apresenta uma diversidade de condições socioeconômicas entre as famílias. Mais de 60% das edificações domiciliares apresentam níveis elevados de pobreza multidimensional. Por sua vez, famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis somam 55,8%, o que representa 29 edificações. No entanto, os fatores que evidenciam a particularidade dessa comunidade e sua classificação como Território de Atenção estão relacionados aos estreitos vínculos vicinais e comunitários, em perspectiva territorial e afetiva, e a presença marcante de idosos no local.



**QUADRO 15. Características gerais do Bairro Bela Vista 1**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	31 (60,8%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	29 (55,8%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As características apresentadas anteriormente subsidiaram a indicação de medidas de remoção e benefícios compensatórios das edificações existentes no bairro. A realocação será aplicada em 33 dos 70 casos analisados, atingindo aos domicílios de maior vulnerabilidade. Nessas situações, também poderá ser realizada a indenização dos proprietários de forma assistida pela equipe de Gestão Social da Via 040, a fim de garantir o efetivo restabelecimento das famílias.

**TABELA 17. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Bairro Bela Vista 1**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	11	0	0	0	11
Indenização assistida	5	1	2	0	8
Realoc. coletiva/indeniz. assistida	30	0	3	0	33
Reintegração de posse ou indenização	0	0	0	2	2
Indefinida	14	2	0	0	16
Total	60	3	5	2	70

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

De forma transversal às medidas descritas na tabela acima, o trabalho da Concessionária incorporará ações, de modo a apoiar as famílias e negócios durante todas as etapas de remoção, realocação e indenização. Para tanto, deverão ser observadas as fragilidades específicas presentes em cada edificação, a fim de direcionar tratativas relacionadas ao cuidado da saúde, assistência psicossocial, educação, entre outras. Chama a atenção o elevado percentual de domicílios com crianças e idosos, 43,1% e 37,2%, respectivamente. Outra fragilidade recorrente entre as residências é a atividade de subsistência, presente em 33,3% dos casos.





TABELA 18. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Bairro Bela Vista 1

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	19	37,2%
Presença de criança	22	43,1%
Presença de gestante	1	2%
Presença de pessoa com doença crônica	5	9,8%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	2	3,9%
Presença de pessoa com deficiência física	8	15,7%
Inquilino pobre	1	2%
Fam. com atividade de subsistência	17	33,3%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Bela Vista 2

O Bairro Bela Vista 2 está localizado na margem norte do Km 39,5 da Rodovia BR-040, no Município de Paracatu. Um dos principais aspectos do local é o fato de ser habitado, basicamente, por membros de uma mesma família, o que caracteriza a peculiaridade do local e sua classificação como Território de Atenção. A Área Diretamente Afetada pela Rodovia é composta, em sua totalidade, por edificações residenciais, no entanto, em algumas delas, há o desenvolvimento de atividades econômicas.





FIGURA 20. Fotografia aérea do Bairro Bela Vista 2



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Foram identificadas e registradas 17 edificações na ADA do Bairro Bela Vista 2, sendo 14 *domiciliares* (82,4%) e três de *uso misto* (17,6%). Quinze domicílios foram caracterizados pela pesquisa e classificados quanto ao nível de vulnerabilidade familiar e pobreza. Os resultados indicam que dois terços dos casos foram considerados pobres, o que evidencia a fragilidade social nesse bairro. Mais da metade dos domicílios caracterizados encontra-se em alta vulnerabilidade, sendo classificados nos níveis 3 e 4 do IVF, somando 8 edificações.

QUADRO 16. Características gerais do Bairro Bela Vista 2

Vínculo comunitário	Fraco
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	10 (66,7%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	8 (53,3%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



**TABELA 19. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Bairro Bela Vista 2**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	2	0	0	0	2
Indenização assistida	1	0	0	0	1
Realoc. individual/indeniz. assistida	9	0	3	0	12
Indefinida	2	0	0	0	2
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>17</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Do total de 17 edificações encontradas na Área Diretamente Afetada pela Rodovia no bairro, 12 delas deverão ser, prioritariamente, realocadas para novos domicílios. Para esses casos, poderá ser adotada a indenização assistida como medida alternativa, garantindo, ainda assim, as condições para o restabelecimento efetivo das famílias. Por sua vez, três edificações deverão ser indenizadas pela Via 040, sendo uma delas de forma assistida pelo trabalho de Gestão Social da Concessionária.

**TABELA 20. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Bairro Bela Vista 2**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	2	13,3%
Presença de criança	7	46,7%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	1	6,7%
Inquilino pobre	3	20%
Fam. com atividade de subsistência	4	26,7%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Considerando as fragilidades observadas nas edificações do território, destaca-se, em particular, a presença de crianças em quase metade dos domicílios, de inquilinos pobres em um quinto dos casos, e da atividade de subsistência em um quarto das famílias pesquisadas. Nesses e nos outros casos de fragilidade observados no



território, espera-se que a Gestão Social possa contar com o apoio de políticas sociais e equipamentos públicos locais.

## Alto do Córrego

O Bairro Alto do Córrego está situado na margem sul da Rodovia BR-040, na altura do Km 42. A maioria das edificações presentes no território é domiciliar, mas o número de atividades econômicas também é significativo. As edificações estão concentradas na Rua Rodrigues Bijos, situada paralelamente à marginal da autopista.

FIGURA 21. Fotografia aérea do Bairro Alto do Córrego



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Na Área Diretamente Afetada pela Rodovia no bairro, foram identificadas e registradas 78 edificações, sendo 45 *domiciliares* (57,7%), nove de *uso misto* (11,5%), 22 de uso exclusivo para *atividade econômica* (28,2%) e duas de *outro tipo* (2,6%). Um total de 40 domicílios foram caracterizados e classificados conforme os critérios dos indicadores de vulnerabilidade familiar e pobreza. Os resultados indicam uma maioria de domicílios (55%) considerada pobre. Nos índices de vulnerabilidade, 44,4% das edificações estão nos níveis mais altos.



QUADRO 17. Características gerais do Bairro Alto do Córrego

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	22 (55,0%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	20 (44,4%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Com base nas condições socioeconômicas apresentadas e nas características comunitárias do território, do total de 78 edificações existentes no local, 27 domicílios serão realocados. Conforme apresentado na tabela abaixo, em alguns desses casos deverá ser observada a necessidade de manutenção das condições de acesso das casas à Rodovia, ou mesmo ser dado um tratamento coletivo ao processo de realocação. Poderá ser adotada, como medida alternativa, a indenização assistida, desde que esta garanta a compra de um novo imóvel e considere a importância dos vínculos comunitários na procura pelo local de destino das famílias.

TABELA 21. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Bairro Alto do Córrego

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	4	3	0	0	7
Indenização assistida	7	1	2	0	10
Realoc. coletiva/indeniz. assistida	21	0	5	0	26
Realoc. individual acesso Rod./indeniz. assistida	0	0	1	0	1
Reintegração de posse ou indenização	0	2	0	2	4
Indefinida	13	16	1	0	30
Total	45	22	9	2	78

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

TABELA 22. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Bairro Alto do Córrego

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	10	25%
Presença de criança	18	45%
Presença de gestante	1	2,5%
Presença de pessoa com doença crônica	2	5%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	2	5%
Presença de pessoa com deficiência física	3	7,5%
Inquilino pobre	2	5%
Fam. com atividade de subsistência	7	17,5%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

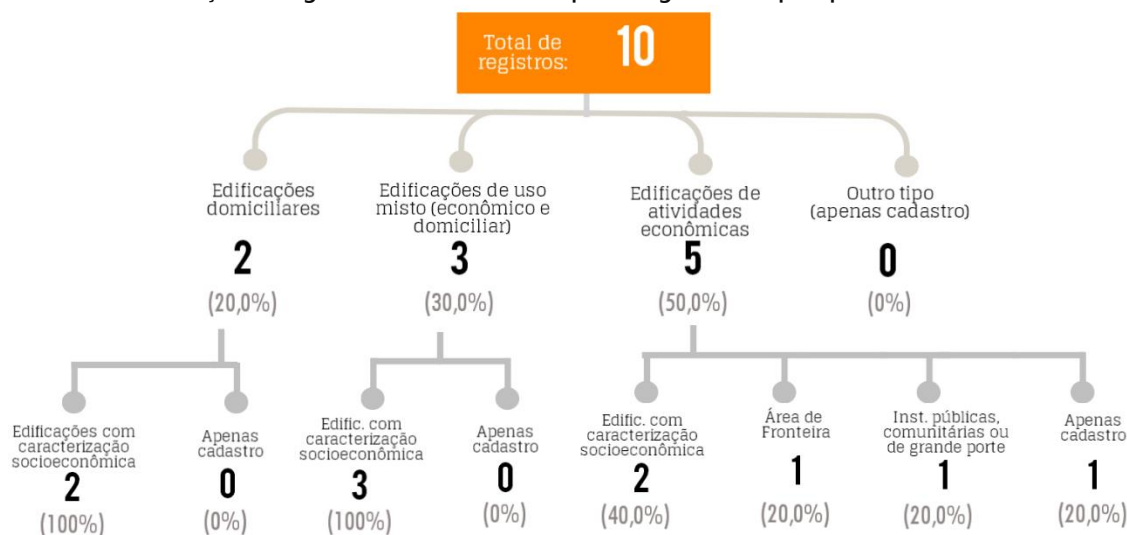
As situações de fragilidade mais comuns são a presença de crianças (18 edificações) e de idosos (10 edificações) no local, assim como a dependência territorial associada à vigência de atividades econômicas ou de subsistência (7 edificações). Para assistir a essas e a outras fragilidades, a equipe da Gestão Social da Via 040 conta com o apoio de políticas públicas locais em seu trabalho, para que a condição de vida das pessoas não piore.



# LAGOA GRANDE (MG)

Localizado a 459km da capital do estado, na região Noroeste de Minas Gerais, Lagoa Grande é o primeiro dos municípios do Trecho 2 da BR-040. A Rodovia atravessa toda a área norte do município, sendo que grande parte do território da cidade não margeia a autopista. Por estar relativamente longe da BR-040, distando 27km, a sede do município mantém pouca relação com a estrada. Há, nesse trecho da Rodovia, alguns domicílios espaçados entre si. Há, também, alguns estabelecimentos comerciais formais e informais, que comercializam, basicamente, artesanato (gamelas de barro e cestarias com bambu e fibras nativas) e produtos da região, como frutas, verduras e quitandas (bolos, pães, entre outros).

FIGURA 22. Distribuição dos registros realizados no Município de Lagoa Grande por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A Área Diretamente Afetada (ADA) possui apenas dez edificações, entre as quais metade é de uso exclusivamente *domiciliar* ou *misto* e a outra metade é composta por edificações voltadas exclusivamente para *atividades econômicas*. Dessas últimas, somente duas foram caracterizadas em seus aspectos socioeconômicos; os demais casos, em sua maioria, se enquadram em situações que dispensam a caracterização, por se tratar de instituições públicas, comunitárias ou de grande porte.

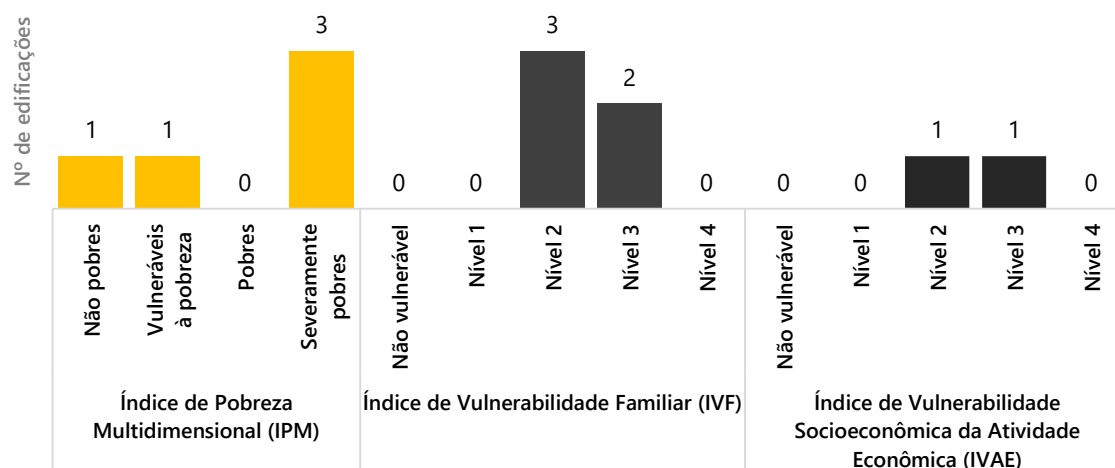
De acordo com o cálculo do Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF), 40% dos domicílios (2 edificações) foram enquadrados no nível 3 do indicador, apresentando elevado grau de vulnerabilidade. Além disso, 60% (3 edificações) das residências caracterizadas foram classificadas como severamente pobres pelo Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).





Em relação à situação de vulnerabilidade das atividades econômicas, o cálculo do Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da Atividade Econômica (IVAE) indicou que dos 2 estabelecimentos localizados na Área Diretamente Afetada (ADA) pela Rodovia, um deles foi classificado no nível 3, camada que explicita alta vulnerabilidade.

**GRÁFICO 10. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Lagoa Grande**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A situação socioeconômica das famílias e negócios apresentados acima embasam as medidas que serão tomadas para remoção e benefícios compensatórios das edificações de Lagoa Grande. Assim, por apresentarem níveis mais acentuados de pobreza e vulnerabilidade, 4 edificações (40%) serão realocadas, de maneira a garantir a manutenção de suas condições de vida e produção. A medida de indenização assistida poderá ser utilizada de modo alternativo para esses casos, desde que seja garantido o restabelecimento de seus responsáveis em outros imóveis.

Nos casos onde não há registro de pobreza e alta vulnerabilidade, a indenização por perdas será realizada para 3 edificações (30%). Em uma delas, devido à identificação de debilidades que implicam em dificuldade na aquisição de novo imóvel pelos responsáveis das famílias e estabelecimentos econômicos, há necessidade de que a medida seja acompanhada de uma assistência voltada para o processo de compra. Em 1 caso (10%) em que se trata de instituição pública, comunitária ou de grande porte, será aplicada a reintegração de posse ou indenização.



**TABELA 23. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Lagoa Grande**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	1	0	1	0	2
Indenização assistida	0	1	0	0	1
Realocação individual/ indeniz. assistida	1	1	2	0	4
Reintegração de posse ou indenização	0	1	0	0	1
Indefinida	0	2	0	0	2
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>10</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Além da aplicação das medidas mencionadas anteriormente, a equipe de Gestão Social estará atenta às fragilidades verificadas nos domicílios e atividades econômicas, com o intuito de orientar o tratamento dado aos seus moradores e responsáveis. Em todos os casos de fragilidades, espera-se que a Via 040 possa se apoiar nas políticas públicas existentes no município, a fim de aproveitar os esforços e investimentos já realizados. A população removida deverá ter a facilitação do acesso aos equipamentos de saúde, educação e assistência social existentes na cidade. A tabela abaixo apresenta os equipamentos públicos existentes em Lagoa Grande e que podem ser aproveitados pelo trabalho de Gestão Social no atendimento às pessoas realocadas.

**TABELA 24. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Lagoa Grande**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	1	20%
Presença de criança	1	20%
Presença de gestante	1	20%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	0	0%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	5	100%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	1	20%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

**TABELA 25. Equipamentos públicos disponíveis em Lagoa Grande**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	0
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	5
Hospital geral	0
Escolas de educação básica	6
Nº de CRAS	1
EMATER	1

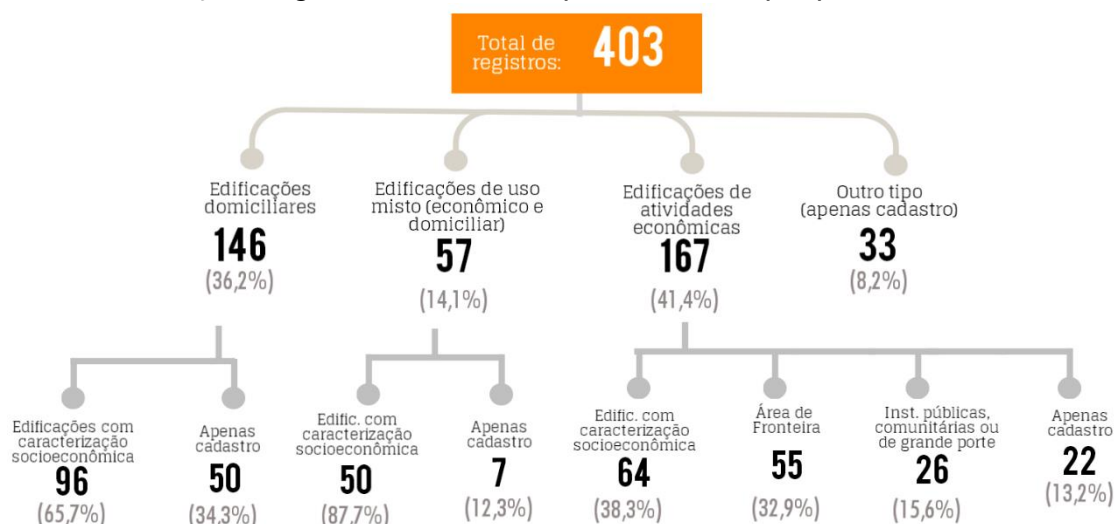
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



# JOÃO PINHEIRO (MG)

A população de João Pinheiro, composta por 48.179 habitantes (IBGE, 2015), está concentrada no espaço urbano da cidade, que congrega 81% dos residentes. Ao longo do município, a Rodovia BR-040 possui uma extensão de 105km, situados especificamente entre os Km 121 e 226. A extensa área diretamente afetada pelo empreendimento no município compreende, além de edificações esparsas, quatro adensamentos populacionais, a saber: o Bairro Olaria (Km 126), a sede municipal (entre os Km 141 e 144), o Bairro Vila das Almas (Km 192) e o Distrito de Luizlândia do Oeste (Km 224). Com exceção da sede municipal, localizada em área urbana, os adensamentos apresentam características periurbanas em sua configuração.

FIGURA 23. Distribuição dos registros realizados no Município de João Pinheiro por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

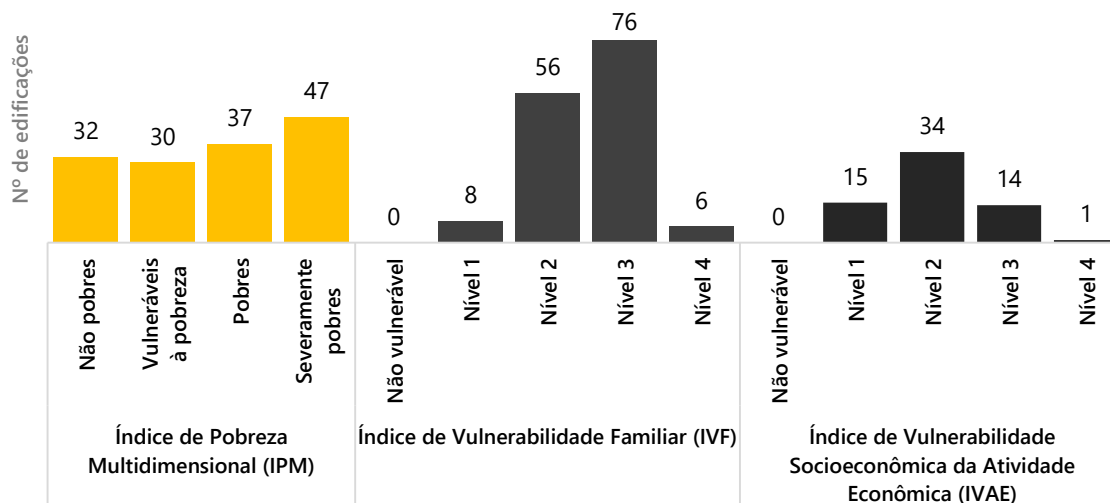
Foram registradas, ao todo, 403 edificações na área diretamente afetada pelo empreendimento em João Pinheiro. No município predominam as edificações econômicas, com 167 (41,4%) registros. Os domicílios somam 146 (36,2%) e as de uso misto somam 57 (14,1%) edificações. As registradas como outro tipo conformam 33 casos (8,2%).

O Estudo de Socioeconomia das edificações situadas na ADA do Município de João Pinheiro apresenta que 84 famílias (ou 57,5%) foram classificadas como pobres ou severamente pobres, segundo o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Ainda no âmbito domiciliar, os resultados do Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF) apontaram que 82 casos (ou 56,1%) encontram-se nos níveis 3 e 4 de vulnerabilidade, considerados mais graves. Estes números de pobreza e



vulnerabilidade observados em mais da metade das famílias residentes na ADA do município de João Pinheiro configuram a expressividade da proposição de medidas de realocação. Nas edificações voltadas exclusivamente para as atividades econômicas, a análise do Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da Atividade Econômica (IVAE) permite concluir que apenas 23,4% (15 casos) exigem medidas que envolvam realocação, uma vez que se situam nos níveis 3 e 4 do índice.

**GRÁFICO 11. Índices de vulnerabilidade e pobreza em João Pinheiro**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A diversidade das condições socioeconômicas e de vulnerabilidade das famílias e atividades econômicas em João Pinheiro implica na sugestão de medidas proporcionalmente distintas. A medida de realocação, prevista para as famílias e atividades econômicas que apresentam pobreza ou alta vulnerabilidade, apresenta-se como a melhor forma de garantir a manutenção ou melhoria das suas condições de vida, será aplicada para 122 casos (30,3%). Como medida alternativa à realocação, a indenização assistida poderá ser adotada.

Para as edificações que não apresentam situação de pobreza ou alta vulnerabilidade, totalizando 87 casos (21,6%), considerou-se a indenização em compensação às perdas e danos como medida apropriada. Em razão da presença de fragilidades que dificultam ou impossibilitam os responsáveis a efetivarem a compra de novo imóvel, em 34 (8,4%) casos as indenizações serão assistidas pela Gestão Social da Concessionária. Já as edificações passíveis de reintegração de posse ou indenização conformam 59 (14,6%) casos.



**TABELA 18. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de João Pinheiro**

MEDIDA LOCATIVA	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	13	31	9	0	53
Indenização assistida	13	12	9	0	34
Realocação coletiva	42	2	9	0	53
Realocação coletiva com acesso à rodovia	0	12	9	0	21
Realocação coletiva ou individual	5	2	0	0	7
Realocação individ./ indeniz. assistida	23	4	14	0	41
Reintegração de posse/indeniz.	0	26	0	33	59
Indefinida	50	78	7	0	135
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>167</b>	<b>57</b>	<b>33</b>	<b>403</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Em relação às principais fragilidades observadas entre os residentes atingidos no município, observa-se o acentuado número de crianças presentes nos domicílios, o que demanda acompanhamento e garantia de normalidade do seu processo educacional. Destacam-se também os idosos, identificados em um quinto das residências localizadas na ADA do município, o que aponta para cuidados especiais na área da saúde. Gestantes, enfermos, deficientes e inquilinos pobres completam as fragilidades domiciliares em contexto de remoção, que serão acompanhadas pela Gestão Social da Via 040.

**TABELA 26. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de João Pinheiro**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	37	25,3
Presença de criança	59	40,4
Presença de gestante	5	3,4
Presença de pessoa com doença crônica	3	2
Presença de pessoa com deficiência intelectual	3	2
Presença de pessoa com deficiência física	11	7,5
Inquilino pobre	12	8,2
Fam. com atividade de subsistência	95	65,1
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		

Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	19	16,7%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Quanto às atividades econômicas, parte delas apresenta dependência do trabalho em relação a terra e ao uso dos recursos naturais, o que aponta para a possibilidade de articulação com órgãos públicos para viabilizar a continuidade dessas atividades, facilitar a sua adaptação ao novo contexto e oferecer orientação técnica para o seu desenvolvimento.

**TABELA 27. Equipamentos públicos disponíveis em João Pinheiro**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	10
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	14
Hospital geral	2
Escolas de educação básica	28
CRAS	2
EMATER	1

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

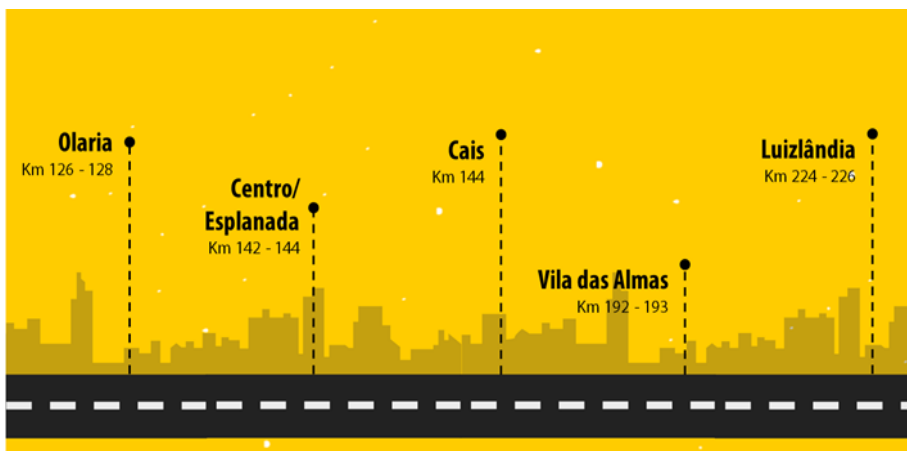
As tratativas assistenciais das situações de fragilidades exigem um empenho de convergência entre o trabalho da equipe multidisciplinar e as políticas sociais desenvolvidas localmente, a fim de tornar a abordagem e atuações de fato efetivas a médio e longo prazo. Nesse sentido, apresenta-se a tabela acima com a enumeração dos equipamentos públicos municipais que podem apoiar a Gestão Social da Concessionária no atendimento à população afetada pelo empreendimento na cidade de João Pinheiro.

## | TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO

A análise dos dados quantitativos e as observações realizadas em campo permitiram identificar cinco territórios no Município de João Pinheiro que merecem atenção especial por parte da Via 040. Três territórios apresentam atributos periurbanos: os bairros Olaria e Vila das Almas, e o Distrito de Luizlândia do Oeste. Os outros dois territórios localizam-se no espaço urbano da sede municipal: Centro e Esplanada, e o Bairro Cais.



FIGURA 24. Territórios de Atenção no Município de João Pinheiro

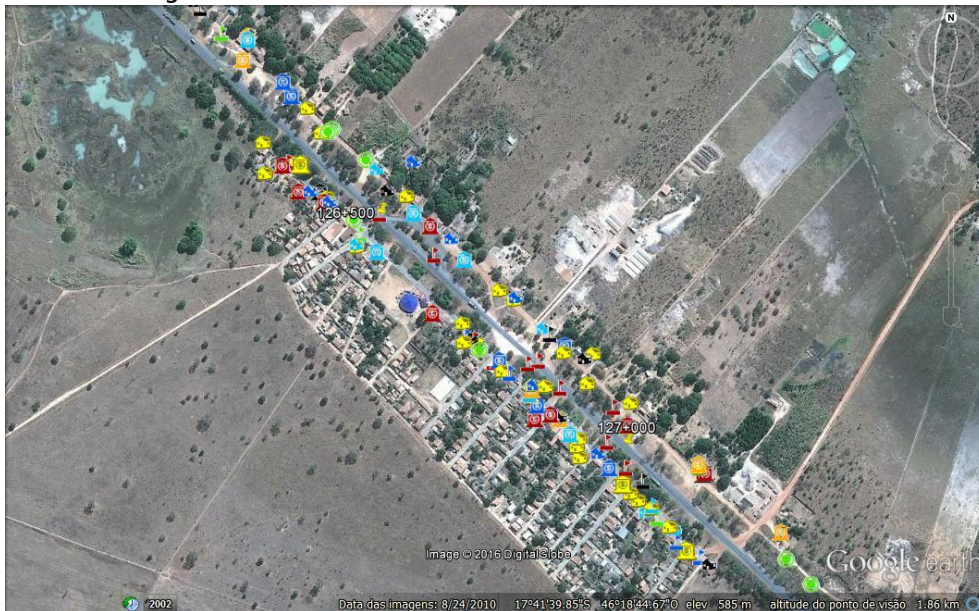


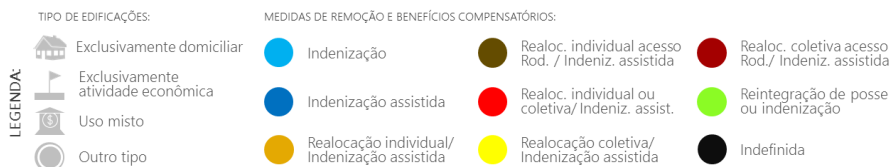
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

## Olaria

O Bairro Olaria está situado na margem sul da Rodovia BR-040, na altura do Km 126, distando 15km da sede municipal. A maior parte do território consiste nas edificações localizadas na Rua Carlos Amaral. Trabalham no local vendedores de frutas do cerrado e de produtos artesanais locais, como doces, quitandas e cestarias, que dependem da Rodovia para a obtenção de renda.

FIGURA 25. Fotografia aérea do Território de Olaria





Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Localizado em um contexto periurbano, na ADA do Bairro Olaria a atividade de subsistência é predominante, observando-se também a presença de atividade tradicional ligada a terra e ao uso dos recursos naturais. Embora apresente um contexto socioeconômico heterogêneo, mais da metade das famílias são consideradas pobres pelo Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Outro fator de preocupação é a vulnerabilidade social, presente em mais da metade dos casos, sejam famílias ou atividades econômicas. Cabe notar que a pobreza e a vulnerabilidade são os principais fatores que exigem medidas de realocação. Outras características marcantes do território consistem nos vínculos de parentesco e na dependência comunitária entre os seus moradores, o que demanda uma atenção especial em processos de remoção, devido à centralidade que ocupam no modo de vida e na subsistência das famílias.

**QUADRO 19. Características gerais do Território de Olaria**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Periurbana
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividade de subsistência	Sim
% de atividade econômica tradicional	14 (30,4%)
Famílias pobres	41 (56,9%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	48 (52,2%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A partir da fundamentação nas condições socioeconômicas, territoriais e de vulnerabilidade das famílias e atividades econômicas pesquisadas, serão adotadas medidas de realocação para 64 casos (52%), num total de 123 edificações. Em 21 situações onde se enquadra a realocação, será feita, para as atividades econômicas, a abordagem coletiva associada à garantia de acesso à Rodovia, visto que se registra a dependência desta. Excetuando esses casos em que se recomenda a conexão com a Rodovia e aos demais que apresentam a característica de pobreza ou vulnerabilidade ao empreendimento, será possível adotar, como medida alternativa, a indenização assistida.



As medidas de indenização, por sua vez, voltadas às situações onde não se identifica situação de pobreza ou alta vulnerabilidade, serão para 28 (22,8%) casos, 17 dos quais serão assistidos, uma vez que apresentam fragilidades relativas à capacidade de aquisição de imóvel em contexto de remoção. As edificações passíveis de reintegração de posse ou indenização somam 11 casos (8,9%).





**TABELA 28. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território de Olaria**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	5	2	4	0	11
Indenização assistida	7	4	6	0	17
Realoc. coletiva/indeniz. assistida	34	2	7	0	43
Realoc. coletiva acesso à Rodovia/indeniz. assistida	0	12	9	0	21
Reintegração de posse ou indenização	0	2	0	9	11
Indefinida	16	2	2	0	20
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>24</b>	<b>28</b>	<b>9</b>	<b>123</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As fragilidades presentes nas edificações do Bairro Olaria demandam o desenho e implementação de tratativas transversais por parte da Gestão Social da Via 040. Dois terços das famílias residentes no território praticam atividades de subsistência, estas situações serão consideradas no processo de remoção para alcançar a manutenção das suas condições de vida. Além disso, o trabalho associado a terra e ao uso dos recursos naturais está presente em quase um terço das atividades econômicas, motivo pelo qual será feita a articulação com órgãos públicos para assegurar a continuidade dessas atividades, facilitar a sua adaptação ao novo contexto e oferecer orientação técnica para o seu desenvolvimento.

Observa-se, também, o alto número de crianças, presentes em mais de um terço das residências, e de idosos, encontrados em quase um quarto dos domicílios. Há também casos de deficiência, enfermidade, gravidez e de inquilinos pobres, que também serão acompanhados em processo de remoção.



**TABELA 29. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território de Olaria**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	17	23,6
Presença de criança	26	36,1
Presença de gestante	2	2,8
Presença de pessoa com doença crônica	1	1,4
Presença de pessoa com deficiência intelectual	2	2,8
Presença de pessoa com deficiência física	2	2,8
Inquilino pobre	5	6,9
Fam. com atividade de subsistência	47	65,3
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	14	30,4
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0

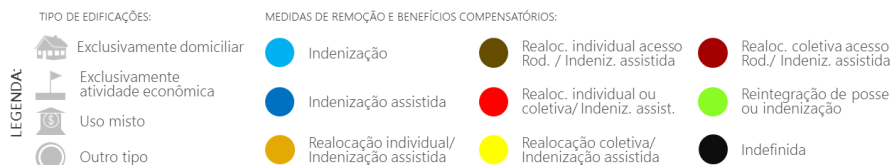
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Centro e Esplanada

O território denominado Centro e Esplanada está situado na sede municipal de João Pinheiro, entre os Km 141 e 143, no sentido norte da Rodovia BR-040. No local, predominam estabelecimentos comerciais de variados portes e tipos, como empresas familiares, hotéis, restaurantes, oficinas de veículos, borracharias, tornearias mecânicas, lojas de autopeças etc.

**FIGURA 26. Fotografia aérea do Território Centro e Esplanada**





Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

As atividades econômicas desenvolvidas no território estão diretamente vinculadas e dependentes da Rodovia, que, devido ao seu movimento de veículos, atrai consumidores potenciais a esses comércios. Grande parte das residências localizadas às margens da BR-040, por sua vez, apresentam atividades de subsistência, voltadas para o consumo doméstico.

Um terço dos casos (de domicílios ou atividades econômicas) apresenta alta vulnerabilidade ao empreendimento e um quarto das famílias foram classificadas como pobres ou severamente pobres. Estes números de vulnerabilidade e pobreza fundamentam as medidas de realocação no Município de João Pinheiro. Observa-se, ainda, que o vínculo comunitário não é uma característica geral e distintiva do Território Centro e Esplanada.

**QUADRO 20. Características gerais do Território Centro e Esplanada.**

Vínculo comunitário	Fraco
Contexto socioeconômico	Homogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	3 (25%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	9 (34,6%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A predominância de atividades econômicas no Território de Atenção Centro e Esplanada é explicitada pelo substancial percentual de *edificações não caracterizadas*, geralmente associadas a não caracterização em decorrência da localização de edificações econômicas na fronteira da faixa de domínio.

Considerando-se a menor criticidade (em termos comparativos com os demais territórios) das condições socioeconômicas e de vulnerabilidade dos pesquisados, são definidas medidas de realocação para 9 casos (9,4%), em um total de 95 edificações. Nesses casos, será possível adotar, como medida alternativa, a indenização assistida, caso esta garanta a aquisição de um novo imóvel e considere a importância dos vínculos comunitários na procura pelo local de destino das famílias.



Voltadas essencialmente para os casos em que não se regista pobreza e alta vulnerabilidade, as medidas de indenização, por sua vez, serão aplicadas a 17 casos (17,9%), 4 dos quais serão assistidos, uma vez que apresentam situações adversas que, em contexto de remoção, dificultam ou impossibilitam a efetivação da compra de novo imóvel pelos responsáveis. As edificações passíveis de reintegração de posse ou indenização totalizam 9 casos (9,4%).

**TABELA 30. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território Centro e Esplanada**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	3	9	1	0	13
Indenização assistida	2	2	0	0	4
Realoc. coletiva ou individual/ indeniz. assist.	5	2	0	0	7
Realoc. individual/ indeniz. assistida	0	1	1	0	2
Reintegração de posse ou indenização	0	7	0	2	9
Edificações não caracterizadas	7	53	0	0	60
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>74</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>95</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

**TABELA 31. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território Centro e Esplanada**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	3	25
Presença de criança	4	33,3
Presença de gestante	0	0
Presença de pessoa com doença crônica	0	0
Presença de pessoa com deficiência intelectual	1	8,3
Presença de pessoa com deficiência física	1	8,3
Inquilino pobre	2	16,7
Fam. com atividade de subsistência	5	41,7
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0

Todas as edificações		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

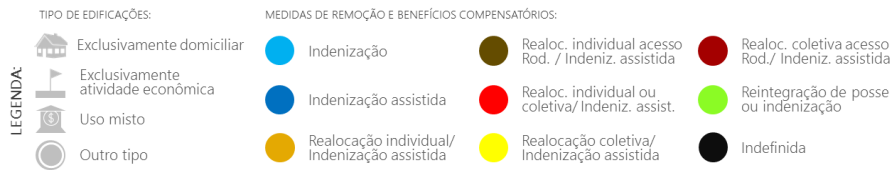
As fragilidades presentes nas edificações do Território Centro e Esplanada demandam o desenho e implementação de tratativas transversais por parte da Gestão Social da Via-040. Destacam-se, em particular, as crianças presentes em um quarto das residências e os idosos presentes em um terço dos domicílios, o que aponta para a necessidade de atendimento relativo à educação e saúde no processo de remoção das famílias. Outra fragilidade é o exercício de atividade de subsistência, observado em parte substancial dos domicílios e que responde por uma parcela importante da atual condição de vida dessas famílias, que será considerado no seu processo de deslocamento. Neste e nos outros casos, como na presença de deficientes e inquilinos pobres, espera-se que a Gestão Social da Concessionária possa contar com o apoio de políticas sociais e equipamentos públicos locais, a fim de mitigar os impactos do deslocamento das famílias.

## Bairro Cais

Cais é um bairro situado na sede municipal de João Pinheiro, na altura do Km 44, no sentido norte da Rodovia BR-040. Neste bairro, as Rua do Cruzeiro e a Rua Carmelita Pereira da Silva são as principais próximas à Rodovia.

FIGURA 27. Fotografia aérea do Território Bairro Cais





Fonte:

Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

O Bairro Cais é composto preponderantemente por edificações residenciais precárias, o que qualifica esse local como um Território de Atenção. Destaca-se a quantidade de pessoas com problemas mentais e de saúde. Os moradores, em sua maioria, trabalham em fazendas ou carvoarias nas proximidade do bairro.

Dois terços das edificações do território de atenção no Bairro Cais são formados por residências. O contexto socioeconômico é homogêneo e explicita condições de vida precárias, uma vez que todas as famílias são pobres e, em 70% do total de casos (de famílias e atividades econômicas), verifica-se vulnerabilidade ao empreendimento. Outro atributo marcante do território é a dependência comunitária entre os seus moradores, o que demanda uma atenção especial em processos de remoção, devido à centralidade que ocupa no modo de vida e na subsistência das famílias.

**QUADRO 21. Características gerais do Bairro Cais**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Homogêneo
Zona	Urbana
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	10 (100%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	7 (70%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Diante disso, a medida de realocação coletiva é a melhor forma de garantir a manutenção ou melhoria das condições de vida de 10 dos afetados, correspondendo a 55,5% dos casos. Como medida alternativa à realocação, a indenização assistida é possível apenas se o ressarcimento permitir a compra de um novo imóvel, devendo também considerar os vínculos familiares e comunitários existentes entre os moradores em seu local de destino. Outras três edificações no território são passíveis de reintegração de posse ou indenização, por tratar-se de instituições públicas, comunitárias ou de grande porte, bem como edificações sem morador.





**TABELA 32. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Bairro Cais**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Realoc. coletiva/indeniz. assistida	8	0	2	0	10
Reintegração de posse ou indenização	0	2	0	1	3
Edificações não caracterizadas	4	1	0	0	5
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>18</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As fragilidades presentes nas edificações do território que integra o Bairro Cais demandam cuidado e atendimento à população afetada pelo empreendimento. Observam-se no território, em particular, crianças presentes em dois terços das residências, bem como idosos, presentes em um terço dos domicílios, o que aponta para a necessidade de acompanhamento e ações nas áreas da educação e da saúde, no sentido de garantir a normalidade do processo educativo das crianças e assegurar o acesso dos idosos ao atendimento médico. Outra fragilidade encontrada é o exercício de atividade de subsistência encontrado em um terço das famílias.

**TABELA 33. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Bairro Cais**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	3	30
Presença de criança	6	60
Presença de gestante	1	10
Presença de pessoa com doença crônica	0	0
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0
Presença de pessoa com deficiência física	1	10
Inquilino pobre	1	10
Fam. com atividade de subsistência	3	30
<b>Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0
<b>Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Vila das Almas

Vila das Almas localiza-se na altura do Km 192, no sentido sul da BR-040, e dista, aproximadamente, 50km da sede municipal. Trata-se de um povoado com edificações essencialmente voltadas ao uso residencial.

FIGURA 28. Fotografia aérea do Território Vila das Almas



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

No centro da Vila, há oito casas, cujos quintais margeiam a Rodovia e são utilizados como local de produção de alimentos e criação de animais, ambos para consumo doméstico. Ressalta-se, no território, a existência de vínculos familiares entre os moradores da Vila das Almas, que são, em sua grande maioria, pessoas idosas.

Analisando os dados das famílias residentes na Vila das Almas apresentados pelo Estudo de Socioeconomia, percebe-se que a situação de pobreza e vulnerabilidade foi constatada na metade dos casos. Estas características marcantes do território serão consideradas no processo de remoção, para que as condições de vida dessas famílias não agravem após a realização do empreendimento.

**QUADRO 22. Características gerais do Território Vila das Almas**

Vínculo comunitário	Fraco
Contexto socioeconômico	Heterogêneo





Zona	Periurbano
Ordenamento urbano	Não
Predominância de atividade de subsistência	Sim
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	4 (50%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	4 (50%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A medida de realocação, prevista para os casos que apresentam condição de pobreza ou alta vulnerabilidade é apresentada como a melhor forma de assegurar a manutenção ou melhoria das condições de vida dos afetados, aplicando-se a 5 domicílios (62,5%). Como medida alternativa à realocação, a indenização assistida poderá ser aplicada.

Na ausência de pobreza e vulnerabilidade, as medidas de indenização são apropriadas para 4 casos (50%), três dos quais serão assistidos, já que apresentam situações que podem dificultar a busca de um novo imóvel, tais como a predominância de moradores idosos. Outras 2 edificações no território são passíveis de reintegração de posse ou indenização.

**TABELA 34. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território Vila das Almas.**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização assistida	2	0	1	0	3
Realoc. individual / indeniz. assistida	5	0	0	0	5
Reintegração de posse ou indenização	0	2	0	0	2
Edificações não caracterizadas	1	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>11</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As fragilidades observadas na Vila das Almas exigirão acompanhamento e assistência à população afetada pelo empreendimento. A fragilidade mais marcante do território é o exercício de atividade de subsistência, observado em todos os domicílios. A manutenção dessas atividades são importantes para que a condição de vida dessas pessoas não se altere.



Destacam-se também a presença de idosos e crianças, o que aponta para a necessidade de acompanhamento e ações nas áreas da saúde e educação, no sentido de assegurar o acesso ao atendimento médico e garantir a normalidade do processo educativo. Uma gestante e um deficiente físico também se encontram residindo no território e podem demandar o acompanhamento da Gestão Social.

**TABELA 35. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território Vila das Almas**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	5	62,5
Presença de criança	3	37,5
Presença de gestante	1	12,5
Presença de pessoa com doença crônica	0	0
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0
Presença de pessoa com deficiência física	1	12,5
Inquilino pobre	0	0
Fam. com atividade de subsistência	8	100
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0

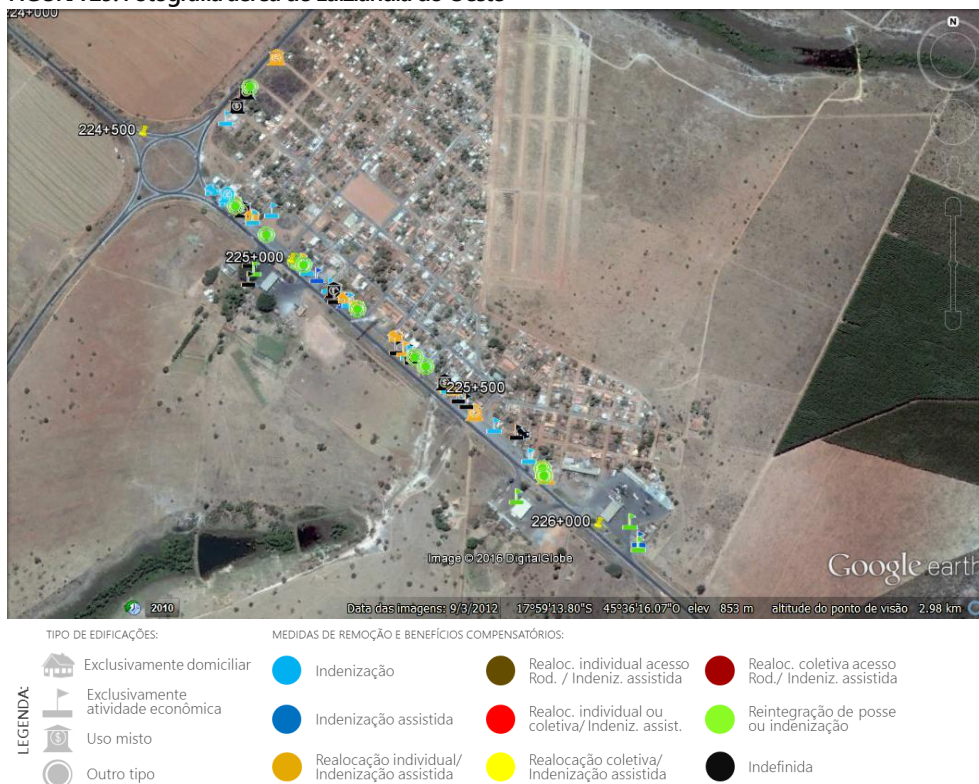
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Luizlândia do Oeste

Luizlândia do Oeste é um distrito localizado entre os Km 224 e 226. Há ocupação territorial nos dois sentidos da Rodovia BR-040, sendo que o sentido norte possui maior concentração de domicílios e atividades econômicas. O distrito está a 80km da sede do município, o que faz com que os moradores tenham muitas dificuldades de acessar os serviços públicos municipais. A maior ocupação do território ocorre na Avenida Pirapatos, que apresenta edificações de *uso misto* e onde predominam as *atividades econômicas*.



FIGURA 29. Fotografia aérea de Luizlândia do Oeste



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

O comércio da região é relativamente variado, mas se destina basicamente a suprir as necessidades dos viajantes que percorrem a BR-040, razão pela qual há laços estreitos de dependência econômica em relação à autopista. No território existem estabelecimentos como oficinas mecânicas, lava-jatos, borracharias, lojas de autopeças, tornearias mecânicas, postos de combustível, hotéis e restaurantes. Não foi identificada a presença de atividade industrial no território, que apresenta características periurbanas em sua configuração.

Mais da metade das residências situadas em Luizlândia do Oeste encontram-se em condição de pobreza. Considerando-se, além das famílias, as atividades econômicas, a vulnerabilidade no contexto de remoção foi constatada em um terço do total de edificações caracterizadas no território. Estes números de vulnerabilidade e pobreza fundamentaram as medidas de realocação para a população afetada na Vila das Almas, tendo em vista a necessidade de se alcançar a manutenção das condições de vida das famílias e a estabilidade das atividades econômicas após o seu deslocamento.

**QUADRO 23. Características gerais de Luizlândia do Oeste**

Vínculo comunitário	Fraco
---------------------	-------



Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Periurbano
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	8 (57,1%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	10 (35,7%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Considerando-se os dados relativos à socioeconomia e à vulnerabilidade do universo de edificações caracterizadas, serão adotadas medidas de realocação para 12 casos (21%), em um total de 57 edificações. Nesses casos, que apresentam a característica de pobreza ou vulnerabilidade ao empreendimento, é possível adotar, como medida alternativa, a indenização assistida, caso esta garanta a aquisição de um novo imóvel e considere a importância dos vínculos comunitários na procura pelo local de destino das famílias.

As medidas de indenização, por sua vez, serão aplicadas para 16 casos (28,1%), três dos quais devem ser assistidos, uma vez que apresentam alguma situação que dificulta a procura de um novo imóvel. As edificações passíveis de reintegração de posse ou indenização somam dez casos no território. As decisões em torno dessa medida, no contexto de negociação, devem levar em conta as características socioeconômicas das edificações.

**TABELA 36. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Luizlândia do Oeste**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	2	10	1	0	13
Indenização assistida	0	2	1	0	3
Realoc. individual / indeniz. assistida	6	2	4	0	12
Reintegração de posse ou indenização	0	4	0	10	14
Edificações não caracterizadas	2	8	5	0	15
Total	10	26	11	10	57

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



TABELA 37. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Luizlândia do Oeste

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	4	28,6
Presença de criança	6	42,9
Presença de gestante	0	0
Presença de pessoa com doença crônica	1	7,1
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0
Presença de pessoa com deficiência física	2	14,3
Inquilino pobre	3	21,4%
Fam. com atividade de subsistência	7	50%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	1	5%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

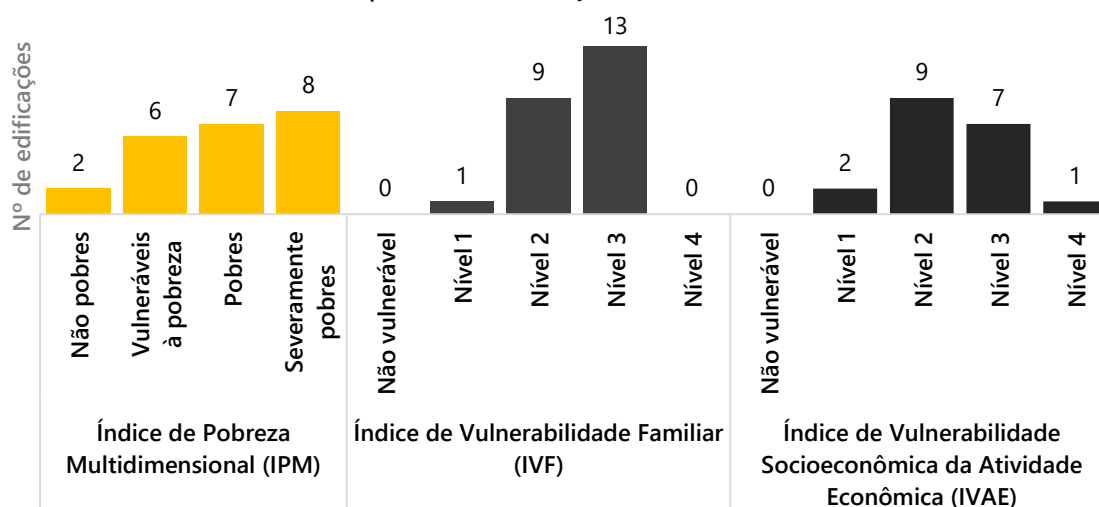
A partir da compreensão de que apenas as medidas alocativas são, em geral, incapazes de evitar a degradação das condições de vida e de reprodução econômica das famílias e estabelecimentos, as fragilidades presentes nas edificações de Luizlândia exigem o desenho e implantação de tratativas transversais por parte da Gestão Social da Via 040. Destaca-se, em particular, o elevado número de crianças e idosos presentes no território, o que aponta para a necessidade de atendimento relativo à educação e saúde no processo de remoção das famílias. Outra fragilidade, presente na metade dos domicílios, é o exercício de atividade de subsistência. Neste e nos outros casos, como a presença de deficientes, enfermos e inquilinos pobres, espera-se que a Gestão Social da Concessionária possa contar com o apoio de políticas sociais e equipamentos públicos locais, a fim de minorar os impactos do deslocamento das famílias e atividades econômicas.





A população que reside às margens da BR-040 naquele município é compreendida majoritariamente como pobres ou severamente pobres, somando 65% (15 casos). Segundo a análise que levou em consideração a vulnerabilidade das famílias perante o empreendimento, 56.5% (13 casos) estão inseridos nas categorias 3 e 4, indicadoras de alta vulnerabilidade. No índice que avalia a vulnerabilidade das atividades econômicas frente ao empreendimento da Via 040, 42.1% (8) deles foram classificados com alta vulnerabilidade (níveis 3 e 4), o que indica o uso de medidas mais protetivas.

**GRÁFICO 12. Índices de vulnerabilidade e pobreza em São Gonçalo do Abaeté**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Em São do Gonçalo do Abaeté, no intuito de resguardar direitos e agir em prol da não deterioração das condições de vida e de reprodução econômica das famílias e estabelecimentos econômicos em situação de pobreza ou alta vulnerabilidade, a medida de realocação será adotada em 30 casos (39.5%). Na maior parte destes casos, as realocações terão abordagem coletiva, sendo que, para 13 destas edificações, será providenciado o acesso à Rodovia devido a verificação de relação de dependência com a mesma. Em 14 casos a realocação se dará via abordagem individual, onde apenas para 1 desses será providenciado o acesso à Rodovia. Excetuando os casos em que serão garantidos a manutenção do acesso à Rodovia, para as demais edificações a indenização assistida pode vir a ser adotada a fim de garantir uma nova moradia ou estabelecimento econômico.

Para as edificações em que não se verifica situação de pobreza ou vulnerabilidade, serão adotadas, em 9 (11.8%) delas a indenização assistida em decorrência do registro de debilidades que podem implicar em um processo de aquisição de imóveis problemático, como ocorre quando o responsável pela atividade econômica é idoso ou possui baixa escolaridade. Em 3 casos (3.9%) a indenização como compensação de perdas e danos é a medida adotada. A reintegração de posse ou indenização é



adotada para 12 edificações. Em 22 casos (28.9%) não há caracterização da edificação, portanto, não há dados socioeconômicos que permitem a construção de medidas.

**TABELA 24. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações em São Gonçalo do Abaeté**

MEDIDA LOCATIVA	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	1	2	0	0	3
Indenização assistida	1	5	3	0	9
Realoc. coletiva /indeniz. coletiva	1	0	2	0	3
Realoc. coletiva com acesso à Rodovia	0	12	1	0	13
Realoc. individual com acesso à Rodovia	0	0	1	0	1
Realoc. Individual/ indenização assistida	8	0	5	0	13
Reintegração de posse ou indenização	0	3	0	9	12
Edificações não caracterizadas	11	10	1	0	22
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>32</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>76</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Os Estudos de Socioeconomia explicitam que, daquela população residente na ADA da BR-040 em São Gonçalo do Abaeté, a presença de crianças e idosos é expressiva no conjunto de famílias. Voltados a tais composições familiares, as ações da Gestão Social da Via 040 podem ser voltadas à garantia de acesso aos serviços de assistência social, saúde e educação.





**TABELA 38. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de São Gonçalo do Abaeté**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	4	17,4%
Presença de criança	6	26,1%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	1	4,4%
Inquilino pobre	4	17,4%
Fam. com atividade de subsistência	11	50%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	16	51,6%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Acerca das atividades econômicas, predominam as relacionadas ao uso da terra, e metade das famílias apresenta uma dependência ainda maior com o território, já que desenvolvem, em suas propriedades, atividades que garantem a subsistência do grupo familiar.

**TABELA 39. Equipamentos públicos disponíveis em São Gonçalo do Abaeté**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	0
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	2
Unidade Básica de Saúde	2
Equipamento básico de saúde	0
Hospital geral	0
Escolas de educação básica	9
Nº de CRAS	2

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Diante do perfil socioeconômico das PAPs neste município, é igualmente importante a observação dos equipamentos públicos que estão espacialmente próximos e, portanto, acessíveis àqueles atingidos, já que a BR-040 dista 58km da sede do município e os serviços básicos de assistência social, saúde e educação oferecidos podem não suprir as necessidades daquela população em particular.

Considerando que a dependência dos entrevistados ao uso da terra é notório, assim como os índices de subsistência das famílias em suas propriedades, estes atingidos requerem singular atenção nas realocações e acompanhamento posterior para que as famílias se adaptem ao novo contexto ambiental.

## | TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO

A análise dos dados quantitativos e as observações realizadas em campo permitiram identificar dois territórios no Município de São Gonçalo do Abaeté que merecem atenção especial por parte da Via 040. Ambos os territórios são distritos que apresentam características periurbanas em sua configuração, estando distantes da sede municipal. São eles: Canoeiros e Beira Rio (neste último, está estabelecida a Feira do Peixe).

### Território de Atenção no Município de São Gonçalo do Abaeté



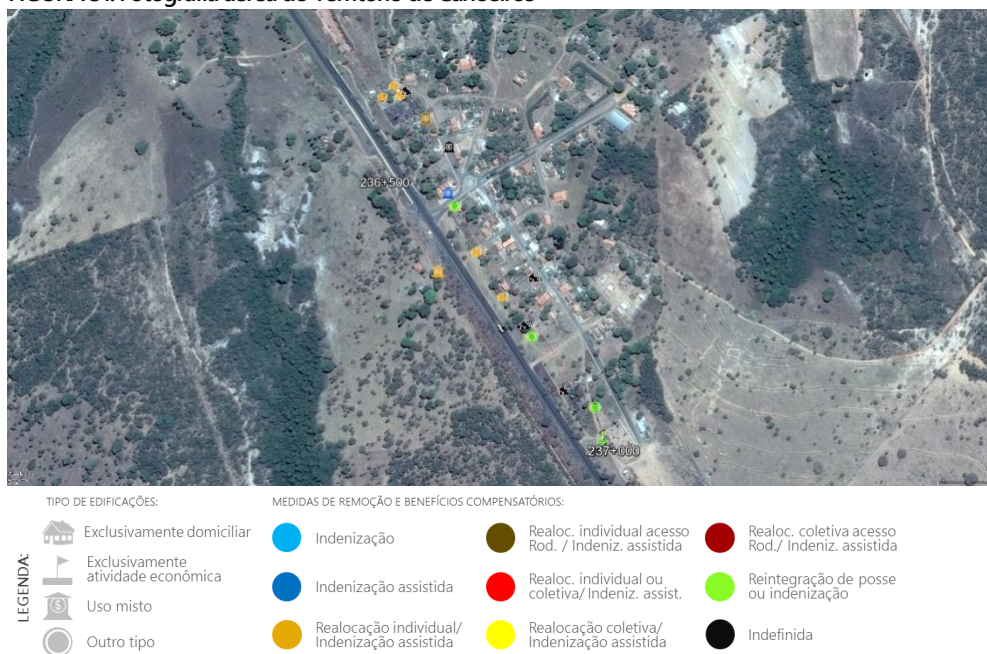
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

### Canoeiros

Canoeiros é distrito de São Gonçalo do Abaeté e se situa à margem do Rio Abaeté, entre os Km 236 e 237 da BR-040. De Canoeiros ao centro da cidade são 70km de distância, o que faz com que as duas localidades tenham pouca comunicação com a sede. A ADA do Distrito de Canoeiros configura-se como um adensamento de edificações residenciais, onde se registra o desenvolvimento de atividades de subsistência. O mercado de trabalho oferece atividades sazonais e informais.



FIGURA 31. Fotografia aérea do Território de Canoeiros



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Das 18 edificações que compõem a Área Diretamente Afetada no distrito, mais da metade delas são domicílios. Das famílias que compõem o estudo socioeconômico, 66.7% (6) são consideradas pobres. 55.6% (5) das famílias e das atividades econômicas existentes em Canoeiros são altamente vulneráveis às potenciais mudanças na Rodovia.

QUADRO 25. Características gerais do Território de Canoeiros

Vínculo comunitário	Fraco
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Periurbana
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividades de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0%
Famílias pobres	6 (66.7%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	5 (55.6%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Devido às situações de pobreza ou alta vulnerabilidade, as medidas de realocação serão direcionadas a 8 casos.



Em apenas 1 caso, onde não se identificou situação de pobreza ou alta vulnerabilidade, mas registrou-se debilidades relativas à compra de novo imóvel, como, por exemplo, a baixa escolaridade do responsável, adota-se a medida de indenização assistida. Outros 3 casos são passíveis de reintegração de posse ou indenização.

Em 6 casos não houve caracterização das edificações, o que implica em ausência de informação socioeconômica suficiente para a definição de medidas.

**TABELA 40. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território de Canoeiros**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização assistida	0	0	1	0	1
Realoc. individual com acesso à Rodovia	0	0	1	0	1
Realoc. individual /indeniz. assistida	6	0	1	0	7
Reintegração de posse ou indenização		0	0	3	3
Edificações não caracterizadas	4	1	1	0	6
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>18</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

**TABELA 41. Fragilidades das famílias e atividades econômicas no Território de Canoeiros**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	0	0%
Presença de criança	3	33,3%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	0	0%
Inquilino pobre	1	33,3%
Fam. com atividade de subsistência	4	44,4%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		

Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%
-------------------------------------------------------------	---	----

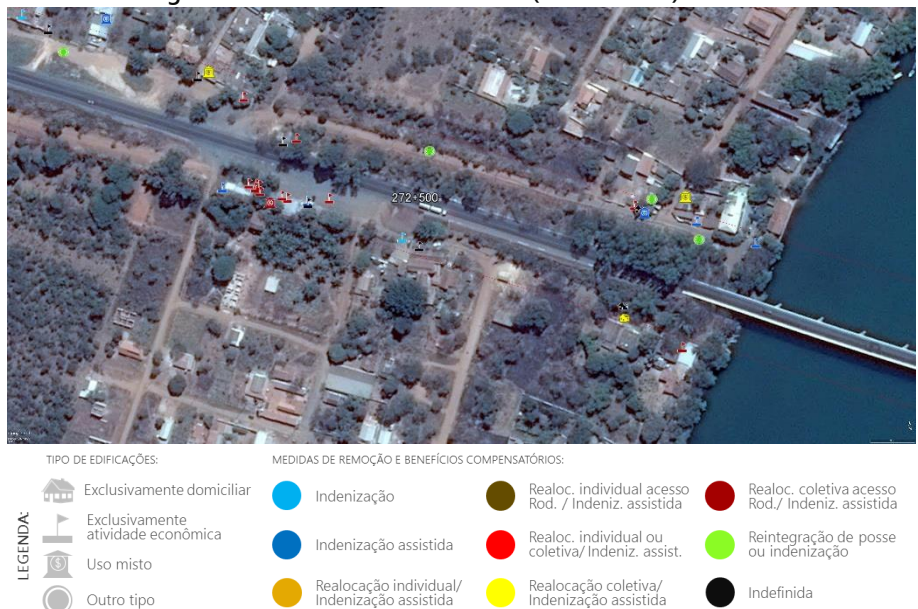
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Acerca do perfil dessas famílias, 1/3 delas possuem crianças, mesmo percentual das residências com inquilinos pobres. As atividades de subsistência são uma realidade em quase metade das famílias. As crianças que residem em Canoeiros necessitam de acesso garantido aos equipamentos públicos que oferecem educação, saúde e assistência social. Os inquilinos pobres carecem de acompanhamento social para que, posteriormente, eles e seus dependentes sejam incluídos em um programa habitacional. As atividades de subsistência, ainda que não sejam predominantes, são expressivas na localidade, o que explicita a dependência territorial de determinadas famílias, um dado relevante no que tange ao acompanhamento em prol da readaptação ao novo contexto ambiental.

## Beira Rio (Feira do Peixe)

O Distrito de Beira Rio está localizado às margens do Rio São Francisco, a 109km da sede do Município de São Gonçalo do Abaeté, com o qual tem pouca relação, e então mais conexo ao município vizinho, Três Marias, por estar mais próximo a ele. Situada em uma zona periurbana, a ADA conforma-se como um adensamento de edificações próximo à ponte que atravessa o Rio São Francisco. As edificações, dedicadas em sua maior parte ao desenvolvimento de atividade econômica, se concentram formando um ponto comercial de venda de pescados.

FIGURA 32. Fotografia aérea do Território de Beira Rio (Feira do Peixe)



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.



Naquele local é realizada uma feira há mais de trinta anos, onde os peixes de água doce da região são os principais produtos comercializados. Esta feira tem uma grande importância histórica, turística e econômica, além de escoar a produção local da pesca e movimentar as peixarias e o restaurante que foram se estabelecendo nas cercanias ao longo dos anos.

A Feria do Peixe foi transferida de seu local original para o sentido sul da Rodovia pelo DNIT no ano de 1992, onde permanece até hoje. Nas barracas há o fornecimento de energia elétrica e água encanada, sendo que os próprios vendedores de peixe organizaram o espaço e construíram tal infraestrutura. A associação de pescadores tem mais de 300 membros.

O cadastro na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento em Beira Rio é composto por 36 edificações, em sua maioria, de uso econômico. Dos domicílios, 66.7% foram considerados pobres. O índice de vulnerabilidade das famílias ou das atividades econômicas ali estabelecidas perante o empreendimento foi calculado em 45.9%. As atividades de subsistência não são predominantes, mas as atividades econômicas foram consideradas, em sua maioria, tradicionais, pois o comércio e a pesca naquele distrito já estão consolidados, adquiriram uma dimensão histórica e são diretamente dependentes do Rio São Francisco e também da BR-040, que compõem aquele território. Os estudos socioeconômicos apontam que as relações de proximidade entre as pessoas foram percebidas mais no interior das atividades, de pesca e de comércio, do que entre as famílias residentes em Beira Rio.

#### QUADRO 26. Características gerais do Território de Beira Rio

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Homogêneo
Zona	Periurbana
Ordenamento urbano	Não
Predominância de atividades de subsistência	Sim
% de atividade econômica tradicional	20 (62.5%)
Famílias pobres	4 (66.7%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	11 (45,9%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As medidas locativas são variadas, mas a realocação coletiva é voltada para a maioria das edificações no Território de Atenção de Beira Rio, somando 16 casos (44,4%) num total de 36.

Nos 8 casos (22,2%) em que não se verificou situação de pobreza ou alta vulnerabilidade deverá ser adotada a indenização, desses, 6 serão assistidos, já que apresentam debilidades em contexto de aquisição de imóveis. As edificações que são alvo de reintegração de posse ou indenização totalizam 4 casos (11,1%) no território.



Em 22,2% dos casos não houve caracterização, não sendo possível, portanto, a definição de medidas.

**TABELA 42. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território de Beira Rio (Feira do Peixe)**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	0	2	0	0	2
Indenização assistida	0	4	2	0	6
Realoc. coletiva/ indenização assistida	1	0	2	0	3
Realoc. coletiva com acesso à Rodovia	0	12	1	0	13
Reintegração de posse ou indenização	0	0	0	4	4
Edificações não caracterizadas	2	6	0	0	8
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>24</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>36</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As famílias com idosos e crianças aparecem em 1/3 da amostra. É importante ressaltar que alguns equipamentos públicos são fundamentais para a garantia da qualidade de vida destas pessoas, tais como escolas, unidades de saúde e de assistência social. Visto que a pesca é a base das atividades econômicas em Beira Rio, o índice de trabalho associado ao uso dos recursos naturais, neste caso, majoritariamente fornecido pelas águas do rio, é bastante elevado, representando 82.6% (19) de todas as atividades desenvolvidas ali.

**TABELA 43. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território de Beira Rio (Feira do Peixe)**

Fragilidades	Nº de edificações	%
Edificações exclusivamente domiciliares		
Presença de idoso	2	33,3%
Presença de criança	2	33,3%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%

Presença de pessoa com deficiência física	0	0%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	1	16,7%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	19	82,6%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

O relacionamento da Via 040 com a comunidade deve ser construído em bases sólidas de transparência e colaboração. A existência de uma associação de pescadores pode ser considerada uma oportunidade para o início das negociações e da busca por soluções e estratégias que garantam a manutenção da qualidade de vida das famílias atingidas e da permanência dos comerciantes naquela atividade econômica.

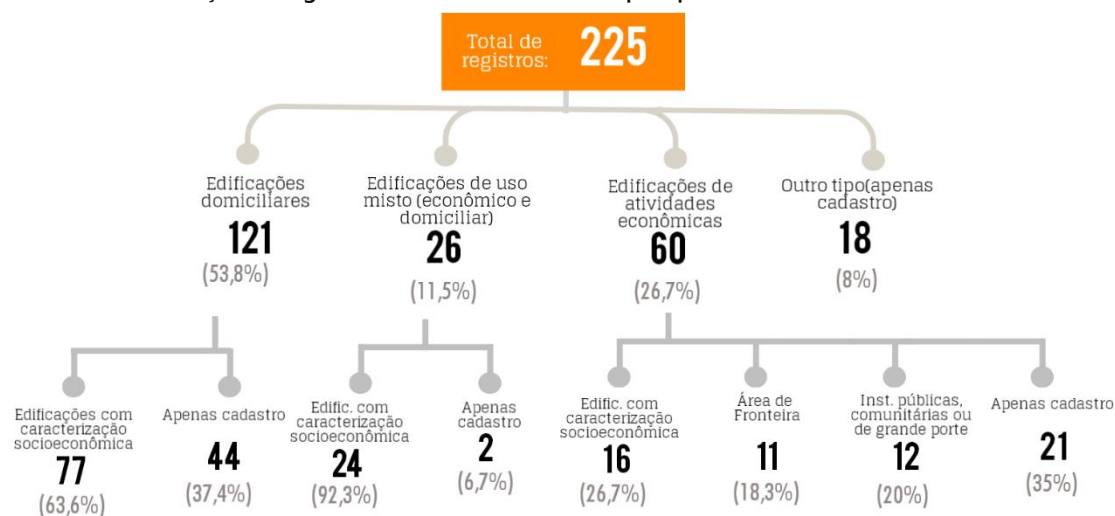




# TRÊS MARIAS (MG)

A cidade de Três Marias tem população de 31.028 habitantes (IBGE, 2015), dos quais 94% estão fixados em sua área urbana. A Rodovia se estende pelo município do Km 273 ao 320, passando pela sede, área mais densamente habitada.

FIGURA 33. Distribuição dos registros realizados em Três Marias por tipo



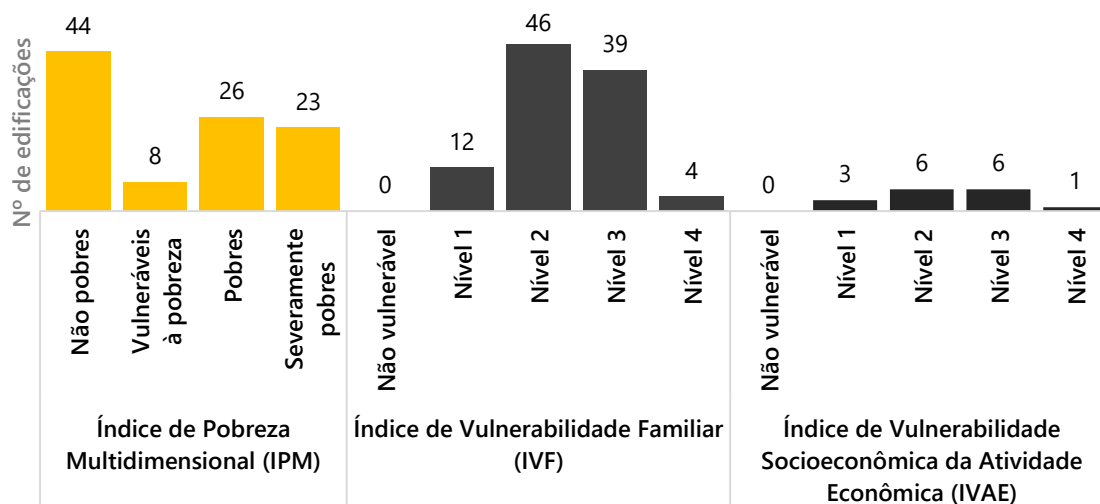
Fonte: Herkenhoff & Prates (2015)

Foram cadastradas 225 edificações na Área Diretamente Afetada (ADA) do município, sendo 121 (53,7%) *domicílios*, 60 (26,6%) *atividades econômicas*, 26 (11,5%) de *uso misto* e 18 (8%) de *outros usos*.

Os dados do Estudo de Socioeconomia permitem compreender que a situação de pobreza, apesar de sua expressividade, não é predominante entre os domicílios. De acordo o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), 48,5% das famílias da ADA em Três Marias foram classificadas como pobres ou severamente pobres. Acerca da vulnerabilidade das famílias frente ao empreendimento, 42,6% apresentaram alta vulnerabilidade. Quanto ao Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da Atividade Econômica (IVAE), 43,7% estabelecimentos econômicos foram classificados nos níveis 3 e 4. Estes índices orientaram a indicação de medidas de realocação para famílias e atividades econômicas, delineando um perfil para cada uma delas.



GRÁFICO 13. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Três Marias



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A fim de assegurar que as condições de vida e reprodução econômica das famílias e estabelecimentos não se degradem após o processo de remoção, medidas tecnicamente adequadas foram construídas para a abordagem da ADA em Três Marias. Para 64 edificações (28,4%), onde se observa situação de pobreza ou alta vulnerabilidade, a realocação individual das famílias foi a solução mais adequada, uma vez que territórios coletivos não foram identificados na ADA do município. Nesses casos, quando considerados mecanismos que garantam o restabelecimento de famílias e estabelecimentos econômicos em novos imóveis, a indenização assistida pode ser adotada

Nos casos onde não há criticidade, para 53 edificações (23,5%) indica-se a indenização. Destas, em 17 casos recomenda-se a assistência da Via 040 em consequência da presença de debilidades relativas à aquisição de novo imóvel. A medida que envolve reintegração de posse ou indenização foi recomendada em 30 casos (13,3%).

Em 78 casos não foi possível definir as medidas em decorrência da ausência de caracterização das edificações.

TABELA 27. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Três Marias

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	27	3	6	0	36
Indenização assistida	7	6	4	0	17



Realocação individual	43	7	14	0	64
Reintegração de posse ou indenização	0	12	0	18	30
Edificações não caracterizadas	44	32	2	0	78
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>60</b>	<b>26</b>	<b>18</b>	<b>225</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

O Estudo de Socioeconomia identificou e elencou as principais fragilidades dos membros das famílias da ADA em Três Marias, para orientar o planejamento das tratativas voltadas especificamente a estas pessoas. Os idosos e as crianças aparecem compondo os grupos vulneráveis que requerem acesso aos equipamentos públicos de saúde. Aos idosos, crianças e inquilinos pobres, o acompanhamento pela assistência social é importante porque desenvolve as potencialidades e promove a inserção dos indivíduos nas diversas esferas da vida social., facilitando ainda o acesso à rede de ensino e à moradia adequada.. Nos domicílios onde são desenvolvidas atividades de subsistência, o apoio em torno da assistência técnica e extensão rural é importante para o processo de adaptação a um novo contexto e território.

**TABELA 44. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Três Marias**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	35	34,7%
Presença de criança	34	33,7%
Presença de gestante	3	3%
Presença de pessoa com doença crônica	4	4%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	5	5%
Presença de pessoa com deficiência física	7	6,9%
Inquilino pobre	12	11,9%
Fam. com atividade de subsistência	57	56,4%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	3	7,5%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	1	0,8%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A rede pública de programas e equipamentos promotores de saúde, educação, assistência social, assistência técnica e extensão rural deve, preferencialmente, servir de apoio no intuito de tornar a assistência duradoura. A Concessionária poderá encaminhar a população, principalmente os inquilinos socialmente mais frágeis, a equipamentos e programas que promovam a saúde, a educação, a assistência social



e a assistência técnica rural. Os equipamentos públicos disponíveis em Três Marias podem ser visualizados na tabela abaixo.

**TABELA 45. Equipamentos públicos disponíveis em Três Marias**

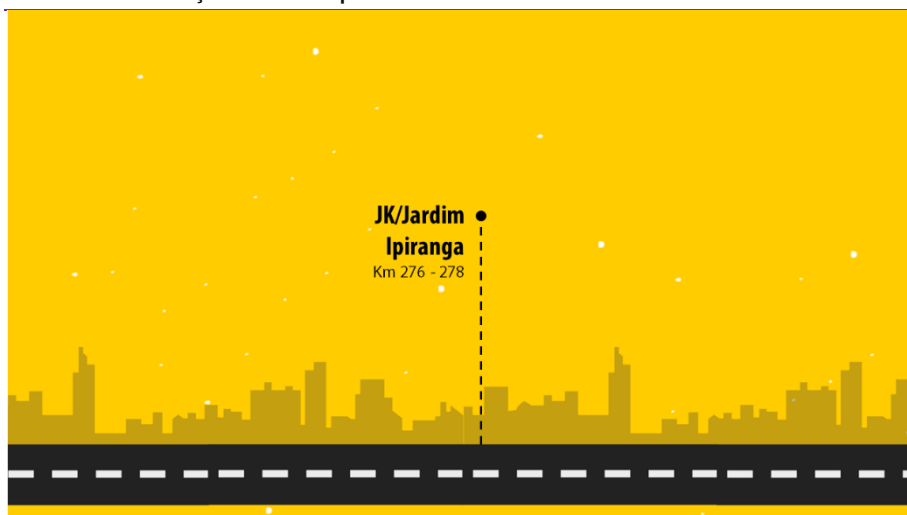
Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	0
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	9
Equipamento básico de saúde	0
Hospital geral	1
Escolas de educação básica	23
Nº de CRAS	1
EMATER	1

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## TERRITÓRIO DE ATENÇÃO

Apesar de Três Marias ser um município de crescente dinamização econômica em função da diversidade de atividades em curso no seu território, foi possível perceber, pela coleta de dados, que alguns domicílios dispostos ao longo da ADA da Rodovia são especialmente susceptíveis a mudanças no traçado. Esses domicílios estão agrupados entre os bairros JK e Jardim Ipiranga, caracterizados pela equipe de pesquisa do Estudo de Socioeconomia como um Território de Atenção.

### Território de Atenção no Município de Três Marias



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)



## Bairros JK e Jardim Ipiranga

Os bairros JK e Jardim Ipiranga estão situados ao longo dos Km 276 e 278, na margem norte da BR-040, próximos à sede municipal, porém em uma área já considerada periférica pelos moradores da cidade. A Rua do Contorno, paralela à BR-040, faz a conexão entre estes dois bairros e se separa da Rodovia por uma encosta. Essa rua tem características essencialmente residenciais, com uma formação variada em relação aos níveis de renda.

FIGURA 34. Fotografia aérea dos Bairros JK e Jardim Ipiranga



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

O contexto socioeconômico mostra-se muito heterogêneo em toda a área, embora os moradores de Jardim Ipiranga apresentem piores níveis de renda e escolaridade. Das famílias de ambos os bairros contempladas pelo estudo, 42,4% delas foram consideradas pobres ou severamente pobres. Entre os núcleos familiares e as atividades econômicas, 33,3% delas mostraram-se altamente vulneráveis ao empreendimento.

QUADRO 28. Características gerais dos Bairros JK e Jardim Ipiranga

Vínculo comunitário	Fraco
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim



Predominância de ativ. de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0 %)
Famílias pobres	28 (42,4%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	23 (33,3%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Das 110 edificações analisadas no Território de Atenção, para 34 (30,9%) a realocação individual ou coletiva em decorrência de situação de pobreza ou alta vulnerabilidade se apresenta como a medida adequada. Nestes casos, quando houver procedimento equivalente à realocação, no que tange à garantia de uma nova moradia ou estabelecimento econômico, cabe-se a adoção da indenização assistida.

A indenização, sobretudo direcionada às situações onde não se observam pobreza e alta vulnerabilidade, é aplicada em 35 casos (31,8%), sendo, em 8 deles, associada à assistência em consequência de presença de vulnerabilidade relativa à aquisição de novo imóvel. Em 9 casos (8,1%) a reintegração de posse ou indenização são adotadas enquanto medidas tecnicamente adequadas.

Em 32 casos (29,1%) não houve definição de medidas devido à ausência de caracterização socioeconômica.

**TABELA 46. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações dos Bairros JK e Jardim Ipiranga**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	23	0	4	0	27
Indenização assistida	6	1	1	0	8
Realoc. individual / indeniz. assistida	28	2	4	0	34
Reintegração de posse ou indenização	0	2	0	7	9
Edificações não caracterizadas	25	6	1	0	32
Total	82	11	10	7	110

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

O Estudo de Socioeconomia permitiu identificar uma gama de fragilidades sociais e econômicas no âmbito das edificações que explicitam a necessidade de se estabelecer instrumentos e mecanismos para suas tratativas no contexto de remoção. Em JK e Jardim Ipiranga observou-se um alto número de idosos e crianças que necessitam de atenção do Programa de Gestão Social, uma vez que o acesso à



saúde e à assistência social tem importância central para esses grupos. Para as crianças, é necessário o ingresso e permanência na educação básica, principalmente durante o processo de deslocamento. As famílias com atividades de subsistência podem ser auxiliadas por programas de assistência para adaptação ao novo contexto no qual serão inseridos após às realocações.

**TABELA 47. Fragilidades das famílias e atividades econômicas dos Bairros JK e Jardim Ipiranga**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	22	33,3%
Presença de criança	27	40,9%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	2	3%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	3	4,5%
Presença de pessoa com deficiência física	3	4,5%
Inquilino pobre	8	12,1%
Fam. com atividade de subsistência	29	44%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

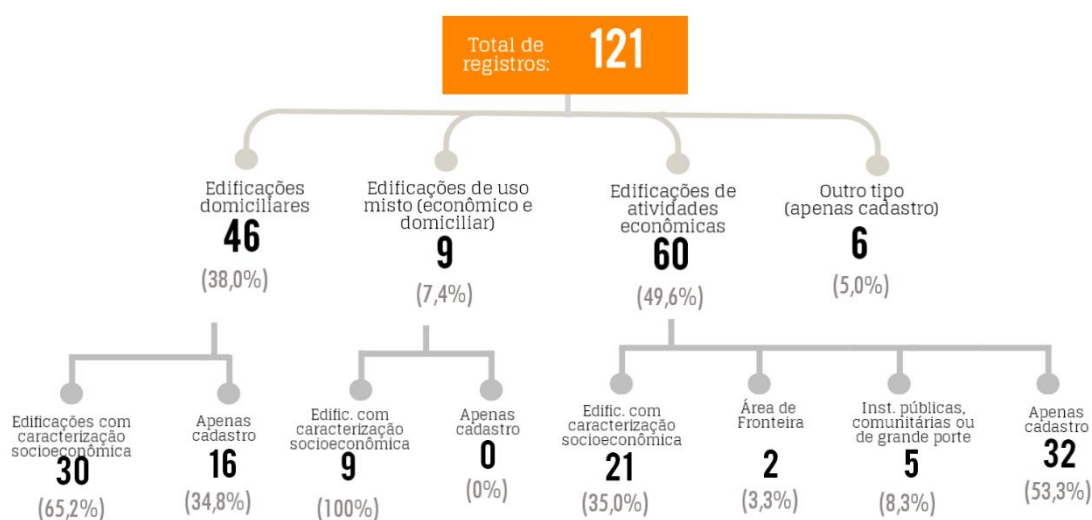


# FELIXLÂNDIA (MG)

O Município de Felixlândia é perpassado por 21 quilômetros da Rodovia BR-040, entre os Km 339 e 360. Essa região é caracterizada pela presença de grandes extensões territoriais não ocupadas e outros pontos de adensamento de edificações, com destaque para o distrito periurbano de São Geraldo do Salto e pequenas aglomerações próximas aos postos de gasolina que margeiam a Rodovia.

No Distrito de São Geraldo do Salto encontram-se diversas barracas de comercialização de produtos tradicionais do cerrado, como o pequi e o araticum, entre outros produzidos na região, como a mexerica. Os vendedores também comercializam produtos alimentícios artesanais que eles mesmos produzem ou obtêm nas proximidades, como pimenta, mel, licor, queijo, cachaça e conservas variadas.

**FIGURA 35. Distribuição dos registros realizados no Município de Felixlândia, por tipo**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A ADA do município conta com 121 edificações, sendo 60 (49,6%) destinadas a *atividades econômicas*. Em 46 casos (38%) registrou-se edificação *domiciliar* e, em 9 casos (7,4%), de *uso misto*. As edificações de *outro tipo* foram registradas em 6 casos (5%).

O cálculo dos indicadores multidimensionais para as edificações localizadas na ADA de Felixlândia demonstra a forte incidência de pobreza e vulnerabilidade entre os domicílios e atividades econômicas locais. Do total de edificações domiciliares situadas à margem da Rodovia BR-040, 89,7% (35 domicílios) foram classificados

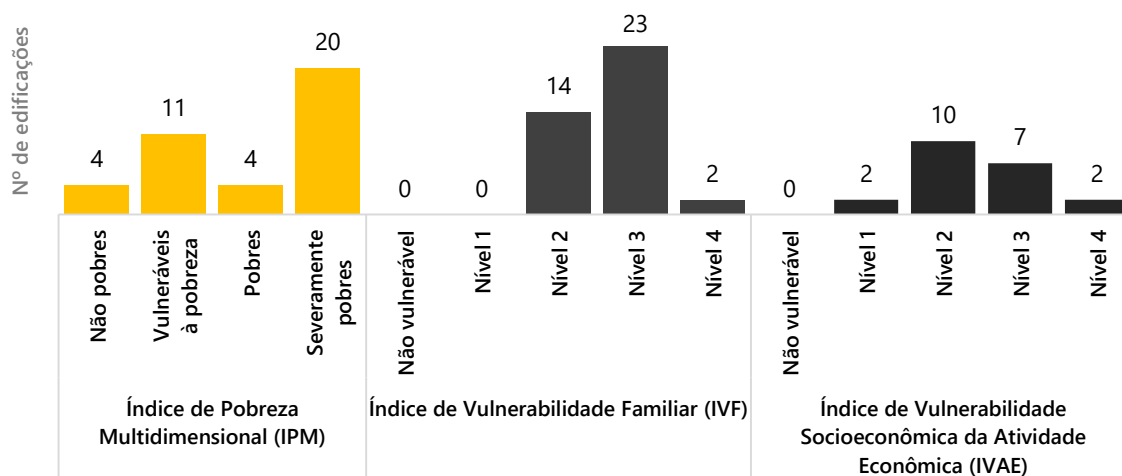




como pobres, sendo a maior parte deles, o correspondente à 64,1% (25 domicílios), classificados em níveis elevados de vulnerabilidade familiar.

Entre as atividades econômicas, 9 delas (42,9%) apresentaram níveis mais elevados de vulnerabilidade frente a uma situação de remoção, especialmente influenciada pelo longo tempo de instalação na localidade e pelo fato de serem negócios familiares. Predomina na região a presença de atividades econômicas, tais como postos de gasolina, oficinas, borracharias, restaurantes e lanchonetes, que estão diretamente associadas à dinâmica e ao fluxo de pessoas da Rodovia.

**GRÁFICO 14. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Felixlândia**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A escolha das medidas de remoção e benefícios compensatórios que serão aplicados às edificações da ADA foi realizada com base nas condições socioeconômicas apresentadas pelas famílias e negócios e no contexto comunitário encontrados no Território de Atenção. Assim, será necessária a realocação em 40 edificações (33,1%). Em 18 destes casos, a fim de garantir a manutenção dos vínculos comunitários estabelecidos entre as famílias, a aplicação da medida será planejada e executada de forma coletiva.

Destaca-se, no entanto, que os casos de realocação poderão ser alvo de indenização assistida, desde que asseguradas às condições de vida de seus moradores. Essa também é a medida para outras 12 edificações (9,9%), que não necessitarão de ser realocadas pelo trabalho de Gestão Social da Via 040. A medida de indenização será aplicada a 8 edificações (6,6%) que apresentam condições socioeconômicas mais favoráveis. Por fim, outros 11 imóveis (9,1%) presentes na ADA estarão sujeitos à reintegração de posse ou indenização.



**TABELA 48. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Felixlândia**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	1	3	4	0	8
Indenização assistida	8	4	0	0	12
Realoc. coletiva/indeniz. assistida	17	0	1	0	18
Realoc. coletiva acesso à rodovia/indeniz. assistida	0	5	1	0	6
Realocação individual /indeniz. assistida	4	9	3	0	16
Reintegração de posse ou indenização	0	5	0	6	11
Edificações não caracterizadas	16	34	0	0	50
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>60</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>121</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

O Estudo de Socioeconomia realizado na região também identificou as fragilidades, das famílias que ali residem. A mais recorrente é o exercício de atividades de subsistência, presentes em 79,5% das edificações domiciliares. Outras fragilidades encontradas é a presença de idosos e crianças, em um terço dos casos. Entre as atividades econômicas, a principal fragilidade está relacionada ao desenvolvimento de trabalhos ligados a terra e aos recursos naturais, em 73,3% dos casos.

**TABELA 49. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Felixlândia**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	13	33,3%
Presença de criança	13	33,3%
Presença de gestante	2	5,1%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	5	12,8%
Inquilino pobre	1	2,6%
Fam. com atividade de subsistência	31	79,5%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	22	73,3%

Todas as edificações		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Tendo em vista as particularidades apresentadas, de forma transversal ao processo de remoção, indenização e realocação das famílias e atividades econômicas, será dada a assistência necessária para a manutenção do acesso das crianças às escolas e das pessoas idosas ou com deficiência aos serviços de saúde pertinentes. Além disso, a assistência às atividades relacionadas ao uso da terra deverá minimizar os possíveis impactos da remoção. Esse trabalho poderá se apoiar nas políticas públicas implementadas em Felixlândia, especialmente na rede assistencial estabelecida no município, conforme apresentado na tabela abaixo.

**TABELA 50. Equipamentos públicos disponíveis em Felixlândia**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	0
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	5
Equipamento básico de saúde	0
Hospital geral	0
Escolas de educação básica	15
Nº de CRAS	1
EMATER	1

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



## TERRITÓRIO DE ATENÇÃO

### Território de Atenção no Município de Felixlândia



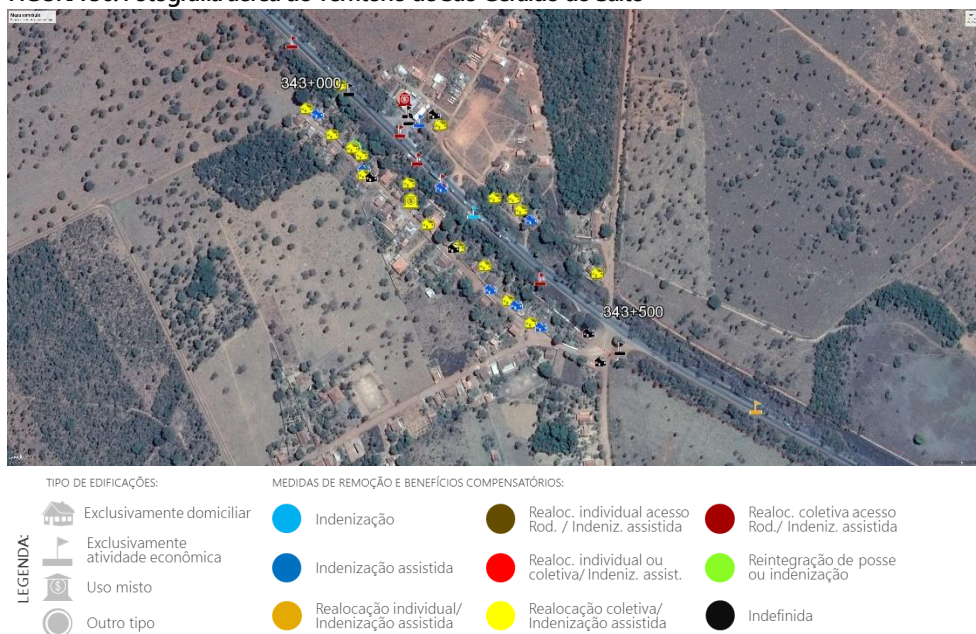
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

### — São Geraldo do Salto

Localizado entre os Km 343 e 343,5 da BR-040, o Distrito de São Geraldo do Salto encontra-se a aproximadamente 10km da sede municipal de Felixlândia. Situada em uma zona periurbana, rodeada por áreas rurais, a ADA do distrito conforma um espaço relativamente adensado onde se combinam residências e edificações comerciais. As residências, que em grande parte desenvolvem atividades de subsistência, são impactadas, sobretudo, em suas áreas abertas. As edificações comerciais, essencialmente barracas de madeira, estão em sua totalidade sujeitas à remoção, constituindo um ponto delimitado do tradicional comércio de frutas do cerrado e de produtos locais.



FIGURA 36. Fotografia aérea do Território de São Geraldo do Salto



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

O Estudo de Socioeconomia, em sua dimensão qualitativa e quantitativa, apresenta São Geraldo do Salto como um território periurbano não homogêneo em termos socioeconômicos, onde se encontra forte vínculo comunitário e predomínio de atividades de subsistência e de venda de produtos tradicionais da região. Considerando os índices sociais e econômicos, os resultados do estudo apontam que a maioria das edificações residenciais se encontra em situação de pobreza, com 65% de famílias pobres. Em relação à vulnerabilidade ao empreendimento, 54,6% dos casos foram caracterizados em níveis de alta vulnerabilidade.

**QUADRO 29. Características gerais do Território de São Geraldo do Salto**

Vínculo forte entre as pessoas	Sim
Território homogêneo	Não
Zona	Periurbano
Ordenamento urbano	Não
Predominância de atividade de subsistência	Sim
% de atividade econômica tradicional	45 (95,8%)
Famílias pobres	17 (65,4%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	18 (54,6%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Com base nas condições socioeconômicas das edificações e no contexto comunitário do território, na maior parcela dos casos onde há incidência de pobreza ou



vulnerabilidade, isto é, em 18 (36,7%) edificações, será aplicada a medida de realocação coletiva a fim de assegurar que todo o processo busque manter os laços e redes sociais preexistentes. Para 12 edificações, *domiciliares* e *econômicas*, a medida será realocação coletiva ou individual (24,5%). Devido ao caráter tradicional e a dependência da rodovia de algumas atividades econômicas, a medida aplicada será a realocação coletiva com acesso à rodovia, buscando, assim, garantir a manutenção das redes locais e acesso ao mercado consumidor. Será possível adotar a indenização assistida como medida alternativa à realocação, desde que a condição de vida desses residentes ou trabalhadores da ADA não piore.

Nas situações em que não se registra a presença de pobreza ou vulnerabilidade a indenização será a medida adotada. Nos casos em que há alguma situação que dificulta a aquisição de novo imóvel, como quando o responsável possui baixa escolaridade ou idade acima de 60 anos, a indenização será assistida.

**TABELA 51. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território São Geraldo do Salto**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	0	1	0	0	1
Indenização assistida	7	1	0	0	8
Realoc. coletiva/indeniz. assistida	17	0	1	0	18
Realocação coletiva com acesso à Rodovia	0	5	1	0	6
Realoc. individual ou coletiva/indeniz. assistida	5	7	0	0	12
Reintegração de posse ou indenização	5	7	0	0	12
Edificações não caracterizadas	0	0	0	2	2
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>49</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

O Estudo de Socioeconomia apresenta as fragilidades das famílias e atividades econômicas da ADA de São Geraldo do Salto que serão observadas nos processos de remoção. Na dimensão da atividade econômica, destaca-se a fragilidade decorrente do uso da terra e de recursos naturais que, sendo característica marcante dos pontos de comércio, caberá articulação com órgãos públicos locais, a fim de propiciar a readaptação ao novo contexto. O mesmo encaminhamento se enquadra nos casos em que as residências são também espaços de produção de subsistência,



porém com menor ênfase, dada a natureza da atividade, no mercado. Nos casos das famílias que possuem idoso e deficiente físico, será dado o encaminhamento aos equipamentos públicos relativos à assistência social e promoção da saúde. Às crianças, presentes em aproximadamente 1/3 das famílias, deve-se garantir o acesso aos equipamentos escolares, em articulação com o poder público local. Para isso, a equipe da Gestão Social conta com o apoio dos serviços públicos para que sejam dadas as assistências necessárias.

**TABELA 52. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território de São Geraldo do Salto**

Fragilidades	Nº de edificações	% da pop. atingida
Fam. com idoso	11	42,3
Fam. com criança	8	30,8
Fam. com gestante	2	7,7
Fam. com doente (crônica)	0	0
Fam. deficiente intelectual	0	0
Fam. deficiente físico	5	19,2
Inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) não pobre (ativ. econ. e resid.)	0	0
Inquilino pobre	0	0
Presença de trabalho associado a terra e ao uso dos recursos naturais	8	88,9
Fam. com atividade de subsistência	20	76,9

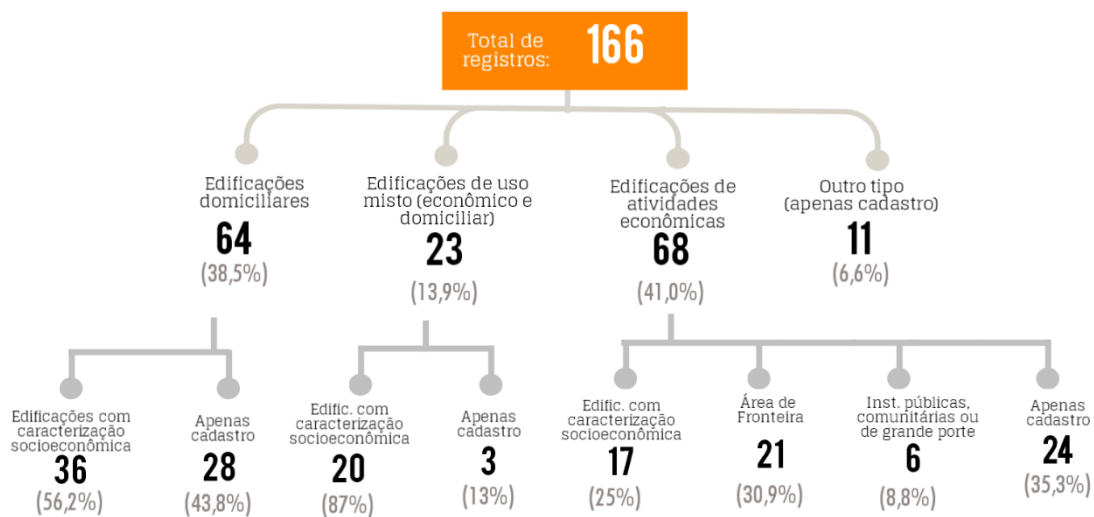
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



# CURVELO (MG)

O trecho da BR-040 em Curvelo possui cerca de 50km de extensão e atravessa o município em sua porção sul, distante da sede da cidade. Nas margens da Rodovia, as pequenas e médias propriedades rurais são dominantes, havendo pontos de aglomeração de barracas que comercializam produtos locais. Alguns agrupamentos de imóveis comerciais, como postos de gasolina e borracharia, também podem ser encontrados. O distrito de JK é a área mais urbanizada na Área Diretamente Afetada (ADA) de Curvelo, onde há uma concentração de edificações habitacionais.

FIGURA 37. Distribuição dos registros realizados no Município de Curvelo, por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

Do total das 166 edificações registradas na Área Diretamente Afetada (ADA) de Curvelo, 64 (38,5%) são *domicílios*, 68 (40,9%) são imóveis exclusivamente destinados à *atividade econômica*, 23 (13,8%) apresentam *uso misto* de moradia e atividade econômica e 11(6,6%) foram classificados em *outro tipo*.

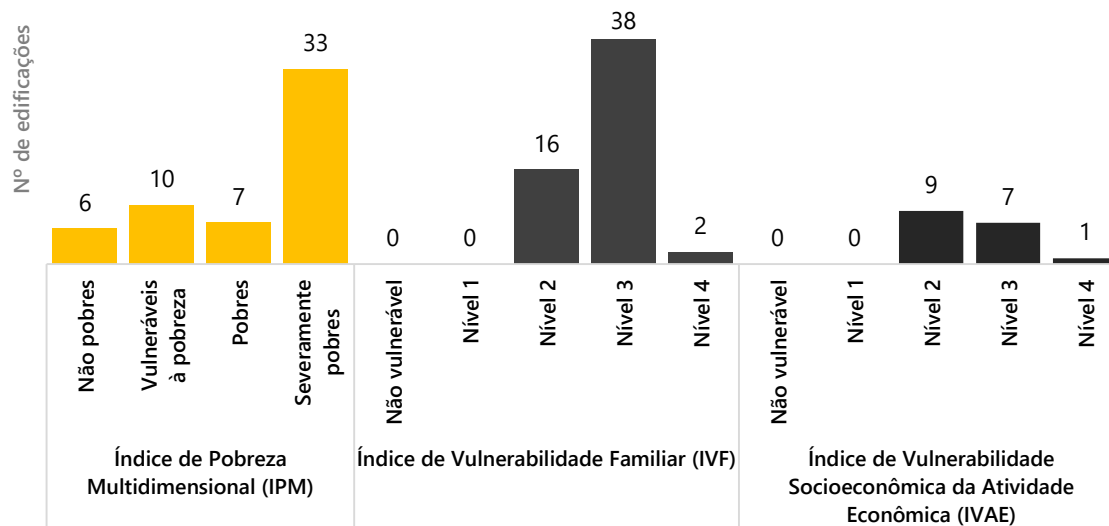
O Estudo de Socioeconomia apresenta que, do universo de edificações domiciliares caracterizadas na ADA em Curvelo, 71,4% (40 edificações) corresponde tanto ao número de famílias que foram classificadas como pobres e severamente pobres no Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), quanto às que foram classificadas nos níveis 3 e 4 do Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF), evidenciando a criticidade das condições de vida das famílias e da sensibilidade frente aos potenciais impactos adversos do empreendimento. Em termos de vulnerabilidade das atividades econômicas, o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da Atividade Econômica





(IVAE), apresenta um relativo equilíbrio entre os empreendimentos não vulneráveis, que representam 53% (9), e os vulneráveis, que correspondem a 47% (8).

**GRÁFICO 15. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Curvelo**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

A partir dos resultados de estudos socioeconômicos, a realocação, associada à situação de pobreza, alta vulnerabilidade e exercício de atividade tradicional, é a medida locativa com maior expressividade no Município de Curvelo. Adotada para 59 edificações (35,5%), em 33 casos, a medida será aplicada individualmente, em 8, coletivamente, e, para 18, a realocação deverá ser feita com conexão, pois essas edificações desenvolvem atividades econômicas dependentes da Rodovia.

A indenização, enquanto medida para os casos em que não se registra pobreza e alta vulnerabilidade, será voltada para 14 (8,4%) edificações, sendo que em 6 destas há necessidade de assistência da Via 040 em decorrência de presença de debilidades nas famílias ou estabelecimentos que podem implicar num processo de aquisição de imóvel problemático, tais como a presença de responsáveis idosos e de famílias monoparentais. A reintegração de posse ou indenização por perdas e danos deve ser aplicada em 17 casos (10,2%).

**TABELA 53. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Curvelo**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	3	3	2	0	8
Indenização assistida	3	2	1	0	6

Realoc. coletiva/indeniz. assistida	7	0	1	0	8
Realoc. coletiva acesso à Rodovia/indeniz. assistida	0	11	7	0	18
Realocação individual /indeniz. assistida	23	1	9	0	33
Reintegração de posse ou indenização	0	6	0	11	17
Edificações não caracterizadas	28	45	3	0	76
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>68</b>	<b>23</b>	<b>11</b>	<b>166</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Em 76 (45,8%) registros não foram realizadas a caracterização e, portanto, não foi possível a construção de medidas tecnicamente adequadas.

Para além dos procedimentos alocativos, é importante se ater para procedimentos que visem à abordagem assistencial das edificações e estabelecimentos econômicos em suas fragilidades, evitando que as mesmas se agudizem durante o processo de remoção. Em Curvelo, destacam-se as fragilidades relacionadas ao exercício de atividade de subsistência nos domicílios e a presença de trabalho associado ao uso da terra e aos recursos naturais nas edificações onde se desenvolvem atividades econômicas, o que evidencia a necessidade da incorporação dessas pessoas em programas de assistência técnica e extensão rural, com vistas na adaptação produtiva e comercial ao novo contexto ambiental.

Sobressaem também fragilidades relativas à presença de crianças, idosos e deficientes físicos, que necessitam de assistência, principalmente na fase de realocação e, posteriormente, na adaptação a essa mudança. O acesso à educação básica pelas crianças, bem como à saúde, e à assistência social, no caso dos idosos e deficientes físicos, são também de fundamental importância para a manutenção da qualidade de vida das famílias.

**TABELA 54. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Curvelo**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	19	33,9%
Presença de criança	13	23,2%
Presença de gestante	1	1,8%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%



Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	6	10,7%
Inquilino pobre	4	7,1%
Fam. com atividade de subsistência	40	71,4%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	21	56,8%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A articulação com as políticas públicas desenvolvidas no município, seja a nível local ou regional, mostra-se como um procedimento inerente a uma assistência efetiva e duradoura. Nesse sentido, a compreensão das potencialidades e fragilidades dos equipamentos públicos e das políticas sociais que atuam localmente torna-se fundamental na Gestão Social. Na tabela abaixo, visualizamos os equipamentos públicos das áreas de assistência social, saúde, educação, assistência técnica e extensão rural instaladas em Curvelo.

**TABELA 55. Equipamentos públicos disponíveis em Curvelo**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	2
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	1
Unidade Básica de Saúde	20
Hospital geral	2
Escolas de educação básica	35
Nº de CRAS	3
EMATER	1

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## | TERRITÓRIO DE ATENÇÃO

Em Curvelo a comunidade de Paiol de Baixo foi identificada como Território de Atenção por apresentar formas diferenciadas de organização social, cultural e econômica e de relação com o cerrado, que a conferem características tradicionais, assim como a forte dependência da Rodovia devido ao comércio tradicional ali estabelecido historicamente. O histórico de ocupação da área está intimamente atrelado à implantação da Rodovia, uma vez que foi a partir dela que a comunidade se formou e a venda dos produtos foi iniciada, cerca de meio século atrás.



FIGURA 38. Território de Atenção no Município de Curvelo



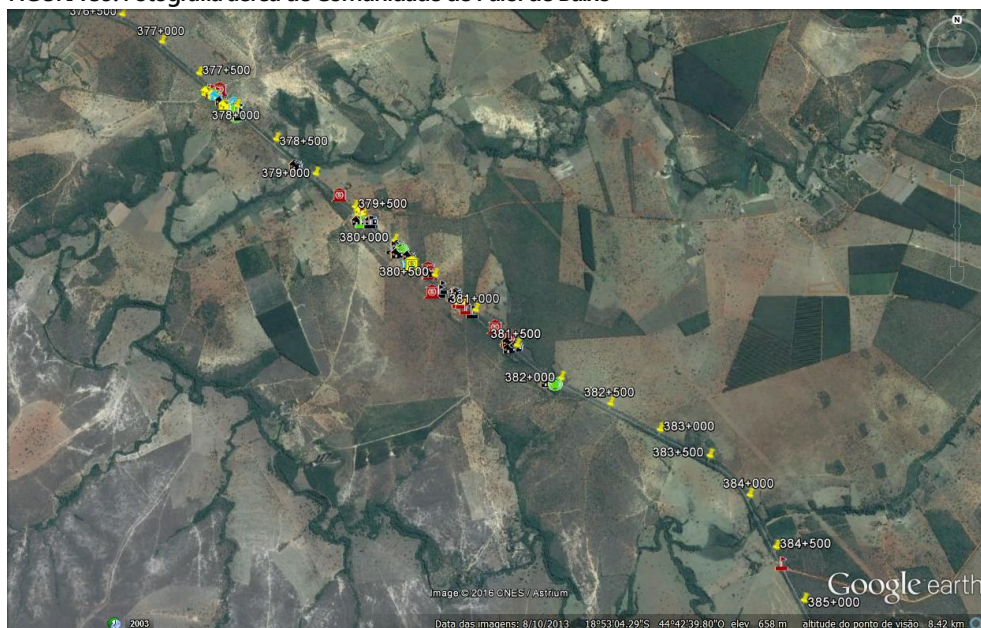
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Comunidade de Paiol de Baixo

Paiol de Baixo é uma comunidade rural composta por edificações dispersas em sua Área Diretamente Afetada. O povoado está localizado em ambas as margens da Rodovia BR-040, entre os Km 378 e 385, no Município de Curvelo. Além de moradias, são encontradas ali barracas rudimentares, utilizadas no comércio de produtos locais advindos do extrativismo no cerrado e da agricultura camponesa.



FIGURA 39. Fotografia aérea de Comunidade de Paiol de Baixo



<b>LEGENDA</b>	TIPO DE EDIFICAÇÕES:	MEDIDAS DE REMOÇÃO E BENEFÍCIOS COMPENSATÓRIOS:		
	Exclusivamente domiciliar	Indenização	Realoc. individual acesso Rod. / Indeniz. assistida	Realoc. coletiva acesso Rod./ Indeniz. assistida
	Exclusivamente atividade econômica	Indenização assistida	Realoc. individual ou coletiva/ Indeniz. assist.	Reintegração de posse ou indenização
	Uso misto	Realocação individual/ Indenização assistida	Realocação coletiva/ Indenização assistida	Indefinida
	Outro tipo			

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

A população local tem suas condições de vida garantidas pela combinação entre agricultura, coleta e comércio de produtos, principalmente do fruto pequi, típico do cerrado brasileiro. O fruto é o principal produto na rede de comércio local, sendo vendido em barracões de “beira de estrada”, que também comercializam outros frutos do cerrado e da produção agrícola excedente das comunidades camponesas locais.

A importância do pequi não é por acaso. Além das suas múltiplas possibilidades de apropriação, os pés do fruto estão presentes por toda a parte, caracterizando a paisagem observada ao redor da estrada neste trecho. Tal fato possibilita um acesso relativamente fácil e democrático ao produto.

Segundo dados do Estudo Socioeconômico, 57,9% (11 edificações) das famílias da comunidade encontra-se em situação de pobreza, isto é, se enquadra nas categorias pobre ou severamente pobre do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Em Paiol de Baixo as atividades de subsistência são prevalentes nas residências. Nas edificações onde são desenvolvidas atividades econômicas, devido ao comércio de produtos advindos do extrativismo no cerrado e os vínculos estabelecidos em torno



do mesmo, 85% são consideradas tradicionais. A alta vulnerabilidade é predominante na localidade, uma vez que 63,3% (19 edificações) das famílias e das atividades econômicas foram classificadas nos níveis 3 e 4 do IVF e IVAE.

**QUADRO 30. Características gerais da Comunidade de Paiol de Baixo**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Rural
Ordenamento urbano	Não
Predominância de atividades de subsistência	Sim
% de atividade econômica tradicional	17 (85%)
Famílias pobres ou severamente pobres	11 (57,9%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	19 (63,3%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A partir da compreensão de que as condições de vida e de reprodução econômica não devem se degradar durante o processo de remoção, e de que há necessidade de se assegurar direitos imobiliários e sociais, destacam-se as medidas de alocação pertinentes. Das 64 edificações cadastradas em Paiol de Baixo, a realocação coletiva é considerada como melhor opção para 26 delas (40,6%). Destas, 18 edificações desenvolvem atividades econômicas com dependência da Rodovia. Para esses casos tem-se a necessidade de que, além da abordagem coletiva, garanta-se a conexão com a Rodovia a fim de permitir o acesso do mercado consumidor e a consequente manutenção da atividade. Já a realocação individual com acesso à Rodovia é recomendada para 8 casos (12,5%). Nos casos em que não há realocação com necessidade de conexão com a Rodovia, cabe a adoção da indenização assistida, contanto que esta contenha mecanismos que garantam valores monetários suficientes para a aquisição de novo imóvel.

Quando não se identificam pobreza e vulnerabilidade, toma-se a indenização como compensação por perdas e danos enquanto medida em 4 casos (6,3%). Em apenas um destes se faz necessária a assistência voltada para a aquisição de imóvel devido a debilidades que comprometem a capacidade de atuação da família ou estabelecimento no processo de compra, a exemplo dos casos onde os responsáveis pela atividade econômica são idosos, ou que o responsável pela família tenha baixa escolaridade.

A reintegração de posse ou indenização é aplicada em 5 casos (7,8%). Com quase a totalidade das edificações classificadas como *outro tipo*, a escolha da medida adequada deve depender das características socioeconômicas dos proprietários e da natureza da edificação no que concerne ao seu uso.



Em 29 edificações (45,3%) não foram feitas caracterizações, o que pode estar relacionado à ausência dos responsáveis, fato comum quando se trata de barracas de comercialização de produtos locais de caráter sazonal. Dessa forma, faz-se importante, no contexto da negociação e diálogo com a população local, a busca pela compreensão das características socioeconômicas destas edificações e de sua relação com o contexto comunitário a fim de se construir uma medida pertinente com a metodologia aqui utilizada.

**QUADRO 31. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações da Comunidade de Paiol de Baixo**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	2	0	1	0	3
Indenização assistida	1	0	0	0	1
Realoc. coletiva/indeniz. assistida	7	0	1	0	8
Realocação coletiva com acesso à Rodovia	0	11	7	0	18
Reintegração de posse ou indenização	0	1	0	4	5
Edificações não caracterizadas	16	13	0	0	29
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>25</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>64</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

O Estudo de Socioeconomia apresenta uma realidade onde se evidencia forte dependência territorial, tendo em vista que em 85% das edificações que desenvolvem atividade econômica foi registrado o trabalho associado ao uso da terra e dos recursos naturais e, em 84,2%, o exercício de atividade de subsistência. Esta dinâmica requer tratativas que, associadas ao trabalho de assistência técnica e extensão rural, visem à adaptação das atividades produtivas e comerciais ao novo contexto ambiental. A articulação com o poder público apresenta-se como procedimento potencializador dessas medidas, e necessário para um acompanhamento de médio e longo prazo do restabelecimento das atividades.

Em relação às famílias de Paiol de Baixo, nota-se nessas composições a presença de idosos, de crianças e pessoas com deficiência física, o que atenta para a necessidade de delineamento de estratégias que assegurem a estes o acesso aos equipamentos públicos de promoção de saúde e assistência social, bem como à escola, no caso das crianças.



TABELA 56. Fragilidades das famílias e atividades econômicas da Comunidade de Paiol de Baixo

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	5	26,3
Presença de criança	3	15,8
Presença de gestante	0	0
Presença de pessoa com doença crônica	0	0
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0
Presença de pessoa com deficiência física	2	10,5
Inquilino pobre	1	5,3
Fam. com atividade de subsistência	16	84,2
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	17	85,0
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Por fim, vale concluir que a coleta do pequi e sua comercialização nas barraquinhas da beira da Rodovia, é um elemento central não só da Comunidade de Paiol de Baixo, mas de toda a zona rural do Município de Curvelo, que se encontra inserida neste circuito comercial entre os meses de dezembro a março. Esse comércio, além de dinamizar a economia local, reafirma aspectos da cultura sertaneja e da convivência harmoniosa entre a população local e o cerrado.

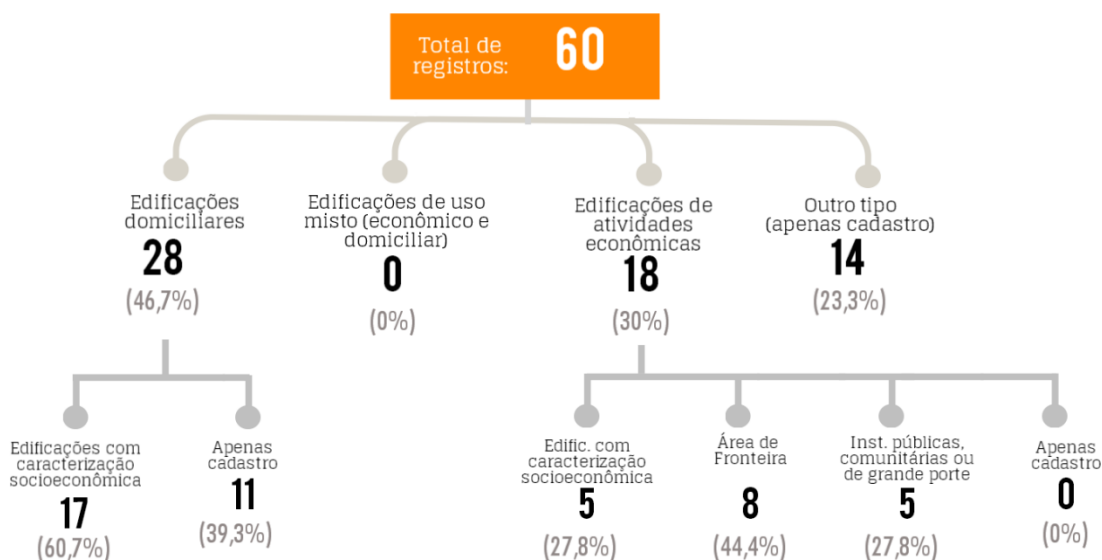




# PARAOPEBA (MG)

Paraopeba é uma cidade da Região Central do Estado de Minas Gerais e 87% dos seus 24.110 habitantes são residentes da zona urbana municipal (IBGE, 2015). A Rodovia BR-040 constitui o principal acesso à cidade e a atravessa dos Km 425 ao 446. Nesses 21km, a paisagem às margens da Rodovia é tomada por pastos, lavouras e plantações de eucalipto. As residências estão distribuídas de forma espaçada às margens da Rodovia, que apresenta poucos adensamentos. Em 2009, com a finalização das obras de duplicação do trecho compreendido entre Sete Lagoas e Curvelo, o traçado foi desviado e passou a circundar o município.

FIGURA 40. Distribuição dos registros realizados no Município de Paraopeba por tipo



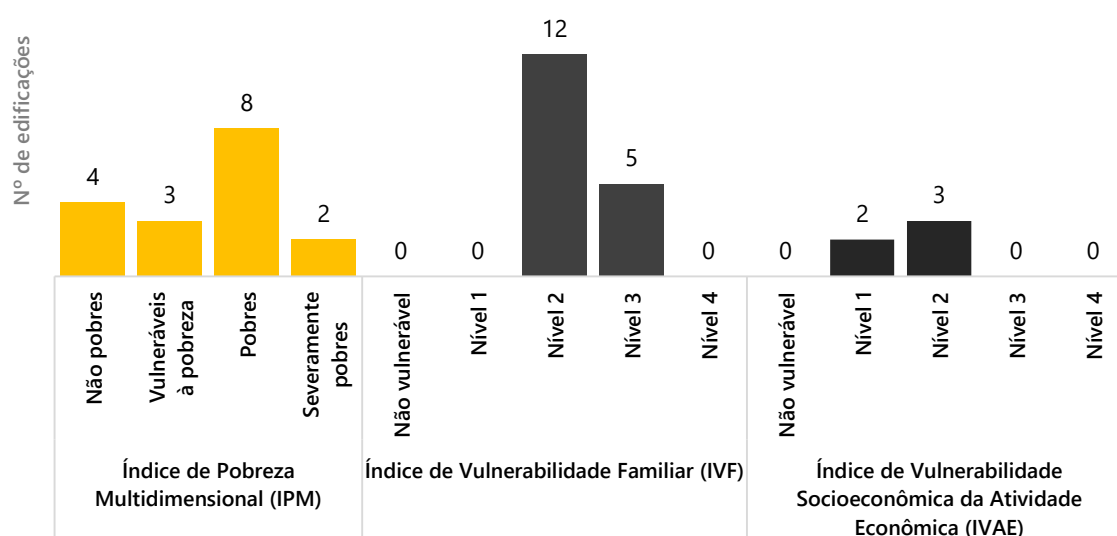
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

Na Área Diretamente Afetada pela BR-040 em Paraopeba, foram cadastradas 60 edificações, sendo que 46,7% delas (28 imóveis) são de uso exclusivamente *domiciliar*, enquanto 30% (18 edificações) são destinadas ao desenvolvimento de *atividades econômicas*. As 14 edificações restantes (23,3%) foram classificadas como de *outro tipo*.



O cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) identificou dez famílias pobres ou severamente pobres, o que representa 58,8% do total. Já em relação à vulnerabilidade socioeconômica, 29% (5 edificações) dos domicílios foram classificados no nível 3 do índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF), o que indica condições críticas das famílias para lidar com as consequências de uma possível remoção. A situação das atividades econômicas é menos preocupante, uma vez que não se verificou nenhum registro nos níveis 3 e 4 do Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da Atividade Econômica (IVAE), que, por sua vez, expressam alta vulnerabilidade.

**GRÁFICO 16. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Paraopeba**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A partir do perfil das edificações atingidas e buscando direcionar o processo de realocação das famílias e negócios, delimitam-se aqui medidas de remoção e benefícios compensatórios adequados a cada uma das edificações encontradas na Área Diretamente Afetada pela Rodovia no município.

A realocação individual ou coletiva foi adotada para 10 domicílios (16,7%). A medida poderá ser substituída pela indenização assistida, desde que garantido o restabelecimento das famílias às novas residências.

Para outras 12 edificações (20%) que não se encontram em situação de pobreza ou alta vulnerabilidade, incluindo 7 domicílios e 5 atividades econômicas, a indenização é a medida mais apropriada. Nesses 7 domicílios faz-se necessário o fornecimento de assistência voltada para o processo de aquisição de novo imóvel devido a debilidades verificadas, tais como a baixa escolaridade dos responsáveis, que podem tornar problemáticos os trâmites associados à transação imobiliária.



19 imóveis poderão ser alvo de reintegração de posse ou indenização. Em outros 19 casos (31,7%) não há definição de medidas por motivos que envolvem, sobretudo, a localização da edificação voltada à atividade econômica (fronteira da faixa de domínio) e a indisponibilidade dos responsáveis.

**TABELA 57. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Paraopeba**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	2	3	0	0	5
Indenização assistida	5	2	0	0	7
Realocação individual ou coletiva/indeniz. assistida	10	0	0	0	10
Reintegração de posse ou indenização	0	5	0	14	19
Edificações não caracterizadas	11	8	0	0	19
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>60</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

De modo transversal, o trabalho de Gestão Social da Via 040 deve prever o acompanhamento da população removida, tendo em vista as necessidades específicas dos atingidos, notadamente dos grupos mais vulneráveis. Em Paraopeba, as fragilidades mais destacadas entre as famílias atingidas são a presença de idosos e crianças nos domicílios, o que ocorre em aproximadamente 1/3 dos casos. Essas situações demandam a assistência médica, psicossocial e educacional das famílias, em prol da continuidade das atividades desenvolvidas por seus membros e da manutenção das condições de vida existentes nos domicílios.

A produção de subsistência constitui fragilidade importante e precisa ser considerada durante os processos de remoção, indenização e realocação. A concessão de assistência técnica e extensão rural pode contribuir para que os possíveis prejuízos à atividade produtiva sejam minimizados e os atingidos se adaptem de forma mais rápida ao novo contexto ambiental.

**TABELA 58. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Paraopeba**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	5	29,4%
Presença de criança	6	35,3%
Presença de gestante	0	0%



Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	1	5,9%
Inquilino pobre	1	5,9%
Fam. com atividade de subsistência	4	23,5%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0,0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Durante as etapas de implementação do empreendimento, faz-se importante a prestação de suporte aos atingidos, sobretudo àqueles que possuem mais fragilidades. Para isso, a Concessionária poderá se apoiar nos equipamentos públicos existentes no Município de Paraopeba, listados na tabela abaixo.

**TABELA 59. Equipamentos públicos disponíveis em Paraopeba**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	0
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	6
Equipamento básico de saúde	0
Hospital geral	0
Escolas de educação básica	12
Nº de CRAS	1
EMATER	1

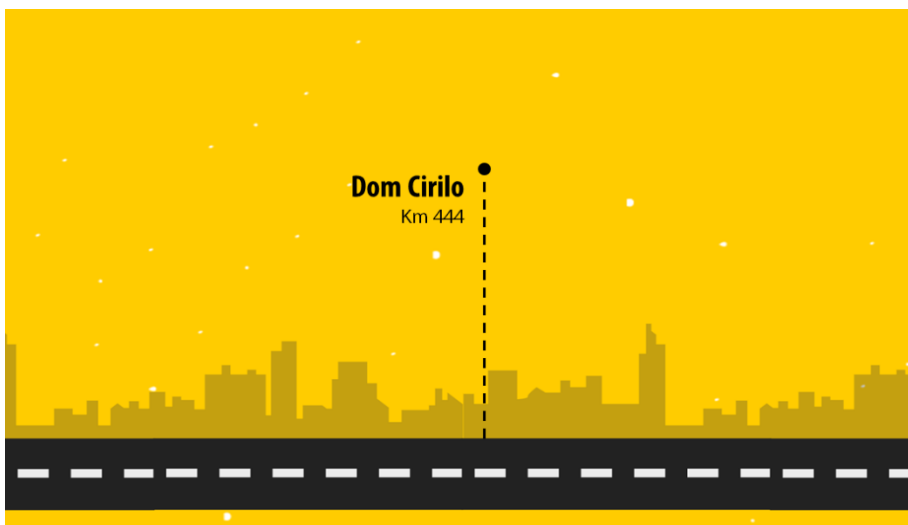
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## TERRITÓRIO DE ATENÇÃO

A pesquisa qualitativa no Município de Paraopeba identificou como Território de Atenção o Bairro Dom Cirilo, devido ao quadro de recentes desapropriações, do histórico de conflitos com a administração da Rodovia e da expressiva vulnerabilidade socioeconômica de seus moradores.



FIGURA 41. Território de Atenção no Município de Paraopeba

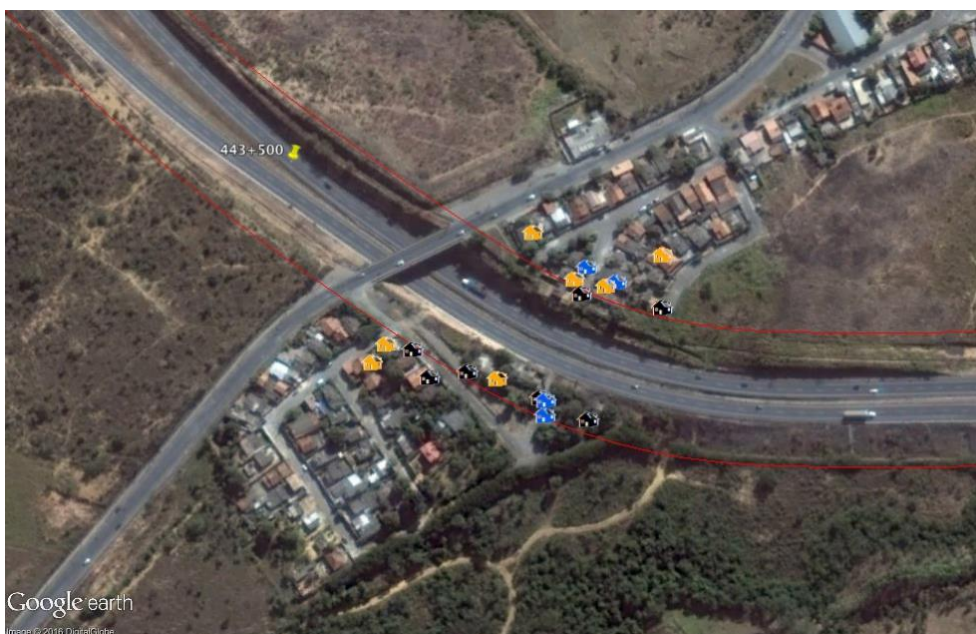


Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Bairro Dom Cirilo

Dom Cirilo é um bairro localizado no Km 444 da BR-040, no Município de Paraopeba, uma área com características substancialmente urbanas e residenciais, já que todos os 18 imóveis cadastrados na Área Diretamente Afetada (ADA) são de uso exclusivamente domiciliar. O bairro abrange ambas as margens da Rodovia, norte e sul, que se conectam por um viaduto que sobrepõe a via principal.

FIGURA 42. Fotografia aérea do Bairro Dom Cirilo



<b>LEGENDA</b>	<b>TIPO DE EDIFICAÇÕES:</b>	<b>MEDIDAS DE REMOÇÃO E BENEFÍCIOS COMPENSATÓRIOS:</b>					
	Exclusivamente domiciliar	Indenização	Indenização assistida	Realoc. individual acesso Rod. / Indeniz. assistida	Realoc. coletiva acesso Rod. / Indeniz. assistida	Reintegração de posse ou indenização	Indefinida
	Exclusivamente atividade econômica	Indenização assistida	Realocação individual/ Indenização assistida	Realoc. individual ou coletiva/ Indeniz. assist.	Reintegração de posse ou indenização	Indefinida	
	Uso misto	Realocação individual/ Indenização assistida	Realocação coletiva/ Indenização assistida				
Outro tipo							

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016). | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

O vínculo comunitário não é uma característica encontrada no Bairro Dom Cirilo. O contexto socioeconômico é heterogêneo, e mais de 60% das famílias residentes no local são consideradas pobres ou severamente pobres, segundo o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Além disso, em mais de um terço dos domicílios foram encontradas situações de grande vulnerabilidade.

**QUADRO 32. Características gerais do Bairro Dom Cirilo**

Vínculo comunitário	Fraco
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim
% de atividade econômica tradicional	0%
Famílias pobres ou severamente pobres	7 (63,3%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	4 (36,3%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A realocação individual ou coletiva, por meio da aquisição de novos imóveis para abrigar as famílias, será adotada em 7 casos (38,9%), a fim de garantir que as já precárias condições de vida não piorem após o deslocamento.

Para outros 4 (22,2%) núcleos familiares onde não se verifica situação de pobreza ou alta vulnerabilidade, poderá ser realizada a indenização do imóvel, apoiada em estratégias de Gestão Social para assistir os moradores no processo de restabelecimento de suas moradias. Outras 7 famílias (38,9%) não foram caracterizadas pelo Estudo de Socioeconomia e, por isso, não tiveram medida indicada para a remoção ou benefício compensatório, cabendo a sua definição em momento oportuno, ainda que seja durante o processo de diálogo e negociação.

**TABELA 60. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Bairro Dom Cirilo**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização assistida	4	0	0	0	4
Realoc. individual ou	7	0	0	0	7



coletiva/indeniz. assistida					
Indefinida	7	0	0	0	7
Total	18	0	0	0	18

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Idosos e crianças, que estão presentes em parte substancial dos domicílios pesquisados no Bairro Dom Cirilo, podem apresentar maiores fragilidades durante o processo de remoção e, portanto, demandam a assistência contínua a fim de garantir padrões de qualidade de vida para essa população. Para as crianças, mostra-se importante a manutenção do acesso às escolas. Para os idosos, é importante atentar para a rede de atendimento à saúde. Já os órgãos públicos são importantes equipamentos para o ingresso das famílias em programas de assistência social e apoio para a manutenção e promoção da qualidade de vida.

**TABELA 61. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Bairro Dom Cirilo**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	4	36,3%
Presença de criança	4	36,3%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	0	0%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	2	18,2 %
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

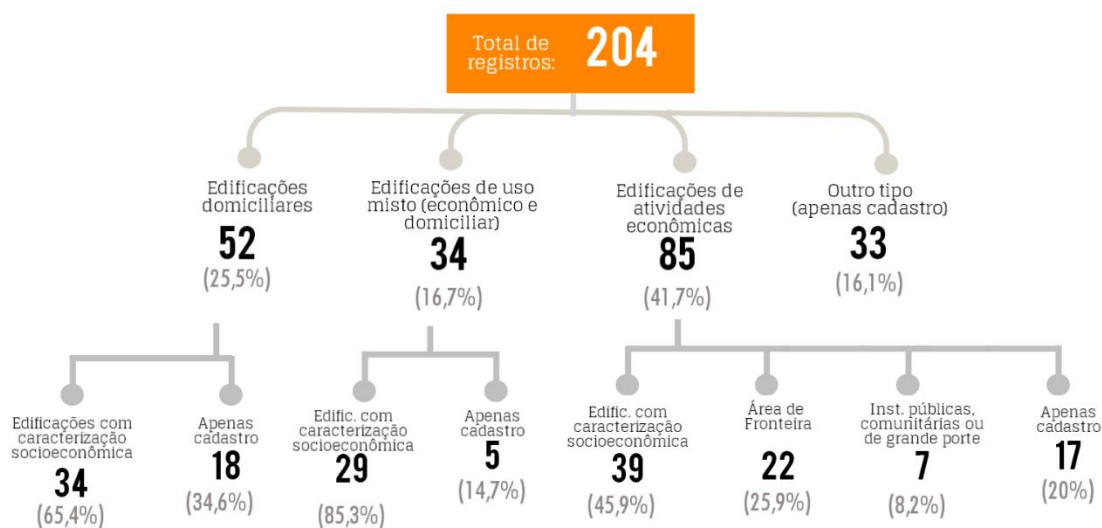


# CAETANÓPOLIS (MG)

Localizado a aproximadamente 100 km da capital do estado, o Município de Caetanópolis integra a Microrregião de Sete Lagoas. A extensão da Rodovia BR-040 na área pertencente à cidade é de, aproximadamente, 14km, dispostos entre os Km 446 e 460. A BR-040 é a principal via de acesso ao município, que conta com uma população estimada de 11.170 habitantes, e 82% destes residentes na zona urbana (IBGE, 2015).

O trecho da Área Diretamente Afetada pela BR-040 em Caetanópolis é marcado por localidades urbanizadas, nas quais estão situadas edificações residenciais e empreendimentos comerciais adjacentes às margens da Rodovia. Esses adensamentos, somados a pequenas e médias propriedades rurais, compõem grande parte da paisagem no trajeto. A maior concentração de edificações impactadas encontra-se no Bairro Boa Vista, na proximidade do Km 454, onde se verifica o desenvolvimento de atividades econômicas tradicionais da região, como o comércio de iscas vivas e de artefatos de bambu.

FIGURA 43. Distribuição dos registros realizados no Município de Caetanópolis por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

Durante a realização do Estudo de Socioeconomia, foram identificadas e registradas, 204 edificações, dessas 52 (25,5%) foram classificadas como *exclusivamente domiciliares* e 34 (16,7%) como de *uso misto*. Outras 85 edificações (41,7%) são exclusivamente destinadas a *atividades econômicas* e 33 delas, correspondente a 16,2% do total, são de *outro tipo*.

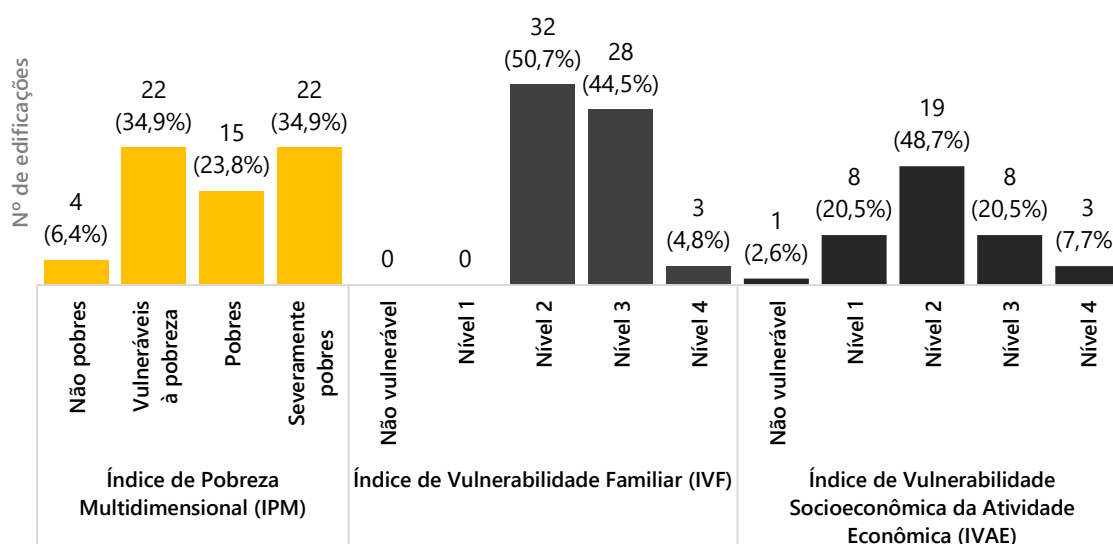




O conjunto das edificações situadas às margens da Rodovia BR-040 em Caetanópolis apresenta, pela análise de seus indicadores socioeconômicos, um quadro de extrema pobreza multidimensional e elevada vulnerabilidade socioeconômica. Do total de 63 edificações residenciais na pesquisa em Caetanópolis, 47 (58,7%) foram classificadas como pobres ou severamente pobres, e 31 (49,2%) nos níveis 3 e 4 do Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF), camadas que explicitam alta vulnerabilidade.

A situação da maior parte dos empreendimentos locais expressa menor preocupação, em termos comparativos, para o processo de implementação do empreendimento da Via 040, tendo em vista que apenas 11 (28,2%) dos 38 estabelecimentos econômicos foram classificados nos níveis 3 e 4 do Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da Atividade Econômica (IVAE), e possuem a necessidade de maior acompanhamento, uma vez que, numa situação de remoção, possuem fragilidades que podem comprometer o desenvolvimento de suas atividades.

**GRÁFICO 17. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Caetanópolis**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As condições socioeconômicas e as vulnerabilidades apresentadas pelas famílias e negócios localizados na Área Diretamente Afetada pela Rodovia em Caetanópolis foram os critérios utilizados para a definição de medidas de remoção e benefícios compensatórios. Portanto, nos casos onde foram verificadas situação de pobreza, alta vulnerabilidade socioeconômica ou presença atividades tradicionais, haverá a realocação de 68 edificações, sendo 28 a partir de uma abordagem individual, e 40 através de uma abordagem coletiva que contempla a garantia de acesso à Rodovia, dada a identificação de dependência da BR-040 para a reprodução das atividades econômicas. Excetuando esses casos em que há exigência de manutenção do acesso à Rodovia, aos demais pode ser aplicada a medida indenização assistida, contanto



que esta garanta o restabelecimento de famílias e atividades econômicas em novos imóveis.

A indenização é a medida adequada para 33 edificações (16,2%) que não apresentam situação de pobreza e alta vulnerabilidade e, portanto, encontrarão menores dificuldades no contexto de remoção.

A reintegração de posse será aplicada a 40 edificações (19,6%) classificadas como *outro tipo* ou *atividade econômica*. Em algumas dessas situações, será necessária a indenização dos imóveis. Por fim, 63 edificações (30,9%) não foram caracterizadas pelo Estudo de Socioeconomia e, dessa forma, não foi possível atribuir medidas a elas.

**TABELA 33. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Caetanópolis**

MEDIDAS DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	3	13	1	0	17
Indenização assistida	8	5	3	0	16
Realoc. coletiva c/ acesso à rodovia/ indeniz. assist.	0	16	24	0	40
Realocação individual / indeniz. assistida	23	4	1	0	28
Reintegração de posse ou indenização	0	7	0	33	40
Edificações não caracterizadas	18	40	5	0	63
Total	52	85	34	33	204

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Além das medidas apresentadas acima, afirma-se a necessidade de execução de medidas transversais, com o objetivo de assistir as famílias e estabelecimentos econômicos em suas principais fragilidades. Entre as *atividades econômicas*, a fragilidade que mais se destaca em Caetanópolis é o trabalho associado ao uso da terra e dos recursos naturais, presentes em aproximadamente 57% do total de casos caracterizados, o que chama a atenção para a necessidade de encaminhamento para os serviços de assistência técnica e extensão rural, com vistas à manutenção das atividades produtivas nos novos locais dos estabelecimentos.

**TABELA 62. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Caetanópolis**

Fragilidades	Nº de edificações	%
--------------	-------------------	---

Edificações exclusivamente domiciliares		
Presença de idoso	14	22,2%
Presença de criança	18	28,6%
Presença de gestante	3	4,8%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	1	1,6%
Presença de pessoa com deficiência física	2	3,2%
Inquilino pobre	2	3,2%
Fam. com atividade de subsistência	31	49,2%
Edificações de atividades econômicas		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	39	57,4%
Todas as edificações		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	1	1,0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Igualmente entre os domicílios, faz-se importante a continuidade das atividades produtivas de subsistência desenvolvidas em 31 edificações pesquisadas. A presença de idosos, crianças, gestantes e pessoas com deficiência explicita as dificuldades estruturais de determinadas famílias frente ao processo de realocação e a manutenção das suas condições de vida.

**TABELA 63. Equipamentos públicos disponíveis em Caetanópolis**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	0
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	2
Equipamento básico de saúde	1
Hospital geral	0
Escolas de educação básica	6
Nº de CRAS	1
EMATER	1

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

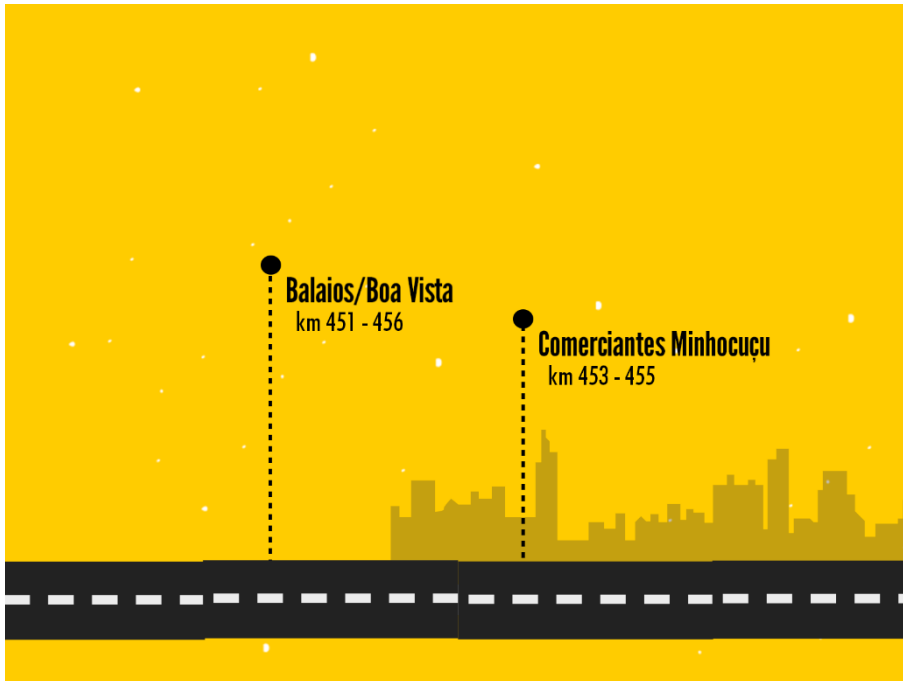
## | TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO

Em Caetanópolis, o levantamento de dados quantitativos e as observações realizadas em campo identificaram às margens da Rodovia a concentração de comerciantes de iscas vivas, especialmente o minhocaçu, e de artefatos de bambu, localmente conhecidos como balaieiros. A pesquisa qualitativa evidenciou a necessidade de se tratar os territórios onde as atividades de produção e comercialização desses produtos se desenvolvem com maior atenção, dada a sua importância histórica e



socioeconômica, além da dependência direta da Rodovia para sua reprodução e sustentabilidade.

### Território de Atenção no Município de Caetanópolis



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

## Balaios e Boa Vista

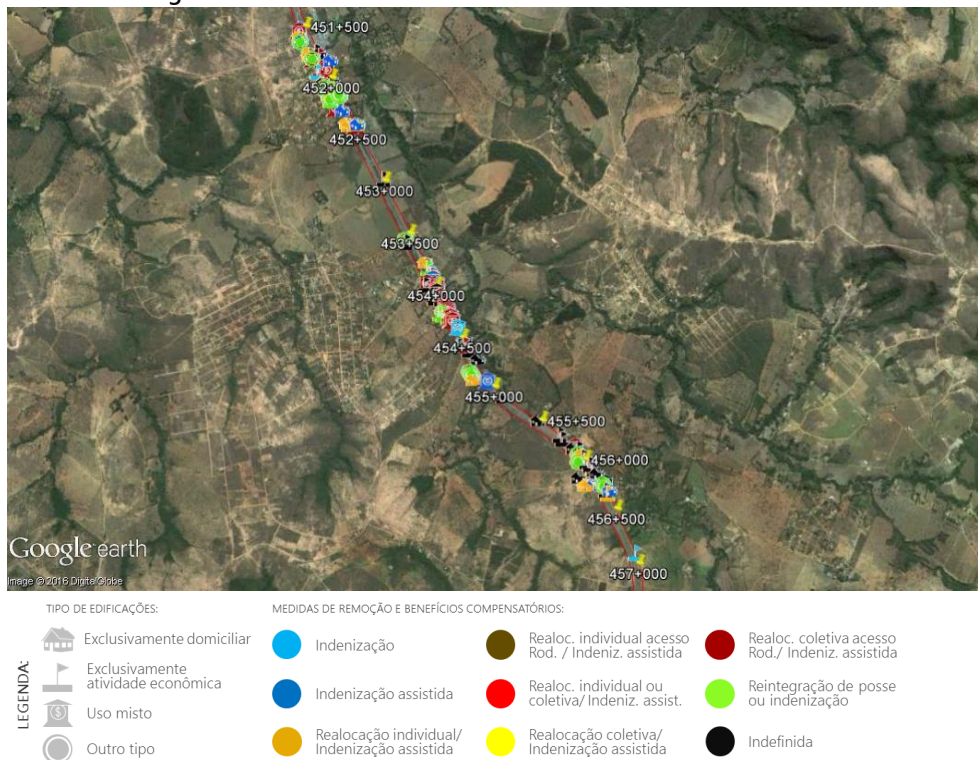
A Comunidade de Balaios e o Bairro Boa Vista estão localizados entre os Km 451 e 456 da Rodovia BR-040. Em zona periurbana, a ADA dessas localidades conformam um território onde se combinam trechos com edificações espaçadas e áreas de maior adensamento. Nessa região, identificam-se a conjunção de edificações *domiciliares*, em partes de *uso misto*, com pontos de comércio, nos quais se destacam a produção e venda de artefatos de bambu, tendo o balaio seu produto exemplar. Mesmo com produtos semelhantes, esses empreendimentos se diferem em relação à capacidade de produção e venda de suas mercadorias. Nas mesmas comunidades, também se encontram os comerciantes de minhocuçu, que serão tratados de forma separada, na próxima seção.

Apesar de implementada recentemente, essa atividade dos “balaieiros” se consolidou de forma rápida devido à dinâmica da Rodovia BR-040, que garantiu o fluxo de clientes para esse comércio e deu sustentabilidade econômica. Pelo potencial de geração de emprego e renda e pelo valor atribuído à atividade nesse universo



sociocultural, pode-se entender que as atividades artesanais são de elevada relevância para a economia e a identidade local.

**FIGURA 44. Fotografia aérea do Território de Balaio e Boa Vista**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth

Além disso, na localidade, constatou-se uma forte dependência de alguns habitantes e trabalhadores em relação à Rodovia, dada à sua utilização cotidiana para acesso ao trabalho e a serviços diversos em Caetanópolis e Paraopeba. O contexto comunitário é de fracos vínculos sociais estabelecidos entre as famílias e de condições socioeconômicas heterogêneas. Um pouco mais da metade das famílias foram consideradas pobres ou severamente pobres, e a alta vulnerabilidade familiar e econômica atinge 37,3% das edificações.

**QUADRO 34. Características gerais do Território de Balaio e Boa Vista**

Vínculo comunitário	Fraco
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Periurbano
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividade de subsistência	Sim
% de atividade econômica tradicional	11 (38%)



Famílias pobres	22(53,7%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	22(37,3%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A partir da caracterização socioeconômica e comunitária do Território de Atenção, chega-se a definição de que na maior parte dos casos que envolvem situações de pobreza ou vulnerabilidade ou atividades tradicionais, o correspondente a 37 edificações (31,4%), a relocação das famílias e negócios é a medida adequada, a partir da reestruturação locacional, para que as condições de vida e produção não piores após o processo de remoção. Nesses casos, exceto para os que exigem manutenção do acesso à Rodovia, há também a possibilidade de adoção da indenização assistida, contanto que esta seja satisfatória em termos de garantia de aquisição de nova moradia.

Nos casos em que não foi registrada elevada pobreza e vulnerabilidade, adota-se a indenização das edificações, 10 casos. A indenização deverá ser assistida em 12 casos em que os proprietários possuem limitações relativas a aquisição de um novo imóvel, como é caso de famílias monoparentais ou formadas exclusivamente por idosos.

As 21 edificações (17,8%) de *outro tipo* ou *atividade econômica* (instituições públicas, comunitárias e de grande porte) serão alvo de reintegração de posse. Para 38 edificações não foi possível definir a medida devido à ausência de caracterização (32,2%).

**TABELA 64. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território de Balaios e Boa Vista**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	3	6	1	0	10
Indenização assistida	7	3	2	0	12
Realoc. Coletiva acesso à rodovia/indeniz. assistida	0	7	8	0	15
Realoc. individual /indeniz. assistida	20	2	0	0	22
Reintegração de posse ou indenização	0	4	0	17	21
Edificações não caracterizadas	14	23	1	0	38
Total	44	45	12	17	118

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



A partir das fragilidades encontradas pelo Estudo de Socioeconomia em Balaio e Boa Vista, a presença de atividades econômicas associadas ao uso da terra e de recursos naturais, assim como o desenvolvimento de atividades de subsistência nos domicílios, atenta para a necessidade de assistência técnica e extensão rural, de modo a facilitar a continuidade dessa prática. Nas edificações *domiciliares*, a presença de crianças e de idosos evidenciam necessidades em torno de ações assistenciais nos âmbitos psicossocial, educacional e da saúde.

**TABELA 65. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território de Balaio e Boa Vista**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	9	22%
Presença de criança	12	29,3%
Presença de gestante	2	4,9%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	2	4,9%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	24	58,5%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. Econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	23	79,3%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Comerciantes de Minhocoçu

Na altura do Km 454 da Rodovia BR-040, no sentido norte da pista, está localizado um importante e tradicional ponto de comercialização de Caetanópolis. Trata-se de um aglomerado de barracas, nas quais são vendidos produtos locais, tais como alimentos, artesanatos, flores e, principalmente, artigos de pesca e iscas vivas. Os pequenos estabelecimentos situam-se nas imediações do Bairro Boa Vista, instalados em uma via marginal à Rodovia. As relações comerciais ali desenvolvidas são dependentes da dinâmica e fluxo da BR-040, pois é ela que permite o acesso fácil e rápido às barracas.





FIGURA 45. Fotografia aérea do Território de Comerciantes de Minhocoçu



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

São 35 edificações que servem como local de trabalho e moradia para famílias inteiras. A renda salarial é geralmente baixa e a atividade econômica, sazonal. O minhocoçu é o principal produto vendido pelos comerciantes da região. Uma parcela considerável dessa população não tem acesso a itens básicos de saneamento e as condições de vida no território são bastante precárias, uma vez que a grande maioria das barracas possui apenas dois cômodos, sendo um deles o ponto de comércio e o outro a moradia da família.

Atualmente, as relações que se desenvolvem no entorno daqueles comerciantes são muito complexas, abrangendo uma diversidade de fatores e atores sociais. A movimentação de pescadores gerada pelas barracas extrapola o Bairro Boa Vista, já que incrementa os comércios de Caetanópolis e Paraopeba (venda de gelo, alimentos e bebidas). Além disso, parte das mercadorias é produzida por uma comunidade tradicional quilombola - o Quilombo de Pontinha, com cerca de dois mil habitantes -, cujo extrativismo de minhocoçu é a principal fonte de renda. A venda do minhocoçu ainda garante trabalho aos fabricantes de painéis de barro e sacos de tecido da região, em sua maioria mulheres, e se articula com agências de turismo da capital mineira e com fornecedores de iscas de outros estados.





No ano de 2010, a situação dos barraqueiros foi bastante abalada pela falta de diálogo, negociação e amparo social durante a ampliação da BR-040. Com a ampliação da rodovia e retirada das barracas sem qualquer projeto de remoção, os próprios barraqueiros tomaram a iniciativa de ocupar outra área próxima à anterior, dada a necessidade de sobrevivência e ao histórico de ocupação daquele espaço já conhecido pelos seus clientes, especialmente pelos pescadores que mantêm a tradição quase secular da pesca com Minhocuçu. Assim, neste ano, todas as edificações foram refeitas com recursos financeiros e mão de obra dos próprios comerciantes.

A atividade econômica desenvolvida no local apresenta, hoje, uma considerável importância regional e assegura diretamente e indiretamente a reprodução social de cerca de 3.000 pessoas. No entanto, esse trecho da Rodovia BR-040 apresenta-se como um território diferenciado, no qual a população permanece em um cenário de conflitos, incertezas e vulnerabilidade social. Cerca de 70% das famílias que habitam o território foram classificadas como pobres ou severamente pobres, o que demarca a fragilidade do contexto local.

#### QUADRO 35. Características gerais do Território de Comerciantes de Minhocuçu

Vínculo forte entre as pessoas	Não
Território homogêneo	Sim
Zona	Periurbana
Ordenamento urbano	Não
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	35 (100%)
Famílias pobres	12 (70,6%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	17 (65,4%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Como se trata de um grupo que, apesar de possuir uma baixa organização em torno dos interesses dos comerciantes, apresenta forte dependência entre seus componentes, atuando economicamente em bloco, considera-se que o processo de remoção dessas famílias seja concebido a partir de uma ótica coletiva. Nesse processo, os barraqueiros de minhocuçu do território serão incorporados na construção de uma medida que garanta a continuidade da atividade tradicional, o que está diretamente associado à localização do ponto de comércio e a sua conexão estratégica com a Rodovia na rota da pesca.

A partir da metodologia de definição de medidas, a realocação coletiva com garantia de acesso à Rodovia será adotada para todas as edificações. Vale ressaltar que, como explicitado pela tabela abaixo, em nove casos há indefinição de medidas, dado que está associado a não caracterização destas edificações.



**TABELA 66. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território de Comerciantes de Minhocoçu**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Realocação coletiva com acesso à rodovia	0	9	17	0	26
Edificações não caracterizadas	0	6	3	0	9
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>35</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Devido às fragilidades apresentadas pela atividade de venda do minhocoçu, bem como pelo nível de articulação que os comerciantes possuem, é necessário que se atente para um acompanhamento e assistência ao longo de toda a etapa de remoção e realocação das edificações existentes no território. Além disso, a realização de momentos de diálogo coletivo junto aos proprietários, pode contribuir para garantir a participação efetiva deles nesse processo e evitar impasses.

**TABELA 67. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território de Comerciantes de Minhocoçu**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	3	17,7%
Presença de criança	2	11,8%
Presença de gestante	1	5,9%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	0	0%
Inquilino pobre	1	5,9%
Fam. com atividade de subsistência	3	17,7%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	35	100,0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	1	3,9%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Entre as edificações, é alta a presença de idosos, grupo que exige cuidados especiais relativos à assistência social e psicológica, além do acesso a equipamentos de saúde existentes no município. As famílias com crianças e gestantes também carecem de assistência que vise o acesso a escolas e acompanhamento anterior e posterior ao parto. Por fim, as atividades de subsistência desenvolvidas nos domicílios têm na



assistência técnica e extensão rural uma via de potencialização da adaptação ao novo contexto ambiental e a manutenção as condições de vida e produção.

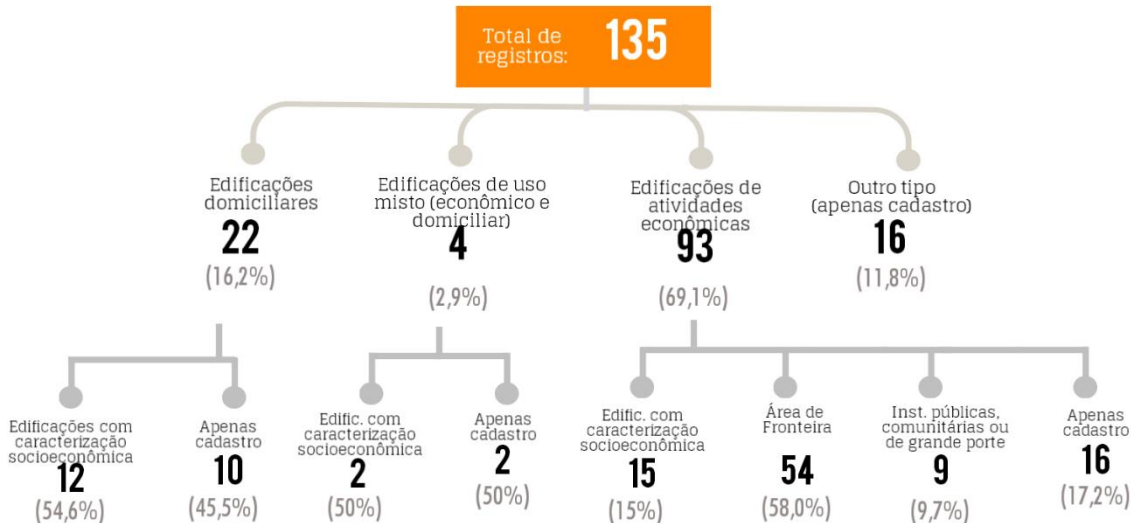


# SETE LAGOAS (MG)

O Município de Sete Lagoas possui uma população estimada de 232.107 habitantes, sendo 97% residentes na zona urbana (IBGE, 2015). Localizado a aproximadamente 74km da capital do estado, o município é polo da microrregião de Sete Lagoas, que está localizada na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. Sua malha rodoviária conta com três vias de acesso, sendo a principal delas a Rodovia BR-040, fundamental para o setor industrial do município. O trecho de aproximadamente 26km do trajeto da Rodovia BR-040 em Sete Lagoas é marcado pela presença de bairros da zona rural, que concentram sítios para produção agropecuária familiar, além de médias propriedades rurais de caráter empresarial.

Ainda no entorno da Rodovia, encontra-se, de forma espaçada, um conjunto de atividades da indústria de transformação, com especial destaque das usinas produtoras de ferro gusa. Um trecho da Rodovia que conta com um adensamento residencial expressivo é a região do Barreiro, bairro afastado da sede municipal e onde se percebe, além da concentração habitacional, uma série de empreendimentos de diversos ramos comerciais e de serviços.

FIGURA 46. Distribuição dos registros realizados no Município de Sete Lagoas por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

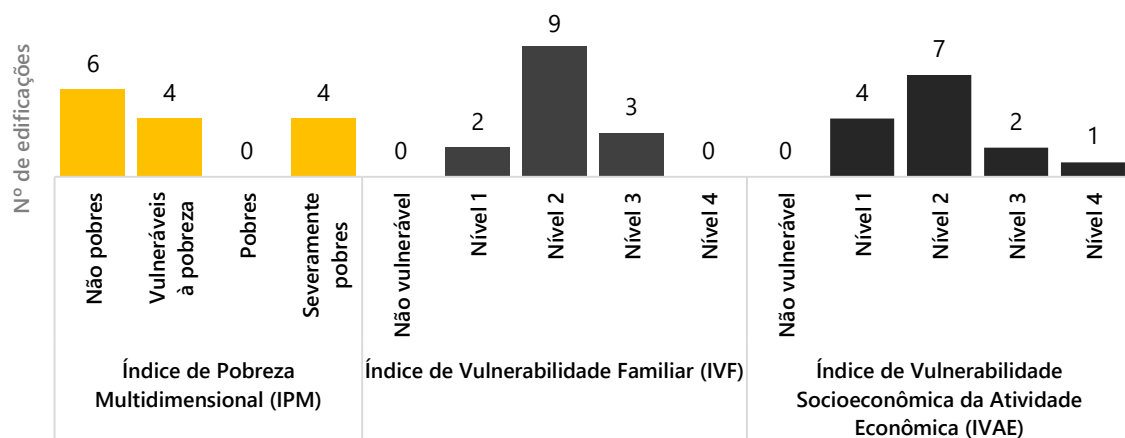
Na ADA da Rodovia pertencente ao Município de Sete Lagoas, foram registradas pela equipe de pesquisadores da Herkenhoff & Prates 135 edificações. Dessas, 22 (16,3%) foram classificadas como exclusivamente *domiciliares* e 4 (3%) classificadas como de *uso misto*. Outras 93 (68,9%) edificações são exclusivamente destinadas a



*atividades econômicas*, em grande parte atividades de comércio e indústria de médio e grande porte, inseridos em amplas cadeias, como a siderúrgica. 16 edificações, correspondente a 11,9% do total, são de *outro tipo*.

Do total de 14 edificações exclusivamente *domiciliares* e de *uso misto* caracterizadas na pesquisa em Sete Lagoas, 4 delas encontram-se em situação de mais grave pobreza, sendo que desses, 3 pontuaram nos níveis mais elevados de vulnerabilidade familiar. Já entre as 14 edificações de *atividades econômicas* caracterizadas na pesquisa em Sete Lagoas, somente 3 foram classificadas nos níveis mais elevados de vulnerabilidade, segundo o cálculo do IVAE.

**GRÁFICO 18. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Sete Lagoas**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Considerando as condições das famílias e empreendimentos econômicos situados na ADA do Município de Sete Lagoas, medidas locativas e indenizatórias foram definidas para o processo de remoção das edificações. Nos casos em que se registra a presença de pobreza e alta vulnerabilidade, contemplando 7 edificações (5,2%), a realocação é a medida adotada, tendo em vista a necessidade de garantir que as condições de vida das famílias e negócios não piorem após a remoção. Ainda nesses casos, quando observadas as condições objetivas para o real restabelecimento dos moradores, pode-se adotar a indenização assistida como alternativa.

Para 21 casos (15,6%) a indenização para compensação de perdas e danos é a medida adequada. Em 11 dessas edificações, devido a verificação de limitações relativas à compra de novo imóvel, tais como a presença de famílias monoparentais e a senilidade do responsável pela atividade econômica, reserva-se a assistência para concretização do processo de transação imobiliária.

A medida reintegração de posse ou indenização será aplicada em 25 casos (18,5%) em que as edificações de classificadas como de *outro tipo* e atividade econômica (instituições públicas, comunitárias e de grande porte). Para 82 (60,7%) edificações não há caracterização e, portanto, não foi possível definir uma medida adequada.



**TABELA 68. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Sete Lagoas**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	4	5	1	0	10
Indenização assistida	4	6	1	0	11
Realocação individual /indeniz. assistida	4	3	0	0	7
Reintegração de posse ou indenização	0	9	0	16	25
Edificações não caracterizadas	10	70	2	0	82
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>93</b>	<b>4</b>	<b>16</b>	<b>135</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

No entanto, entende-se que as medidas acima necessitam ser complementadas de modo a permitir uma transição adequada das famílias e empreendimentos econômicos para os novos locais, sem maiores prejuízos para os atingidos. Nesse sentido, faz-se importante a observação das fragilidades apresentadas por essa população e, a partir delas, o delineamento das ações transversais aos processos de remoção, realocação e indenização.

Em Sete Lagoas, as tratativas assistenciais, sobretudo, nas edificações em que se desenvolvem atividades produtivas de subsistência, carecem de atenção especial dada a sua expressividade. Diante dessas situações, os serviços de assistência técnica e extensão rural podem contribuir para a readaptação ao novo contexto ambiental.

As edificações em que foram registradas a presença de idosos, crianças, gestantes e pessoas com deficiência ou doença crônica necessitam de um acompanhamento, especialmente no que diz respeito às áreas da saúde, educação e assistência social. É importante que a assistência esteja voltada à manutenção ou melhora das condições de vida da população que habita o local. Ademais, para esses casos, a assistência psicológica pode ser necessária durante o processo de remoção.

**TABELA 69. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Sete Lagoas**

Fragilidades	Nº de edificações	%
Edificações exclusivamente domiciliares		
Presença de idoso	1	7,1%
Presença de criança	2	14,3%
Presença de gestante	1	7,1%



Presença de pessoa com doença crônica	1	7,1%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	1	7,1%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	10	71,4%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A articulação com o poder público local para identificação de políticas e equipamentos públicos existentes nas proximidades pode implicar em estruturação de uma rede de acompanhamento que funcione antes, durante e após o contexto de remoção, concorrendo para a efetividade das tratativas e proteção das famílias e empreendimentos. Os equipamentos públicos locais que são referência nas áreas de assistências social, saúde, educação e assistência técnica e extensão rural podem ser visualizados na tabela abaixo.

**TABELA 70. Equipamentos públicos disponíveis em Sete Lagoas**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	0
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	51
Hospital geral	4
Escolas de educação básica	81
Nº de CRAS	4
EMATER	1

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

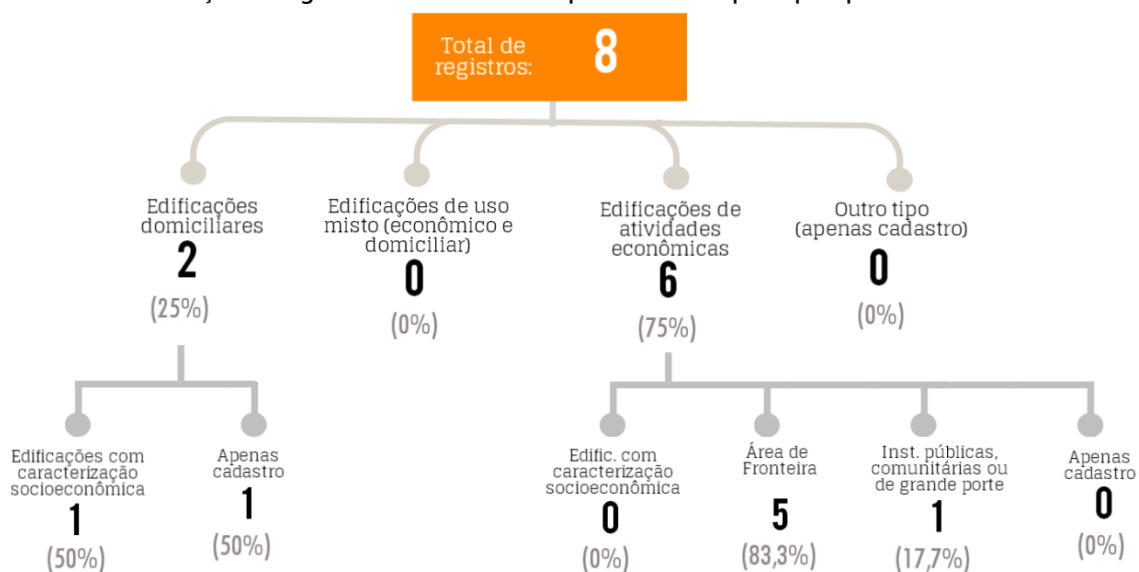


# PEDRO LEOPOLDO (MG)

Localizado a aproximadamente 43km de distância da capital do estado, o Município de Pedro Leopoldo integra a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A cidade conta com duas rodovias em sua malha viária, sendo a MG-424 sua principal via de acesso. A Rodovia BR-040 tem o seu traçado situado na zona rural de Pedro Leopoldo, que agrega apenas 15% de seus 62.951 habitantes (IBGE, 2015), e encontra-se a 15km da sede do município.

Por esse motivo, o trecho de aproximadamente 2km do trajeto da BR-040 em Pedro Leopoldo apresenta em sua paisagem a predominância de áreas de pastagens e as localidades adjacentes à Rodovia não evidenciam adensamentos residenciais. Foram identificados e registrados pela equipe de pesquisadores da Herkenhoff & Prates 8 edificações no trecho, sendo 2 delas (25%) classificadas como exclusivamente *domiciliares* e 6 (75%) como exclusivamente destinadas ao desenvolvimento de *atividades econômicas*. Não foram registradas edificações de *uso misto* ou de *outro tipo*.

FIGURA 47. Distribuição dos registros realizados no Município de Pedro Leopoldo por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

Entre as *atividades econômicas*, destacam-se os postos de gasolina, que não foram alvo da pesquisa socioeconômica. Os dois registros domiciliares estão situados em um terreno no qual se comungam residências e atividades econômicas. No entanto, devido à dinâmica de aplicação dos questionários, somente uma edificação foi caracterizada no Município de Pedro Leopoldo. Um dos domicílios foi classificado no



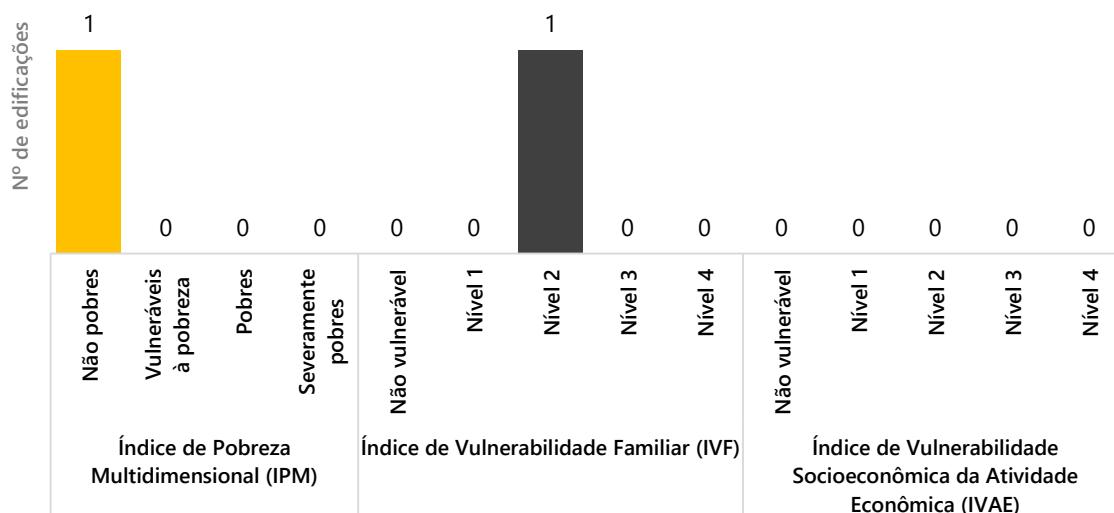


segundo nível do Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF) e identificado como não pobre, segundo o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

Para o único caso em que houve caracterização, tendo em vista as características socioeconômicas e as fragilidades da família, aplica-se a indenização. Cabe ressaltar que essa medida demanda o acompanhamento por parte do trabalho de Gestão Social da Via 040, a fim de que se garanta a compensação por perdas e danos e o restabelecimento da família após o deslocamento involuntário.

Em 1 caso no qual a edificação é *atividade econômica* (instituições públicas, comunitárias e de grande porte), a medida aplicada é a reintegração de posse ou indenização. Para 6 edificações não foi possível fazer a definição da medida adequada, dada a ausência de caracterização socioeconômica.

**GRÁFICO 19. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Pedro Leopoldo**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

**TABELA 71. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Pedro Leopoldo**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização assistida	1	0	0	0	1
Reintegração de posse ou indenização	0	1	0	0	1
Edificações não caracterizadas	1	5	0	0	6



Total	2	6	0	0	8
-------	---	---	---	---	---

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Em conformidade com a necessidade de se garantir que as condições de vida das famílias e empreendimentos econômicos não piorem devido à remoção, e, tendo em vista a presença de idosos e criança na edificação em questão, faz-se importante a assistência em termos psicossociais e escolares para as famílias que possuem estas fragilidades. Os equipamentos e serviços públicos existentes em Pedro Leopoldo poderão ser acionados, com o objetivo de apoiar no trabalho de Gestão Social.

**TABELA 72. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Pedro Leopoldo**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	1	100%
Presença de criança	1	100%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	0	0%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	1	100%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A realização destas ações pode vir acompanhada de uma ampla articulação entre a Concessionária e o poder público local, a fim de promover uma assistência, de fato, efetiva e duradoura, às famílias e aos estabelecimentos econômicos, onde o acesso aos equipamentos públicos de assistência social, saúde, educação e assistência técnica e extensão rural seja parte constituinte. Os equipamentos públicos disponíveis em Pedro Leopoldo podem ser visualizados na tabela abaixo.

**TABELA 73. Equipamentos públicos disponíveis em Pedro Leopoldo**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	1
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	15
Equipamento básico de saúde	1
Hospital geral	2



Escolas de educação básica	42
Nº de CRAS	2
EMATER	1

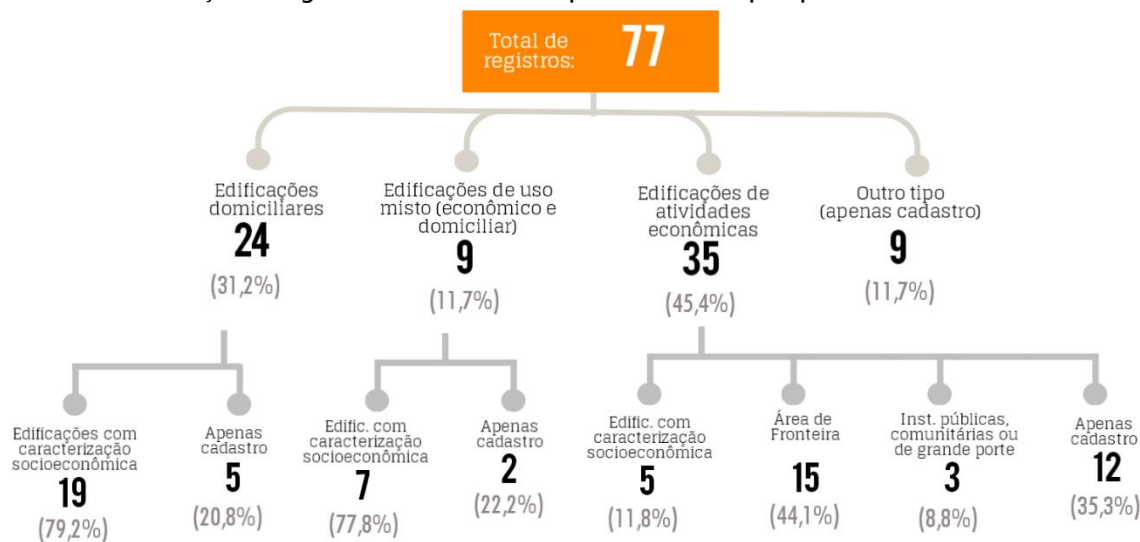
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



# ESMERALDAS (MG)

Com uma população total de 60.271 habitantes, a principal via de acesso ao Município de Esmeraldas é a BR-040, que perpassa o território municipal por aproximadamente de 18km (entre os Km 487 e 505). A sede municipal e os principais aparelhos públicos administrativos localizam-se a cerca de 25km da Rodovia 040. Em áreas adjacentes à autopista, nos bairros Vargem de Bento da Costa, Caracóis de Baixo e Das Letras, e no Distrito de Melo Viana, pode-se observar aspectos da urbanização, com adensamentos residenciais. Nessas localidades de maior ocupação urbana estão instalados comércios como padarias, restaurantes, madeireiras, postos de combustíveis e serviços de venda de peças de veículos às margens da Rodovia.

FIGURA 48. Distribuição dos registros realizados no Município de Esmeraldas por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

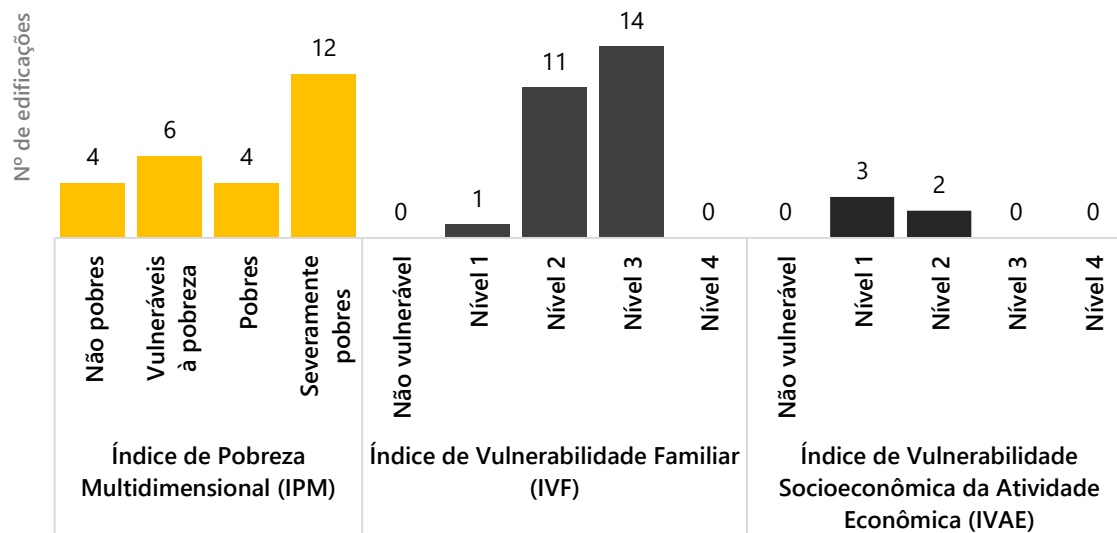
Os registros na Área Diretamente Afetada (ADA) em Esmeraldas se concentram, sobretudo, nas edificações exclusivamente *econômicas*, que correspondem a 45,4% (35 ) do total. Também com grande importância numérica encontram-se 24 edificações de uso *exclusivamente domiciliar* (31,2%), seguido em relevância pelas 9 (11,7%) edificações de *uso misto* e 9 (11,7%) edificações de *outro tipo*.

Retomando o Estudo de Socioeconomia, conclui-se pela predominância de famílias em situação de pobreza, visto que 61,5% (16) foram classificadas como pobres e severamente pobres segundo o cálculo de Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Ainda preocupantes tornam-se os dados sobre a vulnerabilidade frente ao empreendimento da Via 040 tendo em vista que o Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF) apresenta 53,8% (14 edificações) dos domicílios enquadrados nos níveis 3 e 4, estando, portanto, em situação de alta vulnerabilidade. Em relação à situação de



vulnerabilidade das atividades econômicas, segundo o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da Atividade Econômica (IVAE), em nenhum caso se identifica situação de alta vulnerabilidade.

**GRÁFICO 20. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Esmeraldas**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

O contexto de remoção de famílias e estabelecimentos econômicos da faixa de domínio da Rodovia exige uma abordagem anterior que, considerando as condições e fragilidades socioeconômicas, assim como as vulnerabilidades frente ao empreendimento, apresente medidas que assegurem que famílias e atividades econômicas não tenham condições de vida e reprodução econômica degradadas pelo deslocamento. Nesse sentido, a medida de realocação foi adotada em 17 casos (22,1%), sendo 13 *domicílios* e 4 edificações de *uso misto*. Em parte deles deve ser dado um tratamento coletivo, a depender dos vínculos familiares e comunitários estabelecidos. Caso se desenvolvam mecanismos efetivos que garantam que os valores monetários sejam suficientes para a aquisição de um novo imóvel, a medida de indenização assistida pode ser adotada.

A indenização em reparação a perdas e danos é a medida mais apropriada para 14 (18,2%) dos domicílios afetados, uma vez que estas edificações não se encontram num contexto de pobreza e alta vulnerabilidade. Entretanto, as famílias que apresentam limitações frente à aquisição de novos imóveis, tais como a natureza monoparental da família, devem ser assistidas pela equipe da Via 040 de acordo com suas necessidades. Assim sendo, 6 casos correspondem exclusivamente a indenizações com assistência.

Em 12 (15,6%) casos a medida adotada é a reintegração de posse ou indenização, a depender da caracterização socioeconômica e territorial a ser realizada no contexto



de diálogo e negociação. Nesse mesmo sentido, cabe o tratamento de 34 edificações (44,2%) que se encontram sem definição de medidas, dada a não caracterização.

**TABELA 74. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Esmeraldas**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	4	2	2	0	8
Indenização assistida	2	3	1	0	6
Realocação individual /indeniz. assistida	13	0	4	0	17
Reintegração de posse ou indenização	0	3	0	9	12
Edificações não caracterizadas	5	27	2	0	34
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>35</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>77</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Não obstante as medidas indicadas anteriormente, faz-se importante a atenção às fragilidades identificadas nas famílias e estabelecimentos econômicos. Nesse sentido, vale, em Esmeraldas, uma atenção especial em torno da presença das crianças, que precisam manter a regularidade da frequência à escola e aos equipamentos correlatos. Os idosos, com menor expressividade, mas de grande importância em termos de necessidade assistencial, o acompanhamento médico e acessibilidade assim como, a manutenção da rotina e vínculos sociais, estão associados à uma assistência adequada.

Com relevância ímpar tem-se o exercício de atividade de subsistência, que predominando nas edificações domiciliares, requer atenção em prol da manutenção da adaptação ao novo contexto, que pode estar associada à assistência técnica e extensão rural.

**TABELA 75. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Esmeraldas**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	6	23%
Presença de criança	12	46,1%
Presença de gestante	2	7,7%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	1	3,8%

Presença de pessoa com deficiência física	1	3,8%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	15	57,7%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	1	8,3%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

A elaboração e execução de tratativas assistenciais podem ser construídas a partir de uma articulação com o poder público local, compreendendo as potencialidades e fragilidades das políticas sociais locais. Um primeiro exercício consiste na identificação dos equipamentos públicos disponíveis localmente, informação que pode ser visualizada na tabela abaixo.

**TABELA 76. Equipamentos públicos disponíveis em Esmeraldas**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	0
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	14
Hospital geral	1
Escolas de educação básica	37
Nº de CRAS	3
EMATER	1

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



# RIBEIRÃO DAS NEVES (MG)

O Município de Ribeirão das Neves está localizado na Região Metropolitana da capital Belo Horizonte, e possui uma população estimada de 322.659 habitantes (IBGE, 2015), com 99% deles concentrados em sua área urbana. A BR-040, que entrecorta o município em 14km (entre os Km 505 e 519), é o principal acesso rodoviário até a cidade. A ocupação urbana é muito expressiva e o adensamento está presente nos dois sentidos da via: são áreas residenciais, muitas vezes típicas de populações de baixa renda, e diversos pequenos e médios empreendimentos comerciais.

FIGURA 49. Distribuição dos registros realizados no Município de Ribeirão das Neves por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2015)

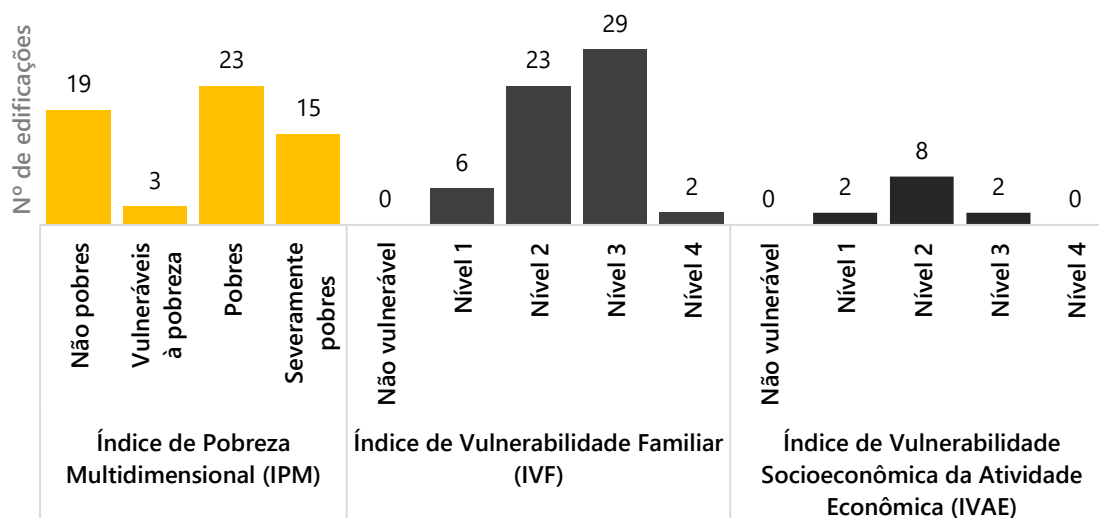
Em Ribeirão das Neves, dos 217 registros realizados, 90 (41,5%) são *domicílios*, 87 (40%) constituem *atividade econômica*, 13 (6%) foram classificados como *uso misto* e 27 (12,5%) como *outro tipo*.

O Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF) revelou que 51,6% (31 edificações) dos domicílios estão classificados nos níveis 3 e 4, o que expressa predominância de situações de alta vulnerabilidade em relação ao empreendimento da Via 040. No Índice de Pobreza Multidisciplinar (IPM), 63,3% (38 edificações) das famílias se enquadram nas categorias pobres ou severamente pobres. Em relação às atividades econômicas, o IVF aponta que apenas 16,6% (2 casos) dos estabelecimentos foram classificados nos níveis 3 e 4 de vulnerabilidade ao empreendimento, dado que indica uma situação menos problemática quando comparada aos domicílios.





GRÁFICO 21. Índices de vulnerabilidade e pobreza de Ribeirão das Neves



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Enquanto instrumento de resolução dos impasses sociais e econômicos em torno do processo de remoção de famílias e estabelecimentos econômicos do interior da faixa de domínio da Rodovia, estabeleceu-se uma série de medidas que visam, sobretudo, resguardar direitos e evitar que as condições de vida e de reprodução econômica da população atingida não venham a piorar com o empreendimento. A realocação será aplicada a 42 edificações (19,4%) em condições de pobreza ou alta vulnerabilidade, compondo a maioria dos domicílios, e poderá acontecer de forma individual ou coletiva. Nestes casos, quando o valor indenizatório for adequado à aquisição de novo imóvel, caberá a adoção da indenização assistida.

A indenização é a medida adequada para 30 imóveis (13,8%), sendo que em 18 deles a família ou estabelecimento será assistido por uma equipe multidisciplinar que preste auxílio nas tomadas de decisões sobre a aquisição de novo imóvel.

Para 118 edificações (49,8%) ainda não há uma definição sobre a medida mais apropriada, dado a ausência de caracterização. A medida de reintegração de posse ou indenização será adotada em 27 casos (17,1%) da ADA de Ribeirão das Neves.

TABELA 36. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação de Ribeirão das Neves

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	8	2	2	0	12
Indenização assistida	9	8	1	0	18

Realoc. coletiva ou indeniz. assistida	19	0	1	0	20
Realoc. individual ou indeniz. Assistida	14	2	6	0	22
Reintegração de posse	0	0	0	27	27
Edificações não caracterizadas	40	75	3	0	118
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>87</b>	<b>13</b>	<b>27</b>	<b>217</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

O estudo socioeconômico indicou situações de fragilidade concentradas, sobretudo, onde há presença de crianças, idosos e deficientes. Nestes casos, a atenção ao acesso à saúde, assistência social e às escolas, faz-se pertinente em termos de assistência. Os idosos e deficientes físicos requerem atenção especial nos casos de realocação, pois têm a mobilidade reduzida e, portanto, os imóveis serão adequados a estas situações.

**TABELA 77. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Ribeirão das Neves**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	11	18,3%
Presença de criança	36	60%
Presença de gestante	1	1,7%
Presença de pessoa com doença crônica	1	1,7%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	2	3,3%
Presença de pessoa com deficiência física	4	6,7%
Inquilino pobre	3	5%
Fam. com atividade de subsistência	27	45%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. Econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	14	63,6%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Mesmo em uma área com características tão marcantes de urbanização, parte substancial das famílias desenvolvem atividades de subsistência, como o plantio e a criação de animais. Das edificações onde há atividades econômicas instaladas, predominam as que são diretamente associadas ao uso da terra e dos recursos naturais, portanto, a assistência técnica e extensão rural poderá auxiliar, tanto as famílias quanto os responsáveis pelas atividades econômicas em um momento de mudança da realidade local. A tabela abaixo apresenta os equipamentos públicos



que podem servir de apoio à Concessionária no suporte à comunidade atingida pelos impactos do projeto durante a fase de remoção, bem como posteriormente a ela, em quatro dimensões: saúde, educação, assistência social e assistência técnica rural.

**TABELA 78. Equipamentos públicos disponíveis em Ribeirão das Neves**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	0
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	2
Unidade Básica de Saúde	64
Equipamento básico de saúde	1
Hospital geral	1
Escolas de educação básica	110
Nº de CRAS	7
EMATER	1

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## | TERRITÓRIO DE ATENÇÃO

Os trabalhos de coleta de dados quantitativos e as observações de campo realizadas pela Estudo de Socioeconomia, em Ribeirão das Neves, apontaram para a necessidade de se aprofundar os estudos sobre uma localidade: Alameda das Esmeraldas do Bairro Vale da Prata. Tal investigação apresentou aspectos da dinâmica socioeconômica e socioambiental dessa comunidade que se encontra às margens da rodovia, abordando a precariedade da infraestrutura e a vulnerabilidade da população local. Além desses aspectos, identificou-se uma dependência direta da população em relação à Rodovia, dada à necessidade de sua utilização para acesso ao trabalho e aos equipamentos públicos básicos.



FIGURA 51. Território de Atenção no Município de Ribeirão das Neves



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

### Alameda das Esmeraldas no Bairro Vale da Prata

O Bairro Vale da Prata está situado na margem sul da BR-040, entre os Km 506 e 507, ao norte da sede municipal de Ribeirão das Neves, na Regional Veneza. Nesse trecho, a Alameda das Esmeraldas, rua paralela à Rodovia, é estreita e não pavimentada, onde imóveis simples estão situados, muitos deles inacabados, e por onde a Área Diretamente Afetada (ADA) se estende.

FIGURA 50. Fotografia aérea do Território Vale da Prata



<b>LEGENDA:</b> TIPO DE EDIFICAÇÕES: Exclusivamente domiciliar Exclusivamente atividade econômica Uso misto Outro tipo	MEDIDAS DE REMOÇÃO E BENEFÍCIOS COMPENSATÓRIOS:		
	Indenização	Indenização assistida	Realocação individual/ Indenização assistida
	Reintegração de posse ou indenização	Realoc. individual ou coletiva/ Indeniz. assist.	Indefinida
	Realoc. individual acesso Rod. / Indeniz. assistida	Realoc. coletiva acesso Rod./ Indeniz. assistida	Realocação coletiva/ Indenização assistida



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Segundo o Índice de Pobreza Multidisciplinar, o IPM, 85,7% das famílias (24 edificações) foram consideradas pobres ou severamente pobres. No Vale da Prata a vulnerabilidade em relação ao empreendimento da Via 040 foi identificada em 67,7% das edificações (19 casos), onde são desenvolvidas atividades econômicas. A precariedade das condições socioeconômicas se mostra, portanto, como um fator central de atenção no Bairro Vale da Prata.

**QUADRO 37. Características gerais do Território Vale da Prata**

Vínculo comunitário	Fraco
Contexto socioeconômico	Homogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim
% de atividade econômica tradicional	1 (16,7%)
Famílias pobres	24 (85,7%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	19 (67,7%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A realocação será aplicada em 24 casos (35,3%), sendo 19 deles domicílios. Para 20 edificações ela será feita de forma coletiva e, para outras 4, individual. Nestes casos, a indenização assistida pode ser adotada, contanto que garanta o restabelecimento em nova moradia ou estabelecimento econômico.

A indenização assistida será aplicada em 4 casos (5,9%). Em 3 dos casos, devido à verificação de limitações, tais como a presença de família monoparental ou baixa escolaridade do responsável, a medida virá acompanhada de uma assistência da equipe multidisciplinar voltada à facilitação no contexto de transação imobiliária. A reintegração de posse ou indenização se dará em 5 edificações (7,4%) de *uso misto e atividade econômica* (instituições públicas, comunitárias e de grande porte).

Para 36 edificações (51,5%) não há definição de medidas em decorrência da ausência de caracterização socioeconômica.

**TABELA 79. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território Vale da Prata**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	1	0	0	0	1
Indenização assistida	2	0	1	0	3
Realoc. Coletiva / indeniz.	19	0	1	0	20



assistida					
Realoc. individual/indeniz. Assistida	0	0	4	0	4
Reintegração de posse	0	1	0	4	5
Edificações não caracterizadas	32	3	1	0	36
Total	54	3	7	4	68

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

No Bairro Vale da Prata, a maior parte das fragilidades está associada às crianças, que carecem de acesso aproximado às creches e às escolas de ensino fundamental. Os idosos, em contextos de remoção, necessitam de casas adaptadas a possíveis dificuldades motoras. Ambos os grupos, bem como outros que aparecem com baixo percentual, precisam de amparo dos equipamentos de saúde e assistência. Como o poder público e suas infraestruturas revelam-se quase ausentes no bairro, cabe uma atenção especial àqueles atingidos que vivem em situação de pobreza.

Para a notável quantidade de famílias que desenvolvem atividades de subsistência, o apoio a partir da assistência técnica e extensão rural para a adaptação ao novo contexto ambiental faz-se pertinente em termos assistenciais.

**TABELA 80. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Bairro Vale da Prata**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	3	10,7%
Presença de criança	19	67,9%
Presença de gestante	1	4,5%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	2	2,1%
Inquilino pobre	1	3,6%
Fam. com atividade de subsistência	10	35,7%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	1	3,6%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

# CONTAGEM (MG)

A população de Contagem, composta por 648.766 habitantes (IBGE, 2015), está concentrada no espaço urbano da cidade, que congrega 99% dos residentes. Ao longo do município, a Rodovia BR-040 possui uma extensão de 19km situados entre os Km 519 e 531. A área diretamente afetada pelo empreendimento da Via 040 no município é constituída, na porção inicial do traçado, por reduzida ocupação populacional e atividades econômicas distribuídas espaçadamente. No trecho com urbanização expressiva, é notória a concentração de empresas de diversos ramos comerciais e serviços, nas quais se destacam as oficinas mecânicas para veículos pesados, transportadoras e concessionárias. A paisagem urbana é caracterizada por grandes galpões comerciais e industriais que coexistem com aglomerados residenciais adjacentes à Rodovia, onde é possível observar intensa densidade populacional e ocupação desordenada. A região de maior concentração de residências se localiza na altura dos bairros Novo Boa Vista, São Sebastião, Morada Nova, Eldoradinho e Jardim Bandeirantes, próximos à fronteira conurbada à capital mineira.

FIGURA 51. Distribuição dos registros realizados no Município de Contagem por tipo



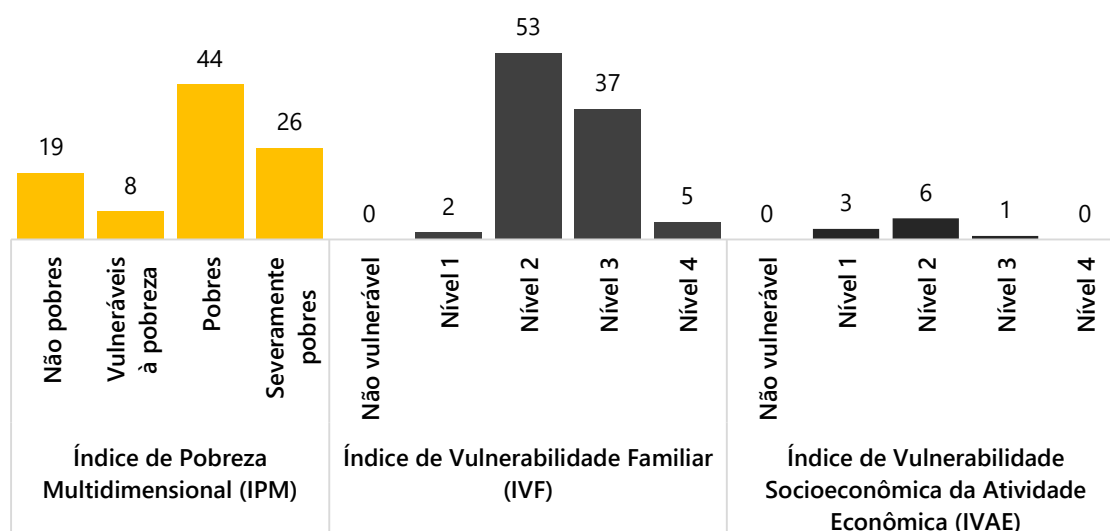
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

Foram registradas, ao todo, 265 edificações na área diretamente afetada pelo empreendimento em Contagem. Os tipos de uso das edificações distribuem-se de forma equilibrada no município: são 110 *domicílios* (41,5%) e 120 *atividades econômicas* (45,3%). As edificações de *uso misto* somam 13 casos (4,9%) e as de *outro tipo* totalizam 22 casos (8,3%).



O Estudo de Socioeconomia das edificações situadas na ADA do Município de Contagem apresenta, segundo o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), 72,2% (70 casos) de residências classificadas como pobres ou severamente pobres. O dado explicita uma forte concentração de população em situação de pobreza no entorno da Rodovia. Ainda no âmbito domiciliar, os resultados do Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF) apontaram que 43% (42 casos) encontram-se nos níveis 3 e 4 de vulnerabilidade, tratados aqui como indicadores de alta vulnerabilidade frente ao empreendimento. Nas edificações voltadas exclusivamente para as atividades econômicas, a análise do Índice de Vulnerabilidade da Atividade Econômica (IVAE) permite concluir que a maioria dos estabelecimentos não exige medidas que envolvam realocação, tendo em vista que 90% (9 casos) são classificados nos níveis 1 e 2 de vulnerabilidade, enquanto apenas 10% (1 caso) situa-se no nível 3 do índice, considerado alto.

**GRÁFICO 22. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Contagem**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A diversidade das condições socioeconômicas das famílias e atividades econômicas em Contagem implica em medidas proporcionalmente distintas. A medida de realocação, voltada para as famílias e atividades econômicas que apresentam pobreza ou alta vulnerabilidade, coloca-se como a melhor forma de garantir a manutenção ou melhoria das suas condições de vida, sendo adotada para 75 casos (28,3%). Como medida alternativa à realocação, a indenização assistida é implementada apenas se o ressarcimento permitir a compra de um novo imóvel, devendo também considerar os vínculos sociais existentes entre os moradores em seu deslocamento.

Para as edificações que não apresentam situação de pobreza ou alta vulnerabilidade que, configurando a maior parte do universo registrado, totalizam 32 casos (12,1%), a indenização como medida adotada. Em razão da verificação de debilidades que





implicam em dificuldade, por parte dos responsáveis, na compra de novo imóvel, 13 casos (4,9% do total) serão assistidos pela Gestão Social da Concessionária. Já as edificações passíveis de reintegração de posse ou indenização somam 26 casos (9,8%).

Em Contagem, aproximadamente 50% dos registros realizados pelo Estudo de Socioeconomia não foram caracterizados, o que impede a definição de medidas.

**TABELA 81. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Contagem**

MEDIDA LOCATIVA	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	11	5	3	0	19
Indenização assistida	10	3	0	0	13
Realocação coletiva /indeniz. assistida	61	1	3	0	65
Realocação individ./indeniz. assistida	2	1	7	0	10
Reintegração de posse ou indenização	0	4	0	22	26
Edificações não caracterizadas	26	106	0	0	132
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>120</b>	<b>13</b>	<b>22</b>	<b>265</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Em relação às principais fragilidades observadas entre os residentes atingidos no município, ressalta-se que a Concessionária deve atentar para o elevado número de crianças, presentes em quase 2/3 das residências, e para a normalidade do seu processo educacional durante a remoção e após o deslocamento. Outra fragilidade de destaque é verificada em 1/4 dos domicílios que exercem atividade de subsistência. Sabe-se que essas atividades são responsáveis por um acréscimo na condição de vida das famílias, por isso, devem ser levadas em consideração no processo de deslocamento daqueles que a praticam.

**TABELA 82. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Contagem**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	8	8,2%
Presença de criança	60	61,9%
Presença de gestante	4	4,1%
Presença de pessoa com doença crônica	2	2%

Presença de pessoa com deficiência intelectual	3	3,1%
Presença de pessoa com deficiência física	7	7,2%
Inquilino pobre	8	8,2%
Fam. com atividade de subsistência	25	25,8%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. Econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	1	4,3%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Apresenta-se, abaixo, a tabela de informações básicas sobre a existência de equipamentos públicos locais que podem apoiar a Gestão Social da Concessionária no atendimento à população afetada pelo projeto na cidade de Contagem.

**TABELA 83. Equipamentos públicos disponíveis em Contagem**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	0
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	6
Unidade Básica de Saúde	124
Hospital geral	3
Escolas de educação básica	156
CRAS	7
EMATER	1

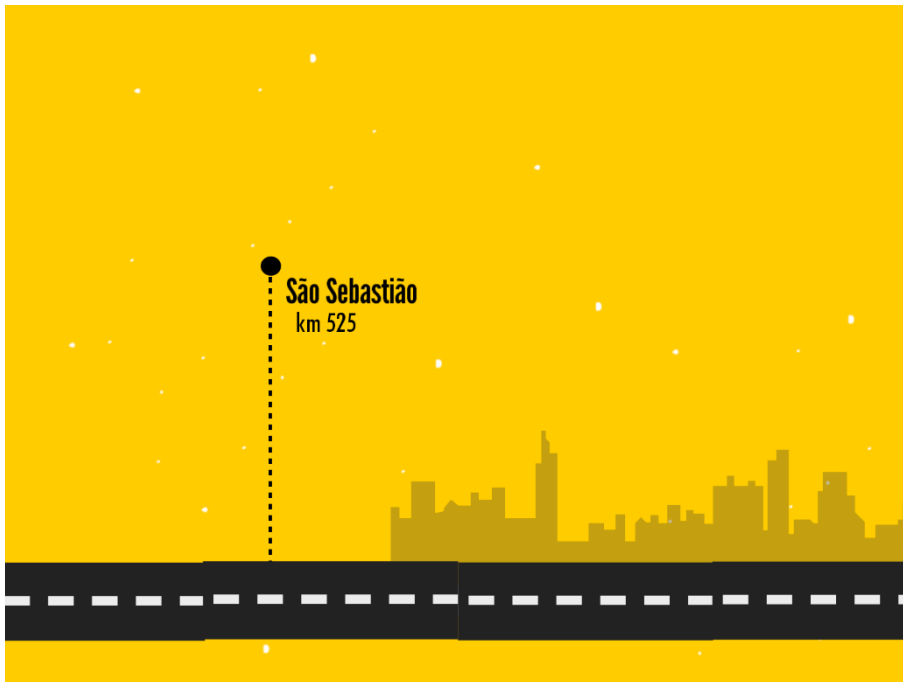
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## | TERRITÓRIO DE ATENÇÃO

No Município de Contagem, a análise de dados quantitativos e das observações realizadas em campo, na Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento, apontaram o Bairro São Sebastião enquanto Território de Atenção, em decorrência da acentuada precariedade das condições socioeconômicas e da presença de situações de risco representada pelo domínio do tráfico de drogas.



FIGURA 52. Território de Atenção no Município de Contagem



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## — São Sebastião

O Bairro São Sebastião está situado na margem norte da Rodovia BR-040, na altura do Km 525, próximo à área de conurbação entre Contagem e Belo Horizonte. A maioria das edificações presentes no território possui natureza domiciliar, representando mais de 3/4 dos casos identificados pelo Estudo de Socioeconomia. O território apresenta características que permitem classificá-lo como uma favela: casas precárias e amontoadas no terreno, saneamento básico insuficiente, população de baixa renda, conformação de becos no espaço, entre outros atributos.



FIGURA 53. Fotografia aérea do Território São Sebastião



TIPO DE EDIFICAÇÕES:		MEDIDAS DE REMOÇÃO E BENEFÍCIOS COMPENSATÓRIOS:			
LEGENDA:	Exclusivamente domiciliar	Indenização	Indenização assistida	Realoc. individual acesso Rod. / Indeniz. assistida	Realoc. coletiva acesso Rod./ Indeniz. assistida
	Exclusivamente atividade econômica	Indenização	Realoc. individual ou coletiva/ Indeniz. assist.	Reintegração de posse ou indenização	Indefinida
	Uso misto	Realocação individual/ Indenização assistida	Realocação coletiva/ Indenização assistida		
	Outro tipo				

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

O Bairro São Sebastião apresenta-se como uma região urbana de crescimento desordenado. Verifica-se, no território, uma condição socioeconômica homogênea entre os seus moradores. Segundo o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), considerados todos os domicílios, observa-se que aproximadamente 75% das famílias residentes no território estão em situação de pobreza. Além disso, a alta vulnerabilidade ao empreendimento é constatada em quase metade dos casos, seja em famílias ou em atividades econômicas, fato que contribui para agravar ainda mais o quadro do território. Cabe notar que, embora o contexto socioeconômico seja similar, em geral, o vínculo comunitário é fraco entre os moradores. A dependência comunitária não chega a se firmar como uma característica geral e distintiva. O que se observa, são vínculos fracos entre famílias que se relacionam e dependem umas das outras, formando núcleos menores de sociabilidade dentro do território.

No intuito de assegurar direitos e evitar que as condições de vida da população da ADA de São Sebastião piorem com o processo de remoção, delimitam-se medidas de alocação, indenização e reintegração pertinentes com as características socioeconômicas das edificações e do território. Em um total de 132 edificações, adota-se a medida de realocação para 70 casos (53%). As medidas de realocação são as mais recomendadas para o alcance da manutenção ou melhoria das



condições de vida das pessoas pobres ou altamente vulneráveis em contexto de remoção. A medida alternativa, para esses casos, é a indenização assistida, contanto que se garanta a compra de um novo imóvel e se atente para os laços sociais das famílias deslocadas.

**QUADRO 38. Características gerais do Território São Sebastião**

Vínculo comunitário	Fraco
Contexto socioeconômico	Homogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Não
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	66 (75%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	42 (45,7%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Voltadas para os casos que não apresentam situação de pobreza ou vulnerabilidade, as medidas de indenização são adotadas para 22 casos (16,7%), 10 dos quais devem ser assistidos, uma vez que manifestam limitações que dificultam a aquisição de novo imóvel, a exemplo da baixa escolaridade do responsável ou situações de famílias monoparentais. As edificações passíveis de reintegração de posse ou indenização somam 4 casos (3,0%).

Para 36 edificações (49,8%) não foi possível delimitar medidas, dado a ausência de caracterização socioeconômica.

**TABELA 84. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território São Sebastião**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	10	2	0	0	12
Indenização assistida	9	1	0	0	10
Realoc. coletiva ou individual/indeniz. Assist.	61	1	3	0	65
Realoc. individual/indeniz. assistida	0	0	5	0	5
Reintegração de posse ou indenização	0	0	0	4	4
Edificações não caracterizadas	24	12	0	0	36



<b>Total</b>	104	16	8	4	<b>132</b>
--------------	-----	----	---	---	------------

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As fragilidades presentes nas edificações do território de São Sebastião demandam o desenho e a implementação de tratativas transversais por parte da Gestão Social da Via 040. Destaca-se, em particular, o alto número de crianças, presentes em quase 2/3 dos domicílios, o que aponta para a necessidade de se ater para a normalidade do seu processo educacional durante a remoção e após o deslocamento. Ressaltam-se, ainda, os casos de atividade de subsistência encontrados em mais de 1/5 das residências, que se mostram fundamentais a um acréscimo na condição de vida das famílias em questão.

**TABELA 85. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território São Sebastião**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	7	8%
Presença de criança	56	63,6%
Presença de gestante	4	4,5%
Presença de pessoa com doença crônica	2	2,3%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	3	3,4%
Presença de pessoa com deficiência física	7	8%
Inquilino pobre	7	8%
Fam. com atividade de subsistência	20	22,7%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. Econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0,0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



# BELO HORIZONTE (MG)

Metrópole e capital do Estado de Minas Gerais, o Município de Belo Horizonte, contando com uma população total de 2.375.151 habitantes, tem apenas 14km (entre os Km 530,5 e 544,5) do trajeto da Rodovia BR-040 em seu território. A ADA de Belo Horizonte inicia-se em região de fronteira conurbada ao Município de Contagem. A paisagem, composta por aspectos de intensa urbanização, é caracterizada pela presença de empreendimentos de diversos ramos comerciais e industriais. O traçado pela capital mineira apresenta também intensa aglomeração residencial e ocupação desordenada na altura dos bairros Jardim Filadélfia, Califórnia e Conjunto Califórnia. Aproximadamente 10km do trajeto da Rodovia pelo município estão em confluência com o Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo. A localidade apresenta intensa ocupação residencial e comercial adjacente às margens da via. A última fração do traçado da Rodovia na Capital mineira é na altura do Bairro Olhos D'água e Vila Pilar, com adensamento, predominantemente, compondo uma paisagem caracterizada pelas edificações residenciais.

FIGURA 54. Distribuição dos registros realizados no Município de Belo Horizonte por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

De acordo com o estudo socioeconômico, das 118 edificações cadastradas na Área Diretamente Afetada (ADA), 61 (51,7%) trata-se de edificações exclusivamente *domiciliares*. Em 43 casos (36,4%) de *atividade econômica*, em 8 casos (6,8%) de *uso misto* e em 6 situações (5,1%) de *outro tipo*.



O Estudo de Socioeconomia apresenta que, segundo o Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF), 41% (14 edificações) dos domicílios foram enquadrados nos níveis 3 e 4 (com elevado grau de vulnerabilidade), o que expressa que a maior parte da população se encontra em condição de menor debilidade frente ao empreendimento rodoviário. Ainda nos domicílios, 53% (18 edificações) foram classificados como pobres e severamente pobres segundo o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), o que indica a predominância dos casos em que há situação de pobreza. Em termos econômicos, os dados são menos preocupantes, visto que apenas 11,1% (1 edificação) dos estabelecimentos foram classificados nos níveis 3 e 4 de vulnerabilidade, segundo o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da Atividade Econômica (IVAE).

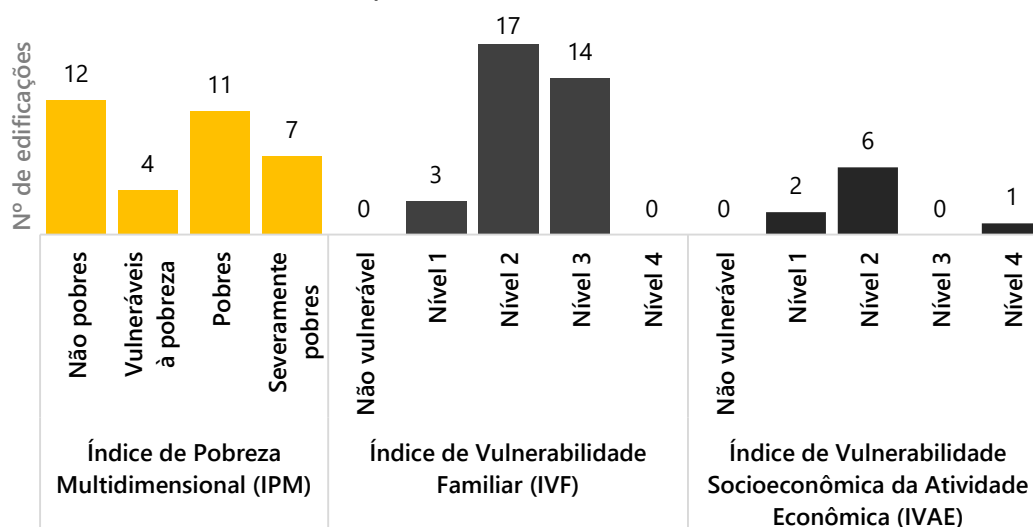
A condição socioeconômica das famílias e estabelecimentos econômicos na Área Diretamente Afetada (ADA) de Belo Horizonte, conduz a medidas de remoção e benefícios compensatórios. De maneira a garantir o restabelecimento das condições de vida e produção da população atingida, em situação de pobreza ou alta vulnerabilidade, a medida de realocação é adotada em 22 casos (18,6% do total), sendo 17 domicílios, 1 de atividade econômica e 4 edificações de uso misto. A indenização assistida será adotada para essas edificações somente se a remuneração indenizatória garantir a aquisição de um novo imóvel.

Nos casos em que não se identifica situação de pobreza ou alta vulnerabilidade, a indenização é medida apropriada e, portanto, adotada para 12 dos domicílios afetados (10,2% do total). As 9 edificações (7,6% do total) que apresentam dificuldades em adquirir novo imóvel, tais como aquelas habitadas por famílias monoparentais ou por idosos responsáveis por estabelecimentos econômicos, serão assistidas pela equipe da Via 040 de acordo com suas necessidades, cabendo, portanto, a indenização assistida.





GRÁFICO 23. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Belo Horizonte



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Para 16 edificações (13,6%) aplica-se a reintegração de posse ou indenização, escolha que poderá variar de acordo com as características socioeconômicas e natureza do imóvel. Metade dos registros em Belo Horizonte não tiveram caracterização. Nestes casos não foi possível definir medidas.

TABELA 86. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Belo Horizonte

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	6	5	1	0	12
Indenização assistida	4	3	2	0	9
Realocação individual /indeniz. assistida	17	1	4	0	22
Reintegração de posse ou indenização	0	0	0	6	16
Edificações não caracterizadas	34	34	1	0	59
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>43</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>118</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Não obstante as medidas indicadas anteriormente, faz-se necessário que se desenvolvam instrumentos e mecanismos de tratamento assistencial das famílias e atividades econômicas, com foco nas abordagens das fragilidades identificadas pelo Estudo de Socioeconomia e durante o processo de diálogo e negociação. Nos



domicílios de Belo Horizonte destaca-se, enquanto fragilidades, a presença de crianças. Nestes casos, a atenção deve ser no sentido da manutenção do acesso a creches e escolas. Nas situações de domicílios com presença de idosos, faz-se pertinente um trabalho de assistência psicossocial, visando à manutenção das rotinas e condições de acesso para atendimento médico, evitando o agravamento das situações de vulnerabilidade apresentadas. As famílias que possuem membros com algum tipo de deficiência ou doença crônica exigirão um acompanhamento da empresa durante esse processo, sendo importante uma articulação com os equipamentos públicos de saúde.

No que tange às edificações em que foi identificado o exercício de atividades de subsistência, assim como as que desenvolviam algum tipo de trabalho associado ao uso da terra e aos recursos naturais, a assistência técnica e extensão rural poderá contribuir para adaptação ao novo contexto ambiental.



**TABELA 87. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Belo Horizonte**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	3	8,8%
Presença de criança	19	55,9%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	1	3%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	3	8,8%
Presença de pessoa com deficiência física	1	3%
Inquilino pobre	2	5,9%
Fam. com atividade de subsistência	7	20,6%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	3	18,8%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

Em todas as situações em que se identificaram fragilidades, é pertinente que seja estabelecida uma articulação entre a Via 040 e as políticas sociais localmente desenvolvidas a fim de compreender a existência e abrangência dos equipamentos públicos, identificando potencialidades e fragilidades para que de fato haja estratégias assistenciais efetivas. A tabela abaixo, como produto de um primeiro levantamento, traz a lista dos equipamentos públicos existentes no município nas áreas da assistência social, saúde, educação e assistência técnica e extensão rural.<sup>37</sup>

**TABELA 3. Equipamentos públicos disponíveis em Belo Horizonte**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	1
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	9
Unidade Básica de Saúde	158
Hospital geral	38
Escolas de educação básica	426
Nº de CRAS	33
EMATER	1

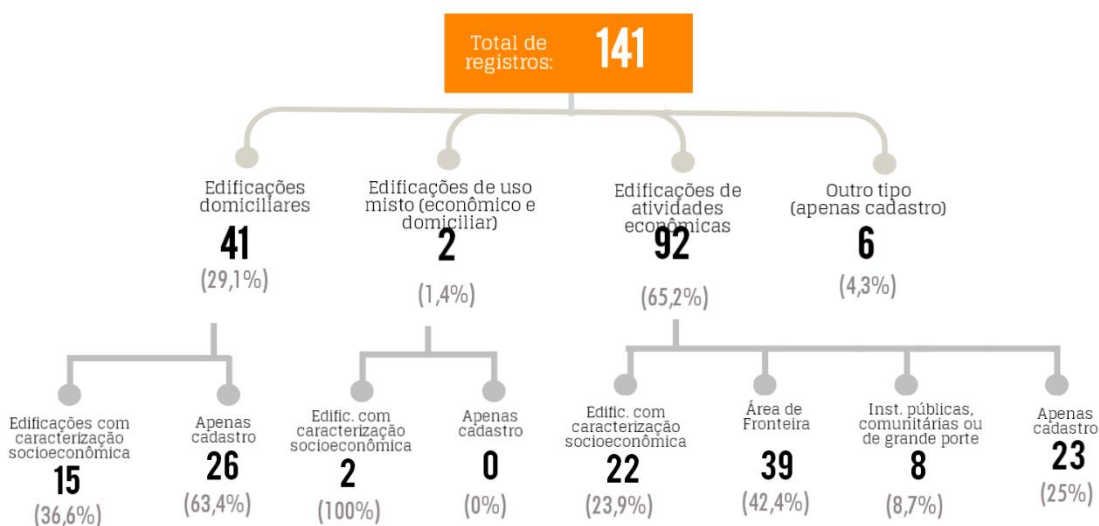
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

<sup>37</sup> O Estudo de Socioeconomia não foi realizado no Anel Rodoviário de Belo Horizonte (Km 533 ao Km 543), devido a restrição judicial imposta pela juíza federal Dayse Starlling.

# NOVA LIMA (MG)

O Município de Nova Lima está localizado na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, compondo o conjunto de cidades da microrregião da capital mineira. Em 2010 contava com uma população total de 80.998 habitantes. A BR-040 é sua principal via de acesso e atravessa o Bairro Jardim Canadá, maior adensamento comercial e industrial do município, área que apresenta também ocupações habitacionais de baixa renda. O trecho de aproximadamente 26km (entre os Km 544,5 e 571) do trajeto da Rodovia BR-040 no município é marcado pela presença de condomínios residenciais de luxo, áreas mineração e empreendimentos imobiliários, aspectos importantes na economia do município.

FIGURA 55. Distribuição dos registros realizados no Município de Nova Lima por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

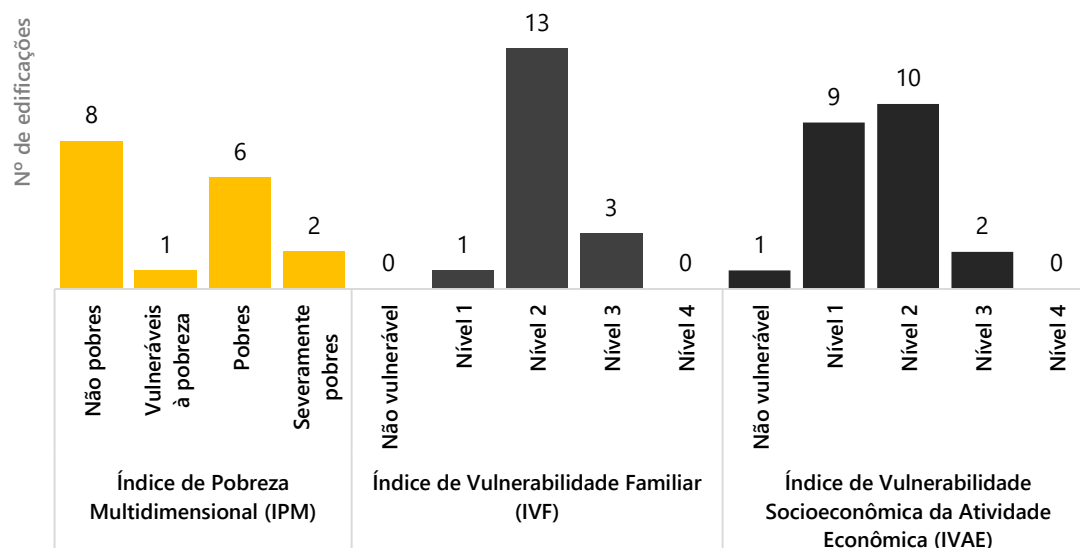
No Município de Nova Lima registrou-se 141 edificações nas proximidades da Rodovia 040. Com 92 casos (65,2%), as *atividades econômicas* constituem a maior parcela das edificações afetadas. O uso exclusivamente *domiciliar* corresponde a 41 edificações cadastradas (29,1%). As edificações *de uso misto* (econômico e domiciliar) correspondem a 2 casos (1,4%). Como *outro tipo* foram classificadas 6 edificações (4,3%).

De acordo com Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF), 17,6% dos domicílios (3 edificações) foram enquadrados nos níveis 3 ou 4 (com elevado grau de vulnerabilidade) e 47,05% (8 famílias) foram classificados como pobres e severamente pobres, segundo o cálculo de Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Desta forma, mesmo não compondo a maioria, parte significativa das famílias acima



diagnosticadas apresentam preocupantes privações socioeconômicas. No que diz respeito à situação de vulnerabilidade das atividades econômicas, segundo o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da Atividade Econômica (IVAE), apenas 2 casos (9%) foram classificados com alto índice de vulnerabilidade, isto é, nos níveis 3 ou 4.

**GRÁFICO 24. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Nova Lima**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Tendo em vista as particularidades de cada edificação, analisado o contexto socioeconômico de cada família e atividade econômica, a medida de realocação se aplica apenas em 10 casos (7,1%), sendo 8 domicílios e 2 atividades econômicas. Essa medida é necessária tendo em vista a preocupação em garantir o restabelecimento das condições de vida e produção de seus responsáveis que estão em situação de pobreza ou alta vulnerabilidade. A medida de indenização assistida pode ser adotada para essas edificações somente se a remuneração indenizatória garantir a aquisição de um novo imóvel.

A indenização é a medida mais apropriada para 28 edificações (19,9%), dada a ausência de contexto de pobreza e alta vulnerabilidade. Contudo, em 14 desses casos, devido a apresentação de debilidades por parte de famílias e estabelecimentos econômicos, tais como situações em que a família é, em sua totalidade, composta por idosos ou quando o responsável do estabelecimento econômico é idoso, deverão ser assistidas pela equipe da Via 040 de acordo com suas necessidades. Outras 14 edificações (9,9%) serão alvo da medida reintegração de posse ou indenização, escolha que deve estar condicionada à análise das condições socioeconômicas das edificações e da natureza da sua utilização. Esta medida poderá também ser adotada as 89 edificações (63,1%) em que não houve caracterização.



**TABELA 88. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Nova Lima**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	1	13	0	0	14
Indenização assistida	6	6	2	0	14
Realocação individual/ indeniz. assistida	8	2	0	0	10
Reintegração de posse ou indenização	0	8	0	6	14
Edificações não caracterizadas	26	63	0	0	89
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>92</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>141</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

É importante que o trabalho de Gestão Social esteja atento às fragilidades verificadas nos domicílios e atividades econômicas. Nesse sentido, verificou-se um elevado número de crianças nos domicílios caracterizados pelo Estudo de Socioeconomia realizado no Município de Nova Lima, que carecem do acesso às creches e escolas, assim como os meios de locomoção voltados a esses equipamentos.

As famílias que possuem gestantes e idosos necessitam de um acompanhamento durante esse processo. Em situações como essas, é essencial a atenção para o trabalho de assistência psicossocial que envolve a manutenção das rotinas e condições de acesso para atendimento médico, evitando o agravamento das situações de vulnerabilidade apresentadas.

**TABELA 89. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Nova Lima**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	1	5,9
Presença de criança	8	47,1
Presença de gestante	1	5,9
Presença de pessoa com doença crônica	0	0
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0
Presença de pessoa com deficiência física	0	0
Inquilino pobre	5	29,4
Fam. com atividade de subsistência	6	35,3
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	2	8,3

**Todas as edificações**

Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	6	35,3
-------------------------------------------------------------	---	------

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Atividades produtivas vinculadas à subsistência e/ou presença de trabalho associado a terra e ao uso de recursos naturais são caracterizados como fragilidades das famílias, uma vez que contribuem para a dinâmica econômica e alimentar. A tabela abaixo apresenta os equipamentos públicos existentes no município que podem ser aproveitados pelo trabalho de Gestão Social no atendimento às pessoas realocadas.

**TABELA 90. Equipamentos públicos disponíveis em Nova Lima**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	1
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	19
Hospital geral	3
Escolas de educação básica	30
Nº de CRAS	3
EMATER	1

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



# OURO PRETO (MG)

O Município de Ouro Preto é entrecortado em aproximadamente 10km pela BR-040, especificamente entre o Km 592 e 601,5. A Área Diretamente Afetada (ADA) do município configura-se, quase sua totalidade, em áreas pertencentes a grandes empresas mineradoras, que possuem acessos aos seus parques produtivos pela rodovia. Excetuando essas áreas, observa-se um pequeno ponto conformado por estabelecimentos de serviços automotivos, na altura do Km 601,5, próximo ao Bairro Pires, adensamento pertencente ao Município de Congonhas.

FIGURA 56. Distribuição dos registros realizados no Município de Ouro Preto por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

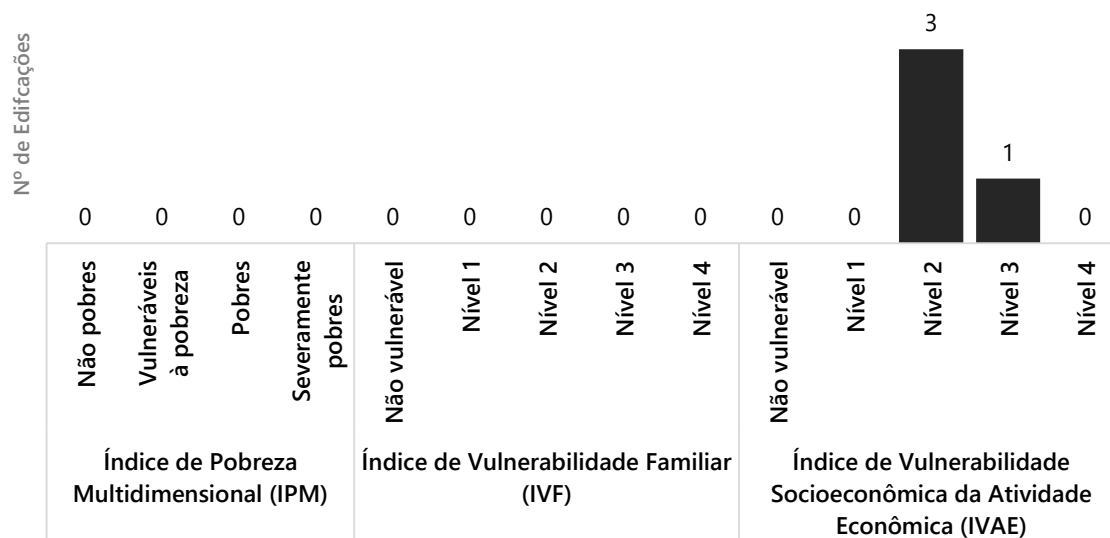
Em Ouro Preto consta o registro de 8 edificações, todas classificadas como exclusivamente voltadas à *atividade econômica*, variando entre grandes mineradoras a restaurantes e serviços automotivos.

Das 4 edificações caracterizadas em Ouro Preto, apenas 1 foi classificada nos níveis 3 ou 4 do Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da Atividade Econômica (IVAE), dado que expressa alta vulnerabilidade.





GRÁFICO 25. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Ouro Preto



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Tratando-se exclusivamente de atividades econômicas, as medidas de remoção e benefícios compensatórios de posse em Ouro Preto são pautadas pela preocupação em se garantir que as condições de reprodução econômica dos empreendimentos não sejam comprometidas pelo processo de remoção. No único caso caracterizado em que se observa a existência de alta vulnerabilidade, adota-se a realocação individual. Quando houver mecanismos que garantam a aquisição de uma edificação que mantenha as condições de restabelecimento do empreendimento, caberá a indenização assistida.

Nos 3 casos em que não se registra alta vulnerabilidade em relação ao empreendimento, mas identificam-se debilidades que acabam por dificultar a aquisição de um novo imóvel, será realizada a indenização assistida, a fim de apoiar os responsáveis no processo de recebimento da indenização e compra de nova edificação. Em outros 3 casos, por se tratar de instituições públicas, comunitárias ou de grande porte, aplica-se a reintegração de posse ou indenização. Em apenas um caso não foi possível a definição de medidas em consequência da não caracterização, possivelmente devido à indisponibilidade ou recusa do responsável.

TABELA 39. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Ouro Preto

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização assistida	0	3	0	0	3
Realocação individual ou coletiva/indeniz. assistida	0	1	0	0	1



Reintegração de posse ou indenização	0	3	0	0	3
Edificações não caracterizadas	0	1	0	0	1
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Sabe-se que apenas as medidas alocativas e indenizatórias, em geral, não são suficientes para garantir um processo de remoção que resguarde direitos, levando em conta as fragilidades existentes no interior das famílias e empreendimentos, evitando que uma transição tão sensível implique em transtornos psíquicos, familiares e econômicos. No entanto, em Ouro Preto não foi identificada fragilidade nas edificações, não sendo possível, portanto, observar tratativas assistenciais.

**TABELA 91. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Ouro Preto**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	0	0%
Presença de criança	0	0%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	0	0%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	0	0%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Embora o estudo não tenha apontado fragilidades nas edificações caracterizadas, isso não significa que elas não apareçam até o início e durante o processo de remoção. Por isso, quando houver situação na qual seja reconhecida alguma fragilidade, é importante que se atente para uma articulação com o poder público e a rede de assistência local, cujos equipamentos podem ser visualizados na tabela abaixo.

**TABELA 92. Equipamentos públicos disponíveis em Ouro Preto**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	19



Pronto Socorro	1
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	20
Hospital geral	1
Escolas de educação básica	63
Nº de CRAS	1
EMATER	1

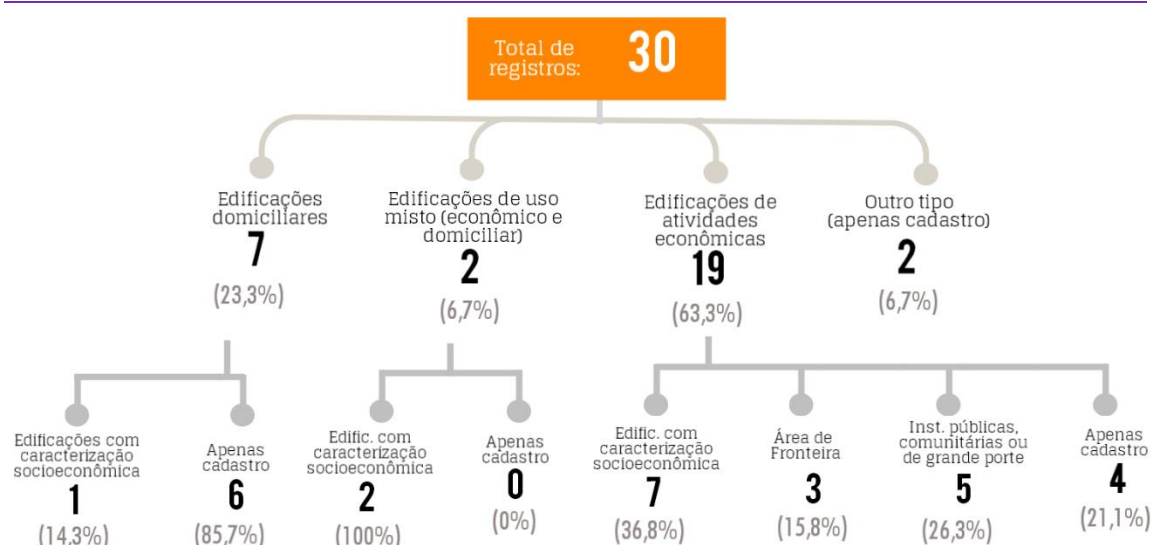
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



# ITABIRITO (MG)

O Município de Itabirito está situado na altura do Km 560 da Rodovia BR-040, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Sua população é de 49.768 habitantes, sendo 95% dela residente da zona urbana da cidade. Enquanto parte do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, as atividades de mineração e siderurgia constituem as principais forças da economia local.

FIGURA 57. Distribuição dos registros realizados no Município de Itabirito por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

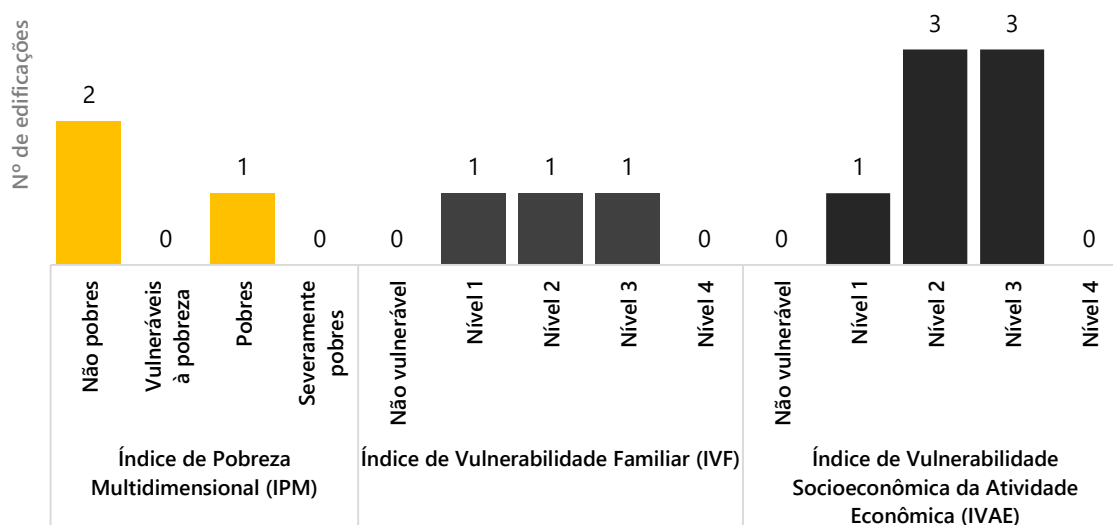
Na Área Diretamente Afetada pela Rodovia, foram identificadas e registradas 30 edificações, sendo 7 de caráter *domiciliar* (23,3%), 2 de *uso misto* (6,7%), 19 *atividades econômicas* (63,3%) e 2 edificações de *outro tipo* (6,7%).

No âmbito domiciliar, o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) aplicado à ADA de Itabirito apresenta condições socioeconômicas bastante distintas entre os domicílios, com apenas um deles considerado pobre multidimensionalmente. Em relação à vulnerabilidade frente ao empreendimento, a diversidade se reproduz, com apenas 1 domicílio classificado nos níveis 3 ou 4 do Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF), e, assim, em situação de alta vulnerabilidade.

No que tange às atividades econômicas, 3 (43%) dos sete casos analisados pelo Estudo de Socioeconomia foram classificados nos níveis mais críticos do Índice de Vulnerabilidade da Atividade Econômica (IVAE), ou seja, nos níveis 3 e 4.



GRÁFICO 26. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Itabira



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As condições socioeconômicas apresentadas pelas famílias e empreendimentos localizados nesse território levaram à definição de medidas de remoção e benefícios compensatórios, tendo em vista as alternativas mais adequadas para cada contexto comunitário. Como forma de garantir o restabelecimento das condições de vida e produção de seus responsáveis que estão em situação de pobreza ou alta vulnerabilidade, a medida de realocação foi adotada em 5 casos (16,7%), dentre eles 1 *domicílio*, 3 *atividades econômicas* e 1 edificação de *uso misto*. De forma alternativa, a medida de indenização assistida será adotada para essas edificações somente se a remuneração indenizatória garantir a aquisição de um novo imóvel.

A indenização, por outro lado, é a medida mais apropriada para 16,7% (5 edificações), uma vez que estas não se encontram em um contexto de elevada pobreza e vulnerabilidade. Entretanto, as famílias que apresentam debilidades relativas à aquisição de novo imóvel, tais como quando os responsáveis pelos estabelecimentos são idosos, serão assistidas pela equipe da Via 040 de acordo com suas necessidades. Em 7 casos (23,3%) a medida de reintegração de posse ou indenização serão aplicadas.

Em 13 casos (43,3%), em que a maior parte das edificações são formadas por instituições públicas, comunitárias ou de grande porte, não foi possível a definição devido à ausência de caracterização.



**TABELA 93. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Itabirito**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	0	1	1	0	2
Indenização assistida	0	3	0	0	3
Realocação individual ou coletiva/indeniz. assistida	1	3	1	0	5
Reintegração de posse ou indenização	0	5	0	2	7
Edificações não caracterizadas	6	7	0	0	13
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>30</b>

Fonte: Herkenhoff &amp; Prates (2016).

Além das medidas indicadas anteriormente, é importante que o trabalho de Gestão Social esteja atento às fragilidades verificadas nos domicílios e atividades econômicas, com o intuito de orientar o tratamento dado aos seus moradores e responsáveis. Nesse sentido, todas as edificações domiciliares caracterizadas no território possuem crianças em sua composição familiar e em 1 edificação foi registrada a presença de idoso, o que requer atenção para a assistência psicossocial, manutenção das rotinas e condições de acesso à creche ou escola, bem como atendimento médico.

**TABELA 94. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Itabirito**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	1	33,3%
Presença de criança	3	100%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	0	0%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	3	100%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	2	22,2%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff &amp; Prates (2016).

Além disso, foram identificadas edificações domiciliares nas quais eram realizadas produções de subsistência. Em linha semelhante, em termos de fragilidade, estão as atividades econômicas que desenvolvem trabalhos relacionados ao uso da terra ou de recursos naturais. Nesses casos, a assistência técnica e extensão rural voltada para a adaptação das atividades ao novo contexto ambiental faz-se pertinente. Alguns equipamentos públicos disponíveis em Itabirito que podem servir de apoio à Gestão Social são listados abaixo.

**TABELA 95. Equipamentos públicos disponíveis em Itabirito**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	5
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	1
Unidade Básica de Saúde	6
Equipamento básico de saúde	1
Hospital geral	0
Escolas de educação básica	41
Nº de CRAS	1
EMATER	1

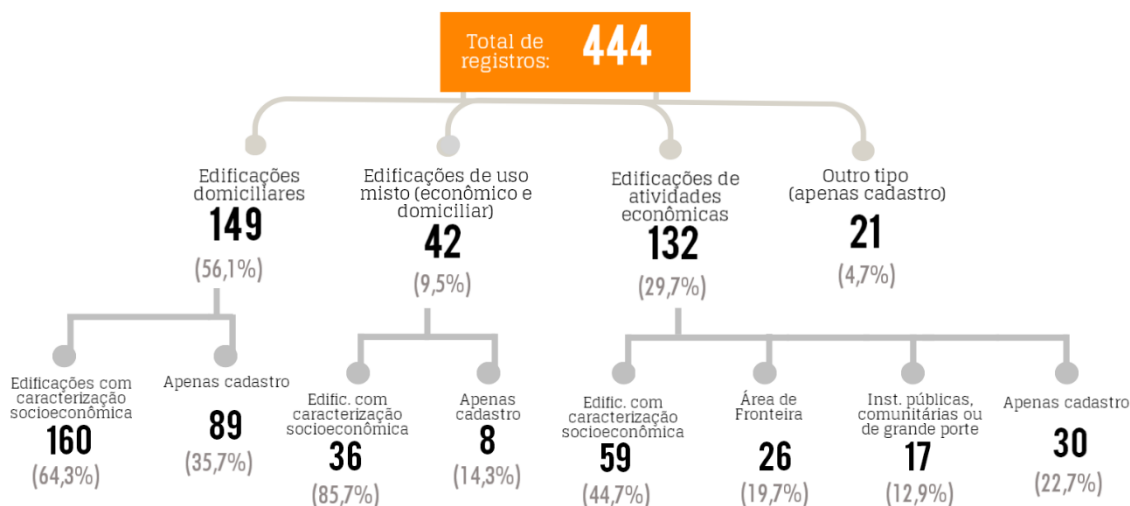
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



# CONGONHAS (MG)

No Município de Congonhas, a BR-040 possui uma extensão de 24km, especificamente entre os Km 601 e 625. Pertencente à região metropolitana de Belo Horizonte, o município se encontra a 70km da capital. De acordo com o último levantamento, a população de Congonhas possui 48.519 habitantes, dos quais somente 3% residem na zona rural (IBGE, 2015). A ocupação territorial ocorre em praticamente toda a extensão da Rodovia no município, destacando-se um elevado número de bairros residenciais que fazem divisa com as margens da autopista.

FIGURA 58. Distribuição dos registros realizados no Município de Congonhas por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

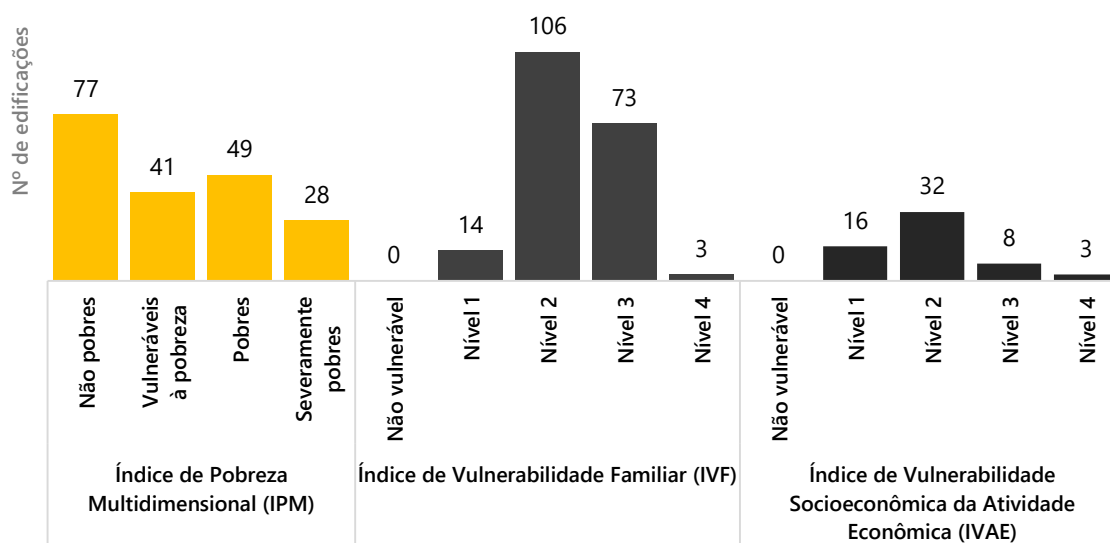
O Estudo Socioeconômico demonstrou que, das 444 edificações cadastradas, 249 (ou 56,1%) são *domicílios*. O segundo tipo de uso mais frequente é a *atividade econômica*, totalizando 132 edificações (ou 29,7%). Em seguida, temos 42 edificações (ou 9,4%) de uso *misto* e, por último, 21 edificações (ou 4,7%) de *outro tipo*.

De acordo com Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF) do município, 39% dos casos (ou 76 edificações) foram enquadrados nos níveis 3 e 4 (com elevado grau de vulnerabilidade). Além disso, 39% dos casos (ou 77 famílias) foram classificados como pobres ou severamente pobres segundo o cálculo do Índice de Pobreza Multidisciplinar (IPM). Desta forma, as famílias acima diagnosticadas apresentam preocupantes fragilidades socioeconômicas. Em relação ao Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da Atividade Econômica (IVAE), 11 estabelecimentos (ou 18,6%) foram classificados com alto índice de vulnerabilidade.





GRÁFICO 27. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Congonhas



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As condições das famílias e empreendimentos localizados no município levaram à indicação de medidas de remoção e benefícios compensatórios, tendo em vista as alternativas mais adequadas para cada contexto comunitário. Trabalhando no intuito de restabelecer as condições de vida e de produção dos atingidos que estão em situação de pobreza ou alta vulnerabilidade, num total de 444 edificações, será adotada a realocação para 108 casos (24,3%). À parte substancial destas, o correspondente a 64 edificações, será dado tratamento coletivo, visando à manutenção dos vínculos estabelecidos entre os moradores. Como alternativa para esses casos, a medida de indenização assistida deve ser aplicada somente se a remuneração indenizatória garantir a aquisição de um novo imóvel.

A medida de indenização, prevista para as edificações que não se encontram em contexto de pobreza ou alta vulnerabilidade, é apropriada para 146 casos (32,9%), 64 destes assistidos de acordo com suas necessidades evidenciadas pelas fragilidades que apresentam em contexto de remoção. Já as 38 edificações (8,6%) classificadas como de *outro tipo* ou *atividade econômica* (instituições públicas, comunitárias e de grande porte), serão alvo de reintegração de posse ou indenização.

Em Congonhas não foi possível definir as medidas para 152 edificações (34,2%), dada a ausência de caracterização socioeconômica.

TABELA 40. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Congonhas

MEDIDA LOCATIVA	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	47	26	11	0	84
Indenização assistida	32	20	10	0	62

Realocação coletiva/indeniz. assistida	56	6	6	0	68
Realocação coletiva ou individual	4	0	1	0	5
Realocação individual com acesso à Rodovia	0	3	2	0	5
Realocação individ./indeniz. assistida	21	3	6	0	30
Reintegração de posse/indeniz.	0	17	0	21	38
Edificações não caracterizadas	89	57	6	0	152
<b>Total</b>	<b>249</b>	<b>132</b>	<b>42</b>	<b>21</b>	<b>444</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

O trabalho assistencial precisa estar em sintonia com as fragilidades verificadas nos domicílios e atividades econômicas. Foram constatados elevado número de idosos e crianças nos domicílios caracterizados pelo Estudo de Socioeconomia no Município de Congonhas. Notou-se, ainda, o número considerável de famílias que possuem membros com algum tipo de deficiência intelectual, física ou doença crônica.

Em casos como esses, a atenção volta-se para a assistência psicossocial, bem como a manutenção das rotinas e condições de acesso para atendimento médico. Em relação às crianças, é importante a manutenção do acesso a creches e escolas.

**TABELA 96. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Congonhas**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	49	25%
Presença de criança	89	45,4%
Presença de gestante	4	2%
Presença de pessoa com doença crônica	1	0,5%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	10	5,1%
Presença de pessoa com deficiência física	17	8,7%
Inquilino pobre	11	5,6%
Fam. com atividade de subsistência	115	59,6%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	5	5,3%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



No decorrer da pesquisa, foram identificadas 115 edificações domiciliares nas quais são realizadas atividades de subsistência. Além disso, 5 atividades econômicas desenvolvem trabalhos relacionados ao uso da terra ou de recursos naturais, a exemplo da agricultura. As atividades produtivas vinculadas à subsistência e/ou presença de trabalho associado a terra e ao uso de recursos naturais são caracterizados como fragilidades, uma vez que as famílias podem ser dependentes dessa atividade para sua sobrevivência. Nestes casos, faz-se pertinente a assistência técnica a extensão rural voltada à adaptação de famílias e estabelecimentos econômicos ao novo contexto ambiental.

Em todos os casos de fragilidades, espera-se o apoio das políticas públicas existentes no território, a fim de aproveitar os esforços e investimentos já realizados. Por esse motivo, a tabela abaixo apresenta os equipamentos públicos existentes no município e que podem ser aproveitados pelo trabalho de Gestão Social da Concessionária no atendimento à população afetada pelo empreendimento na cidade de Congonhas.

**TABELA 97. Equipamentos públicos disponíveis em Congonhas**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	1
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	16
Hospital geral	1
Escolas de educação básica	36
CRAS	2
EMATER	1

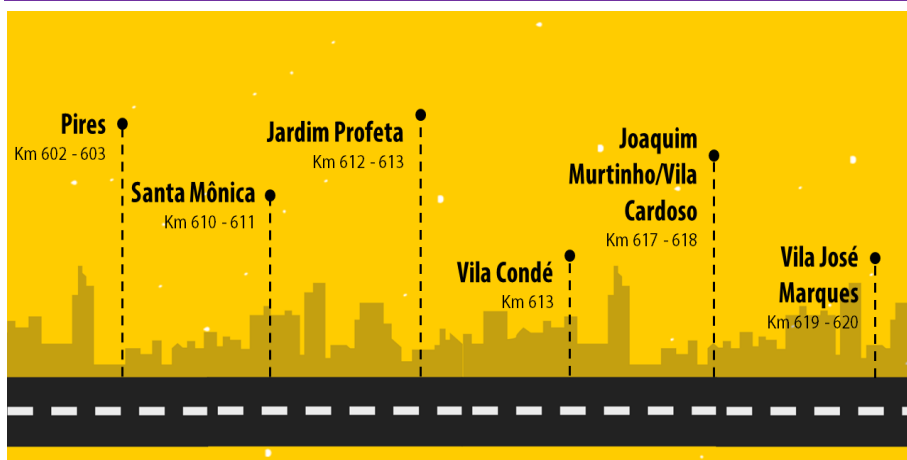
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## | TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO

O Estudo Socioeconômico realizado no Município de Congonhas identificou seis territórios que requerem maior atenção por parte da Via 040, são eles os bairros: *Pires*, devido ao histórico de remoções em contexto de instalação de linha férrea, tempo de habitação, insatisfações referentes aos impactos ambientais das atividades minerárias e dos riscos em relação à Rodovia; *Vila Condé*, pela dependência das atividades econômicas em relação à Rodovia; *Santa Mônica*, devido aos impactos de obras e intervenções na Rodovia; *Jardim Profeta*, pelo conflito relacionado aos transtornos ambientais; *Joaquim Murtinho* e *Vila Cardoso*, em decorrência dos conflitos ocasionados em torno da ocorrência de acidentes fatais, assim como de receios quanto à desapropriação; e a *Vila José Marques*, pelas relações de interdependência, vínculos territoriais e mobilização comunitária intensa. Observou-se, em todos os casos mencionados acima, um forte senso de pertencimento ao território, laços de solidariedade comunitária e vínculo familiar.



FIGURA 59. Territórios de Atenção no Município de Congonhas



Fonte: Herkenhoff & Prates (2015)

## Pires

O Bairro Pires está localizado no Km 592 da Rodovia BR-040 e está a aproximadamente 15 km da região central do Município de Congonhas. A atividade minerária é intensa no local e o sentido sul do bairro é onde se encontra a maior parte das edificações. Observou-se uma grande quantidade de edificações que estão às margens da Rodovia. Este perímetro do bairro é caracterizado pelo significativo número de residências do mesmo grupo familiar, o que explicita estreitas relações de parentesco. A ocupação do local é antiga e muitas famílias vivem no bairro há mais de 50 anos.

FIGURA 60. Fotografia aérea do Território Pires



TIPO DE EDIFICAÇÕES:		MEDIDAS DE REMOÇÃO E BENEFÍCIOS COMPENSATÓRIOS:			
LEGENDA:	Exclusivamente domiciliar	Indenização	Realoc. individual acesso Rod. / Indeniz. assistida	Realoc. coletiva acesso Rod./ Indeniz. assistida	
	Exclusivamente atividade econômica	Indenização assistida	Realoc. individual ou coletiva/ Indeniz. assist.	Reintegração de posse ou indenização	
	Uso misto	Realocação individual/ Indenização assistida	Realocação coletiva/ Indenização assistida	Indefinida	
	Outro tipo				



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

A partir do contato estabelecido com a população local, observou-se uma forte apreensão e insegurança em relação aos processos de intervenção no território. Os moradores também receiam realocações das famílias e atividades econômicas estabelecidas no bairro, uma vez que tais medidas já ocorreram no passado em função da instalação da linha férrea. Como se teve conhecimento, parte substancial dos residentes são funcionários ou ex-funcionários das mineradoras, prestadores de serviço e caminhoneiros. Devido ao mercado gerado pela mineração, no bairro também há muitas oficinas mecânicas de grande porte, borracharias e transportadoras, atividades que dependem diretamente da Rodovia para o seu sustento.

Constatou-se que um quarto das famílias residentes no território são pobres. Além disso, do total de casos (considerando-se todas as famílias e as atividades econômicas), em um quinto deles verificou-se a alta vulnerabilidade ao empreendimento da Concessionária. A predominância de atividade de subsistência e interdependência comunitária também se enquadram como fatores de sensibilidade do território, exigindo um olhar para o coletivo.

**QUADRO 41. Características gerais do Bairro Pires**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Homogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividade de subsistência	Sim
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	7 (25,9%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	7 (21,2%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

Tomando em consideração as características territoriais, socioeconômicas e de vulnerabilidade das famílias e atividades econômicas pesquisadas, do total de 55 edificações, adota-se a medida de realocação coletiva para 10 casos (18,2%). Nessas situações em que foi verificada a existência de pobreza ou de alta vulnerabilidade ao empreendimento, pode ser implementada, como opção alternativa, a indenização assistida, desde que se garanta a aquisição de um novo imóvel às famílias e atividades econômicas removidas.

Para as outras edificações caracterizadas que não apresentam essas condições, totalizando 22 casos (40%), a medida indenização é a mais apropriada. No entanto, parte dessas indenizações (13 casos) será assistida pela Gestão Social devido a verificação de limitações relativas à aquisição de novo imóvel, como, por exemplo,



quando o responsável pela família ou atividade econômica possui baixa escolaridade. As edificações que serão alvo de reintegração de posse ou indenização somam 4 casos (7,3%). Na ADA do Bairro Pires não foi possível definir as medidas adequadas para 19 edificações que não foram caracterizadas em seus aspectos socioeconômicos (34,5%).

**TABELA 98. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território Pires**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	8	0	1	0	9
Indenização assistida	7	5	1	0	13
Realoc. coletiva / indenização assistida	9	0	1	0	10
Reintegração de posse ou indenização	0	2	0	2	4
Edificações não caracterizadas	11	8	0	0	19
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>55</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Destaca-se, entre as fragilidades identificadas nas residências, o elevado número de crianças e idosos, o que demanda ações relativas ao acesso à educação e saúde, respectivamente. Além disso, 4/5 das famílias residentes no território praticam atividade de subsistência, que responde por parte da economia doméstica. Nesse sentido, a atenção para a reprodução e o desenvolvimento dessas atividades entre as famílias após o seu deslocamento faz-se pertinente.

TABELA 99. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território Pires

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	5	18,5%
Presença de criança	13	48,1%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	1	3,7%
Presença de pessoa com deficiência física	1	3,7%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	22	85,1%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. Econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Bairro Jardim Profeta

O Bairro Jardim Profeta está localizado na entrada da sede do Município de Congonhas e ocupa ambos os sentidos da BR-040. Nas proximidades do trevo de acesso à cidade, no sentido sul da autopista, predominam imóveis residenciais. Essas residências possuem características peculiares e se destacam em termos de vulnerabilidade social porque estão localizadas na Avenida JK e, pelo fato de a avenida estar no mesmo nível do rio, as edificações são frequentemente alagadas. Nesta avenida também se destaca um terreno com cinco residências de uma mesma família. São casas precárias resididas por pessoas de baixa renda, que apresentam relação de dependência comunitária, devido principalmente à fragilidade da saúde do pai e ao elevado número de crianças.





FIGURA 61. Fotografia aérea do Bairro Jardim Profeta



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Por meio do Estudo de Socioeconomia, verificou-se um percentual considerável de famílias pobres no território, totalizando 39,9%. Além disso, mais de um quarto do total de casos (considerando-se todas as famílias e atividades econômicas) apresenta alta vulnerabilidade ao empreendimento da Concessionária. O território também apresenta fortes vínculos familiares e comunitários, o que se revela como um fator de sensibilidade em contexto de remoção.

QUADRO 42. Características gerais do Bairro Jardim Profeta

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	14 (39,9%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	14 (28,0%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

Tomando em consideração as características territoriais, socioeconômicas e de vulnerabilidade das famílias e atividades econômicas pesquisadas no Bairro Jardim Profeta, do total de 77 edificações analisadas, implementa-se a realocação coletiva





em 18 delas (24,7%). Em apenas 1 caso deve-se garantir a conexão com a Rodovia. Nos demais casos em que foi verificada a existência de pobreza ou de vulnerabilidade ao empreendimento, como opção alternativa à realocação, deve-se aplicar a indenização assistida, desde que se garanta a aquisição de um novo imóvel às famílias e atividades econômicas removidas.

Para as outras 31 edificações (40,3%) caracterizadas que não estão nessas condições, a indenização como benefício compensatório é a medida mais adequada. Nos casos em que se verifica alguma limitação que dificulte a concretização da aquisição de novo imóvel, será dada assistência a fim de garantir a efetividade do processo.

A reintegração de posse ou indenização será aplicada a 3 edificações (3,8%) classificadas como *atividade econômica* (instituição pública, comunitária e de grande porte).

Para 24 edificações (31,2%), em sua maioria domiciliares, não foi possível a definição de medidas devido à ausência de caracterização.

**TABELA 100. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Bairro Jardim Profeta**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	7	7	5	0	19
Indenização assistida	8	4	0	0	12
Realoc. coletiva / indenização assistida	15	2	1	0	18
Realoc. Individual acesso Rod./indeniz. assistida	0	1	0	0	1
Reintegração de posse ou indenização	0	3	0	0	3
Edificações não caracterizadas	20	3	1	0	24
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>20</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>77</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

TABELA 101. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Bairro Jardim Profeta

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	8	22,2%
Presença de criança	12	33,3%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	3	8,3%
Presença de pessoa com deficiência física	5	13,9%
Inquilino pobre	4	11,1%
Fam. com atividade de subsistência	17	47,2%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. Econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Dentre as fragilidades mais recorrentes entre os moradores do Bairro Jardim Profeta podemos citar a presença de crianças, idosos e deficientes, observados em parte das residências. Estes números apontam a necessidade de atenção relativa à educação, saúde e assistência psicossocial para os moradores do bairro em seu processo de deslocamento. Outra fragilidade evidente no território são as atividades de subsistência que, praticadas por quase metade das famílias, compõem parte de seu sustento, daí a importância da assistência técnica e extensão rural voltada à adaptação das famílias ao novo contexto ambiental.

## Vila Condé

O Bairro Vila Condé está localizado na altura do Km 613, no Município de Congonhas, sendo o seu território margeado parcialmente pela BR-040. Nesse local, encontram-se variadas atividades econômicas, como borracharia, ferro velho, hotel, restaurante, assim como moradias. Observaram-se casas muito rudimentares, várias delas com rachaduras e próximas a barrancos, ou seja, visivelmente precárias e vulneráveis.



FIGURA 62. Fotografia aérea do Território Vila Condé



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Os resultados do Estudo de Socioeconomia apontaram que mais de um quarto das famílias são pobres no território. Além disso, um quinto do total de casos (considerando-se todas as famílias e as atividades econômicas) apresenta alta vulnerabilidade ao empreendimento da Concessionária. Estes números de pobreza e vulnerabilidade são expressivos no território e fundamentam as medidas de remoção a serem adotadas para as edificações.

QUADRO 43. Características gerais do Território Vila Condé

Vínculo comunitário	Fraco
Contexto socioeconômico	Homogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Não
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	3 (27,3%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	4 (20%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

Observando as características territoriais, socioeconômicas e de vulnerabilidade das famílias e atividades econômicas pesquisadas, do total de 32 edificações analisadas, a medida de realocação coletiva ou individual é adotada para 4 domicílios (12,5%). Nos



casos em que foi verificada a existência de pobreza ou de vulnerabilidade ao empreendimento, a indenização assistida será adotada como opção alternativa à realocação, desde que se garanta a aquisição de um novo imóvel às famílias e atividades econômicas removidas.

Para as outras 16 edificações (50%) caracterizadas que não apresentam situação crítica de vulnerabilidade, aplica-se a medida de indenização. No entanto, parte dessas indenizações (7 casos) será assistida, visto que as edificações apresentam limitações relativas à aquisição de imóveis em contexto de remoção. Já as edificações que serão alvo de reintegração de posse ou indenização, totalizam 3 casos (9,4%) no território.

Em Vila Condé não foi possível definir a medida adequada para 9 edificações (28,1%) em decorrência da ausência de caracterização.

**TABELA 102. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território Vila Condé**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	2	7	0	0	9
Indenização assistida	3	2	2	0	7
Realoc. coletiva ou individual/ indeniz. assist.	4	0	0	0	4
Reintegração de posse ou indenização	0	1	0	2	3
Edificações não caracterizadas	5	3	1	0	9
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>32</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

O trabalho assistencial deve se atentar às fragilidades verificadas nos domicílios e atividades econômicas. Observa-se que foram constatados expressiva quantidade de idosos e crianças nos domicílios caracterizados pelo Estudo de Socioeconomia no território, o que aponta para a sensibilidade em relação à saúde e educação. Notou-se, também, que mais da metade das famílias exercem atividade de subsistência, fato que requer atenção em torno das implicações na economia doméstica dessas famílias em novo contexto ambiental.

TABELA 103. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território Vila Condé

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	4	36,4%
Presença de criança	6	54,5%
Presença de gestante	1	9,0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	1	9,0%
Presença de pessoa com deficiência física	1	9,0%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	6	54,5%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Bairro Joaquim Murtinho e Vila Cardoso

O Bairro Joaquim Murtinho localiza-se na altura do Km 617 e 618, tanto no sentido norte quanto no sentido sul da Rodovia. O bairro possui grande extensão territorial e são observadas as três tipologias de ocupação do território: residências *domiciliares*, de *uso misto* e *comércios*. A ocupação do bairro é antiga e percebe-se forte vínculo afetivo com o território.

FIGURA 63. Fotografia aérea do Território Joaquim Murtinho e Vila Cardoso



<b>LEGENDA</b>	<b>TIPO DE EDIFICAÇÕES:</b>	<b>MEDIDAS DE REMOÇÃO E BENEFÍCIOS COMPENSATÓRIOS:</b>					
	Exclusivamente domiciliar	Indenização	Indenização assistida	Realoc. individual acesso Rod. / Indeniz. assistida	Realoc. coletiva acesso Rod. / Indeniz. assistida	Reintegração de posse ou indenização	Indefinida
	Exclusivamente atividade econômica	Indenização assistida	Realocação individual/ Indenização assistida	Realoc. individual ou coletiva/ Indeniz. assist.	Realocação coletiva/ Indenização assistida		
	Uso misto						
Outro tipo							

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

O quadro do território não se apresenta muito favorável, uma vez que mais da metade das famílias são pobres e, em 42,2% do total de casos, foi verificada a alta vulnerabilidade ao projeto da Concessionária. Além disso, a dependência comunitária também se enquadra como fator de sensibilidade do território, exigindo um olhar mais acurado para o tratamento a ser direcionado aos moradores, com o objetivo de alcançar a manutenção dos seus meios e modos de vida.

**QUADRO 44. Características gerais do Território Joaquim Murinho e Vila Cardoso**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Periurbano
Ordenamento urbano	Não
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	12 (52,2%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	18 (42,9%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

Tomando em consideração as características territoriais, socioeconômicas e de vulnerabilidade das famílias e atividades econômicas pesquisadas, do total de 56 edificações analisadas, aplica-se a medida de realocação para 20 edificações (35,7%). Em dois desses casos será garantido o acesso à rodovia, dado a verificação de dependência da BR040. Excetuando estes casos onde se impõe a necessidade de manter o acesso à rodovia, nos demais a indenização assistida deve ser realizada enquanto medida alternativa, contanto que se garanta a aquisição de um novo imóvel às famílias e atividades econômicas removidas.

Previstas para contextos que não envolvem pobreza ou alta vulnerabilidade, a medidas de indenização é a mais adequada para 22 casos (39,3%), sendo que 10 deles devem ser assistidos, uma vez que possuem limitações que podem implicar em um processo de aquisição de novo imóvel problemático. Já as edificações que são alvo de reintegração de posse ou indenização correspondem a 4 casos (7,1%).



Para 10 edificações (19,9%) no território Joaquim Murtinho e Vila Cardoso não foi possível a definição de medidas devido à ausência de caracterização dos aspectos socioeconômicos.

**TABELA 104. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edif. do Território Joaquim Murt. e Vila Cardoso**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	4	7	1	0	12
Indenização assistida	0	7	3	0	10
Realoc. coletiva / indenização assistida	12	3	3	0	18
Realoc. individual acesso Rod./indeniz. assistida	0	2	0	0	2
Reintegração de posse ou indenização	0	1	0	3	4
Edificações não caracterizadas	4	6	0	0	10
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>26</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>56</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A atenção às fragilidades verificadas nos domicílios e atividades econômicas do território é importante para orientar o tratamento dado às famílias e estabelecimentos econômicos presentes na ADA. Em Joaquim Murtinho e Vila Cardoso verifica-se a substancial presença de idosos e crianças nos domicílios caracterizados pelo Estudo de Socioeconomia, o que requer atenção à assistência nas áreas da saúde e educação. É notório, também, que cerca de 2/3 das famílias praticam atividade de subsistência, o que demanda atenção em torno da assistência técnica e extensão rural voltada para a adaptação das famílias em novo contexto ambiental.

**TABELA 105. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território Joaquim Murtinho e Vila Cardoso**

Fragilidades	Nº de edificações	%
Edificações exclusivamente domiciliares		
Presença de idoso	6	29,1%
Presença de criança	10	43,5%
Presença de gestante	1	4,3%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%



Presença de pessoa com deficiência intelectual	1	4,3%
Presença de pessoa com deficiência física	1	4,3%
Inquilino pobre	1	4,3%
Fam. com atividade de subsistência	15	65,2%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. Econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Vila José Marques

A Vila José Marques está localizada na altura do Km 619 da BR-040, no sentido norte da Rodovia. No local existe uma comunidade antiga e extremamente coesa, em decorrência dos fortes laços afetivos, vínculos territoriais e mobilização comunitária intensa. Na composição social do bairro, predominam antigos moradores, que ali vivem com seus descendentes há mais de 50 anos. Há também moradores recentes, que chegaram ao local devido às oportunidades oferecidas pelas empresas da região.

FIGURA 64. Fotografia aérea do Território Vila José Marques



<b>LEGENDA:</b>	Exclusivamente domiciliar	Indenização	Realoc. individual acesso Rod. / Indeniz. assistida	Realoc. coletiva acesso Rod. / Indeniz. assistida
	Exclusivamente atividade econômica	Indenização assistida	Realoc. individual ou coletiva/ Indeniz. assist.	Reintegração de posse ou indenização
	Uso misto	Realocação individual/ Indenização assistida	Realocação coletiva/ Indenização assistida	Indefinida
	Outro tipo			

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Os resultados do Estudo de Socioeconomia apontaram que 42,1% das famílias são pobres no território. Além disso, do total de casos (considerando-se todas as famílias





e as atividades econômicas), em 45% verifica-se alta vulnerabilidade ao empreendimento da Concessionária. A esses preocupantes números de pobreza e vulnerabilidade, soma-se a dependência comunitária entre os moradores, o que demanda atenção, já que é uma característica que interfere diretamente nos meios e modos de vida das famílias.

#### QUADRO 45. Características gerais do Território Vila José Marques

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Periurbana
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividade de subsistência	Sim
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	16 (42,1%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	18 (45%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

Observando as características territoriais, socioeconômicas e de vulnerabilidade das famílias e atividades econômicas pesquisadas, do total de 68 edificações analisadas, aplica-se a medida de realocação para 23 edificações (33,8%). Nesses casos, enquanto medida alternativa à realocação, a indenização assistida deve ser aplicada, desde que se garanta a aquisição de um novo imóvel às famílias e atividades econômicas removidas.

Para as 17 edificações (25%) caracterizadas que se encontram em situação de pobreza ou vulnerabilidade a medidas de indenização é indicada. No entanto, parte dessas indenizações (9 casos) deverá ser assistida, dada a existência de limitações que podem implicar em um processo de transação imobiliária problemático.

As edificações cuja a medida aplicada é a reintegração de posse ou indenização totalizam 6 casos (8,8%). Em 22 casos (32,4%) não foi possível a definição de medidas em decorrência da ausência de caracterização.

**TABELA 106. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações da Vila José Marques**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	6	1	1	0	8
Indenização assistida	8	0	1	0	9
Realoc. coletiva / indenização assistida	20	1	2	0	23

Reintegração de posse ou indenização	0	1	0	5	6
Edificações não caracterizadas	18	2	2	0	22
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>68</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Na ADA da Vila José Marques constata-se a presença significativa de idosos e crianças nos domicílios caracterizados pelo Estudo de Socioeconomia, que carecem de assistência relativas à promoção da saúde e educação. Parte substancial das famílias do território exercem atividade de subsistência, dado que explicita a importância da assistência técnica e extensão rural orientada para a adaptação das famílias ao novo contexto ambiental.

**TABELA 107. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território Vila José Marques**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	8	21,0%
Presença de criança	18	47,4%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	4	10,5%
Presença de pessoa com deficiência física	4	10,5%
Inquilino pobre	4	10,5%
Fam. com atividade de subsistência	25	65,8%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. Econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	1	16,7%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Vila Santa Mônica

A Vila Santa Mônica está localizada na altura do Km 610 da BR-040 e se estende por aproximadamente 1km às margens dela.



FIGURA 65. Fotografia aérea do Território Vila Santa Mônica



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Os resultados do Estudo de Socioeconomia apontaram 1/4 das famílias são pobres no território. Além disso, em 1/4 do total de casos (considerando-se todas as famílias e as atividades econômicas) verifica-se a alta vulnerabilidade ao empreendimento da Concessionária. Estes números de pobreza e vulnerabilidade no território são expressivos e constituem a fundamentação de medidas de realocação no território que integra a Vila Santa Mônica.

QUADRO 46. Características gerais do Território Vila Santa Mônica

Vínculo comunitário	Fraco
Contexto socioeconômico	Homogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	1 (11,1%)
Famílias pobres	3 (25%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	4 (25%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)



Observando as características territoriais, socioeconômicas e de vulnerabilidade das famílias e atividades econômicas pesquisadas, do total de 33 edificações analisadas, a realocação é adotada como medida para 5 delas (15,2%). Excetuando o único caso onde se garantirá o acesso à Rodovia, a indenização assistida é adotada como opção alternativa à realocação, contanto que se garanta a aquisição de um novo imóvel às famílias e atividades econômicas removidas.

Para as 11 edificações caracterizadas que não apresentam essa criticidade (33,3%), aplica-se a indenização. No entanto, em 2 casos a indenização será assistida, dada a verificação de debilidades que podem dificultar a família ou estabelecimento econômico a adquirir um novo imóvel. A reintegração de posse ou indenização serão implementadas em 5 edificações (16,7%) classificadas como *outro tipo* ou *atividade econômica* (instituições públicas, comunitárias e de grande porte). Na ADA da Vila Santa Mônica 12 casos (33,3%) encontram-se sem caracterização e, portanto, sem medida definida.

**TABELA 108. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações da Vila Santa Mônica**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	7	2	0	0	9
Indenização assistida	0	0	2	0	2
Realoc. coletiva ou individual / indeniz. assist.	0	2	2	0	4
Realoc. individual acesso Rod./indeniz. assistida	0	0	1	0	1
Reintegração de posse ou indenização	0	2	0	3	5
Edificações não caracterizadas	9	3	0	0	12
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>33</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Nos domicílios do território da Vila Santa Mônica, destaca-se a presença de crianças e idosos, que demandam assistência e acesso à educação e saúde. A presença de pessoas com deficiência requer interlocução junto aos equipamentos públicos, notadamente aqueles relacionados à área de saúde e assistência social. Algumas famílias exercem, no território, atividades de subsistência que contribui para a economia doméstica e, portanto, carecem de apoio quanto à adaptação ao novo contexto ambiental.

TABELA 109. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território Vila Santa Mônica

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	3	25%
Presença de criança	5	41,7%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	2	16,7%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	3	25%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	2	22,2%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0,0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

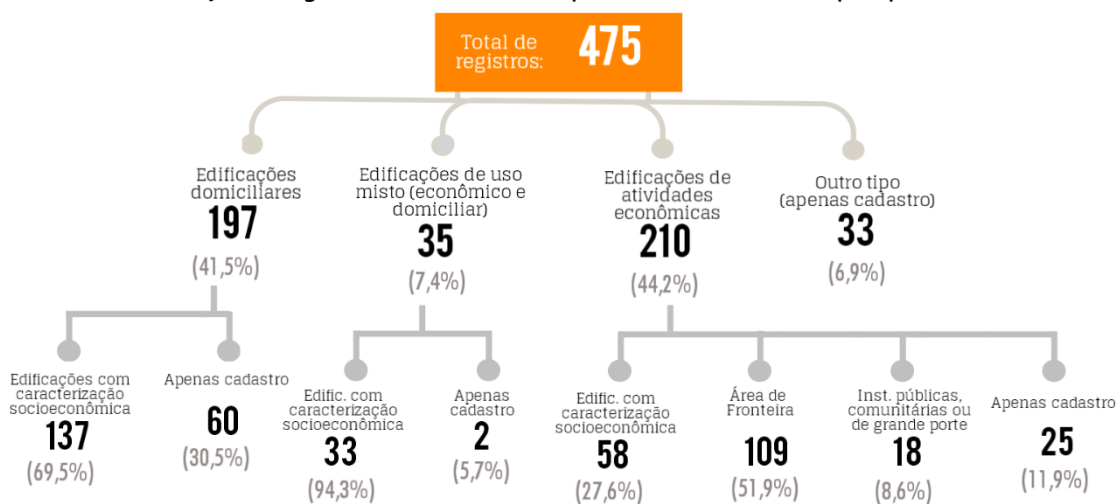


# CONSELHEIRO LAFAIETE (MG)

O Município de Conselheiro Lafaiete tem 125.421 habitantes (IBGE, 2015), 95% deles concentrados na zona urbana. O trecho da BR-040 que transpassa o município possui aproximadamente 21km de extensão, entre os Km 622 e 643. A Área Diretamente Afetada (ADA) passa pela sede do município, onde é muito adensada por edificações, principalmente atividades econômicas e residências. Na área fora do trecho urbanizado, há algumas indústrias, pontos de comércio, algumas residências e uma praça de pedágio recentemente implantada. Foram identificados cinco Territórios de Atenção na ADA em Conselheiro Lafaiete, são eles os bairros Gagé, Barreira, São Sebastião, e as regiões de Areal e Santa Rosa, e de Santa Matilde e Paulo IV. Nesses trechos as atividades econômicas apresentam um alto grau de dependência da BR-040. A região é também marcada por históricos de conflitos entre a população e os administradores da via.

Apesar de estar prevista a construção de um contorno rodoviário no município, em função da indefinição do traçado, optou-se por realizar o cadastramento em toda a extensão da Rodovia no trecho que intercepta a cidade de Conselheiro Lafaiete.

FIGURA 66. Distribuição dos registros realizados no Município de Conselheiro Lafaiete por tipo



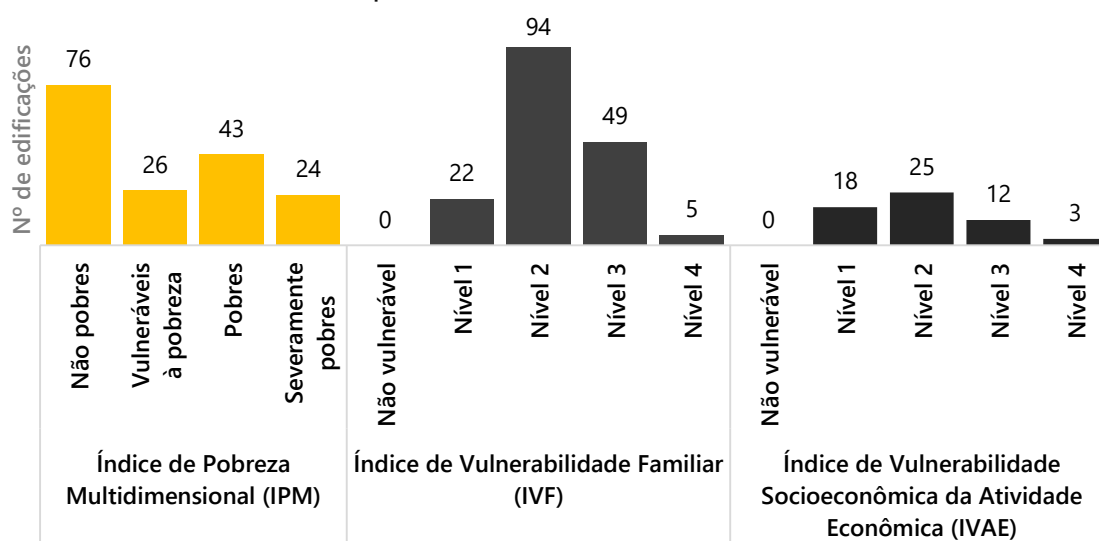
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

Na ADA de Conselheiro Lafaiete foram registradas 475 edificações, sendo que 231 estão na área determinada como faixa de domínio da Rodovia e 244 se encontram na fronteira desta faixa. Do total das edificações, prevalecem as *atividades econômicas*, 44,2% (210), seguidas dos *domicílios*, com o percentual de 41,4% (197). As edificações identificadas como de *uso misto* somaram 7,3% (35) e as consideradas de *outro tipo* foram 6,9% (33).



O Índice de Pobreza Multidisciplinar (IPM) na ADA do município classificou em pobres ou severamente pobres 39,6% (67) dos domicílios. Acerca da vulnerabilidade, 31,7% (54) apresentam uma alta vulnerabilidade ao empreendimento. Já o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da Atividade Econômica (IVAE) considerou que 31,2% (15) das atividades econômicas possuem alta vulnerabilidade, porém é importante enfatizar que o grau de dependência das atividades comerciais e industriais em relação à Rodovia é muito alto, uma vez que a BR-040 possibilita a comercialização e o escoamento das mercadorias. Portanto, qualquer modificação na estrutura da via pode impactar diretamente o rendimento dessas atividades econômicas.

**GRÁFICO 28. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Conselheiro Lafaiete**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Para as edificações mais vulneráveis e consideradas pobres ou severamente pobres, a medida adotada será a realocação. Nos locais onde foram identificados laços ou relações de dependência comunitária, a realocação será tratada de forma coletiva. Ressalta-se que a indenização assistida poderá ser uma alternativa a essas medidas, garantindo o restabelecimento das pessoas atingidas no novo local.

A indenização como benefício compensatório será a medida aplicada para 130 edificações, que não estão em condição de pobreza e de vulnerabilidade. Em 50 edificações há situações que podem dificultar a busca autônoma por um novo imóvel, como a predominância de idosos e famílias monoparentais. Nesses casos a indenização será acompanhada até a aquisição de um novo imóvel. A reintegração de posse ou indenização será realizada 51 dos casos, entre atividades econômicas e edificações de outro tipo.



**TABELA 47. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Conselheiro Lafaiete**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	44	24	12	0	80
Indenização assistida	30	17	3	0	50
Realocação coletiva/ indeniz. assistida	51	7	13	0	71
Realoc. coletiva ou individual/indeniz. assist.	4	1	0	0	5
Realoc. Individual acesso Rod./indeniz. assistida	0	2	1	0	3
Realocação individual/ indeniz. assistida	8	5	4	0	17
Reintegração de posse ou indenização	0	18	0	33	51
Edificações não caracterizadas	60	136	2	0	198
<b>Total</b>	<b>197</b>	<b>210</b>	<b>35</b>	<b>33</b>	<b>475</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

O trabalho de Gestão Social dará assistência às famílias e atividades econômicas com presença de alguma das fragilidades que constam na tabela abaixo. A existência de atividade de subsistência, de idosos ou de crianças forma a fragilidade mais encontrada nas edificações caracterizadas. A equipe da Gestão Social espera contar com o apoio dos equipamentos públicos existentes no município para que todas as situações de fragilidade sejam assistidas de maneira que a condição de vida das pessoas não piore.

**TABELA 110. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Conselheiro Lafaiete**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	49	28,8%
Presença de criança	58	34,1%
Presença de gestante	5	2,9%
Presença de pessoa com doença crônica	1	0,6%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	8	4,7%
Presença de pessoa com deficiência física	8	4,7%
Inquilino pobre	8	4,7%
Fam. com atividade de subsistência	82	48,8%



Edificações de atividades econômicas		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	3	3,3%
Todas as edificações		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

**TABELA 111. Equipamentos públicos disponíveis em Conselheiro Lafaiete**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	7
Pronto Socorro	1
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	38
Equipamento básico de saúde	0
Hospital geral	4
Escolas de educação básica	56
Nº de CRAS	4
EMATER	1

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO

**FIGURA 67. Territórios de Atenção no Município de Conselheiro Lafaiete**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2015)

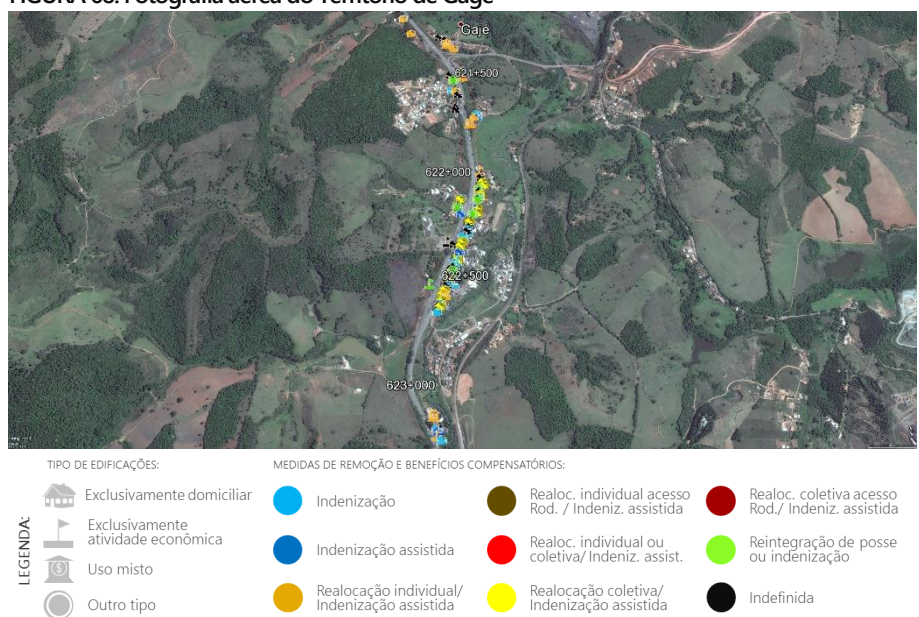
### Gagé

Localizado entre os Km 621 e 623,5, o Bairro Gagé encontra-se a, aproximadamente, 5km da sede municipal. Distribuídas nos dois sentidos da BR-040, as edificações se



concentram, sobretudo, no lado norte. A ADA impactada é, portanto, identificada nos dois sentidos e caracterizada por retalhos de aglomerações predominantemente residenciais que conformam áreas localmente delimitadas, como uma espécie de pequenos bairros dentro de um. A região de estudo é predominantemente residencial, tendo a rodovia separado os domicílios dos locais de prestação de serviços públicos essenciais, como saúde e educação, que estão localizados no sentido sul.

**FIGURA 68. Fotografia aérea do Território de Gagé**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth

O Estudo de Socioeconomia, portanto, apresenta a ADA cuja dinâmica socioeconômica prevalente é caracterizada por fortes vínculos comunitários, em contexto socioeconômico heterogêneo, em que as atividades de subsistência são predominantes. Das condições socioeconômicas e de vulnerabilidade em relação ao empreendimento, 54,5% das famílias foram classificadas como pobres e 52,6% destas unidades familiares e atividades econômicas foram considerados altamente vulneráveis ao empreendimento.

**QUADRO 48. Características gerais do Território de Gagé**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Periurbano
Ordenamento urbano	Não
Predominância de atividades de subsistência	Sim



% de atividade econômica tradicional	9%
Famílias pobres	54,5%
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	52,6%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Fundamentado na análise sobre as condições socioeconômicas e de vulnerabilidade a nível das edificações e nas características territoriais de Gagé, 23 domicílios (37%) serão alvo de realocação coletiva, a fim de assegurar que esta população em situação de pobreza e vulnerabilidade mantenha as relações vicinais estabelecidas. Caso haja medidas equivalentes no que tange à garantia de nova habitação, cabe a adoção da indenização assistida.

Para 10 edificações em que não se registram pobreza e alta vulnerabilidade, a medida aplicada será a indenização enquanto compensação por perdas e danos em decorrência do deslocamento. Em 5 casos de semelhante situação socioeconômica e de vulnerabilidade em relação ao empreendimento, mas que se observam possíveis restrições na aquisição de um novo imóvel, a medida aplicada será a indenização assistida a fim de facilitar a operação de compra. Em 6 casos, em que se trata de instituições públicas ou de grande porte ou edificações classificadas como de *outro tipo*, cabe aplicação da medida de reintegração de posse ou indenização, a depender dos aspectos socioeconômicos que definem o uso das edificações.

**TABELA 49. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Gagé**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	5	3	2	0	10
Indenização assistida	4	1	0	0	5
Realocação coletiva/ indenização assistida	18	1	4	0	23
Reintegração de posse ou indenização	0	0	0	6	6
Edificações não caracterizadas	15	3	0	0	18
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>62</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Em Gagé, as situações de fragilidade com maior representatividade são as atividades de subsistência, presentes em 69,8% dos domicílios. Para esses casos, será dada atenção à readaptação e readequação ao novo contexto habitacional. Ainda no âmbito dos domicílios, as presenças de criança e idoso também se apresentam como uma fragilidade marcante no



território, caberá à equipe da Gestão Social dar a assistência necessária, preferencialmente em articulação com o poder público local.

**TABELA 112. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território de Gagé**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	10	30,3
Presença de criança	10	30,3
Presença de gestante	0	0
Presença de pessoa com doença crônica	0	0
Presença de pessoa com deficiência intelectual	3	9,1
Presença de pessoa com deficiência física	1	3
Inquilino pobre	1	3
Fam. com atividade de subsistência	23	69,8
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	5	4,4
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0

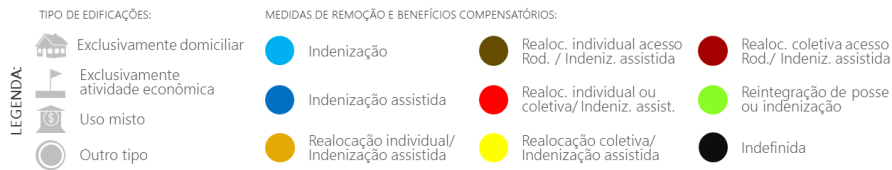
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Bairro Barreira

Barreira é um bairro que está localizado no Km 627 da BR-040 em Conselheiro Lafaiete. As edificações da Área Diretamente Afetada (ADA) estão distribuídas em ambas as margens da Rodovia, sendo a maior parte delas composta por atividades econômicas. Prevaecem as atividades voltadas à prestação de serviços relacionados a automóveis, como postos de gasolina, borracharias, oficinas, transportadoras e concessionárias.

**FIGURA 69. Fotografia aérea do Bairro Barreira**





Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) aferiu que 55,6% das famílias residentes na ADA de Barreiras são pobres ou severamente pobres, enquanto as famílias ou atividades econômicas que apresentaram alta vulnerabilidade ao empreendimento e suas consequências foi calculado em 25%.

**QUADRO 50. Características gerais do Bairro Barreira**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Urbana
Ordenamento urbano	Sim
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	5 (55,6%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	8 (25%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Com base nas condições de pobreza e vulnerabilidade das edificações caracterizadas, a realocação será aplicada a 10 edificações que estão em piores condições, por ser a medida mais protetiva. A indenização assistida poderá ser uma medida alternativa para esses casos, quando for garantida a aquisição de um novo imóvel.

Para a população da ADA em melhores condições socioeconômicas, a medida tomada será a indenização, 22 edificações se encontram nessa situação. Devido à presença na família ou atividade econômica de situações que dificultam a busca por um novo imóvel, a indenização será assistida pela equipe de Gestão Social. A reintegração de posse será aplicada a 4 casos.

**TABELA 113. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Bairro Barreira**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	1	12	1	0	14
Indenização assistida	1	7	0	0	8
Realoc. coletiva/indeniz. assistida	4	2	1	0	7



Realoc. individual acesso Rod/ Indeniz. assist.	0	1	1	0	2
Realoc. individual/indeniz. assist.	0	1	0	0	1
Reintegração de posse ou indenização	0	3	0	1	4
Edificações não caracterizadas	5	24	0	0	29
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>50</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>65</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As fragilidades presentes nas edificações do território Barreira demandam o desenho e implementação de ações transversais por parte da Gestão Social da Via 040. A presença de idosos é a fragilidade mais recorrente entre os domicílios, em um terço dos casos. É necessário que todas as famílias que apresentam algum tipo de fragilidade tenham acesso aos serviços públicos presentes nos municípios. A equipe de Gestão Social da Via 040 conta com o apoio dos equipamentos disponíveis para que isso aconteça.

**TABELA 114. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Bairro Barreira**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	6	66.7%
Presença de criança	2	22.2%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	1	11.1%
Presença de pessoa com deficiência física	0	0%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	2	22.2%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	1	3.8%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

## Bairros Areal e Santa Rosa

Os bairros de Areal e Santa Rosa estão situados dentro da mancha urbana da sede municipal de Conselheiro Lafaiete. As edificações estão em ambas as margens da BR-





040, entre os Km 629 e 631, com o predomínio de domicílios de baixa renda e atividades econômicas. A BR-040 não é o principal acesso a Areal e Santa Rosa, mas as atividades econômicas dessa ADA são diretamente dependentes do fluxo da Rodovia, e geralmente vinculadas aos domicílios vizinhos a eles.

**FIGURA 70. Fotografia aérea dos Bairros Areal e Santa Rosa**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

O Estudo de Socioeconomia identificou um contexto socioeconômico heterogêneo na ADA do Bairro Areal e Santa Rosa, devido à condição de pobreza e de vulnerabilidade não ser predominante entre as edificações caracterizadas. Apesar disso, o vínculo comunitário é uma característica marcante no território.

**QUADRO 51. Características gerais dos Bairros Areal e Santa Rosa**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	25 (33.3%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	19 (22.3%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Com base nesse contexto, a realocação coletiva será a medida adotada às edificações pobres ou vulneráveis (30 casos) com o intuito de manter os vínculos vicinais. Nos outros casos, onde não há presença de pobreza e vulnerabilidade, a



medida adotada será a indenização. Para os 22 domicílios e atividades econômicas que possuem alguma situação que possa dificultar a busca autônoma de um novo imóvel, a equipe da Gestão Social dará o suporte necessário.

**TABELA 115. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações dos Bairros Areal e Santa Rosa**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	19	4	6	0	29
Indenização assistida	17	2	3	0	22
Realoc. coletiva/indeniz. assistida	26	2	2	0	30
Realoc. individual /indeniz. assistida	0	0	2	0	2
Reintegração de posse	0	3	0	6	9
Edificações não caracterizadas	25	7	1	0	33
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>18</b>	<b>14</b>	<b>6</b>	<b>125</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As crianças e os idosos são os grupos vulneráveis mais representativos no território de atenção, os quais devem receber um acompanhamento psicossocial em todas as etapas de realocação das famílias. Desta forma, é necessário garantir o acesso e permanência escolar para todas as crianças. Os idosos e deficientes físicos devem ser realocados a unidades habitacionais apropriadas às suas limitações. Outra fragilidade recorrente é a atividade de subsistência, presente em 44% dos domicílios. Para que isso ocorra, a equipe da Gestão Social da Via 040 dará a devida assistência, que contará com o apoio dos serviços públicos disponíveis no município.

**TABELA 116. Fragilidades das famílias e atividades econômicas dos Bairros Areal e Santa Rosa**

Fragilidades	Nº de edificações	%
Edificações exclusivamente domiciliares		
Presença de idoso	24	32%
Presença de criança	24	32%
Presença de gestante	2	2.7%
Presença de pessoa com doença crônica	1	1.3%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	3	4%
Presença de pessoa com deficiência física	2	2.7%



Inquilino pobre	4	5.3%
Fam. com atividade de subsistência	33	44%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0.0%
<b>Todas as Edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0.0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Bairro São Sebastião

São Sebastião é um bairro localizado na sede urbana de Conselheiro Lafaiete, na altura do Km 631 da BR-040, ocupando a ADA de seu sentido norte. Apesar da Rodovia cortar o bairro, não existe uma ligação física direta entre os dois, pois o principal acesso a São Sebastião se dá por outras ruas. O Estudo de Socioeconomia evidenciou uma proporção muito igualitária entre domicílios e atividades econômicas.

FIGURA 71. Fotografia aérea do Bairro São Sebastião



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Das famílias da ADA, 23,5% foram consideradas pobres ou severamente pobres. As famílias e atividades econômicas classificadas como altamente vulneráveis correspondem a 17,9% das edificações.

### QUADRO 52. Características gerais do Bairro São Sebastião

Vínculo comunitário	Fraco
---------------------	-------



Contexto socioeconômico	Homogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	4 (23.5%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	5 (17.9%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Com base nas condições socioeconômicas dos domicílios e das atividades econômicas e das características gerais do Território de Atenção, o benefício compensatório mais adotado será a indenização, devido à ausência de pobreza e vulnerabilidade em 20 edificações. Em 6 delas, a indenização será acompanhada pela equipe de Gestão Social da Via 040, que auxiliará na compra do novo imóvel. Já as edificações em condição de pobreza ou vulnerabilidade serão realocadas. Ao todo, essa medida será aplicada a 8 edificações. Para esses casos, a indenização assistida poderá ser uma alternativa, desde que garantida a aquisição de um novo imóvel.

**TABELA 117. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Bairro São Sebastião**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	9	3	2	0	14
Indenização assistida	2	4	0	0	6
Realoc. coletiva ou individual/indeniz. assistida	4	1	0	0	5
Realoc. individual com acesso à Rodovia	0	1	0	0	1
Realoc. individual/indeniz.	0	2	0	0	2
Reintegração de posse ou indenização	0	0	0	5	5
Edificações não caracterizadas	5	12	0	0	17
Total	20	23	2	5	50

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

TABELA 118. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Bairro São Sebastião

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	14	82,3%
Presença de criança	8	47,1%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	2	11,8%
Inquilino pobre	2	11,8%
Fam. com atividade de subsistência	6	37,5%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A presença de idosos nos domicílios é muito frequente no território, em 82,3% dos domicílios há pelo menos uma pessoa com mais de 60 anos. Outras fragilidades recorrentes são a presença de criança, na metade dos domicílios, e de atividade de subsistência, em 37,5% das residências. A equipe da Gestão Social dará assistência necessária principalmente a esses casos, promovendo o acesso das famílias aos serviços públicos prestados pelos equipamentos de assistência disponíveis no município.

## Bairros Santa Matilde e Paulo IV

Este Território de Atenção é composto por dois bairros situados às margens do Km 633 da BR-040, em Conselheiro Lafaiete. O Bairro Santa Matilde está na margem norte da Rodovia, onde são mais comuns as casas de baixa renda ocupando a ADA. Na margem sul da rodovia está localizado o Bairro Paulo IV, área com poucas edificações, onde predomina extensa área verde.



FIGURA 72. Fotografia aérea dos Bairros Santa Matilde e Paulo IV



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Santa Matilde apresenta uma ocupação antiga. A área foi adquirida pelo exército e depois loteada para a formação de um conjunto habitacional, que, com o tempo, cresceu desordenadamente, e ainda hoje muitos moradores não possuem a titulação de seus terrenos. É comum encontrarmos no bairro habitações multifamiliares, e isso explica os laços comunitários muito fortemente estabelecidos. Em Paulo IV, a ADA apresenta muitas plantações e criações de animais, além da instalação de uma área de lazer.

QUADRO 53. Características gerais dos Bairros Santa Matilde e Paulo IV

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim
% de atividade econômica tradicional	0 (0.0%)
Famílias pobres	7 (50%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	5 (31.2%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As famílias consideradas pobres ou severamente pobres são 50% daquelas que foram caracterizadas pelo estudo socioeconômico, e 31,2% das famílias e atividades econômicas da área são altamente vulneráveis ao empreendimento. Os vínculos



comunitários identificados merecem atenção, pois demonstram um fator de sensibilidade que exige soluções mais coletivas àquelas famílias.

Com base na condição socioeconômica das edificações caracterizadas e nas características do território, a realocação coletiva será a medida aplicada às famílias e atividades econômicas em situação de pobreza e vulnerabilidade, com intuito de preservar os laços comunitários construídos na vizinhança. A indenização assistida poderá ser uma alternativa desde que essas pessoas removidas tenham a garantia do restabelecimento em um novo imóvel.

As edificações onde não há pobreza e vulnerabilidade serão indenizadas. Metade desses casos, em que foi encontrada alguma situação que possa dificultar a busca de um novo imóvel, como famílias monoparentais e predominâncias de idosos na composição familiar, a indenização será assistida.

**TABELA 119. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações dos Bairros Santa Matilde e Paulo IV**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	3	1	0	0	4
Indenização assistida	4	0	0	0	4
Realoc. coletiva/indeniz. assistida	3	1	4	0	8
Reintegração de posse ou indenização	0	0	0	2	2
Edificações não caracterizadas	3	1	0	0	4
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>22</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

De acordo com o Estudo de Socioeconomia, a presença de crianças, idosos e deficientes físicos são frequentes nos domicílios caracterizados. Mostra-se então necessárias ações que garantam o acesso à educação, equipamentos de saúde e assistência social. Outra fragilidade recorrente nos domicílios é o desenvolvimento de atividade de subsistência. A equipe de Gestão Social da Via 040 espera contar com o apoio dos serviços públicos municipais para que seu trabalho de assistência possa ser realizado.

**TABELA 120. Fragilidades das famílias e atividades econômicas dos Bairros Santa Matilde e Paulo IV**

Fragilidades	Nº de edificações	%
Edificações exclusivamente domiciliares		
Presença de idoso	4	28,6%

Presença de criança	3	21,4%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	2	12%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	7	50%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

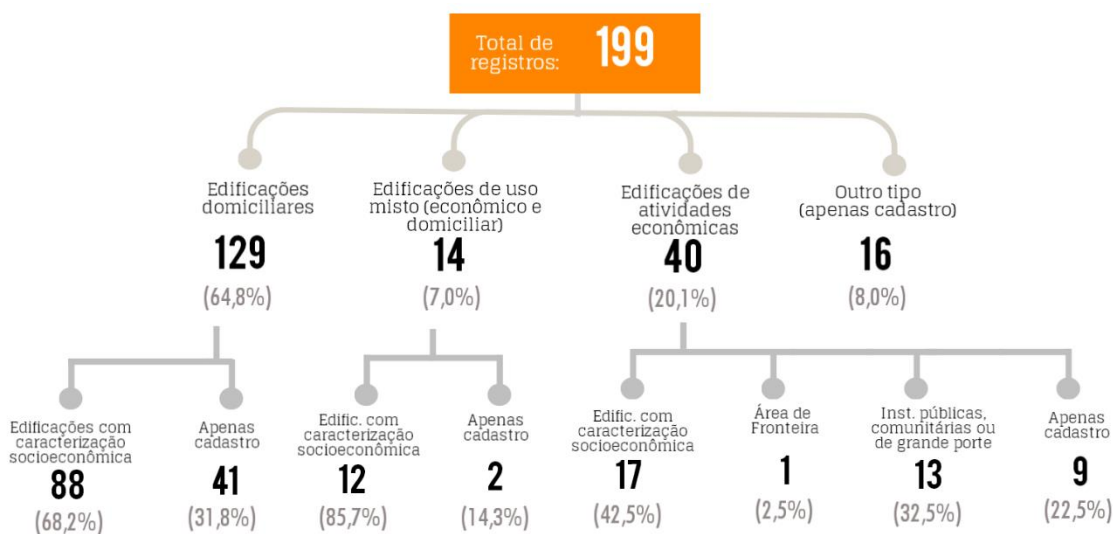
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## CRISTIANO OTONI (MG)

A população estimada de Cristiano Ottoni é de 5.204 habitantes (IBGE, 2015), e 83% dela é residente da zona urbana. São 12km de trajeto da Rodovia naquele município, ladeados majoritariamente por pastagens, pequenas e médias propriedades rurais e plantações de eucalipto. À medida que a sede do município se aproxima, a ocupação urbana vai ficando mais evidente nas duas margens da Rodovia, e as edificações vão se adensando, sobretudo, em três bairros: Pinheiros, Centro e Vila Zille. A sede municipal encontra-se espacialmente dividida pela BR-040. O centro da cidade e o centro histórico, os principais aparelhos públicos e administrativos e as igrejas católicas, Matriz de Santo Antônio e Capelinha de Nossa Senhora da Guia, estão localizados na margem norte da Rodovia. Na margem sul estão localizados o cemitério municipal e o Bairro Pinheiros, onde está concentrada a maior parcela da população do município.



FIGURA 73. Distribuição dos registros realizados no Município de Cristiano Ottoni por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2015)

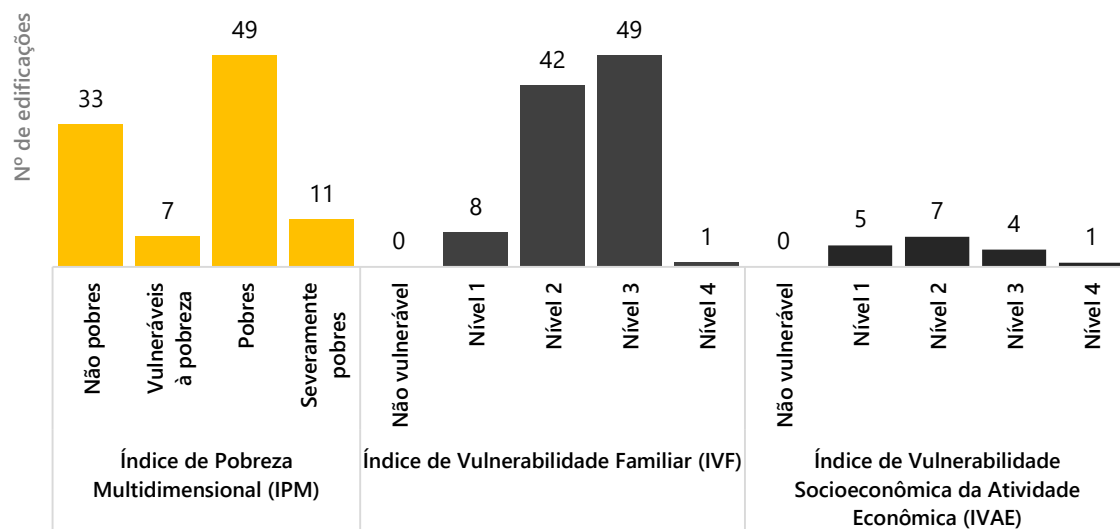
Foram cadastradas 199 edificações na Área Diretamente Afetada (ADA) pela Rodovia no município, sendo 129 (64,8%) *domicílios*, 40 (20,1%) *atividades econômicas*, 14 (7%) *uso misto* e 16 (8%) classificados como *outros*.

No cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), as famílias consideradas pobres ou severamente pobres somam juntas 60% dos casos (60 edificações) caracterizados, dado que explicita que a situação de pobreza é predominante na ADA de Cristiano Ottoni. As famílias com baixa ou alta vulnerabilidade ao empreendimento da Via 040 se equilibram, somando 50% da amostra (50 edificações) cada uma. No âmbito das atividades econômicas, os resultados da aplicação do IVAE apresentam uma situação menos preocupante, em termos comparativos, visto que a presença de estabelecimentos que são classificados nos níveis 3 e 4 de vulnerabilidade é minoritária, correspondendo à 29,4% (5 edificações) dos casos.





GRÁFICO 29. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Cristiano Otoni



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Para definir as medidas de remoção e os benefícios compensatórios foi levada em consideração as condições socioeconômicas, as relações comunitárias e a dependência que as famílias e estabelecimentos guardam com a Rodovia. Em relação à parte da população que se encontra em situação de pobreza ou alta vulnerabilidade, no intuito de manter os vínculos comunitários historicamente estabelecidos entre parte substancial da população da ADA de Cristiano Otoni, a realocação coletiva será a medida tomada para 66 casos (33,2%). Devido à ausência de vínculos comunitários acentuados, a realocação individual será feita para 16 edificações (8%). Em dois destes casos a medida de realocação será acompanhada do acesso à Rodovia, devido a identificação de dependência. Para todos esses registros a indenização assistida pode ser adotada, contanto que seja aplicada garantindo, em termos de valores monetários, a aquisição de novo imóvel.

A indenização como compensação por perdas será a solução para 46 imóveis (23,1%), sendo a indenização assistida aplicada aos casos onde há debilidades que implicam em dificuldades ou impossibilidades das famílias ou estabelecimentos econômicos na efetuação da compra de novo imóvel. A reintegração de posse ou indenização será efetuada para 14% (29) das edificações. As decisões em torno dessa medida devem levar em conta as condições socioeconômicas dos proprietários, assim como a natureza do uso da edificação.

TABELA 54. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Cristiano Otoni

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	18	8	4	0	30





Indenização assistida	11	3	2	0	16
Realocação coletiva/ indenização assistida	59	3	4	0	66
Realoc. individual acesso à Rod. Indeniz. assist.	0	2	1	0	3
Realocação individual/ Indenização assistida	0	0	1	0	1
Reintegração de posse ou indenização	0	13	0	16	29
Edificações não caracterizadas	41	11	2	0	54
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>40</b>	<b>14</b>	<b>16</b>	<b>199</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

No sentido de conhecer melhor o perfil daquela população atingida, o Estudo de Socioeconomia elencou também as fragilidades das famílias, para que possa ser assegurada a manutenção ou melhoria da qualidade de vida daquelas pessoas. Em Cristiano Otoni essas fragilidades mostraram-se muito frequentes, principalmente a presença de idosos e crianças nas famílias, com os percentuais de 38% (38) e 37% (37) respectivamente, e são, deste modo, os membros que mais necessitam de apoio durante todo o processo de realocação. Diante desse cenário, a saúde, a assistência social e a educação devem ser fatores primordiais de preocupação perante as famílias residentes na área diretamente afetada de Cristiano Otoni.

Atividades que garantem a subsistência dos núcleos familiares são exercidas em 63% dos domicílios, evidenciando a importância de atividades como plantio e criação de animais para os moradores da área. As atividades associadas ao uso da terra e aos recursos naturais somam 20,7% das atividades econômicas em desenvolvimento naquele trecho. A essas famílias e atividades econômicas faz-se necessário o auxílio, principalmente através de assistência técnica e extensão rural.

**TABELA 121. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Cristiano Otoni**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	38	38%
Presença de criança	37	37%
Presença de gestante	2	2%
Presença de pessoa com doença crônica	2	2%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	5	5%
Presença de pessoa com deficiência física	5	5%
Inquilino pobre	4	4%
Fam. com atividade de subsistência	63	63%

Edificações de atividades econômicas		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	6	20,7%
Todas as edificações		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A estrutura de proteção social existente no município poderá servir de suporte para a comunidade, juntamente com ações de assistência oferecidas pela própria Concessionária. Os equipamentos públicos disponíveis em Cristiano Otoni podem ser visualizados na tabela que se segue.

**TABELA 122. Equipamentos públicos disponíveis em Cristiano Otoni**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	2
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	1
Equipamento básico de saúde	0
Hospital geral	0
Escolas de educação básica	6
Nº de CRAS	1
EMATER	1

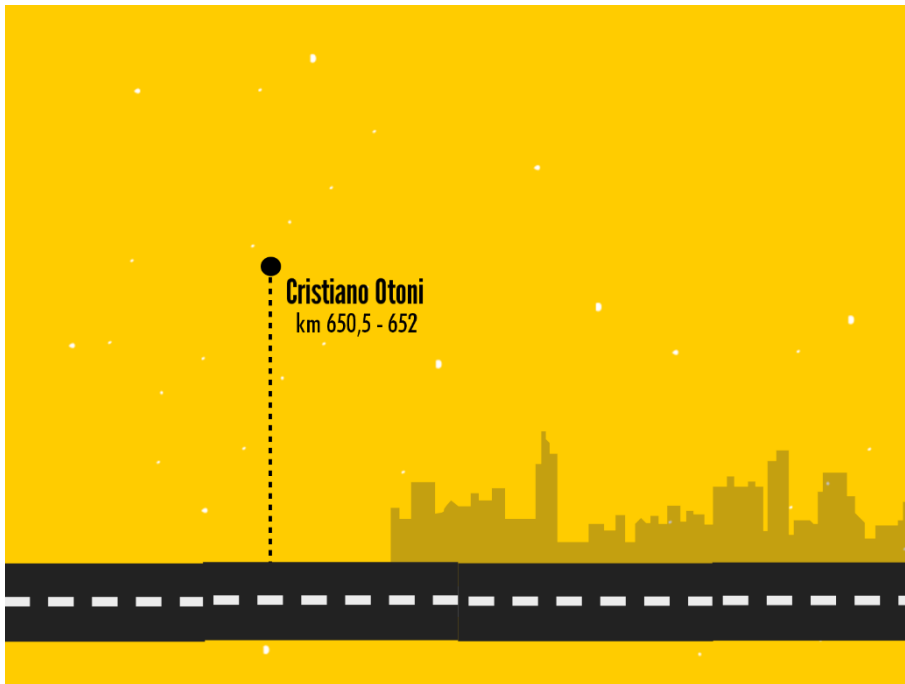
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## | TERRITÓRIO DE ATENÇÃO

Toda a ADA do município de Cristiano Otoni foi considerada como um Território de Atenção, uma vez que o território não apresenta características distintas.

**FIGURA 74. Território de Atenção no Município de Cristiano Otoni**





Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Cristiano Ottoni

O Município de Cristiano Ottoni apresenta expressiva dependência de seu principal vizinho, a cidade de Conselheiro Lafaiete. Essa dependência, além de econômica, é também judicial, pois o município é subordinado judicialmente à comarca de Conselheiro Lafaiete. De acordo com os levantamentos realizados em campo, uma parcela significativa da população trabalha em Conselheiro Lafaiete. Além do trabalho, há a necessidade de acesso a bens materiais e serviços fundamentais que não são oferecidos na localidade, como hospitais e instituições de ensino superior e técnico. Estes elementos contribuem para o deslocamento intenso de pessoas entre as duas cidades.



FIGURA 75. Fotografia aérea do Território de Cristiano Otoni



TIPO DE EDIFICAÇÕES:		MEDIDAS DE REMOÇÃO E BENEFÍCIOS COMPENSATÓRIOS:			
LEGENDA:	Exclusivamente domiciliar	Indenização	Realoc. individual acesso Rod. / Indeniz. assistida	Realoc. coletiva acesso Rod. / Indeniz. assistida	
	Exclusivamente atividade econômica	Indenização assistida	Realoc. individual ou coletiva/ Indeniz. assist.	Reintegração de posse ou indenização	
	Uso misto	Realocação individual/ Indenização assistida	Realocação coletiva/ Indenização assistida	Indefinida	
	Outro tipo				

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth

A ADA de Cristiano Otoni é caracterizada pelo forte vínculo comunitário, em contexto socioeconômico heterogêneo, onde predominam as famílias em situação de pobreza e, minoritariamente, em condição de vulnerabilidade frente ao empreendimento da Via 040 quase a metade do total de edificações caracterizadas.

**QUADRO 1. Características gerais de Cristiano Otoni**

Vínculo comunitário	Sim
Contexto socioeconômico	Não
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividades de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	60 (60%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	55 (47%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



Como fora considerado todo o município como Território de Atenção, evidentemente os dados socioeconômicos, tais como as medidas de remoção, benefícios compensatórios e assistenciais, são reproduzíveis na dimensão territorial, não cabendo, portanto, a sua repetição.



# CARANDAÍ (MG)

Carandaí é um município de pequeno porte, situado na região do Campo das Vertentes de Minas Gerais, com uma população estimada em 25.044 habitantes (IBGE, 2015). Cerca de 23% desses moradores residem na zona rural da cidade, percentual que pode ser considerado alto se comparado com os demais municípios próximos a Carandaí. Às margens da BR-040, que perpassa a cidade entre os seus Km 657 e 677, além de alguns adensamentos populacionais, são encontradas áreas de cultivo agrícola, pastagens e plantio de eucalipto. Casas de agricultores e trabalhadores rurais também compõem a paisagem do entorno da Rodovia.

A BR-040 recebe um fluxo intenso de seus moradores diariamente, não só para se deslocarem entre municípios da região, mas também para irem a diferentes localidades de Carandaí, como a sede municipal e os distritos de Hermillio Alves e Pedra do Sino.

FIGURA 76. Distribuição dos registros realizados no Município de Carandaí por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

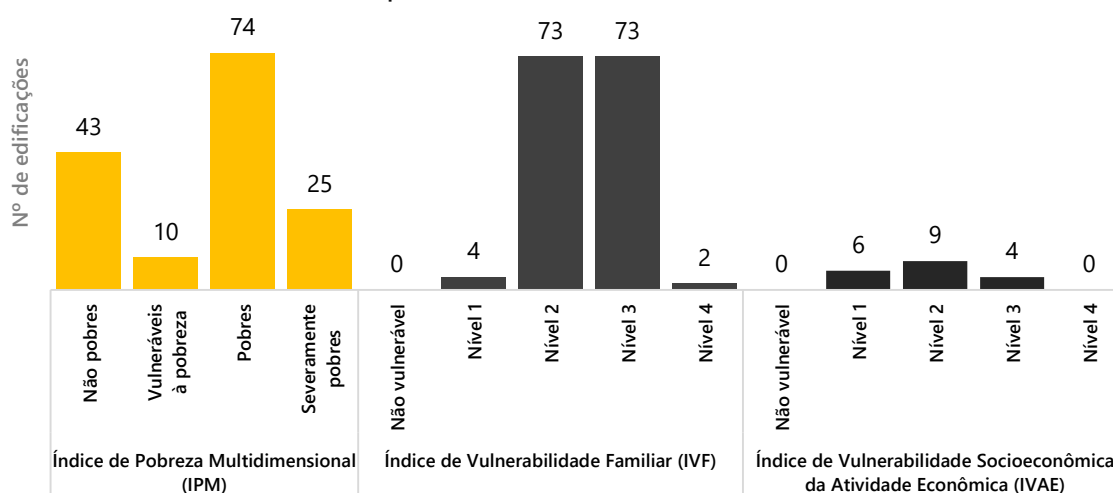
Durante a pesquisa realizada no município, foram registradas 244 edificações ocupando a Área Diretamente Afetada (ADA) pela Rodovia. A grande maioria delas, correspondente a 68% do total (166 edificações), são de uso exclusivamente *domiciliar*. As edificações de *atividades econômicas* totalizam 18,4%, ou seja, 45 negócios instalados às margens da BR-040, enquanto outras 18 edificações (7,4%) são utilizadas tanto como residência quanto para fins comerciais. Edificações de *outros tipos* são 15 (6,1% do total).

O cálculo dos indicadores de vulnerabilidade e pobreza multidimensional para Carandaí apontam para a presença de algumas situações críticas quanto aos



impactos que podem ser gerados à população local e às atividades desenvolvidas na região. Quanto aos domicílios, por exemplo, 65,1% (99 residências) foram classificados como pobres ou severamente pobres. Com relação a vulnerabilidade a uma eventual remoção, mais de dois terços (67,7%) das residências apresentam alta vulnerabilidade. Por sua vez, 68,4% das atividades econômicas foram classificadas nos níveis dois e três do Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da Atividade Econômica (IVAE), tratando-se, em boa parte, de pequenas empresas, administradas de maneira familiar.

**GRÁFICO 30. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Carandaí**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Diante do contexto socioeconômico encontrado em Carandaí, a realocação, em suas modalidades individual ou coletiva, será empregada junto a 113 imóveis, o que corresponde a 46,3% do total pesquisado. A maioria deles são utilizados exclusivamente como domicílios. Em alguns desses casos, a abordagem será coletiva, tendo em vista a manutenção dos laços sociais já estabelecidos na comunidade. Essas edificações poderão ser alvo de indenização assistida, desde que garantido o restabelecimento de seus proprietários e moradores.

A indenização, por sua vez, será a medida para 58 edificações, que representam 23,8% do total de imóveis situados na ADA. Em alguns casos, a assistência próxima por parte da Gestão Social da Via 040 será necessária, a fim de garantir que as condições de vida e produção das famílias e negócios atingidos não sejam afetados pela remoção. A reintegração de posse será aplicada para os imóveis classificados como de *outro tipo*, que incluem casas em construção e lotes vagos.



TABELA 123. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Carandaí

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	17	8	3	0	28
Indenização assistida	22	6	2	0	30
Realocação coletiva/ indeniz. assistida	19	0	4	0	23
Realoc. Individual c/ acesso Rod./ indeniz. assistida	0	1	0	0	1
Realocação individual/ indeniz. assistida	76	4	9	0	89
Reintegração de posse ou indenização	0	10	0	15	25
Edificações não caracterizadas	32	16	0	0	48
Total	166	45	18	15	244

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

O processo de remoção das famílias e negócios situados na Área Diretamente Afetada pela Rodovia estará atento, ademais, às fragilidades de cada família. Nesse sentido, serão desenvolvidas ações específicas a fim de que as situações mais sensíveis possam ser apoiadas durante a transição. Foi verificado que 38,2% dos domicílios possuem idosos em suas composições familiares. Além disso, encontrou-se uma grande quantidade de crianças, pessoas com deficiência e gestantes, que demandarão maior atenção.

TABELA 124. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Carandaí

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	43	28,3%
Presença de criança	58	38,2%
Presença de gestante	4	2,6%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	2	1,3%
Presença de pessoa com deficiência física	20	13,2%
Inquilino pobre	8	5,3%
Fam. com atividade de subsistência	104	68,4%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		



Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	24	64,9%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As fragilidades elencadas, bem como outras situações identificadas ao longo do processo de remoção, receberão o apoio da Via 040 no sentido de garantir o acesso das famílias aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social, entre outros. Tais ações terão como objetivo zelar pela manutenção dos padrões de qualidade de vida e bem-estar da população atingida.

**TABELA 125. Equipamentos públicos disponíveis em Carandaí**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	15
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	2
Equipamento básico de saúde	0
Hospital geral	1
Escolas de educação básica	24
Nº de CRAS	1
EMATER	1

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Cabe destacar, ainda, que as famílias que desenvolvem atividades ligadas à subsistência, 104 edificações ou 64,8% do total, caso sejam removidas de suas atuais residências, receberão assistência técnica para estruturar a continuidade de suas produções no novo local. O mesmo ocorrerá junto às atividades econômicas dependentes dos recursos naturais, que representam 64,9% dos casos. Os equipamentos e políticas públicas existentes no município e apresentados na tabela acima poderão ser utilizados pela Gestão Social para desenvolvimento dessas tarefas.

## TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO

Foram identificados três territórios no Município de Carandaí que merecem maior atenção por parte da gestão social da Via 040. São eles: Rua São José; bairros Praia e Ponte Chaves; e o Distrito de Pedra do Sino. As características e condições encontradas nesses territórios serão apresentadas a seguir.



FIGURA 77. Territórios de Atenção no Município de Carandaí



Fonte: Herkenhoff & Prates (2015)

## Bairros Praia e Ponte Chave

Os territórios correspondentes aos bairros Praia e Ponte Chaves, localizados às margens da BR-040, em seu Km 668, o primeiro no sentido sul e o segundo no sentido norte da pista, coincidem não somente em relação ao início de sua formação, mas aos fatores propulsores do assentamento. Surgidos na segunda metade da década de 1960, os terrenos existentes no local foram doados pela Prefeitura Municipal de Carandaí, quando da administração de Benjamim Teixeira de Carvalho, possuindo hoje caracterização predominantemente *domiciliar* e de periferia dentro do contexto municipal.

FIGURA 78. Fotografia aérea dos Bairros Praia e Ponte Alves



<b>LEGENDA</b>	<b>TIPO DE EDIFICAÇÕES:</b>	<b>MEDIDAS DE REMOÇÃO E BENEFÍCIOS COMPENSATÓRIOS:</b>					
	Exclusivamente domiciliar	Indenização	Indenização assistida	Realoc. individual acesso Rod. / Indeniz. assistida	Realoc. coletiva acesso Rod. / Indeniz. assistida	Reintegração de posse ou indenização	Indefinida
	Exclusivamente atividade econômica	Indenização assistida	Realocação individual/ Indenização assistida	Realoc. individual ou coletiva/ Indeniz. assist.	Realocação coletiva/ Indenização assistida		
	Uso misto						
Outro tipo							

Fonte: Herkenhoff & Prates (2015) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Ambos os bairros correspondem a aglomerações de residências simples, típicas de população de baixa renda, e são considerados periferias da sede do Município de Carandaí. Neles foram percebidos fortes vínculos comunitários e relações de interdependência entre os vizinhos e familiares. É comum a divisão do terreno dos pais e a doação das partes para os filhos quando se casam. Juntos, os territórios concentram 31 edificações situadas dentro da Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento, sendo quase a totalidade delas destinadas exclusivamente à moradia, somando 26 casas (83,9%). Em geral, os domicílios apresentam acentuada situação de pobreza multidimensional, que atinge 81,5% das famílias (22 residências).

**QUADRO 55. Características gerais dos Bairros Praia e Ponte Alves**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Homogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim
% de atividade econômica tradicional	0 (0,0%)
Famílias pobres ou severamente pobres	22 (81,5%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	17 (63%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A partir dessas características, foram propostas medidas de remoção e benefícios compensatórios para as famílias e negócios dos dois bairros, tratados conjuntamente nesta análise. A realocação será a solução aplicada para a maioria dos casos analisados, totalizando 23 edificações ou 74,2% do total. Essa sugestão leva em consideração, especialmente, a maior incidência de pobreza e vulnerabilidade entre os moradores desses domicílios. Tendo em vista a coesão social e as relações de interdependência estabelecidas ao longo dos anos entre os vizinhos, essas realocações serão planejadas por meio de abordagens coletivas. Quatro famílias serão indenizadas pela Concessionária e uma edificação de *outro tipo* poderá ser alvo de reintegração de posse.



**TABELA 126. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações dos Bairros Praia e Ponte Alves**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	1	0	0	0	1
Indenização assistida	3	0	0	0	3
Realoc. coletiva/ indeniz. assistida	19	0	4	0	23
Reintegração de posse ou indenização	0	0	0	1	1
Edificações não caracterizadas	3	0	0	0	3
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>31</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A presença de fragilidades nos domicílios e atividades econômicas do território Praia e Ponte Chaves exigirá atenção por parte da Gestão Social durante o trabalho de remoção. De forma mais destacada, pode-se citar a necessidade de acompanhamento das crianças e idosos, presentes em um quarto e um terço, respectivamente, das residências do território. A presença de pessoas com deficiência demanda a interlocução próxima da Concessionária junto aos equipamentos públicos, notadamente aqueles relacionados à área de saúde e assistência social. Por fim, a as atividades de subsistência desenvolvidas nas residências será notada no planejamento das medidas assistenciais.

**TABELA 127. Fragilidades das famílias e atividades econômicas dos Bairros Praia e Ponte Alves**

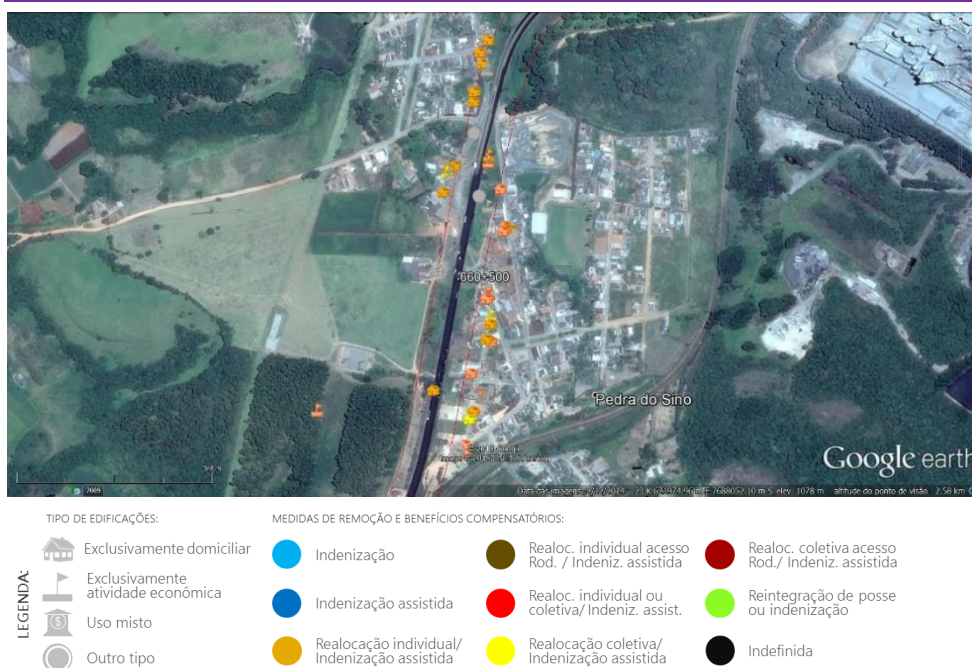
Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	7	25,9%
Presença de criança	9	33,3%
Presença de gestante	2	7,4%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	2	7,4%
Presença de pessoa com deficiência física	3	11,1%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	18	66,7%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Distrito de Pedra do Sino

Pedra do Sino é o nome dado a um distrito do Município de Carandaí, localizado às margens da Rodovia BR-040, na altura de seu Km 660. A área ocupa os dois lados da estrada e conta com pontos de comércio e algumas poucas barracas de madeira muito rudimentares, nas quais são comercializados produtos locais, como conservas e pimentas.

FIGURA 79. Fotografia aérea do Distrito de Pedra do Sino



Fonte: Herkenhoff & Prates (2015) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

A área do distrito diretamente afetada pelas atividades da Concessionária possui, atualmente, 52 edificações, entre as quais pouco mais da metade são de uso *domiciliar* (26 casas – 50%). 19 *atividades econômicas* também compõem o território. O contexto socioeconômico é considerado heterogêneo: cerca de metade das famílias (15 edificações) foram consideradas pobres ou severamente pobres, segundo o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), e 41,7% dos *domicílios* e *atividades econômicas* (15 edificações) são altamente vulneráveis aos possíveis impactos do empreendimento da Via 040.

QUADRO 56. Características gerais do Distrito de Pedra do Sino

Vínculo comunitário	Fraco
---------------------	-------



Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Periurbana
Ordenamento urbano	Sim
% de atividade econômica tradicional	3 (27,3%)
Famílias pobres ou severamente pobres	15 (53,6%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	15 (41,7%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Diante das informações levantadas pelo Estudo de Socioeconomia, a realocação individual será a medida aplicada a 22 edificações, que representa 42,3% dos casos. Em uma delas, por se tratar de atividade econômica diretamente dependente da dinâmica da Rodovia, a realocação garantirá a manutenção do acesso da edificação à BR-040. A indenização, por sua vez, é a medida que será aplicada a 14 edificações (26,9% do total), sendo que metade delas demandarão maior assistência por parte da Concessionária.

**TABELA 128. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Distrito de Pedra do Sino**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	5	2	0	0	7
Indenização assistida	6	1	0	0	7
Realoc. individual c/ acesso rod./ indeniz. assistida	0	1	0	0	1
Realoc. individual/ indeniz. assistida	14	4	3	0	21
Reintegração de posse ou indenização	0	5	0	3	8
Edificações não caracterizadas	2	6	0	3	8
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>19</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>52</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A presença de crianças nas famílias do território Pedra do Sino é significativa, corresponde a 46,4% das edificações. Já os idosos e pessoas com deficiência estão presentes em 25% e 10,7% dos domicílios, respectivamente. Essas situações constituem as principais fragilidades apresentadas pelos membros das famílias que poderão ser removidas de suas atuais moradias. As fragilidades dessa população exigirão que o acesso à assistência social, saúde e educação seja garantido, a fim de



assegurar a manutenção das condições de vida dessas pessoas ao longo de todo o processo de realocação.

Chama a atenção, ainda, o elevado número de domicílios que desenvolvem algum tipo de atividade produtiva de subsistência, que agrega 60,7% do total, e de atividades econômicas associadas ao uso da terra e dos recursos naturais, somando 27,3% dos empreendimentos econômicos de Pedra do Sino.

**TABELA 129. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Distrito de Pedra do Sino**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	7	25%
Presença de criança	13	46,4%
Presença de gestante	1	3,6%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	3	10,7%
Inquilino pobre	2	7,1%
Fam. com atividade de subsistência	17	60,7%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	3	27,3%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

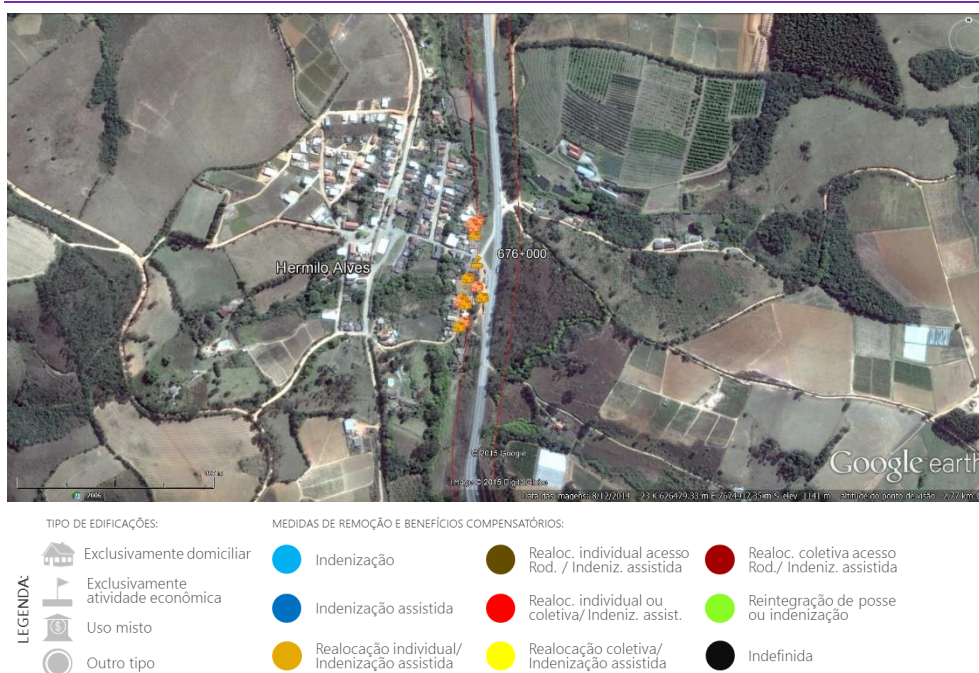
## Rua São José

Localizada no Distrito de Hermilio Alves, a cerca de 9km do centro urbano de Carandaí, a Rua São José encontra-se contígua e paralela à BR-040. Seus elementos históricos, sua composição social, as singularidades da ocupação e os vínculos afetivos e vicinais estabelecidos entre seus habitantes justificam a especial atenção que a Gestão da Via 040 deve ter com esse território. Atualmente, a Rua São José dá lugar a residência de trabalhadores rurais, que se ocupam da produção hortifrutigranjeira, em terras arrendadas ou como meeiros.





FIGURA 80. Fotografia aérea do Distrito de Hermilio Alves e Rua São José



Fonte: Herkenhoff & Prates (2015) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Ao todo, foram encontradas 18 edificações no local. 15 delas (83,3%) são de uso *domiciliar*, sendo que praticamente todas desenvolvem algum tipo de atividade para fins de subsistência. A rua é composta, ainda, por uma atividade econômica e duas edificações de *uso misto*. A imagem aérea destaca a forte dependência dos moradores com a dinâmica da Rodovia, tendo em vista sua proximidade com a pista e a localização do Distrito de Hermilio Alves.

A pobreza pode ser considerada como uma característica da região, conforme demonstra o quadro abaixo, 53,9% dos domicílios (7 edificações) foram considerados como *pobres ou severamente pobres*, de acordo com o IPM. Em termos de vulnerabilidade, 42,9% das *residências e atividades econômicas* pesquisadas foram consideradas altamente vulneráveis ao empreendimento, situadas nos níveis 3 e 4 do IVF ou IVAE.

QUADRO 57. Características gerais do Distrito de Hermilio Alves e Rua São José

Vínculo comunitário	Fraco
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Periurbana
Ordenamento urbano	Sim
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)





Famílias pobres ou severamente pobres	7 (53,9%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	6 (42,9%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Com base no estudo socioeconômico e nas características do território, foram propostas medidas de remoção e benefícios compensatórios para as edificações do distrito. A realocação individual será a medida adotada para sete domicílios, que apresentam piores condições de pobreza e vulnerabilidade. Nesses casos, poderá optar-se pela indenização assistida. Outras sete famílias e atividades econômicas serão indenizadas pela Via 040, sendo que três delas devem ser assistidas pela Concessionária durante o processo de restabelecimento, devido a presença de alguma situação que pode dificultar, por parte dos responsáveis das edificações, a busca por um novo imóvel. Para 4 famílias a medida permanece indefinida, tendo em vista a ausência de informações que caracterizem as condições apresentadas por elas.

**TABELA 130. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Distrito de Hermilio Alves e Rua São José**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	2	0	2	0	4
Indenização assistida	2	1	0	0	3
Realoc. individual/ indeniz. assistida	7	0	0	0	7
Edificações não caracterizadas	4	0	0	0	4
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>18</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A manutenção do acesso aos serviços e equipamentos de saúde e à assistência social será de fundamental importância para a população removida, especialmente para os idosos, que apresentam maiores fragilidades frente a esse processo. As crianças, por sua vez, necessitam continuar frequentando a creche ou escola habituais. Para as novas residências, será observada a acessibilidade dessas pessoas aos locais que costumam frequentar diariamente. As famílias que exercem alguma atividade produtiva para a subsistência de seus membros somam 84,6% das edificações.

**TABELA 131. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Distrito de Hermilio Alves e Rua São José**

Fragilidades	Nº de edificações	%
Edificações exclusivamente domiciliares		



Presença de idoso	2	15,4%
Presença de criança	4	30,8%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	0	0%
Inquilino pobre	1	7,7%
Fam. com atividade de subsistência	11	84,6%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0%	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



# RESSAQUINHA (MG)

O Município de Ressaquinha conta com uma população de 4.711 habitantes, sendo 64% residente em zona urbana (IBGE, 2015). A Rodovia BR-040 perpassa a cidade em aproximadamente 10km, especificamente entre o Km 678,5 e 688,5. O centro de Ressaquinha se desenvolveu nas proximidades da Rodovia, contendo nesse perímetro concentrações domiciliares e comerciais, templo religioso e equipamentos de lazer importantes para a cultura do município. Na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento da Via 040 se localiza, por exemplo, a escadaria da Igreja São José, patrimônio cultural do município, inserida na faixa de domínio, muito próxima à pista. O clube da cidade, ponto de encontro e de festas, também está instalado às margens da Rodovia.

FIGURA 81. Distribuição dos registros realizados no Município de Ressaquinha por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

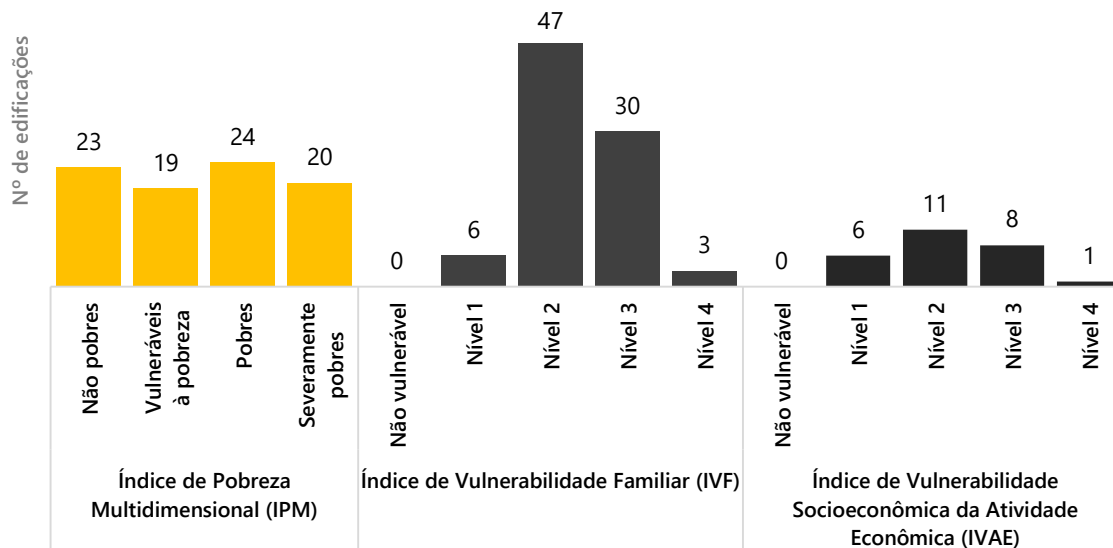
Ao todo, foram registradas 186 edificações localizadas na Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento em Ressaquinha. A maioria dessas edificações é de uso *domiciliar*, representando 53,8% dos casos (100 edificações). As *atividades econômicas* correspondem a 43 edificações (23,1%), sendo composta majoritariamente pelo comércio varejista, incluindo lojas de roupas, calçados, bares, restaurantes e padarias. As edificações de *uso misto* representam 16,1% do total.

De acordo com cálculo do Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF), 38,4% dos domicílios (33 edificações) foram enquadrados nos níveis 3 e 4, que correspondem aos graus mais elevados de vulnerabilidade dos moradores frente a um quadro de possível remoção. Mais da metade dos domicílios (51,2% do total ou 44 edificações) foram classificados como pobres ou severamente pobres segundo o Índice de



Pobreza Multidimensional (IPM). As atividades econômicas com alto índice de vulnerabilidade representam 36,6%, ou seja, 9 entre os 26 estabelecimentos econômicos analisados requerem maior atenção devido às debilidades e privações que apresentam.

**GRÁFICO 31. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Ressaquinha**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A partir das condições socioeconômicas dos domicílios e atividades econômicas e das características territoriais sistematizadas, são elencadas as medidas de remoção e benefícios compensatórios para o Município de Ressaquinha, conforme tabela que se segue. Considerando a presença de situação de pobreza e alta vulnerabilidade, 57 edificações (30,7%) deverão ser realocadas. Entre esses casos, será adotada abordagem coletiva para a realocação de 11 famílias que estão localizadas no Território de Atenção *Favelinha* e apresentam forte vínculo comunitário.

A indenização será adotada para 34 (18,3%) das edificações afetadas. A indenização assistida será adotada para 18 (9,7%) famílias e atividades econômicas que apresentam debilidades que podem impossibilitar o protagonismo dos responsáveis na aquisição de novo imóvel – a exemplo de estabelecimentos econômicos cujo proprietário é idoso.

**TABELA 132. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Ressaquinha**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	18	11	5	0	34 (18,3%)
Indenização assistida	12	3	3	0	18 (9,7%)



Realocação coletiva/ indenização assistida	10	0	1	0	11 (5,9%)
Realocação individual/ indenização assistida	33	9	4	0	46 (24,7%)
Reintegração de posse ou indenização	0	9	0	30	39 (21%)
Edificação não caracterizada	27	11	0	0	38 (20,4%)
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>43</b>	<b>13</b>	<b>30</b>	<b>186 (100%)</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Na ADA de Ressaquinha são expressivas a presença de edificações com idosos, crianças ou pessoas com deficiência física nos domicílios, além do desenvolvimento de atividades produtivas de subsistência, conforme explicitado na tabela que se segue.

**TABELA 133. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Ressaquinha**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	21	24,4%
Presença de criança	33	38,8%
Presença de gestante	1	1,1%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	2	2,3%
Presença de pessoa com deficiência física	10	11,6%
Inquilino pobre	3	3,5%
Fam. com atividade de subsistência	48	55,8%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	7	17,9%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A Via 040 atuará em observância a tais fragilidades, buscando, quando possível, a articulação com as políticas públicas existentes no município. A tabela que se segue apresenta os equipamentos públicos existentes em Ressaquinha e que podem ser aproveitados pelo trabalho de Gestão Social no atendimento às pessoas realocadas.



TABELA 134. Equipamentos públicos disponíveis em Ressaquinha.

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	0
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	3
Equipamento básico de saúde	0
Hospital geral	0
Escolas de educação básica	6
Nº de CRAS	1
EMATER	1

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## TERRITÓRIO DE ATENÇÃO

O estudo socioeconômico realizado no município de Ressaquinha identificou o assentamento Favelinha como território que merece especial atenção por parte da Via 040. O local foi identificado como um Território de Atenção devido a sua vulnerabilidade urbanística e ambiental.

FIGURA 82. Território de Atenção no Município de Ressaquinha



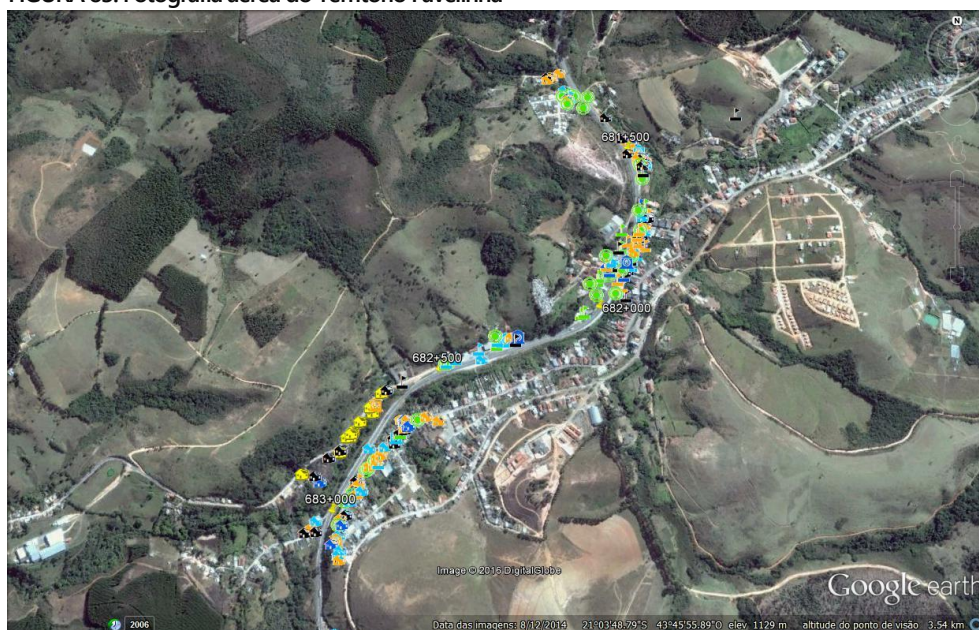
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



## Favelinha

A área conhecida como Favelinha está localizada no Bairro Pinheiros, às margens da BR-040, próximo ao centro de Ressaquinha, no sentido sul da Rodovia, entre os Km 682,5 a 683. Dentre as características da comunidade local, ressalta-se em Favelinha os laços de solidariedade social entre os moradores e elevado tempo de moradia das famílias ali residentes. O território é marcado por uma população de baixa renda e por deficiências na infraestrutura urbana.

FIGURA 83. Fotografia aérea do Território Favelinha



TIPO DE EDIFICAÇÕES:		MEDIDAS DE REMOÇÃO E BENEFÍCIOS COMPENSATÓRIOS:			
LEGENDA:	Exclusivamente domiciliar	Indenização	Realoc. individual acesso Rod. / Indeniz. assistida	Realoc. coletiva acesso Rod. / Indeniz. assistida	Reintegração de posse ou indenização
	Exclusivamente atividade econômica	Indenização assistida	Realoc. individual ou coletiva/ Indeniz. assist.	Realocação coletiva/ Indenização assistida	Indefinida
	Uso misto	Realocação individual/ Indenização assistida			
	Outro tipo				

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

À exceção de um bar, o território não conta com a presença de estabelecimentos comerciais ou mesmo bancos, postos de saúde, escolas, entre outros. De acordo com entrevistas realizadas em campo, a única escola do território foi fechada pela Prefeitura de Ressaquinha, transferindo os estudantes para outras unidades. A população de Favelinha costuma atravessar a Rodovia diariamente para acessar outras regiões do município.

O Território de Atenção Favelinha se constitui por 91,7% (11 casos) de famílias pobres ou severamente pobres e 58,3% (7 casos) de residências ou atividades econômicas classificadas em alto nível de vulnerabilidade, conforme apresentado na tabela que se



segue. Tais famílias, devido às suas condições de precariedade econômica e social, receberão tratamento cuidadoso, visando a garantia de direitos e a não piora das condições de vida.

**QUADRO 58. Características gerais do Território Favelinha**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Homogêneo
Zona	Urbana
Ordenamento urbano	Não
Predominância de atividade de subsistência	Sim
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres ou severamente pobres	11 (91,7%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	7 (58,3%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Diante do contexto socioeconômico, territorial, das situações de pobreza, alta vulnerabilidade e relevância dos laços comunitários, a realocação coletiva deverá ser adotada para 11 famílias. Em um único caso em que não se verifica pobreza ou vulnerabilidade, mas registram-se debilidades que podem tornar o processo de aquisição de novo imóvel problemático, recomenda-se a indenização assistida. As tabelas que se seguem apresentam as medidas que serão adotadas e as fragilidades encontradas.

**TABELA 135. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território Favelinha**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização assistida	1	0	0	0	1 (5,6%)
Realocação coletiva/ Indenização assistida	10	0	1	0	11 (61,1%)
Edificação não caracterizada	5	1	0	0	6 (33,3%)
Total	16	1	1	0	18 (100%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

**TABELA 136. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território Favelinha**

Fragilidades	Nº de edificações	%
Edificações exclusivamente domiciliares		
Presença de idoso	2	16,7%





Presença de criança	4	33,3%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	1	8,3%
Inquilino pobre	1	8,3%
Fam. com atividade de subsistência	7	58,3%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As fragilidades identificadas demandam acompanhamento e assistência específicos, tais como a contribuição para o acesso e permanência das crianças nas escolas, a observância das condições de acessibilidade a idosos e o acesso facilitado aos equipamentos de saúde. Nos casos de atividades de subsistência desenvolvidas nos domicílios, deverá ser observada a adaptação dos produtores ao novo contexto ambiental.

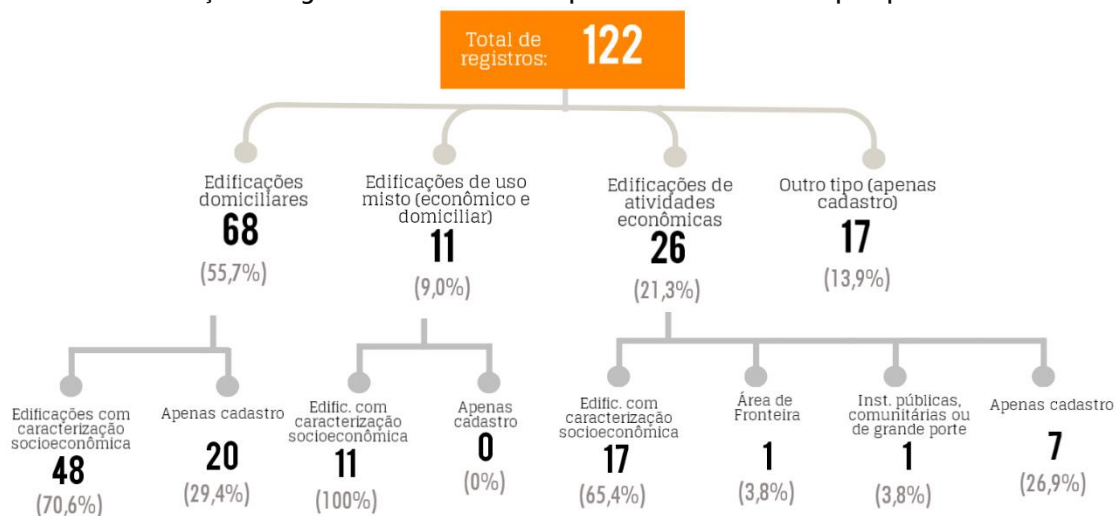


# ALFREDO VASCONCELOS (MG)

Alfredo Vasconcelos conta com uma população de 6.639 habitantes, sendo 44% deste total de moradores da zona rural da cidade (IBGE, 2015). A expressividade da população rural encontra-se em consonância com a importância do setor agropecuário para a economia local. A Rodovia BR-040 transcorre por 7,5km do município, entre os Km 688,5 e 696.

Ao todo foram registradas 122 edificações localizadas na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento da Via 040 em Alfredo Vasconcelos. A maioria dessas edificações é de uso *domiciliar*, representando 55,7% dos casos (68 edificações). As *atividades econômicas* correspondem a 21,3% do total (26 edificações) e aquelas de *uso misto* somam 9% (11 edificações). As edificações de *outro tipo* constatadas são 13,9% (17 edificações). Em termos de localização do impacto, 69% do conjunto de edificações pesquisadas no município encontram-se dentro da faixa de domínio da Rodovia, e, por esse motivo, estão mais susceptíveis à remoção.

FIGURA 84. Distribuição dos registros realizados no Município de Alfredo Vasconcelos por tipo



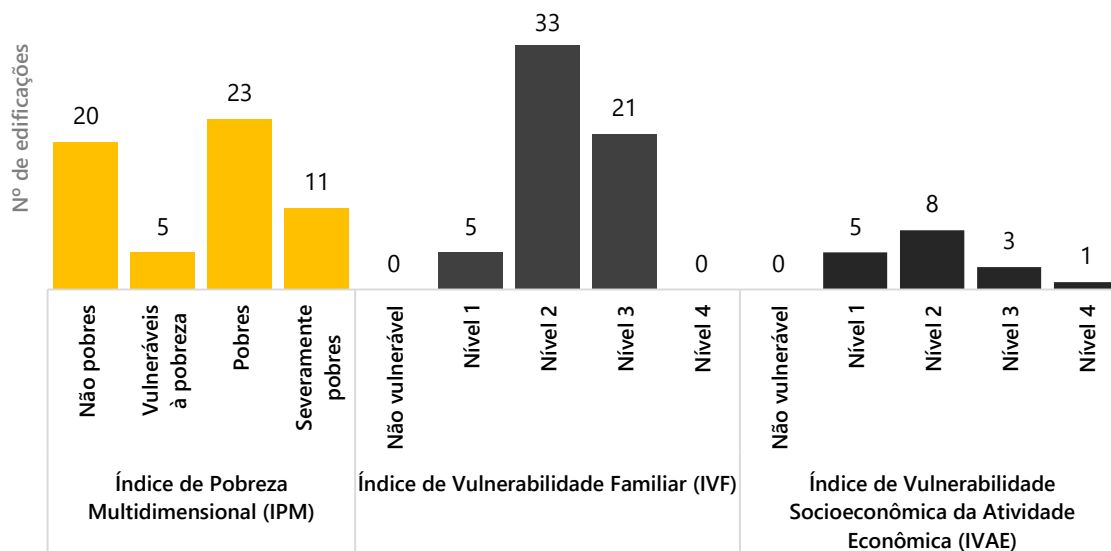
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

De acordo com os resultados do Estudo de Socioeconomia, verificou-se que 36% das edificações (21 domicílios) encontram-se em contexto de alta vulnerabilidade familiar e 58% (34 domicílios) foram classificados como pobres e severamente pobres. Dez dessas famílias, ou 17,9% do total, possuem renda mensal domiciliar per capita inferior a um quarto do salário mínimo. Além disso, 73% dos responsáveis pelas edificações não concluíram a educação básica e somente 8% chegaram a cursar a educação superior. Tais condições evidenciam as privações socioeconômicas,



necessitando de medidas protetivas durante o processo de remoção. Já as atividades econômicas com alto índice de vulnerabilidade representam apenas 23,5% do total de edificações que serão afetadas pelo empreendimento (4 casos).

**GRÁFICO 32. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Alfredo Vasconcelos**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A condição socioeconômica das famílias e atividades econômicas da ADA do município de Alfredo Vasconcelos levou à indicação de medidas de remoção e benefícios compensatórios, tendo em vista as alternativas mais adequadas para os contextos comunitários. As situações de maior debilidade serão alvo de processo de realocação, que envolverá 40 edificações (32,8%), incluindo abordagens coletivas e individuais. 16 famílias (13,1%) serão realocadas coletivamente devido ao forte vínculo comunitário estabelecido. Além disso, uma atividade econômica será realocada próxima à Rodovia por depender dela para seu devido funcionamento. A medida de indenização assistida poderá ser aplicada nessas situações, somente se a remuneração indenizatória garantir o restabelecimento das famílias e negócios.

A indenização é a medida para 36 casos (29,5%) dos domicílios afetados, uma vez que estas edificações não se encontram num contexto de pobreza e alta vulnerabilidade. Entretanto, as situações que apresentam determinadas privações que implicam em adversidades durante o processo de aquisição de novo imóvel, tais como as vivenciadas por famílias chefiadas por mulheres ou compostas somente por idosos, serão assistidas pela equipe da Via 040 de acordo com suas necessidades. Assim sendo, 16 casos (13,1%) correspondem exclusivamente a indenizações com assistência. A reintegração de posse poderá ser aplicada em 18 edificações (14,8%), em quase sua totalidade classificada como de *outro tipo*.



TABELA 137. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Alfredo Vasconcelos

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	10	9	1	0	20
Indenização assistida	9	4	3	0	16
Realocação coletiva/ Indenização assistida	15	1	0	0	16
Realoc. individual acesso a Rod./ Indeniz. assistida	0	1	0	0	1
Realocação individual/ Indenização assistida	14	2	7	0	23
Reintegração de posse ou indenização	0	1	0	17	18
Edificações não caracterizadas	20	8	0	0	28
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>26</b>	<b>11</b>	<b>17</b>	<b>122</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Destaca-se na ADA de Alfredo Vasconcelos a presença de crianças, o que exige a manutenção da regularidade escolar durante todo o processo de remoção. As famílias com idosos e deficientes físicos devem ter acesso às unidades de saúde. É importante o diálogo com a Secretaria Municipal de Saúde, direcionando as estratégias de saúde da família para o acompanhamento das gestantes, idosos e pessoas em tratamento médico. As famílias em situação de vulnerabilidade social devem ser encaminhadas aos serviços de assistência social de abrangência do novo território, sendo referenciadas e inseridas em programas e projetos oferecidos pelo órgão.

Atividades produtivas de subsistência e/ou vinculadas ao uso da terra e de recursos naturais são caracterizadas como fragilidades, uma vez que as famílias e os negócios podem depender da terra para o seu sustento.

TABELA 138. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Alfredo Vasconcelos

Fragilidades	Nº de edificações	%
Edificações exclusivamente domiciliares		
Presença de idoso	13	22%
Presença de criança	21	35,6%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%

Presença de pessoa com deficiência intelectual	1	1,7%
Presença de pessoa com deficiência física	3	5,1%
Inquilino pobre	3	5,1%
Fam. com atividade de subsistência	35	59,3%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	8	28,6%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As tratativas assistenciais associadas às fragilidades identificadas nas famílias e estabelecimentos econômicos caracterizados pela pesquisa socioeconômica devem, preferencialmente, se valer de uma articulação com o poder público municipal a fim de compreender as políticas sociais e equipamentos públicos que envolvem a rede de proteção social, tendo em vista uma Gestão Social que seja de fato efetiva e duradoura. Alguns dos equipamentos públicos disponíveis em Alfredo Vasconcelos podem ser visualizados na tabela abaixo.

**TABELA 139. Equipamentos públicos disponíveis em Alfredo Vasconcelos**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	0
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	1
Unidade Básica de Saúde	0
Hospital geral	0
Escolas de educação básica	7
Nº de CRAS	1
EMATER	1

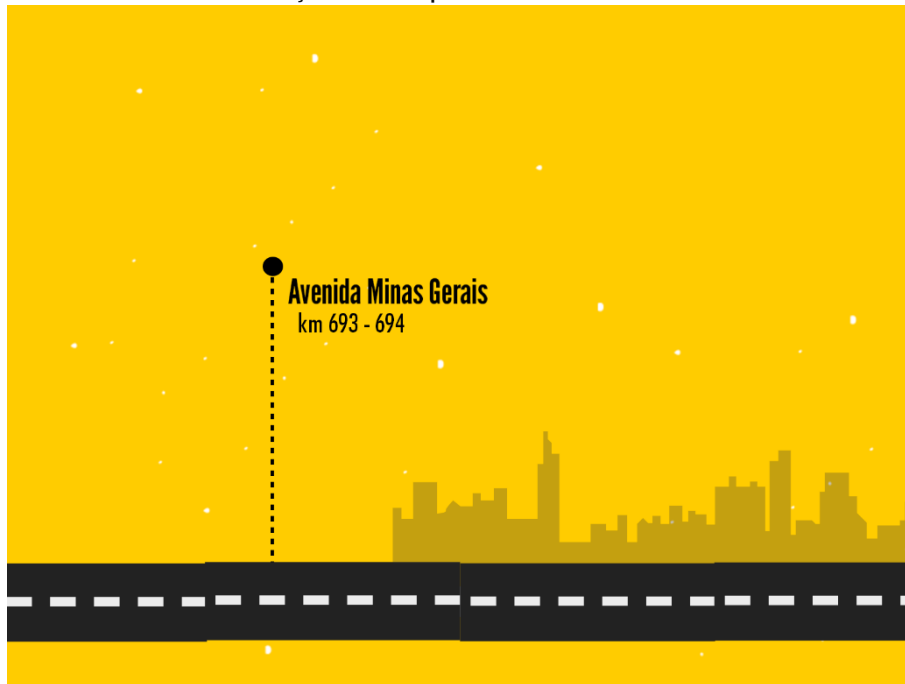
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## | TERRITÓRIO DE ATENÇÃO

O estudo socioeconômico realizado no Município de Alfredo Vasconcelos identificou a Avenida Minas Gerais como Território de Atenção em decorrência do forte vínculo comunitário expresso nas relações de vizinhança e parentesco historicamente estabelecidas, assim como a particular dinâmica de produção social dos espaços de uso comum.



FIGURA 85. Território de Atenção no Município de Alfredo Vasconcelos



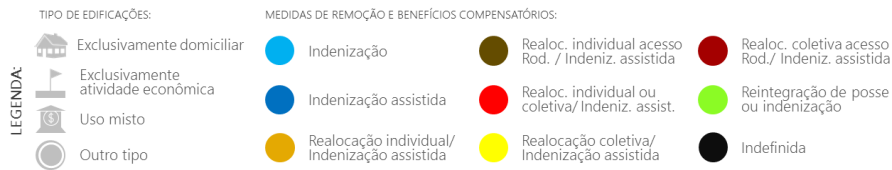
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Avenida Minas Gerais

A Avenida Minas Gerais encontra-se entre os quilômetros 693 e 694, em sentido sul, no Município de Alfredo Vasconcelos – MG, e perpassa por dois bairros, o Pio XII e o Jardim. Via essencialmente residencial, situada na marginal da Rodovia, relatos indicam que a forma de ocupação territorial ocorreu antes da construção da BR-040.

FIGURA 86. Fotografia aérea da Avenida Minas Gerais





Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth

De acordo com os dados do Estudo de Socioeconomia, na Avenida Minas Gerais estão localizadas 15 famílias consideradas pobres ou severamente pobres, que representam 55,6% dos casos. Além disso, foi encontrada alta vulnerabilidade em 11 edificações, correspondente a 23,5% do total de domicílios e atividades econômicas existentes no local. Essas famílias, devido a suas condições de precariedade econômica e social, devem ter um tratamento mais próximo da equipe de Gestão Social da Via 040 para que haja garantia de que o processo de remoção não as deixe em situações de maior privação.

**QUADRO 59. Características gerais da Avenida Minas Gerais**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Urbana
Ordenamento urbano	Sim
% de atividade econômica tradicional	1 (6,7%)
Famílias pobres ou severamente pobres	15 (55,6%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	11 (23,5%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A partir das características do Território de Atenção, 18 edificações (28,6%) serão realocadas para novos imóveis. Para essas famílias a indenização assistida também pode ser uma alternativa, desde que se garanta o restabelecimento delas em um novo imóvel. A realocação será realizada a partir de uma abordagem coletiva em 17 desses casos, a fim de que sejam mantidos os fortes laços de solidariedade e dependência entre os vizinhos.

Para as outras 22 edificações (34,9%) que não estão em situação de pobreza e alta vulnerabilidade a indenização será o benefício compensatório no processo de remoção de suas atuais residências e atividades econômicas. Nos 8 casos onde se registra alguma debilidade das famílias ou estabelecimentos econômicos que venha a dificultar ou impossibilitar a aquisição de novo imóvel, à exemplo da baixa escolaridade ou presença de doença crônica, caberá o acompanhamento da Via 040, a fim de garantir a efetividade do processo. A reintegração de posse corresponde a 9 casos (14,3%) das edificações afetadas.



TABELA 140. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações da Avenida Minas Gerais

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	5	8	1	0	14
Indenização assistida	5	3	0	0	8
Realocação coletiva/ Indenização assistida	15	1	1	0	17
Realoc. Individual acesso Rod./ Indeniz. assistida	0	1	0	0	1
Reintegração de posse ou indenização	0	0	0	9	9
Edificações não caracterizadas	11	3	0	0	14
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>63</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A Gestão Social atentar-se-á também para as fragilidades específicas de cada edificação atingida pelo empreendimento. Assim, serão assegurados o acesso das crianças nas escolas durante e após o processo de realocação das famílias atingidas. Os idosos e pessoas com deficiência serão realocados em condições adaptadas às suas dificuldades de locomoção e acesso. As famílias e indivíduos realocados em situação de vulnerabilidade social serão encaminhados aos equipamentos públicos de assistência social, sendo referenciadas e inseridas em programas e projetos oferecidos pelo órgão. As famílias que exercem atividade de subsistência não poderão perder seus meios de sustento.

TABELA 141. Fragilidades das famílias e atividades econômicas da Avenida Minas Gerais

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	4	14,8%
Presença de criança	11	40,7%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	1	3,7%
Presença de pessoa com deficiência física	0	0%
Inquilino pobre	1	3,7%
Fam. com atividade de subsistência	17	63%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		



Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	2	13,3%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

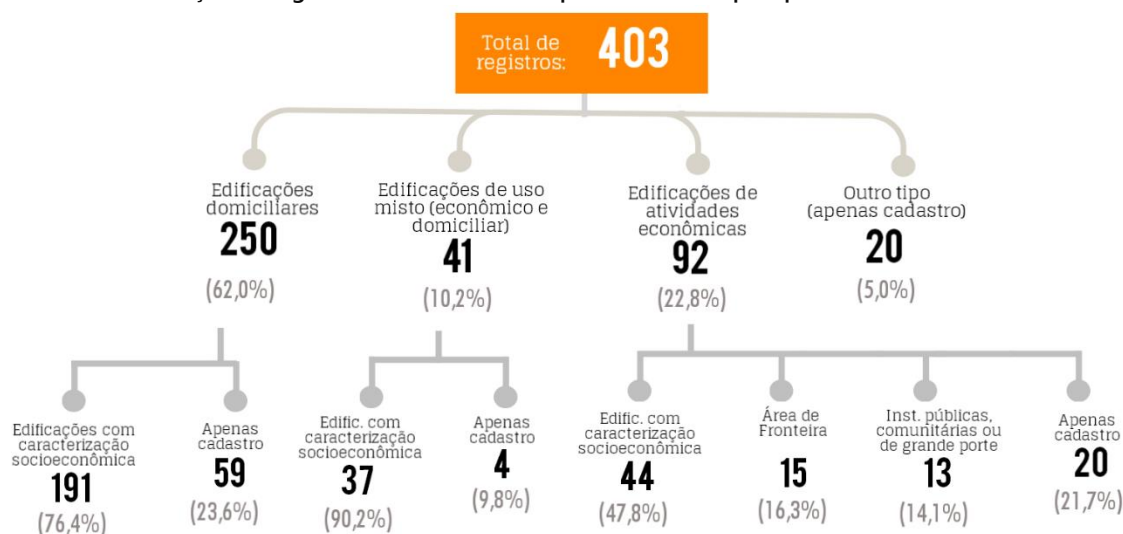


# BARBACENA (MG)

Barbacena é um município mineiro de 134.924 habitantes, segundo dados aproximados (IBGE, 2015), e 81% de sua população concentra-se na área urbana. A BR-040 atravessa o município em um trecho de, aproximadamente, 29km, entre os Km 696 e 725, passando ao lado da sede da cidade. Ao decorrer destes 29km, a paisagem é heterogênea: são áreas de pastagens, outras de silvicultura, propriedades rurais, entroncamentos com estradas vicinais, comércios, indústrias e alguns pequenos aglomerados de residências. Próximo à sede municipal, as edificações ao longo da Rodovia se adensam. Dentro da Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento, foram identificados três territórios de atenção em Barbacena: Pombal, Correia de Almeida e Faixa Azul.

Ainda dentro da ADA, foram realizados 403 registros no município. Os *domicílios* somam 62% (250) deste total, as *atividades econômicas*, 22,8% (92), o *uso misto* 10,1% (41), e 4,9% são de *outros tipos*.

FIGURA 87. Distribuição dos registros realizados no Município de Barbacena por tipo

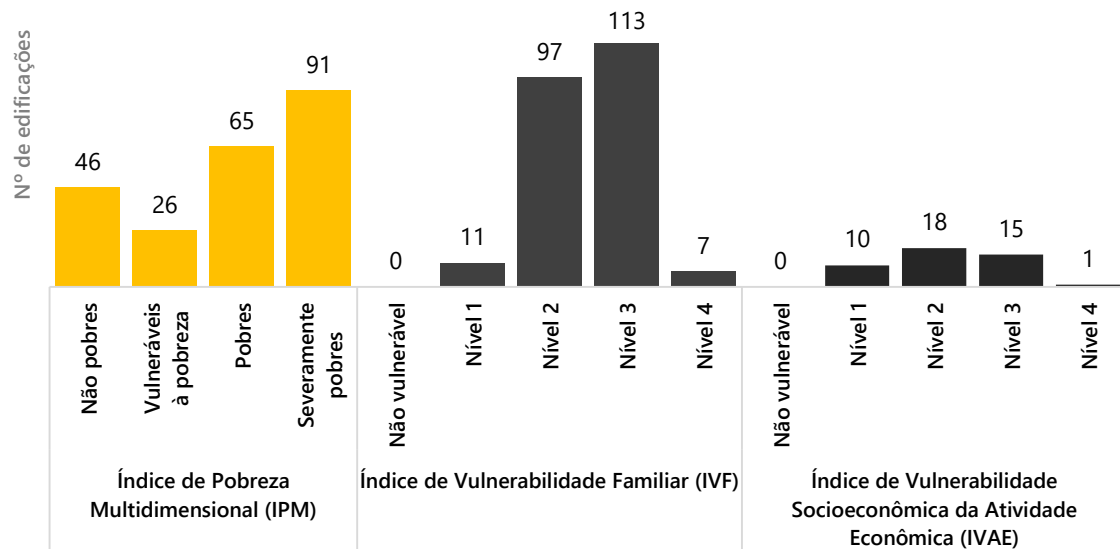


Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

No Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), 68,4% dos domicílios foram considerados pobres ou severamente pobres, enquanto o Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF) aponta 52,6% das famílias nos níveis 3 e 4. O Índice de Vulnerabilidade Socioeconômico da Atividade Econômica (IVAE) demonstra que a maioria das atividades econômicas desenvolvidas nesse trecho, 63,7%, têm baixa vulnerabilidade e, desta forma, são menos dependentes da Rodovia. A maioria dos domicílios e atividades econômicas se concentram próximos à sede do município.



GRÁFICO 33. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Barbacena



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Diante das informações do Estudo de Socioeconomia, a realocação será a medida adequada para 181 edificações em contexto de pobreza ou de vulnerabilidade. Em 70 destes casos, a realocação ocorrerá de forma coletiva. A indenização é a medida para 89 casos, dos quais 33 devem estar respaldados por uma assistência da Gestão Social da Via 040 para a aquisição de um novo imóvel. A reintegração de posse será a solução apontada para outras 33 edificações - todas as 20 apontadas como outros usos e 13 por serem instituições públicas ou de grande porte.

TABELA 60. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Barbacena

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	35	17	4	0	56
Indenização assistida	20	9	4	0	33
Realocação coletiva/ Indenização assistida	60	4	6	0	70
Realoc. individual acesso Rod./ Indeniz. assist.	0	1	1	0	2
Realocação Individual/ indenização assistida	76	11	22	0	109
Reintegração de posse ou indenização	0	13	0	20	33
Edificações não	59	37	4	0	100



caracterizadas					
Total	250	92	41	20	403

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A presença de crianças, idosos e deficientes físicos aparecem como fragilidades mais frequentes de Barbacena, e necessitam de acesso aos equipamentos de saúde e a programas de assistência social. As crianças devem ter garantia de acesso às escolas. Aos idosos e deficientes físicos realocados, as novas moradias devem ser acessíveis e adaptadas às limitações dos moradores. Estas pessoas devem receber assistência durante todo o processo de remoção para que não haja perdas na qualidade de vida dos atingidos.

TABELA 142. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Barbacena

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações Exclusivamente Domiciliares</b>		
Presença de idoso	61	16,7%
Presença de criança	82	36%
Presença de gestante	8	3,5%
Presença de pessoa com doença crônica	3	1,3%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	8	3,5%
Presença de pessoa com deficiência física	20	8,8%
Inquilino pobre	7	3%
Fam. com atividade de subsistência	158	69,3%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	26	32,1%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Das famílias, 69,3% mantêm atividades para a subsistência. Das atividades econômicas, 32,1% estão associadas ao uso da terra e também a outros recursos naturais. Para ambos os grupos, serão dadas a assistência necessária para a manutenção da capacidade produtiva e de reprodução social.

TABELA 143. Equipamentos públicos disponíveis em Barbacena

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	2
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	24
Equipamento básico de saúde	6
Hospital geral	5
Escolas de educação básica	52
Nº de CRAS	2
EMATER	1

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A rede de equipamentos públicos deve servir de apoio às medidas a serem adotadas pela Concessionária no sentido de prestar assistência aos atingidos pelo empreendimento, que poderão ser encaminhados a cada um dos equipamentos listados acima, de acordo com a localização e as necessidades encontradas.

## TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO

Foram identificados três territórios de atenção no município de Barbacena: Família Pedrosa/Comunidade de Pombal, Correia de Almeida e Família “da Silva”/Comunidade Faixa Azul.

FIGURA 88. Territórios de Atenção no Município de Barbacena



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Família Pedrosa, Comunidade de Pombal

A comunidade de Pombal está situada a 10km ao sul da sede municipal, e o acesso se dá através da BR-040. Esse Território de Atenção é caracterizado por seis casas de uma mesma família, na margem norte da Rodovia, de onde é possível avistar a entrada de uma estrada vicinal sem pavimentação, um ponto de ônibus e algumas árvores de grande porte, atrás das quais estão localizadas as residências. As casas da família Pedrosa estão construídas em um terreno cedido por um fazendeiro a um antepassado, anos atrás, e já abrigou quatro gerações desta mesma família.

FIGURA 89. Fotografia aérea do Território Família Pedrosa/Comunidade de Pombal



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Todas as seis edificações são domicílios e a totalidade foi considerada (100%) pobre, e apresentou um alto índice de vulnerabilidade em 66,7% (4) dos casos. As atividades econômicas mais comuns exercidas pelos membros da comunidade são os serviços braçais em terrenos arrendados da região.

QUADRO 61. Características gerais do Território Família Pedrosa/Comunidade de Pombal

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Homogêneo
Zona	Rural
Ordenamento urbano	Não



% de atividade econômica tradicional	0%
Famílias pobres	6 (100%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	4 (66,7%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Diante das informações coletadas no Estudo de Socioeconomia acerca do território e de seus residentes, será feita a realocação coletiva, com o intuito de manter as relações interpessoais e vínculo familiar da comunidade.

**TABELA 144. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território Família Pedrosa/Comunidade de Pombal**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Realocação coletiva/ Indenização assistida	6	0	0	0	6
Total	6	0	0	0	6

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Entre as fragilidades encontradas no território, a presença de idoso e de crianças são recorrentes entre os domicílios. Às crianças é necessário garantir o acesso às escolas. Aos idosos deve-se garantir a realocação em casas adaptadas às suas limitações, e, a todos eles, o acesso aos equipamentos de saúde e a programas de assistência social.

**TABELA 145. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território Família Pedrosa/Comunidade de Pombal**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	5	83,3%
Presença de criança	2	33,3%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	1	16,7%
Presença de pessoa com deficiência física	1	16,7%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	6	100%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

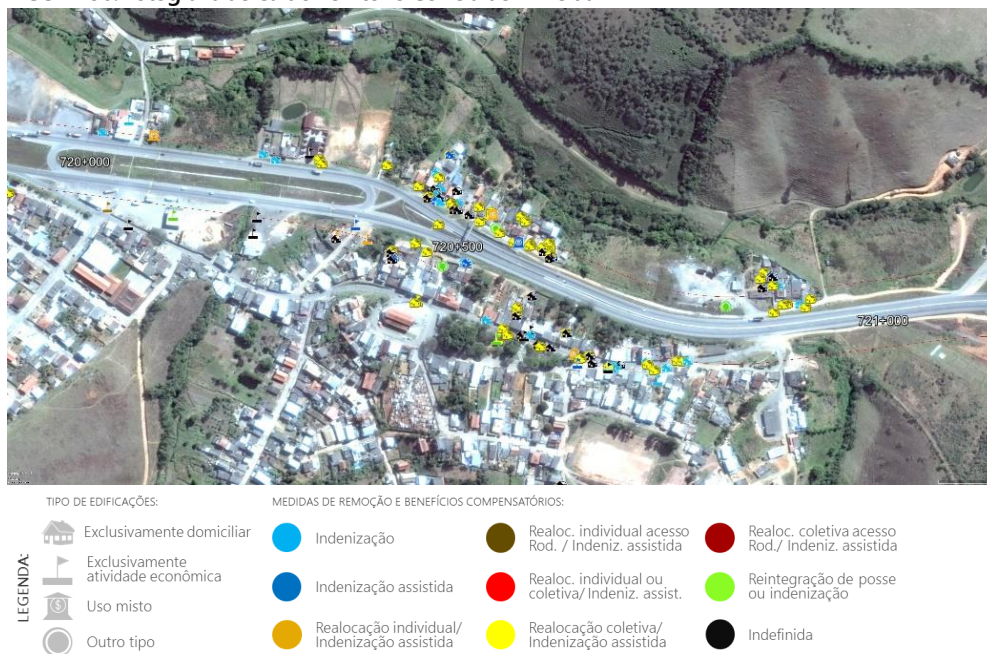
Outra fragilidade que se destaca no território é o desenvolvimento de atividades de subsistência, presente em todos os domicílios. Por se tratar de uma comunidade rural, a equipe de da Gestão Social da Via 040 dará o suporte necessário para que essas famílias não percam seu modo de sustento.

## Correia de Almeida

Correia de Almeida é um distrito a 20km da sede do Município de Barbacena, e sua ocupação ocorre em ambas as margens da BR-040, entre os Km 720 e 721. Da Rodovia é possível ver construções muito heterogêneas. Casas de baixa renda, ainda com tijolos aparentes, são facilmente encontradas e misturam-se a residências de classe média, dentre outros tipos de construção.

O distrito começou a se formar há mais de 50 anos, e a implantação da Rodovia na década de 1980 foi determinante na história de Correia de Almeida, pois segregou seu território em duas partes, sendo que na margem do sentido sul está concentrada a maioria dos moradores.

FIGURA 90. Fotografia aérea do Território Correia de Almeida



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.





Apesar do histórico de segregação ocasionado pela Rodovia, foram identificadas relações de vizinhança e reciprocidade prevalentes na comunidade. O contexto socioeconômico do distrito é diverso, sendo que 65,5% (55) das famílias que integram o estudo foram consideradas pobres. O percentual de edificações com alta vulnerabilidade em relação a possíveis impactos da remoção é de 41,7% (40).

**QUADRO 62. Características gerais do Território Correia de Almeida**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Urbano
Ordenamento urbano	Sim
% de atividade econômica tradicional	1 (5%)
Famílias pobres	55 (65,5%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	40 (41,7%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Com base nesse contexto, serão adotadas para edificações com presença de pobreza ou vulnerabilidade a medida mais protetiva de remoção: a de realocação. Esse processo considerará a coletividade na maioria dos casos (61 edificações), dada a presença de fortes vínculos comunitários. Somente em uma edificação o tratamento será individual, por se tratar de atividade econômica que depende da rodovia para a continuidade do seu negócio.

Nas edificações onde não há pobreza e vulnerabilidade, a medida comum será a indenização, salvo as instituições públicas ou de grande porte e as edificações de outro tipo. Em nove edificações, a indenização será assistida pela equipe da Gestão Social da Via 040 no auxílio à aquisição do novo imóvel, pois apresentam pouca autonomia para transações imobiliárias, como é o caso de famílias monoparentais e quando o responsável possui baixa escolaridade.

**TABELA 146. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território Correia de Almeida**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	20	4	0	0	24
Indenização assistida	6	2	1	0	9
Realocação coletiva/ Indenização assistida	51	4	6	0	61
Realoc. individual acesso Rod./ Indeniz. assist.	0	1	0	0	1



Reintegração de posse ou indenização	0	4	0	3	7
Edificações não caracterizadas	29	9	0	0	38
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>24</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>140</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

**TABELA 147. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território Corrêa de Almeida**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	19	22,6%
Presença de criança	36	42,9%
Presença de gestante	4	4,8%
Presença de pessoa com doença crônica	1	1,2%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	3	3,6%
Presença de pessoa com deficiência física	6	7,1%
Inquilino pobre	5	6%
Fam. com atividade de subsistência	46	54,8%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As presenças de idoso e criança na família foram as fragilidades mais encontradas nos domicílios do Território de Atenção. Esses grupos devem ter o acesso aos equipamentos de saúde e assistência social após a remoção. Além disso, as crianças devem ter acesso garantido às escolas de educação básica e creches. Para isso, a equipe da Gestão Social da Via 040 conta com o apoio das políticas públicas existentes no município. Outra fragilidade bastante presente nos domicílios é o desenvolvimento de atividade de subsistência, encontrado em 54,8 residências.

## Família “da Silva”, Comunidade de Faixa Azul

A Comunidade de Faixa Azul está localizada a 30km do centro urbano de Barbacena, (entre os Km 722 e 725), próxima à fronteira do município com Oliveiras Fortes (MG). O Território de Atenção não diz respeito à toda a comunidade, mas sim às terras de uma



família específica, os “da Silva”. Na localidade onde a família vive, foram cadastradas 6 edificações, sendo 5 *domicílios* e uma de *uso misto*.

**FIGURA 91. Fotografia aérea do Território Família “da Silva”/Comunidade de Faixa Azul**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Das edificações da família, 80% (4) foram consideradas pobres, já que a maioria dos trabalhadores assalariados ganha um salário mínimo. O índice de vulnerabilidade combinado entre as habitações e atividades econômicas (apenas uma habitação de uso misto) apontou alta vulnerabilidade também em 80% das edificações (4). Tais números evidenciam as precárias condições de vida daquela família rural, que apresenta uma coesão social significativa.

**QUADRO 63. Características gerais do Território da Família “da Silva”**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Homogêneo
Zona	Rural
Ordenamento urbano	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	4 (80%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	4 (80%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Tendo em vista essa configuração socioeconômica do território, para três dos cinco domicílios caracterizados, a realocação coletiva será a medida de compensação tomada,



enquanto para um deles será a indenização, devido à ausência de pobreza e vulnerabilidade. A única edificação que apresenta uso misto será realocada de forma individual, com garantia de acesso à Rodovia.

**TABELA 148. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território Família “da Silva”**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	1	0	0	0	1
Realocação coletiva/ Indenização assistida	3	0	0	0	3
Realoc. individual acesso Rod./ Indeniz. assist.	0	0	1		1
Edificações não caracterizadas	1	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>6</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Quanto às fragilidades nas famílias, foram identificadas dois domicílios com deficiente intelectual e criança, e um com deficiente físico. Estes grupos necessitam de acesso aos equipamentos públicos de saúde e assistência social. Para as crianças, é imprescindível que estejam matriculadas e tenham condições de se manter nas escolas.

**TABELA 149. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território Família “da Silva”**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	0	0%
Presença de criança	2	40%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	2	40%
Presença de pessoa com deficiência física	1	20%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	5	100%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	1	100%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).



Outra fragilidade encontrada no território é a atividade de subsistência, presente em todos os domicílios. Devido a característica rural do território, é possível que a interrupção dessas atividades afete a condição de sustento dessas famílias.

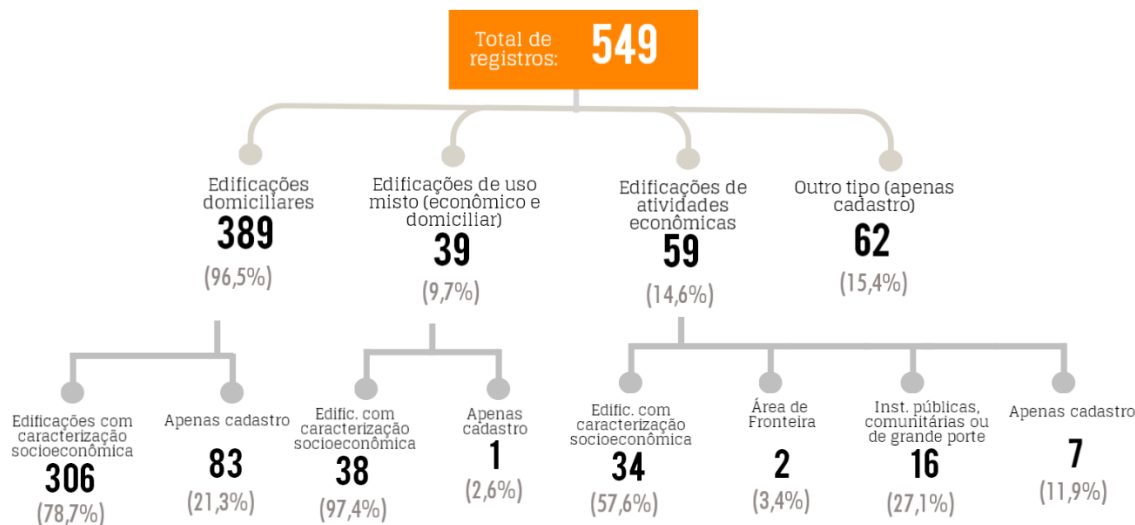


# SANTOS DUMONT (MG)

A população de Santos Dumont, de 47.559 habitantes (IBGE, 2015), está concentrada em área urbana, que reúne mais de 80% dos moradores. Ao longo do município, a Rodovia BR-040 possui uma extensão de 14km, especificamente entre os Km 739 e 753. A ocupação da Área Diretamente Afetada pelo empreendimento consiste principalmente em concentrações urbanas situadas em zonas periféricas da sede municipal, nas regiões dos bairros São Sebastião da Barra, Cabangu, Bairro da Glória, Nossa Senhora das Graças e São Sebastião. A ampla maioria das edificações afetadas consiste em domicílios com um longo tempo de existência no território. Nas áreas onde a ocupação é mais espaçada, por sua vez, predominam estabelecimentos comerciais que apresentam estreita dependência em relação à BR-040.

No Município de Santos Dumont está prevista a implantação de um contorno rodoviário, porém, em virtude da indefinição do traçado, optou-se por realizar o cadastramento em toda a extensão do trecho da Rodovia que intercepta a cidade.

FIGURA 92. Distribuição dos registros realizados no Município de Santos Dumont por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

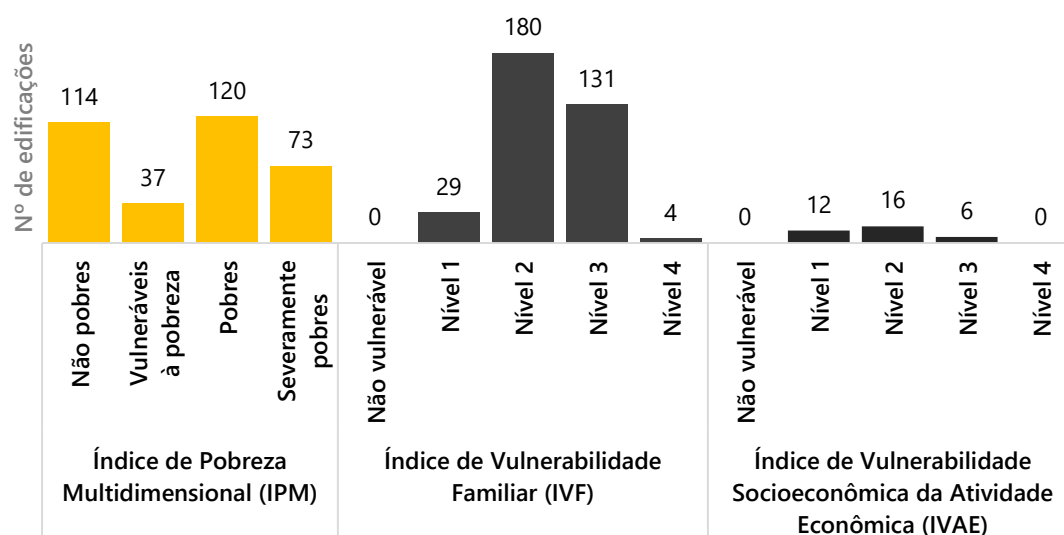
Segundo os resultados do Estudo Socioeconômico, das 549 edificações cadastradas, o uso preponderante é o *domiciliar*, conformando 389 unidades ou 70,9%. Em segundo lugar, aparecem as edificações de *outro tipo*, com 62 edificações ou 11,3%. Em seguida, as *atividades econômicas* correspondem a 59 casos ou 10,7%. Por último, foram identificadas 39 edificações de *uso misto*, que representam 7,1% do total.

Segundo o Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF), 135 domicílios, que representam 39,3% do total, foram classificados nos níveis 3 e 4, considerados mais críticos. Além disso, o resultado do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) mostrou que 193 famílias, que representam 56,1%, são pobres ou severamente pobres. Grande parte



dessas famílias exerce atividades de subsistência em seus domicílios, o que contribui para aumentar a sua instabilidade em processo de remoção. Já a situação das atividades econômicas é mais estável no município, uma vez que, segundo o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da Atividade Econômica (IVAE), apenas 17,6% dos estabelecimentos foram verificados com alto índice de vulnerabilidade.

**GRÁFICO 34. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Santos Dumont**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Observadas as condições socioeconômicas e a presença de vulnerabilidade em domicílios e atividades econômicas, define-se a adoção de medidas de realocação para 209 casos (38,1%) do total de edificações afetadas no município. Em 36 casos a medida será aplicada a partir de uma abordagem coletiva, e, em 171, sob uma abordagem individual. Para 2 edificações será garantido o acesso à Rodovia. Excetuando esses 2 casos, como medida alternativa à realocação, será adotada a indenização assistida, contanto que se garanta a aquisição de um novo imóvel e considere os vínculos sociais entre os moradores na busca do seu local de destino.

A medida de indenização será implementada em 169 casos (30,8%), 64 dos quais devem ser assistidos, visto que estas famílias e estabelecimentos econômicos apresentam dificuldades relativas às transações imobiliárias em contexto de remoção. As edificações passíveis de reintegração de posse ou indenização somam 78 casos (14,2%) no município. Por fim, 93 edificações (16,9%) não possuem caracterização, não sendo possível, portanto, realizar a definição de medidas.



**TABELA 64. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Santos Dumont**

MEDIDA LOCATIVA	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	77	19	9	0	105
Indenização assistida	50	9	5	0	64
Realocação coletiva/ Indenização assistida	33	0	6	0	39
Realoc. individual acesso Rod./ Indeniz. assistida	0	0	2	0	2
Realocação individual/ Indenização assistida	146	6	16	0	168
Reintegração de posse ou indenização	0	16	0	62	78
Edificações não caracterizadas	83	9	1	0	93
<b>Total</b>	<b>389</b>	<b>59</b>	<b>39</b>	<b>62</b>	<b>549</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Paralelamente às ações de realocação e indenização, é importante implementar ações com o objetivo de oferecer o tratamento adequado às fragilidades das famílias e atividades econômicas em contexto de remoção. O elevado número de crianças e de idosos, aponta para a necessidade de atenção ao processo educacional das crianças e ao atendimento médico aos idosos. Gestantes, enfermos e deficientes também se encontram presentes em habitações no município, o que demanda atenção relacionadas à saúde e assistência psicossocial.

**TABELA 150. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Santos Dumont**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	96	27,9%
Presença de criança	133	38,6%
Presença de gestante	7	2%
Presença de pessoa com doença crônica	10	2,9%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	15	4,3%
Presença de pessoa com deficiência física	23	6,7%
Inquilino pobre	21	6,1%
Fam. com atividade de subsistência	150	43,7%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	14	19,4%



Todas as edificações		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	1	0,2%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Outras fragilidades são verificadas em edificações onde são desenvolvidas atividades produtivas. Na área atingida do município, quase metade das famílias exerce atividade de subsistência, o que as torna mais frágeis em contexto de remoção, uma vez que essas atividades conformam parte da economia doméstica. À estas famílias cabe atenção em torno da assistência técnica e extensão rural orientada para a adaptação ao novo contexto ambiental, o que também vale para as edificações em que se identificam atividades econômicas associadas ao uso da terra e dos recursos naturais. Por esse motivo, a tabela abaixo apresenta os equipamentos públicos existentes no município e que podem ser aproveitados pelo trabalho de Gestão Social no atendimento à população removida na cidade de Santos Dumont.

**TABELA 151. Equipamentos públicos disponíveis em Santos Dumont**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	7
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	10
Hospital geral	1
Escolas de educação básica	41
CRAS	3
EMATER	1

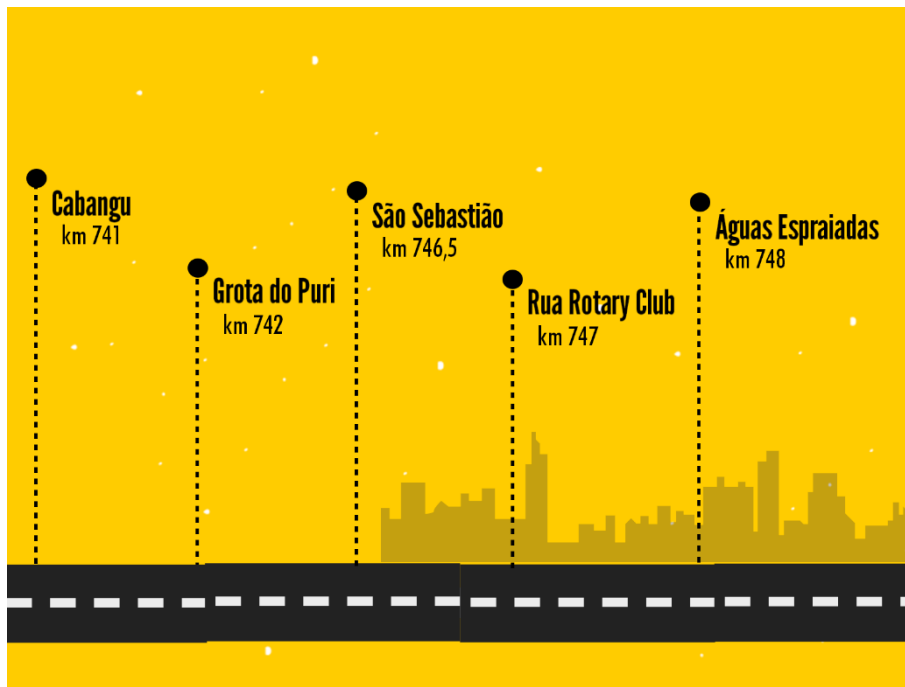
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## | TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO

No Município de Santos Dumont, o Estudo Socioeconômico identificou cinco territórios que demandam uma atenção especial por parte da Gestão Social da Via 040. O território Grota dos Purí, os bairros Cabangu, São Sebastião, Águas Espriadas e a Rua Rotary Clube apresentam fragilidades e particularidades que necessitam de um olhar mais acurado. Características como fortes laços de solidariedade e vínculo familiar, festas tradicionais e alto índice de pobreza são verificadas nesses territórios.



FIGURA 93. Território de Atenção no Município de Santos Dumont



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Bairro Cabangu

O Bairro Cabangu está localizado na altura do Km 741, em ambos os sentidos da Rodovia. A localidade é marcada pela conformação de dois assentamentos urbanos, que se assemelham quanto ao perfil de baixa renda de seus moradores e por uma precária infraestrutura urbana. A apuração em campo constatou que há um forte vínculo entre as famílias residentes no local, tendo vista o tempo de moradia da população no bairro.

FIGURA 94. Fotografia aérea do Território Bairro Cabangu.



<b>LEGENDA</b>	<b>TIPO DE EDIFICAÇÕES:</b>	<b>MEDIDAS DE REMOÇÃO E BENEFÍCIOS COMPENSATÓRIOS:</b>					
	Exclusivamente domiciliar	Indenização	Indenização assistida	Realoc. individual acesso Rod. / Indeniz. assistida	Realoc. coletiva acesso Rod. / Indeniz. assistida	Reintegração de posse ou indenização	Indefinida
	Exclusivamente atividade econômica	Realocação individual/ Indenização assistida	Realocação coletiva/ Indenização assistida	Realoc. individual ou coletiva/ Indeniz. assist.			
	Uso misto						
Outro tipo							

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Cabangu é um bairro exclusivamente domiciliar e nele são realizados festejos tradicionais, como, por exemplo, a festa de Folia de Reis. Segundo os resultados do Estudo Socioeconômico, mais de 3/4 das famílias foram classificadas como pobres e em metade dos casos (de famílias ou atividades econômicas) verificou-se a situação de alta vulnerabilidade ao empreendimento. Mediante o diagnóstico, observa-se que se faz necessária maior atenção ao território, tendo em vista as condições precárias da maioria das famílias. Além disso, a dependência comunitária é um fator relevante no Bairro Cabangu, com práticas culturais e modo de vida singulares.

**QUADRO 65. Características gerais do Bairro Cabangu**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Homogêneo
Zona	Urbana
Ordenamento urbano	Não
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	21 (80,8%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	14 (50%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Considerando as particularidades do contexto do Bairro Cabangu em relação às condições socioeconômicas e de vulnerabilidade das famílias e atividades econômicas pesquisadas, do total de 35 edificações analisadas, a realocação coletiva é adotada para 21 casos (60%), uma vez que foi verificada a existência de pobreza ou alta vulnerabilidade ao empreendimento, assim como forte vínculo comunitário. Excetuando um único caso onde se garantirá a manutenção do acesso à Rodovia, como opção alternativa à realocação, deve-se implementar a indenização assistida, contanto se garanta a aquisição de um novo imóvel às famílias removidas e se considere os seus vínculos sociais em seu local de destino.

As medidas de indenização, previstas para famílias e atividades econômicas que não apresentam pobreza ou alta vulnerabilidade, foram indicadas para 7 casos (20%), 4 dos quais deverão ser assistidos, já que apresentam limitações importantes no que concerne à concretização de transação imobiliária.



As edificações alvo de reintegração de posse ou indenização serão 3 (8,6%) classificadas como *outro tipo*. Em 4 casos (11,4%) não foi possível estabelecer a definição de medidas adequadas devido à ausência de caracterização.

**TABELA 152. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Bairro Cabangu**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	2	1	0	0	3
Indenização assistida	3	1	0	0	4
Realoc. coletiva/indeniz. assistida	17	0	3	0	20
Realoc. coletiva com acesso à rodovia	0	0	1	0	1
Reintegração de posse ou indenização	0	0	0	3	3
Edificações não caracterizadas	3	1	0	0	4
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>35</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

O Bairro Cabangu apresentou, como fragilidade preponderante, a expressiva presença de crianças (em 16 dos domicílios afetados). Essa característica chama a atenção para as condições de acesso e frequência das crianças na escola. Também representam uma parcela significativa das fragilidades do Bairro Cabangu os idosos e os deficientes físicos, população que demanda imóveis com acessibilidade, bem como um transporte público adaptado e acesso aos equipamentos de saúde.

**TABELA 153. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Bairro Cabangu.**

Fragilidades	Nº de edificações	%
Edificações exclusivamente domiciliares		
Presença de idoso	7	27%
Presença de criança	16	61,5%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	1	3,8%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	5	19,2%

Inquilino pobre	2	7,7%
Fam. com atividade de subsistência	12	46,1%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Nos casos de presença de trabalho associado à terra e ao uso dos recursos naturais e de famílias com atividades de subsistência, a assistência técnica e extensão rural voltada à adaptação ao novo contexto ambiental faz-se importante.

## Grota dos Purí

O território Grota dos Purí está localizado no Bairro Graminha, na altura do Km 742. Todas as famílias da comunidade possuem ligação familiar e descendência próxima de índios e negros. Segundo relatos dos moradores, a toponímia refere-se ao primeiro morador (avô do patriarca atual), que se estabeleceu no território no início do século XX, evidenciando, assim, o longo tempo de ocupação do local. A localidade possui edificações feitas com tijolos de adobe, técnica de construção tradicional, cujos materiais são feitos de barro e argila. A maioria das unidades habitacionais são precárias, sem acesso a saneamento básico, e não há pavimentação na rua da comunidade.

FIGURA 95. Fotografia aérea do Território Grota dos Purí.



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Embora situada em área urbana, a Grota dos Purí não possui um ordenamento urbano do território. A comunidade apresenta condições socioeconômicas homogêneas entre os seus moradores, sendo duas famílias caracterizadas como pobres e uma delas em situação de alta vulnerabilidade ao empreendimento, dentre outros fatores, por exercer atividade econômica tradicional. Os vínculos familiares são intensos no território, o que exige atenção no processo de remoção, uma vez que influem diretamente no modo e na condição de vida das famílias da comunidade.

**QUADRO 66. Características gerais do Território Grota dos Purí**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Homogêneo
Zona	Urbana
Ordenamento urbano	Não
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	1 (50%)
Famílias pobres	2 (100%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	1 (50%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Considerando-se a análise dos dados sobre a socioeconomia e a vulnerabilidade dos moradores de Grota dos Purí, a medida de realocação coletiva foi definida para as duas famílias caracterizadas como pobres no território. A medida de realocação, prevista para os casos de pobreza ou alta vulnerabilidade, apresenta-se como a forma mais adequada para alcançar a manutenção dos modos e meios de vida das famílias. Como alternativa à realocação, deve-se adotar a indenização assistida, contanto que se assegure a aquisição de um novo imóvel e se considere os vínculos familiares existentes entre os moradores em seu local de destino.

**TABELA 154. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território Grota dos Purí**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Realocação coletiva/ Indenização assistida	2	0	0	0	2
Total	2	0	0	0	2

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Uma vez que apenas duas edificações foram caracterizadas no território, as fragilidades encontradas foram poucas, mas de suma importância para as tratativas assistenciais. Nos dois domicílios observou-se a presença de crianças e, em uma



delas, também se encontra idoso. Essas fragilidades atentam para a necessidades relativas à manutenção da normalidade do processo educacional das crianças e do atendimento médico ao idoso.

**TABELA 155. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território Grota dos Purí**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	1	50%
Presença de criança	2	100%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	0	0%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	0	0%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Bairro São Sebastião

O Bairro de São Sebastião está localizado na área urbana de Santos Dumont e apresenta um adensamento populacional. O local é marcado por uma heterogeneidade do ponto de vista socioeconômico, sendo ocupado, de um lado, por casas precárias distribuídas em becos e vielas, e, de outro, por pequenos prédios e residências de padrão mais elevado em locais mais urbanizados, com ruas asfaltadas.

**FIGURA 96. Fotografia aérea do Bairro São Sebastião**





<b>LEGENDA</b>	<b>TIPO DE EDIFICAÇÕES:</b>	<b>MEDIDAS DE REMOÇÃO E BENEFÍCIOS COMPENSATÓRIOS:</b>					
	Exclusivamente domiciliar	Indenização	Indenização assistida	Realocação individual/ Indenização assistida	Realoc. individual acesso Rod. / Indeniz. assistida	Realoc. coletiva acesso Rod. / Indeniz. assistida	
	Exclusivamente atividade econômica	Indenização	Indenização assistida	Realocação individual/ Indenização assistida	Realoc. individual ou coletiva/ Indeniz. assist.	Realoc. coletiva acesso Rod. / Indeniz. assistida	
	Uso misto	Indenização	Indenização assistida	Realocação individual/ Indenização assistida	Realoc. individual ou coletiva/ Indeniz. assist.	Realoc. coletiva acesso Rod. / Indeniz. assistida	
Outro tipo	Indenização	Indenização assistida	Realocação individual/ Indenização assistida	Realoc. individual ou coletiva/ Indeniz. assist.	Realoc. coletiva acesso Rod. / Indeniz. assistida	Realoc. coletiva acesso Rod. / Indeniz. assistida	

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

De acordo com os resultados do Estudo Socioeconômico, no Bairro de São Sebastião, mais da metade das famílias são pobres e, em 1/3 do total dos casos (incluindo, além de famílias, as atividades econômicas) verificou-se a situação de alto nível de vulnerabilidade ao empreendimento. Este quadro do território exhibe condições de precariedade econômica e social, o que exige acompanhamento e atendimento da população afetada pelo projeto.

**QUADRO 67. Características gerais do Bairro São Sebastião**

Vínculo comunitário	Fraco
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Urbana
Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	16 (53,3%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	10 (33,3%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

A partir das características do Bairro São Sebastião analisadas juntamente aos dados socioeconômicos, do total de 37 edificações, a medida de realocação individual foi definida para 18 casos (48,6%), devido à sua situação de pobreza ou alta vulnerabilidade ao empreendimento. Já a indenização, voltada para os casos onde não se verifica situação de pobreza e alta vulnerabilidade frente à remoção, será adota para 11 casos (32,4%), um dos quais deverá ser assistido pela Gestão Social da Via 040, em decorrência de presença de limitações relativas à concretização das transações imobiliárias.

As edificações alvo de reintegração de posse ou indenização somam 3 casos (8,1%), e as edificações sem caracterização e, portanto, sem definição de medidas, consistem em 4 unidades domiciliares (10,8%).





**TABELA 156. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Bairro São Sebastião**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	11	0	0	0	11
Indenização assistida	1	0	0	0	1
Realocação individual/ Indenização assistida	18	0	0	0	18
Reintegração de posse ou indenização	0	1	0	2	3
Edificações não caracterizadas	4	0	0	0	4
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>37</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

O Bairro São Sebastião concentra, enquanto fragilidade, a presença de crianças, observadas em parte substancial das famílias, o que explicita necessidades em torno da manutenção da normalidade do processo educacional dos alunos. As famílias com idosos e deficientes físicos carecem de residências adaptadas às suas dificuldades de locomoção e de acesso às unidades de saúde. Já em relação às famílias que exercem atividades de subsistência, a assistência técnica e extensão rural pode contribuir ao processo de adaptação ao novo contexto ambiental.

**TABELA 157. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Bairro São Sebastião**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	6	20%
Presença de criança	13	43,3%
Presença de gestante	1	3,3%
Presença de pessoa com doença crônica	2	6,7%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	1	3,3%
Inquilino pobre	3	10%
Fam. com atividade de subsistência	8	27,6%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	1	3,3%

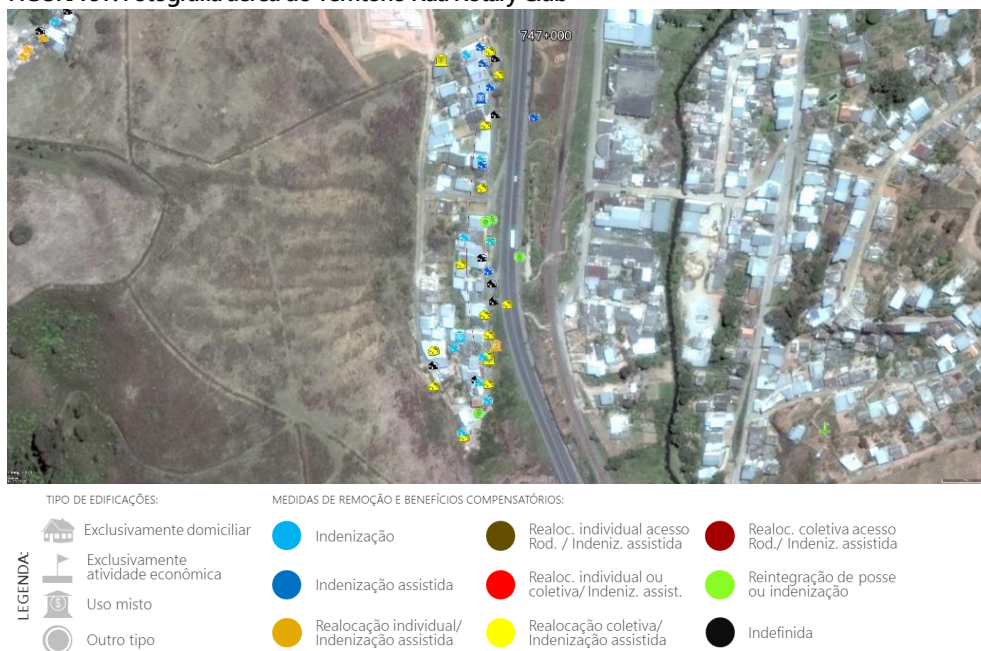


Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)

## Rua Rotary Club

A Rua Rotary Club encontra-se na altura do Km 747, no sentido sul da Rodovia, e pertence ao Bairro São Sebastião. Segundo os relatos da população local, a comunidade foi estabelecida em meados da década de 1940, com a chegada de funcionários da extinta rede ferroviária Central do Brasil, antes mesmo da construção da BR-040.

FIGURA 97. Fotografia aérea do Território Rua Rotary Club



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

A Rua Rotary Club é marcada pela constituição familiar do território. As entrevistas com os moradores indicam fortes laços de solidariedade e cooperação entre as famílias vizinhas. Nesse sentido, as tratativas serão adotadas no âmbito coletivo, para que sejam asseguradas as práticas e relações atuais. Segundo o Estudo de Socioeconomia, quase metade das famílias foram consideradas pobres e a metade do total de casos (de famílias e atividades econômicas) são classificadas com alto nível de vulnerabilidade.

QUADRO 68. Características gerais do Território Rua Rotary Club.

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Urbana



Ordenamento urbano	Sim
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0%)
Famílias pobres	17 (48,6%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	14 (50%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Pelas análises das condições socioeconômicas e características específicas do contexto territorial da Rua Rotary Club, definiu-se que, das 47 edificações pesquisadas, em 17 casos (ou 34%) será adota a medida de realocação coletiva, devido à situação de pobreza ou alta vulnerabilidade e ao forte vínculo comunitário. Para essas famílias, a indenização assistida também pode ser uma alternativa, contanto que se viabilize financeiramente a aquisição de um novo imóvel.

As medidas de indenização serão implementadas em 18 casos (38,3%). Entretanto, deste total, 7 casos deverão ser assistidos em decorrência de limitações que possam vir a dificultar a concretização da aquisição de novo imóvel.

A reintegração de posse ou indenização é a medida aplicada para 4 casos (8,5%) classificados como *outro tipo*. Em 8 casos (17,0%) não foi possível definir a medida adequada devido à ausência de caracterização dos aspectos socioeconômicos dos domicílios.

**TABELA 158. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Território Rua Rotary Club**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	10	0	1	0	11
Indenização assistida	6	0	1	0	7
Realocação coletiva/ Indenização assistida	14	0	3	0	17
Reintegração de posse ou indenização	0	0	0	4	4
Edificações não caracterizadas	8	0	0	0	8
Total	38	0	5	4	47

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

No Território de Atenção Rua Rotary Club foram observadas fragilidades ao contexto de remoção. Em 1/3 das famílias, há a presença de crianças, que demandam acesso e regularidade na frequência escolar. Os idosos e os deficientes físicos ou mentais

encontrados nos domicílios do território conformam um público que normalmente requerem acesso aos equipamentos de saúde, assim como unidades habitacionais apropriadas de acordo com suas limitações físicas.

**TABELA 159. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território Rua Rotary Club**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	10	28,6%
Presença de criança	12	34,3%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	2	5,7%
Presença de pessoa com deficiência física	5	14,3%
Inquilino pobre	1	2,8%
Fam. com atividade de subsistência	10	28,6%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Em relação às atividades de subsistência, observadas em mais de um quarto dos domicílios, faz-se pertinente a atenção para importância dessas atividades para a economia doméstica e para a assistência técnica e extensão rural em torno da adaptação ao novo contexto ambiental.

## **Bairro Águas Espaiadas**

O Bairro Águas Espaiadas encontra-se na altura do Km 748, no sentido sul da Rodovia, e na altura do Km 749, no sentido norte. O território é composto predominantemente por pessoas ligadas à indústria e suas terceirizadas. O bairro situa-se na zona periférica de Santos Dumont e é bastante precário em termos de infraestrutura urbana. Uma característica marcante de Águas Espaiadas é o perfil étnico da população local, majoritariamente negra.



FIGURA 98. Fotografia aérea do Bairro Águas Espaiadas



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Segundo os resultados do Estudo Socioeconômico, o quadro do Bairro Águas Espaiadas explicita as condições socioeconômicas precárias dos seus moradores. Quase metade das famílias são consideradas pobres e, em todos os casos do território, verificou-se a alta vulnerabilidade ao empreendimento da Concessionária. Essas condições requerem medidas e tratativas cuidadosas, principalmente no que se refere ao processo de remoção e à condição de vida das famílias após o seu deslocamento.

QUADRO 69. Características gerais do Bairro Águas Espaiadas

Vínculo comunitário	Fraco
Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Periurbana
Ordenamento urbano	Não
Predominância de atividade de subsistência	Não
% de atividade econômica tradicional	1 (16,7%)
Famílias pobres	12 (48,0%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	11 (100,0%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016)



Considerando as características do contexto territorial e das condições socioeconômicas e de vulnerabilidade das famílias e atividades econômicas pesquisadas, do total de 39 edificações analisadas, a medida de realocação individual será adotada para 14 casos (35,9%). Excetuando um único caso em que se vai garantir a manutenção do acesso à Rodovia, as medidas de realocação podem ser substituídas pela indenização assistida quando garantida a aquisição de um novo imóvel.

A medida de indenização, prevista especialmente para os casos que não apresentam pobreza ou alta vulnerabilidade, serão implementadas para 15 edificações (38,5%), sendo que 5 delas devem ser assistidas, devido às suas limitações relativas à capacidade de aquisição de novo imóvel em contexto de remoção.

As reintegração de posse ou indenização será aplicada em 5 casos (12,8%) de edificações classificadas como *outro tipo* e *atividade econômica* (Instituições públicas, comunitárias ou de grande porte). Também em 5 casos (12,8%), na maior parte se tratando de edificações domiciliares, não foi possível definir a medida adequada em virtude da ausência de caracterização dos aspectos socioeconômicos.

**TABELA 160. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Bairro Águas Espraiadas**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	7	3	0	0	10
Indenização assistida	5	0	0	0	5
Realocação individual/ Indenização assistida	11	1	1	0	13
Realoc. Individual acesso Rod./ Indeniz. assistida	0	0	1	0	1
Reintegração de posse ou indenização	0	2	0	3	5
Edificações não caracterizadas	4	1	0	0	5
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>39</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A identificação das fragilidades específicas de cada edificação atingida pelo empreendimento em Águas Espraiadas, explicita que, tratando-se das atividades econômicas, em 3/4 dos casos verifica-se a dependência do trabalho em relação a terra e ao uso de recursos naturais. Assim sendo, a assistência voltada à adaptação ao novo contexto ambiental se apresenta enquanto cuidado pertinente para que seus meios de vida não agravem após o deslocamento.



**TABELA 161. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Território Bairro Águas Espriadas**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	3	12%
Presença de criança	7	28%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	2	8%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	1	4%
Presença de pessoa com deficiência física	3	12%
Inquilino pobre	2	8%
Fam. com atividade de subsistência	8	32%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. Econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	1	16,7%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

As crianças, presentes em mais de um quarto das edificações, carecem de acesso a creches e escolas. Os idosos e deficientes físicos necessitam de unidades habitacionais propícias de acordo com suas limitações. É importante uma articulação com o órgão de assistência social, para que este possa auxiliar na adaptação das famílias afetadas e viabilizar o acesso efetivo aos serviços públicos e políticas sociais, além de contribuir para desenvolver potencialidades e fortalecer os vínculos familiares e comunitários da população afetada pelo projeto.

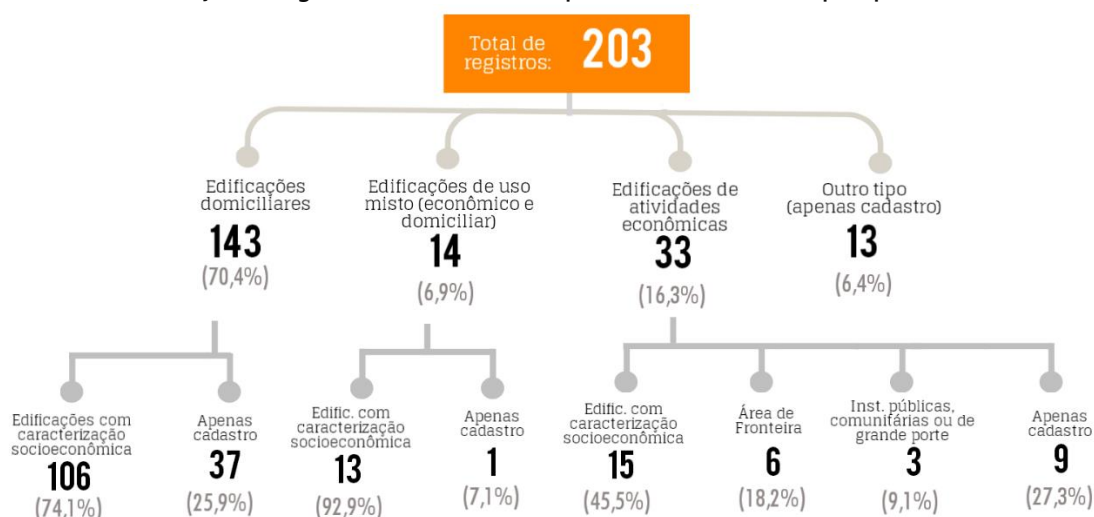




# EWBANK DA CÂMARA (MG)

A população de Ewbank da Câmara, de 3.927 habitantes (IBGE, 2015), está concentrada na zona urbana da cidade, que reúne 92% dos moradores. Na área pertencente ao município, a Rodovia BR-040 possui uma extensão de aproximadamente seis quilômetros (entre os Km 753 e 759). O trecho é marcado pela presença de curvas acentuadas e um viaduto, que se sobrepõe a importantes edificações da cidade, incluindo residências, comércios, praça pública e outros equipamentos públicos centrais na dinâmica social do município.

FIGURA 99. Distribuição dos registros realizados no Município de Ewbank da Câmara por tipo



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Ao todo, foram registradas 203 edificações localizadas na Área Diretamente Afetada pela Rodovia em Ewbank da Câmara. A maior parte delas é de *uso domiciliar*, representando 70,4% dos casos (143 edificações). As atividades econômicas presentes nesse território são voltadas, basicamente, para pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços, sendo 23 utilizados exclusivamente para o desenvolvimento de *atividades econômicas* (16,3%) e 14 de *uso misto* (6,9%). As edificações de outro tipo correspondem a 14 registros (6,4%).

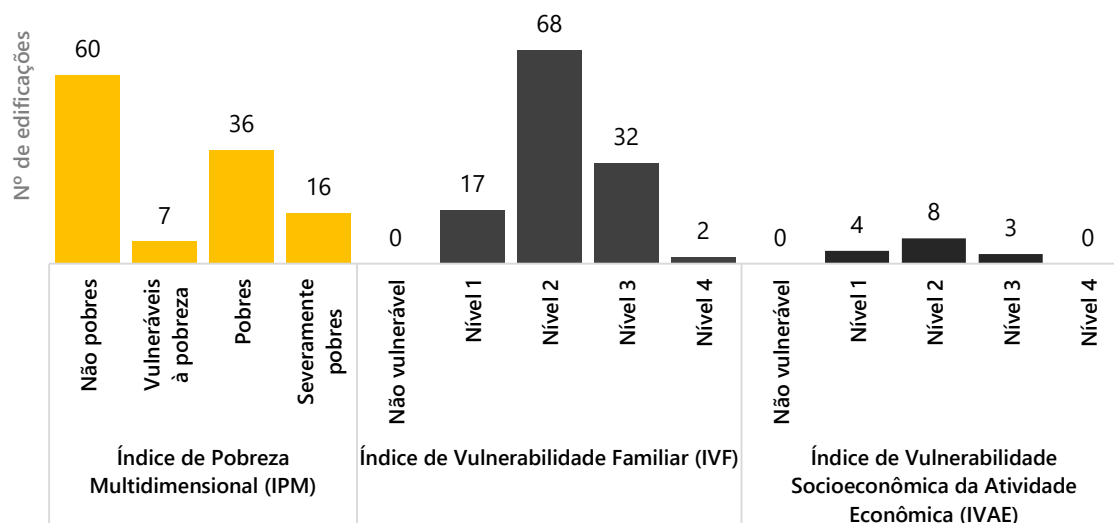
Os níveis 3 e 4 do Índice de Vulnerabilidade Familiar (IVF) concentram 28,6% dos domicílios (34 edificações). Segundo o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), 43,7% foram considerados pobres ou severamente pobres. Todas essas famílias possuem renda per capita abaixo de meio salário mínimo. A margem norte da Rodovia, embora com menor quantidade de moradias, apresenta maior concentração de famílias consideradas pobres, com forte vínculo comunitário, e que desenvolvem, em sua maioria, atividades de subsistência. A situação de





vulnerabilidade das atividades econômicas é de menor intensidade, sendo a maior parte delas (80% ou 12 edificações) classificadas nos níveis 1 e 2 do Índice de Vulnerabilidade da Atividade Econômica (IVAE).

**GRÁFICO 35. Índices de vulnerabilidade e pobreza em Ewbank da Câmara**



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A partir das condições socioeconômicas dos domicílios e atividades econômicas e das características territoriais sistematizadas, são elencadas as medidas de remoção e benefícios compensatórios para o Município de Ewbank da Câmara, conforme tabela que se segue. A medida de realocação será adotada em 60 casos, sendo 53 *domicílios*, 4 edificações de *uso misto* e 3 *atividades econômicas*. Quase a totalidade desses casos (56) exigirá um tratamento coletivo, visando à manutenção dos vínculos estabelecidos entre os moradores.

Para as edificações que não estão em um contexto de pobreza nem de alta vulnerabilidade, a indenização será a medida adotada para 74 edificações. Por conta das fragilidades encontradas nos domicílios e nas atividades econômicas, parte dessas indenizações (27), deverá ser assistida pela equipe da Via 040. As 13 edificações classificadas como de *outro tipo* e as três *atividades econômicas*, caracterizadas como Instituições públicas, comunitárias ou de grande porte, poderão ser alvo de reintegração de posse ou indenização.



**TABELA 162. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações de Ewbank da Câmara**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	32	8	7	0	47 (23,2%)
Indenização assistida	21	4	2	0	27 (13,3%)
Realocação coletiva/ Indenização assistida	49	3	4	0	56 (27,6%)
Realocação individual/ Indenização assistida	4	0	0	0	4 (2,0%)
Reintegração de posse ou indenização	0	3	0	13	16 (7,9%)
Edificação não caracterizada	37	15	1	0	53 (26,1%)
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>33</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>203 (100%)</b>

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A tabela que se segue indica as fragilidades verificadas nos domicílios e nas atividades econômicas, informações que orientarão a atuação junto a seus moradores e responsáveis, tais como presença de idosos, crianças, gestantes e pessoas com algum tipo de deficiência ou doença crônica. Tais situações exigem cuidado quanto às condições de acesso ao atendimento médico, creches e escolas e podem demandar auxílio para encaminhamento à assistência social e políticas públicas do município. Os casos de fragilidades referentes ao desenvolvimento de atividades produtivas – edificações domiciliares nas quais eram realizadas atividades de subsistência, tais como o plantio ou a criação de animais, e atividades econômicas que desenvolvem trabalhos relacionados ao uso da terra ou de recursos naturais, a exemplo da agricultura – poderão ser encaminhados aos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural, de acordo com a disponibilidade. É importante também atuar no auxílio à realocação em áreas adequadas à continuidade dessas atividades, de acordo com a demanda e as possibilidades do local.

**TABELA 163. Fragilidades das famílias e atividades econômicas de Ewbank da Câmara**

Fragilidades	Nº de edificações	%
Edificações exclusivamente domiciliares		
Presença de idoso	39	32,8%
Presença de criança	38	32%
Presença de gestante	3	2,5%
Presença de pessoa com doença crônica	1	0,8%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	5	4,2%

Presença de pessoa com deficiência física	12	10,1%
Inquilino pobre	17	14,3%
Fam. com atividade de subsistência	31	26,1%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	3	10,7%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Por esse motivo, a tabela abaixo apresenta os equipamentos públicos existentes no município e que podem ser aproveitados pelo trabalho de Gestão Social no atendimento às pessoas realocadas.

**TABELA 164. Equipamentos públicos disponíveis em Ewbank da Câmara**

Equipamentos	Quantidade
Posto de Saúde	0
Pronto Socorro	0
Pronto Atendimento	0
Unidade Básica de Saúde	2
Hospital geral	0
Escolas de educação básica	6
Nº de CRAS	1
EMATER	0

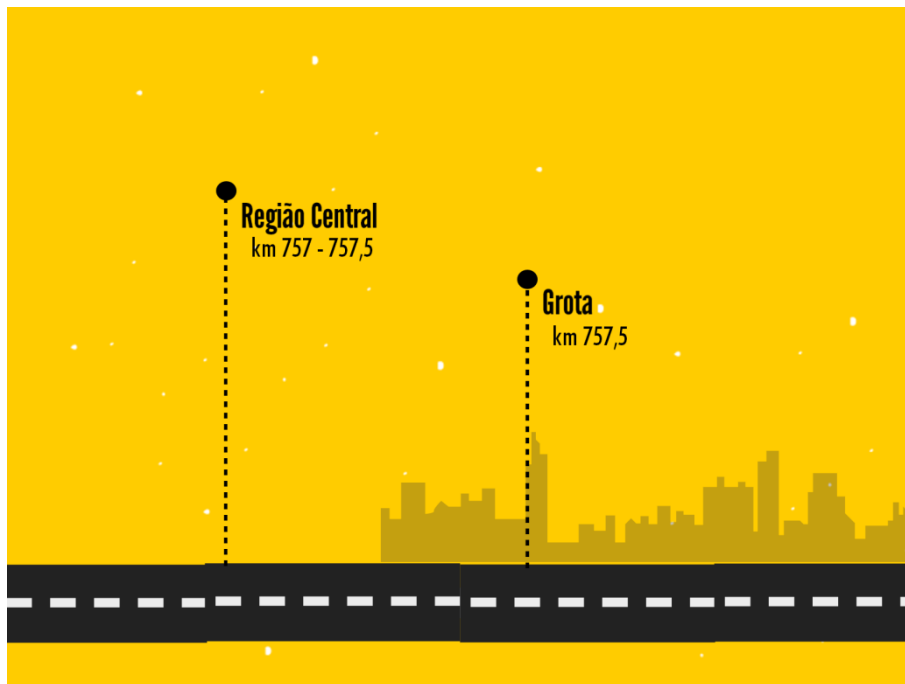
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## TERRITÓRIOS DE ATENÇÃO

A pesquisa de socioeconomia realizada no Município de Ewbank da Câmara identificou dois territórios que merecem maior atenção por parte da Via 040. O primeiro deles refere-se ao Centro, que concentra parte significativa dos estabelecimentos comerciais e administrativos da cidade e apresenta valor histórico, cultural e religioso para os moradores. Pela sua centralidade, qualquer impacto nesta área poderá implicar, direta ou indiretamente, na modificação da dinâmica urbana de toda a cidade. O segundo território, identificado como Bairro Grota, apresenta situação de vulnerabilidade em função, dentre outros fatores, de sua localização próxima a uma curva acentuada da Rodovia, área de risco devido a acidentes. A esse aspecto, somam-se a situação socioeconômica de seus residentes e a importância das atividades de subsistência.



FIGURA 100. Territórios de Atenção no Município de Ewbank da Câmara



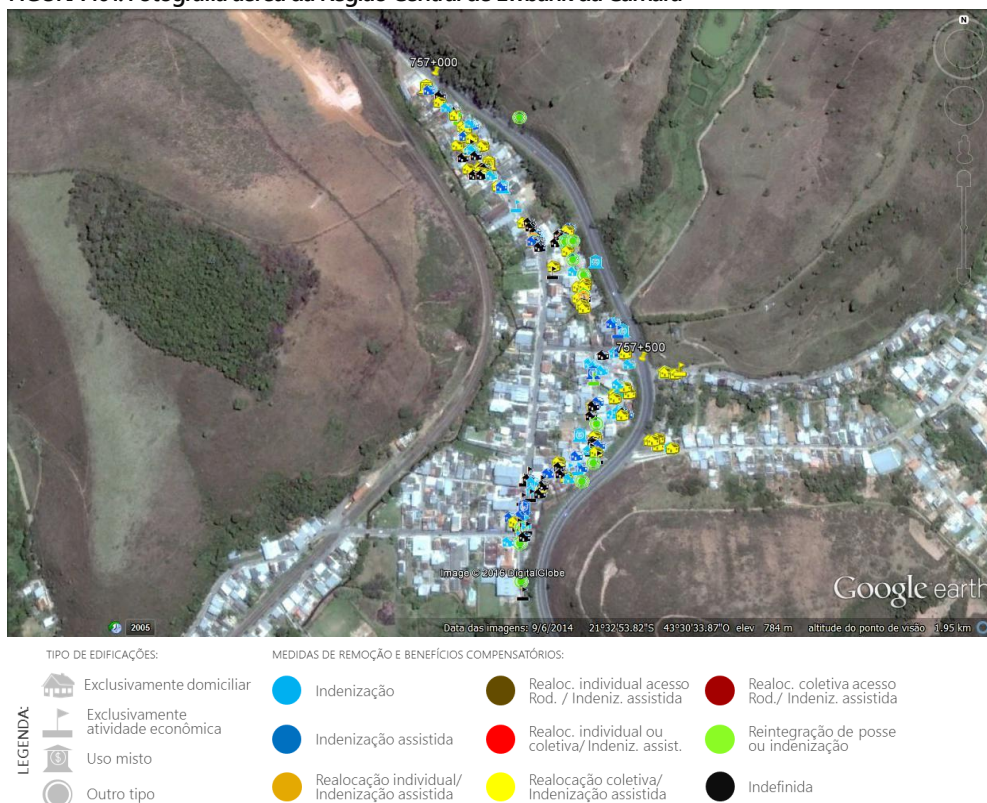
Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

## Região Central de Ewbank da Câmara

A área central do Município de Ewbank da Câmara está localizada na margem sul da Rodovia BR-040, tendo como ponto principal a Avenida Santo Antônio. Além de constituir-se em importante região comercial, o local abriga a Prefeitura e a Câmara Municipal, bem como uma igreja católica centenária – a de Santo Antônio. Edificações domiciliares também estão localizadas no Centro, com composição socioeconômica bastante diversa, na qual convivem famílias de baixa renda e outras com mais elevada posição social.



FIGURA 101. Fotografia aérea da Região Central de Ewbank da Câmara



Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

A composição da região explica a importância dessa área para todo o conjunto de moradores do município. Observou-se, entre as pessoas entrevistadas, sensação de apreensão e insegurança em relação aos possíveis processos de intervenção no território. Há a sensação de que intervenções no local, dada sua importância regional, podem afetar a dinâmica urbana da cidade. A ausência de alternativas locais na região também é fator de apreensão em relação à realocação das famílias e atividades econômicas estabelecidas no Centro.

Embora o percentual de famílias pobres e vulneráveis seja inferior às aquelas com condições socioeconômicas mais favoráveis, pelo menos um quinto das edificações encontram-se em situações mais delicadas. Esses casos foram classificados nos níveis mais altos do IVF e também foram identificados como pobres multidimensionais, por meio do IPM. A *dependência comunitária* enquadra-se como um fator de sensibilidade dessa região, exigindo um olhar mais coletivo para o tratamento a ser direcionado a essas pessoas.

**QUADRO 70. Características gerais da Região Central de Ewbank da Câmara**

Vínculo comunitário	Forte
---------------------	-------



Contexto socioeconômico	Heterogêneo
Zona	Urbana
Ordenamento urbano	Sim
% de atividade econômica tradicional	1 (4,2%)
Famílias pobres ou severamente pobres	40 (39,2%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	27 (23,7%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Considerando as características do contexto territorial e das condições socioeconômicas e de vulnerabilidade das famílias e atividades econômicas pesquisadas, em especial o forte vínculo comunitário, será adotada realocação coletiva para, pelo menos, 46 edificações (25,7%).

Para 68 outras edificações caracterizadas (38%) que não estão nessas condições é recomendada a indenização como benefício compensatório no processo de realocação de suas atuais residências e atividades econômicas. Nos casos onde há alguma debilidade que possa comprometer a normalidade do processo de aquisição de novo imóvel, como, por exemplo, situações de família monoparental ou exclusivamente composta por idosos, indica-se o acompanhamento da Via 040, por meio da indenização assistida, a fim de garantir a efetividade do processo.

**TABELA 165. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações da Região Central de Ewbank da Câmara**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização	30	7	6	0	43 (24%)
Indenização assistida	20	3	2	0	25 (14%)
Realoc. coletiva/indeniz. assistida	40	2	4	0	46 (25,7%)
Reintegração de posse ou indenização	0	2	0	11	13 (7,3%)
Edificação não caracterizada	37	14	1	0	52 (29,1%)
Total	127	28	13	11	179 (100%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A presença de fragilidades nos domicílios e atividades econômicas da Região Central de Ewbank da Câmara, detalhadas na tabela que se segue, exigirá o delineamento de tratativas transversais por parte do trabalho de Gestão Social. Destaca-se a presença de crianças e idosos e de pessoas com deficiência, demandando atuação para



encaminhamento a equipamentos públicos, notadamente aqueles relacionados à área de saúde e assistência social.

**TABELA 166. Fragilidades das famílias e atividades econômicas da Região Central de Ewbank da Câmara**

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	33	32,3%
Presença de criança	35	34,3%
Presença de gestante	2	2%
Presença de pessoa com doença crônica	1	1%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	5	4,9%
Presença de pessoa com deficiência física	12	12%
Inquilino pobre	17	16,6%
Fam. com atividade de subsistência	19	18,6%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	2	8,3%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

Como forma de atuar para melhorar a sensação de medo e insegurança quanto às intervenções no local, serão adotadas, como em todos os demais territórios, as estratégias de informação, engajamento e relacionamento. A atuação da equipe multidisciplinar e o trabalho de comunicação deverão suprir parte da necessidade informacional que origina as sensações de instabilidade apresentadas no local.

## Bairro Grota

O Bairro Grota está localizado na zona urbana do Município de Ewbank da Câmara, próximo à margem norte da Rodovia BR-040. A área, cuja ocupação se iniciou há, aproximadamente, 60 anos, guarda elementos urbanísticos e socioeconômicos que a caracterizam como um assentamento precário. Situado em um vale, o bairro tem casas dispostas próximas ao leito de um rio e não apresenta obra de contenção ou saneamento. Por sua vez, as famílias ali residentes são, majoritariamente, de baixa renda e apresentam situações de vulnerabilidade.





FIGURA 102. Fotografia aérea do Bairro Grota



TIPO DE EDIFICAÇÕES:		MEDIDAS DE REMOÇÃO E BENEFÍCIOS COMPENSATÓRIOS:			
LEGENDA:	Exclusivamente domiciliar	Indenização	Indenização assistida	Realocação individual/ Indenização assistida	Realoc. coletiva acesso Rod./ Indeniz. assistida
	Exclusivamente atividade econômica	Indenização	Indenização assistida	Realocação coletiva/ Indenização assistida	Realoc. individual ou coletiva/ Indeniz. assist.
	Uso misto	Indenização	Indenização assistida	Realocação coletiva/ Indenização assistida	Realoc. coletiva acesso Rod./ Indeniz. assistida
	Outro tipo	Indenização	Indenização assistida	Realocação coletiva/ Indenização assistida	Realoc. coletiva acesso Rod./ Indeniz. assistida
				Reintegração de posse ou indenização	Indefinida

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016) | Elaborado a partir do aplicativo Google Earth.

Embora a região possua os serviços de luz e água regulares, a pavimentação das ruas é deficitária e dificulta o deslocamento dos moradores. O local também não conta com a presença de grande quantidade de estabelecimentos comerciais e de serviços. Em geral, cada lote dá lugar a mais de uma residência, em que convivem diferentes núcleos familiares, tendo como principal característica a prática produtiva de subsistência, como o cultivo de hortaliças e o cuidado de animais.

A localização do bairro na proximidade da BR-040 expõe os domicílios a constantes perigos. O local está próximo a uma curva acentuada da Rodovia, em que a ocorrência de diversos acidentes foi relatada pelos moradores entrevistados. Os residentes do local sentem-se vulneráveis ao risco de vida e a ferimentos, além de perdas materiais e financeiras.

Níveis elevados de pobreza multidimensional atingem quase três quartos dos domicílios (8 residências ou 72,7% dos casos) do Bairro Grota. Além disso, sete famílias foram classificadas no nível 3 do IVF, indicando a necessidade de maior atenção às condições socioeconômicas apresentadas. O conjunto das vulnerabilidades aos quais os moradores do Bairro Grota estão expostos faz com que o desejo de mudar do local seja latente para a maioria deles.





**QUADRO 71. Características gerais do Bairro Grota**

Vínculo comunitário	Forte
Contexto socioeconômico	Homogêneo
Zona	Periurbana
Ordenamento urbano	Não
% de atividade econômica tradicional	0 (0,0%)
Famílias pobres ou severamente pobres	8 (72,7%)
Famílias ou atividades econômicas altamente vulneráveis	8 (66,7%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

A principal medida a ser adotada para a tratativa das famílias residentes no Bairro Grota é a realocação coletiva, elegível para 9 (76,9%) residências pesquisadas, tendo em vista não somente as condições de pobreza e vulnerabilidade que as atingem, mas também o forte vínculo comunitário estabelecido entre elas. A tabela que se segue indica as medidas a serem adotadas no território.

**TABELA 167. Medidas de remoção e benefícios compensatórios sugeridos para a realocação das edificações do Bairro Grota**

MEDIDA DE REMOÇÃO/BENEFÍCIO COMPENSATÓRIO	DOMICÍLIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	USO MISTO	OUTRO TIPO	TOTAL
Indenização assistida	1	0	0	0	1 (7,7%)
Realocação coletiva/ Indenização assistida	9	1	0	0	10 (76,9%)
Reintegração de posse ou indenização	0	1	0	0	1 (7,7%)
Edificação não caracterizada	1	0	0	0	1 (7,7%)
Total	11	2	0	0	13 (100%)

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

O processo de realocação deverá considerar, também, as condições produtivas das famílias que forem removidas de seu atual domicílio, uma vez que, na maioria das residências existentes no Bairro Grota, os moradores desenvolvem atividades de subsistência para alimentação dos membros de suas famílias. As fragilidades apresentadas pelas famílias e atividades econômicas estão detalhadas na tabela que se segue.



TABELA 168. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Bairro Grotá

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	5	45,4%
Presença de criança	1	9%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	0	0%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	8	72,7%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0,0%
<b>Todas as edificações</b>		
Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0,0%

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

No entanto, cabe destacar que o processo de realocação deverá considerar, também, a manutenção das condições produtivas das famílias que forem removidas de seu atual domicílio. Isso porque, na maioria das residências existentes no Bairro Grotá, os moradores desenvolvem atividades de subsistência para alimentação dos membros de suas famílias. Tendo em vista que o rompimento com essa lógica produtiva pode gerar impactos graves para a condição socioeconômica dos moradores, o trabalho de Gestão Social da Via 040 deverá ser orientado para a continuidade das atividades de plantio e criação de animais nos novos locais em que essas famílias forem estabelecidas.

TABELA 169. Fragilidades das famílias e atividades econômicas do Bairro Grotá

Fragilidades	Nº de edificações	%
<b>Edificações exclusivamente domiciliares</b>		
Presença de idoso	5	45,4%
Presença de criança	1	9%
Presença de gestante	0	0%
Presença de pessoa com doença crônica	0	0%
Presença de pessoa com deficiência intelectual	0	0%
Presença de pessoa com deficiência física	0	0%
Inquilino pobre	0	0%
Fam. com atividade de subsistência	8	72,7%
<b>Edificações de atividades econômicas</b>		
Ativ. econômica associada ao uso da terra e recursos naturais	0	0,0%
<b>Todas as edificações</b>		

Presença de inquilino vulnerável (níveis 3 e 4) e não pobre	0	0,0%
-------------------------------------------------------------	---	------

Fonte: Herkenhoff & Prates (2016).

